

ANAIIS



IV SEMINÁRIO REGIONAL DE COMÉRCIO, CONSUMO E CULTURA NAS CIDADES

TERESINA, 12 A 15 DE JUNHO DE 2019

Organização:
Antonio Cardoso Façanha
Cleonce Carvalho Silva
Orleando Leite de Carvalho Dias



IV SEMINÁRIO REGIONAL
DE COMÉRCIO, CONSUMO E CULTURA NAS CIDADES

Anais do IV Seminário Regional

Comércio, Consumo e Cultura nas Cidades

Coordenação Geral

Antonio Cardoso Façanha

Coordenação Executiva

Cleonice Carvalho Silva

Orleando Leite de Carvalho Dias

ISSN: 2318 - 048X

v. 4 – 2019

Teresina – PI, junho de 2019

Anais do IV Seminário Regional Comércio, Consumo e Cultura nas Cidades
© 2019 copyright by Antonio Cardoso Façanha, Cleonice Carvalho Silva, Orleando Leite de Carvalho Dias (Org.)
Efetuado depósito legal na Câmara Brasileira do Livro – CBL.

Universidade Federal do Piauí – UFPI – Campus Universitário Ministro Petrônio Portela
Bairro Ininga – Teresina – PI, CEP: 64049-550

Prof. Dr. José Arimatéia Dantas Lopes
Reitor

Profa. Dra. Nadir do Nascimento Nogueira
Vice-Reitora

Realização:



Apoio:



S471 Seminário regional de comércio, consumo e cultura nas cidades (4. : 2019 : Teresina, PI)

Anais [do] IV Seminário regional de comércio, consumo e cultura nas cidades [recurso eletrônico] / Organização: Antonio Cardoso Façanha, Cleonice Carvalho Silva, Orleando Leite de Carvalho Dias. – Teresina: Grupo de Estudos Regionais e Urbanos, 2019.

322 p. : il.

Modo de acesso: World Wide Web.

Seminário realizado no período de 12 a 15 de junho de 2019.

ISSN 2318-048X

1. Cidades. 2. Comércio. 3. Consumo. I. Façanha, Antonio Cardoso.
II. Silva, Cleonice Carvalho. III. Dias, Orleando Leite de Carvalho. IV.
Grupo de Estudos Regionais e Urbanos (GERUR). V. Título.

CDD 307.76

Elaborada por Sindya Santos Melo – CRB 3/1085

Comissão Científica

Prof. Dr. Alexandre Queiroz Pereira (UFC)

Profª. Dra. Andrea Lourdes Monteiro Scabello (UFPI)

Prof. Dr. Antonio Cardoso Façanha (UFPI)

Profª. Dra. Bartira Araújo da Silva Viana (UFPI)

Prof. Dr. Carlos Rerisson Rocha da Costa (UESPI)

Prof. Dr. Cláudio Ressurreição dos Santos – Rede do Estado da Bahia

Profª. Dra. Edvânia Gomes de Assis (UFPI)

Profª. Dra. Giovana Mira Espíndola (UFPI)

Profª. Dra. Glauciana Alves Teles (UVA)

Prof. Dr. Ivan Queiroz da Silva (URCA)

Prof. Dr. José Lacerda Alves Felipe (UFRN)

Prof. Dr. Raimundo Jucier Sousa de Assis (UFPI)

Profª. Dra. Kátia Cristina Ribeiro Costa (UFCG)

Profª. Dra. Laudenides Pontes dos Santos (IFPI)

Prof. Dr. Lincoln da Silva Diniz (UFCG)

Prof. Dr. Luiz Eugênio Pereira Carvalho (UFCG)

Profª. Dra. Manuela Nunes Brito Leal (UESPI)

Profª. Dra. Maria Mónica Arroyo (USP)

Profª. Dra. Mugiany Oliveira Brito Portela (UFPI)

Prof. Dr. Paulo Henrique de Carvalho Bueno (IFPI)

Prof. Dr. Paulo Roberto Barqueiro Brandão (UFOB)

Prof. Dr. Paulo Rogério Freitas da Silva (UFAL)

Prof. Doutorando Rodrigo da Silva Rodrigues (UFPI/PMT)

Prof. Dr. Samarone Carvalho Marinho (UFMA)

Prof. Dr. Sidney Gonçalves Vieira (UFPEl)

Profª. Dra. Silvana de Sousa Silva (IFPA)

Profª. Dra. Virgínia Célia Cavalcante de Holanda (UVA)

APRESENTAÇÃO

A Comissão Organizadora do IV Seminário Regional Comércio, Consumo e Cultura nas Cidades (IV SRCCC), realizado na cidade de Teresina, capital do Piauí, ocorrido no período de 12 a 14 de junho de 2019, publica e reúne em Anais os trabalhos científicos completos. Seguindo à trajetória regional iniciada em Campina Grande (PB), Natal (RN) e Sobral (CE), dar sequência a um processo de integração de várias instituições no Brasil, bem como realimentando o diálogo entre grupos, núcleos e laboratórios de pesquisa. O evento pautou-se, além dos debates em mesas, na apresentação de trabalhos científicos distribuídos em três (3) grupos de trabalho: GT 1 – O consumo na estruturação do modo de vida urbana nas cidades; GT 2 – Comércio e serviço no espaço urbano-regional; GT 3 – Cidade, comércio e natureza. É importante frisar que além do esforço de integração institucional, objetivou-se com o conjunto de trabalhos científicos aqui expostos à construção de um processo de socialização das pesquisas, ancoradas na Rede Brasileira de Estudos Geográficos sobre Comércio e Consumo (ReBECCa) que congrega profissionais, pesquisadores e professores de Geografia e áreas afins, fomentando reflexões teóricas e metodológicas sobre comércio e consumo.

Prof. Dr. Antonio Cardoso Façanha

SUMÁRIO

ANÁLISE DO ORDENAMENTO DO ESPAÇO DA ORLA MARÍTIMA NA PRAIA DE ATALAIA EM LUÍS CORREIA – PI	8
John Kennedy Viana Rocha; Edvania Gomes de Assis Silva	
PARTAGE SHOPPING CAMPINA GRANDE: a relação do consumo e enclave fortificado com sua expansão	16
Kátia Cristina Ribeiro da Costa; Maria do Socorro Teixeira Paulino	
TURISMO E CONSUMO DO ESPAÇO NA COMUNIDADE BARREIRAS EM CAMOCIM, CEARÁ, BRASIL	23
Gerson Kaio Lima Borges; Luiz Antônio Araújo Gonçalves	
MERCADO PÚBLICO DO SATÉLITE (TERESINA-PI): um espaço de sociabilidade	34
Laiala Nunes Ferreira; Antônio Cardoso Façanha; Andréa Lourdes Monteiro Scabello	
MERCADO VELHO, CONSUMO NOVO	43
Brenda Rayra Cavalcante de Sousa; Juliane Ferreira Vasconcelos; Vivianny de Paula Fernandes Moura	
O E-COMMERCE DE DELIVERY E PLATAFORMAS VIRTUAIS EM CAMPO GRANDE – MS	54
Victor Dantas Siqueira Pequeno; Paulo Fernando Jurado da Silva	
OS IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) NO COMÉRCIO E NO CONSUMO EM DUAS CIDADES PEQUENAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SOBRAL: Alcântaras e Frecheirinha – CE	64
Bertoni Vasconcelos Diogo; Virgínia Célia Cavalcante de Holanda; Jhonata Silva Pontes	
OS CONTEXTOS ESPACIAIS DO PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA DA CIDADE DE TERESINA	74
Poliana Santos Ferraz de Oliveira	
A FEIRA LIVRE DE CAMPOS SALES - CE: relações sociais, especialidades e redes	85
Antonio Pedro Lima e Silva; Luiz Antonio de Araújo Gonçalves	
A IMPORTÂNCIA DO MERCADO PÚBLICO SOBRE A ECONOMIA COMERCIAL DA CIDADE DE BARRAS/PI	97
Leandro dos Santos Oliveira; Maria Aline de Sousa Silva ; Rosa Maria da Conceição dos Santos	
A INFLUÊNCIA DAS FESTIVIDADES CULTURAIS NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA CIDADE DE BARRAS/PI	105
Leandro Dos Santos Oliveira; Andresa Lorrane de Carvalho Sousa;	

Rosa Maria da Conceição Silva

A NOVA GEOGRAFIA DO COMÉRCIO DE TERESINA: análise da implantação dos shoppings centers como reprodução do espaço urbano 113
Gilson Barbosa de Sousa; Virgínia Célia Cavalcante de Holanda

AVENIDA RUI BARBOSA EM TERESINA-PI: policentralidade e formação de novos centros urbanos 124
Francisco Wesley Marques Brandão; Espedito Stanley Marques Brandão

TERRITÓRIO DA COMUNIDADE TRAVESTI NO CENTRO DE TERESINA-PI 133
Thiago Emanuel Vasconcelos de Araújo; Mariana Costa Vieira

COMERCIALIZAÇÃO NOS SERTÕES DO PIAUÍ: um panorama dos fluxos e dinamismo urbano e regional a partir de uma Cidade de Comando Regional Piauiense 145
Juscelino Gomes Lima

CRÍTICA À ECONOMIA POLÍTICA DO ESPAÇO DE SOBRAL (CE): o eixo terciário Monsenhor Aloísio Pinto 155
Francisco Clébio Rodrigues Lopes

INDÚSTRIA, CONSUMO E REESTRUTURAÇÃO NO CEARÁ: a indústria têxtil e suas dinâmicas econômicas na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) 163
Marcos Vinícius Vieira do Nascimento; Vitória Valentim de Oliveira;
José Valdecy Alves Gomes Júnior

LOCALIZAÇÃO DO SETOR DE VAREJO SUPERMERCADISTA E OS EIXOS DE ADENSAMENTOS NO ESPAÇO URBANO DE FORTALEZA – CE 174
Tiago Fernando Gomes Barbosa

O COMÉRCIO E OS NOVOS USOS DO/NO ESPAÇO: o caso da praça do trabalhador em Teresina – PI 186
Emilson Oliveira dos Santos

O COMÉRCIO NO CENTRO TRADICIONAL DE ALAGOA GRANDE-PB: transformações, persistências e potencialidades 196
Rubens Martins Marques; Kátia Cristina Ribeiro Costa

O PAPEL DO ENSINO SUPERIOR NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL 208
Breno de Abreu Lopes; Luiz Antônio Araújo Gonçalves;
Virgínia Célia Cavalcante de Holanda

RACIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO: transformações nas espacialidades e funcionalidades comerciais de Sumé-PB 218
Gustavo dos Santos Costa; Lincoln da Silva Diniz

FORMAÇÃO DE SUBCENTROS EM TERESINA E AS DE FRANQUIAS DE

FAST-FOOD	229
Orleando Leite de Carvalho Dias; Cleonice Carvalho Silva; Antonio Cardoso Façanha	
AGRICULTURA URBANA NA REGIÃO NORTE DE TERESINA: importância socioeconômica, características e modalidades.....	241
Francisco Wesley Marques Brandão; Espedito Stanley Marques Brandão; Joana Aires Silva	
A IMPORTÂNCIA DO MONUMENTO FLORESTA FÓSSIL PARA A CIDADE DE TERESINA-PI.....	250
Danielle Pereira de Oliveira; Edileia Barbosa Reis; Francisco Wellington de Araujo Sousa	
REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE DE SOBRAL, CE	262
Antonia Helaine Veras Rodrigues	
IMPACTOS AMBIENTAIS DA ATIVIDADE INDUSTRIAL: estudo do bairro Distrito Industrial na zona Sul de Teresina – PI	272
Núbia Araújo Sena; Karoline de Sousa Almeida; Bruna de Freitas Iwata	
A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NAS PEQUENAS CIDADES DO NORDESTE: um estudo em Capitão de Campos - PI ...	285
Raquel Henrique Aires; Telma Bessa Sales	
MEIO AMBIENTE E ATIVIDADE MINERAL EM TERESINA – PI: exploração e comercialização de massará e seixos	298
Bartira Araújo da Silva Viana; Sergio Carlos dos Santos Viana; Anna Kelly Moreira da Silva	
OS CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS FECHADOS EM TERESINA-PI: consumo natureza e espaço urbano	311
Edileia Barbosa Reis; Bartira Araújo da Silva Viana	



IV SEMINÁRIO REGIONAL DE COMÉRCIO, CONSUMO E CULTURA NAS CIDADES

Teresina – PI, 12 a 14 de junho de 2019

ANÁLISE DO ORDENAMENTO DO ESPAÇO DA ORLA MARÍTIMA NA PRAIA DE ATALAIA EM LUÍS CORREIA – PI

John Kennedy Viana Rocha¹

Edvania Gomes de Assis Silva²

Resumo: O estudo do ordenamento do espaço geográfico e turístico da orla marítima na praia de Atalaia na cidade de Luís Correia – PI se baseou, na investigação do processo de organização e caracterização do espaço na orla. Os dados foram coletados através do roteiro de observação, registros fotográficos, levantamento bibliográfico e documental. Os resultados apontaram que, o espaço da orla possui muitos problemas decorridos pelo (de)ordenamento e pela falta de aplicação das políticas públicas governamentais, pois a medida em que este foi ocupado ao longo das décadas sem um ordenamento, gerou problemas tais como; acúmulo de resíduos sólidos, falta de sinalização turística e saneamento básico, entre outros, que refletem de forma significativa. Assim, projetos de estruturação e ordenamento do espaço geográfico da orla de Atalaia estão em andamento, e são de vital importância para que o local seja um cartão postal, do turismo no litoral do Piauí.

Palavras-chave: Espaço. Ordenamento. Praia de Atalaia. Luiz Correia. Orla.

INTRODUÇÃO

Objeto de estudo é a praia de atalaia sua orla e os elementos que estão incorporados ao seu entorno, onde apresentam um visão de desorganização espacial, essa desordem está relacionado ao processo de formação de ruas do bairro localizado a frente da área que esta a orla balneária de Luís Correia. No mapa é possível verificar a localização exata do inicio ao fim da orla, bem como é possível verificar um recorte espacial antes da construção da orla e pós a construção e valorização do território marítimo, assim com o desmatamento da restinga há uma grande entrada de areia dunosa “areia de duna” para dentro das estradas e no entorno dos canteiros centrais dificultando assim o fluxo continuo dos veículos de circulação.

O objetivo central deste estudo foi analisar o processo de organização da orla da praia de Atalaia em Luís Correia – PI e caracterizar o espaço no entorno da orla marítima na organização dos seus espaços. Vários problemas foram detectados, entre eles; a falta de condições de mobilidade e de controle ambiental, decorridos dos terrenos vazios - que servem de deposição de lixo -, calçadas danificadas, banheiros fechados e quebrados, estacionamento sem sinalização, falta de sinalização turística, inexistência de posto de atendimento ao

¹ Turismólogo. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Piauí – UFPI. E-mail: johnvrochaphb@gmail.com

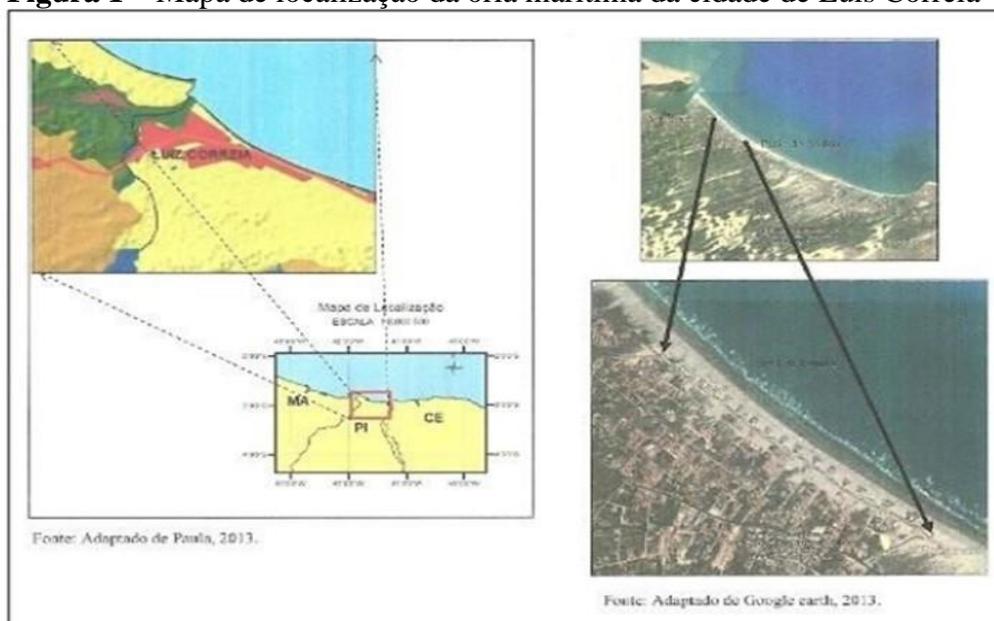
² Geógrafa. Doutora em Geografia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Piauí. E-mail: edvania@ufpi.edu.br

turista/visitante, falta de postos de guarda-vidas, entre outros, que interferem diretamente no ordenamento do espaço geográfico, principalmente na época de veraneio (dezembro a fevereiro e junho a agosto).

Nesse sentido, algumas técnicas de pesquisa foram utilizadas para levantamento de informações, tais como; pesquisa bibliográfica e documental (banco de dados diversos), registro fotográfico e formulário de observação. Na observação descritiva, houve a oportunidade de identificar objetos e atores envolvidos, tendo em vista suas ações, bem como, do espaço a ser analisado, que levou em conta a estrutura física, os usuários e serviços. Seguindo essa linha de raciocínio, as intenções precisaram ser previamente definidas, tendo como princípio o tema/assunto que se desejou desenvolver.

O município de Luís Correia está localizado na microrregião do litoral piauiense, tendo seu território de desenvolvimento na Planície Litorânea na latitude $02^{\circ}52'45''$, longitude $41^{\circ}40'01$, sendo seus limites em sua área de abrangência ao norte: Oceano Atlântico, ao Sul: Cocal, ao Leste Estado do Ceará/ Cajueiro da Praia e Oeste Parnaíba/Bom Princípio do Piauí. No estado do Piauí. Luís Correia é o município com maior extensão de litoral, cerca de 46 km, ais da metade da área litorânea de todo o estado (IBGE, 2010).

Figura 1 – Mapa de localização da orla marítima da cidade de Luís Correia



Fonte: Monteiro e Baptista (2014).

Suas temperaturas médias anuais são entre 25°C e 32°C , seu clima alternadamente úmido e seco, com duração do período seco de seis meses com precipitações Pluviométricas 1.173,4 mm, sua vegetação multivariada em zona de transição restinga, vegetação de duna e caatinga arbórea e arbustiva. Os Recursos hídricos distribuem-se ao Oceano Atlântico, Rio

Carpinas, Potinho, São Miguel, Ubatuba e Lagoas das Mutucas, do Sobradinho, da Santana, Portinho e do Jabuti (IBGE, 2010).

O processo de formação do território de Luís Correia aconteceu na data de 1820 em um povoado chamado de Amarração, onde fica localizado a sede o município, onde se localizava uma aldeia de Pescadores que viviam da agricultura e da pesca, durante a guerra do Balaio, muitas tropas desembarcavam nas águas que banham a zona costeira, assim servindo para de comunicação com as províncias limítrofes e capitais do império, embora A localização territorial fosse de domínio do Estado Piauiense,

O povoado de Amarração tinha muita influencia se assistência dos padres de granja no estado do Ceará. No ano de 1865 o povoado Amarração foi elevado a categoria de Distrito, com limites colocados em 1870. Quando então em 1874 o governo cearense determinou o que amarração fosse elevadas categoria de Vila; só apenas em 1880 que o estado do Piauí passou a tomar posse novamente do seu território até então dominado pelo Estado do Ceará (BRASIL, 2004).

A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO

O homem sempre ocupou o território localizado na zona costeira dos continentes, na busca da facilidade da pesca, e de climas com temperaturas amenas, assim o homem passou a habitar esses espaços que os favoreciam, onde no futuro essas áreas de domínio humano passam a ter um domínio de desenvolvimento econômico de maior proporção. Cavalcante (1996) coloca que no Brasil as áreas litorâneas vêm também sendo ocupadas em função de sua valorização econômica, através de restaurantes, pousadas, casas luxuosas, apartamentos, entre outros.

O espaço ocupado está distribuído entre sua história de ocupação, assim como hoje, é possível verificar a história da construção de uma cidade através de seus fixos, esses elementos distribuídos principalmente onde se de a origem a cidades como: casas, portos, estações, armazéns assim como outros que compões os antigos espaços de produção da cidade; com o passar dos anos muitos desses espaços vão dando espaços a novos pontos do setor de produção, assim alguns vão sendo demolidos, outros são ocupados por outras funções, museus, hotéis, cartórios casas de shows. A presença forte da reprodução do espaço, passou a ser um ponto bastante presente nas cidades, tudo isso, por que os modelos de planejamento e ordenamento dos espaços vai acontecendo através do capitalismo.

O litoral brasileiro concentra grandes centros urbanos e, conseqüentemente, maior densidade demográfica, indo contra essa corrente no Piauí a aglomeração urbana

concentra-se no interior do Estado. O aumento crescente da população urbana frente às áreas litorâneas é uma realidade que acontece no Brasil e que pode desencadear uma série de fatores negativos ao meio natural. De tal modo, que nos ambientes que compõem as zonas costeiras os impactos ambientais causam desde a alteração do meio preservado até a extinção de espécies (OLIVEIRA; SILVA; SILVA FILHO, 2017).

Os autores citados definem que, o espaço geográfico da orla marítima sempre foi objeto de lazer, consumo e comércio em todo o mundo, diante disso, ao passar dos séculos, observamos que a orla marítima tem sofrido impactos advindos principalmente da ocupação desordenada, ação esta que expõe a área aos problemas de ordem social e ambiental.

O ESPAÇO DA ORLA DE LUIS CORREIA – PRAIA DE ATALAIA

No caso do litoral do Piauí, mais especificamente, na orla de Atalaia, não é um espaço que possui um consumo durante todos os dias da semana, através da observação é notório que os turistas passam a ter maior visitação nos finais de semana, onde o fluxo de turistas passa a ser maior advindos tanto da capital/interior do estado, quanto do Maranhão. (Figura 2).

Figura 2 – Mapa de localização da Praia de Atalaia, Luís Correia



Fonte: Google Earth (2019).

A orla marítima piauiense (zona de Luís Correia) é problemática, desde que foi ocupada. Sem planos, a médio ou longo prazo, o que prevalece são os planos imediatos, ou seja, o oportunismo de quem quer fazer um negócio e retirar algum lucro. Assim, é frequente vermos edificações fora do alinhamento das ruas, ruas sem calçadas, ruas sem as mínimas condições de ordenamento, ruas que mais parecem veredas, sem saneamento básico e sem iluminação pública. Aliás, a iluminação pública é um grande problema, pois favorece a delinquência. Como descrevem Oliveira, Silva e Silva Filho (2017):

O turismo é um grande potencializador de desenvolvimento da região, movimenta a economia, além de gerar um número considerável de empregos no município. Nos meses de alta temporada (dezembro, janeiro, fevereiro e junho), o grande número de turistas e visitantes deixa a cidade movimentada, em vista aos eventos que acontecem todos os anos, como exemplos o carnaval, as micaretas e o réveillon.

Em períodos festivos, a cidade chega a receber um número de visitantes bastante relevantes causando impactos negativos em grande parte do seu território urbano, uma vez que a cidade não está preparada para receber em seus espaços excessivo fluxo de turistas, causando grandes transtornos com: falta de energia e abastecimentos de água e isso acontece principalmente no réveillon e carnaval.

O des(ordenamento) é percebido pelo descaso com a área, em que, moradores/visitantes/turistas deitam lixo em qualquer lugar, conforme se observa na Figura 3. Estes terrenos vazios viram autênticos lixões, prejudicando a paisagem no contexto visual e o ambiente de forma geral, com maus odores, ou mesmo evaporação de produtos tóxicos, isso inclui a falta de cuidados sanitários e de infraestrutura.

Figura 3 – Presença de lixo na Rua Luzilândia, Luís Correia



Fonte: Rocha (2019).

A prefeitura municipal de Luís Correia tem dificuldades em resolver a desordem da orla marítima, à luz da lei de gestão do meio ambiente apesar da área está em processo de urbanização. Por esse motivo, a prefeitura não pode construir algumas estruturas que são consideradas básicas para melhorar a área urbana, tais como calçadas e ruas.

A intensificação do uso turístico de dada porções do espaço geográfico leva a introdução, multiplicação e, em geral, concentração espacial de objetos cuja função é dada pelo desenvolvimento da atividade. Entre esses objetos, destacam-se os meios de hospedagem, os equipamentos de restauração e de prestação do serviço e a

infraestrutura de lazer. Nesse processo de apropriação dos espaços pela prática social do turismo está a gênese dos territórios turísticos (CRUZ, 2003. p 12).

Imagina-se que atualmente não existe outra solução que não seja ultrapassar a lei do meio ambiente, e ajustar à lei urbana, no sentido de dar condições de ambiente mais saudável e de mobilidade, tornando o ambiente mais propício para férias. Isto partindo do princípio de que o ambiente natural já há muito que foi prejudicado. A Avenida Teresina é onde se localiza a estrutura da orla da praia de Atalaia, porém a falta de ordenamento na gestão pública deixa a desejar do quando se fala em manutenção do espaço como um todo (Figura 4).

Figura 4 – Avenida Teresina, Orla Marítima de Luís Correia



Fonte: Rocha (2019).

O ordenamento é a palavra que vem se intensificando a cada dia nos estudos, para que se tenha uma melhor organização das atividades feitas em qualquer ambiente. Estas atividades a serem desenvolvidas, tem possibilidade de serem mais técnicas e efetuadas. Ao considerar o ambiente no qual elas se encontram, independentemente do tipo de ocupação, a forma de organização e seu poder execução será bem mais sustentável. Outro ponto importante são as políticas públicas, pois estas são essenciais no ordenamento.

As políticas públicas tratam da ordenação do território da cidade, buscando a produção de um ambiente urbano de qualidade e a melhor distribuição dos espaços entre os diversos usos que o disputam, de modo que se cumpra com as funções sociais da cidade e da propriedade urbana (habitação, trabalho, comércio, recreação, circulação, atendimento de saúde, educação, lazer, etc., conforme definido no plano diretor) (LOBOSCO, 2009).

Portanto, o sistema político de um território, busca ordenar o espaço utilizado na construção dos elementos que os compõem, essa busca de sua organização é feita através do

planejamento que a equipe gestora do espaço busca no desenvolvimento local. Pois é a partir dessa ordem, que o município consegue fundos federais para seguir o ordenamento do espaço pela iniciativa do setor público. Essa relação, entre ordem do espaço e ações de planejamento através de leis sancionadas pela gestão, é o que os garante que haja uma harmonia significativa nas atividades produzidas pelos agentes construtivos do espaço geográfico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, pudemos verificar neste estudo que a formação do litoral piauiense teve vários conflitos sobre a sua questão territorial, fazendo com que seu espaços fossem construídos de forma avulsa. As casas e outros imóveis que fazem o entorno da orla possuem suas características, apresentam formas desordenadas, justamente por apresentar em seu contexto histórico defasado pois os proprietários das terras foram construindo seus imóveis sem uma estrutura, que desfavorece os traçados da ordem urbana.

A orla apresenta uma intensidade de problemas que a gestão pública não mantém relação de manutenção. Ainda, durante observação, foi notória que a gestão pública não atua com suas políticas públicas, que possam dar suporte necessário para manter a estrutura física ordenada com qualidade, assim, os elementos artificiais vão ficando apenas sobre os cuidados de empresários de quiosque. A prefeitura tem seu papel na limpeza, porém não possui atividades de gerenciamento direto, como placas educativas, dentre outros itens, que poderiam amenizar um impacto estrutural na paisagem da orla.

A análise mais ampla se dá pela falta de atividades de cunho educativa como: placas para não jogar lixo em lugares não apropriados, não há cestas de coleta de lixo espalhados na orla, onde amenizaria a dispersão de lixo no entorno da praia, além de leis com multas para os usuários que depositarem seus resíduos sólidos sem ser no local apropriado, para o trânsito distribuição de semáforos, também poderia ser uma alternativa para ordenar o trânsito. Por fim, as atividades na orla devem seguir, porém os agentes construtores do espaço devem tomar atitudes que possam revitalizar a ordem do espaço evitando futuros transtornos.

REFERÊNCIAS

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília. **IBGE Cidades**: Luís Correia. 2018.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Cadernos Mcidades**, n. 1-8. Brasília: MCidades, 2004.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à Geografia do Turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

LOBOSCO, T. Práticas Urbanas e Produção do Espaço em Ocupações Informais. **GeoTextos**, v.5, n.2, 2009.

MONTEIRO, M. G. M.; BATISTA, C. E. M. A. Reestruturação da Orla da Praia de Atalaia, Luís Correia – PI: sua relação com a geomorfologia. **Revista Geonorte**, Edição Especial 4, v.10, n.1, p.1-6, 2014.

OLIVEIRA, D. S.; SILVA, E. G. A.; SILVA FILHO, F. P. Uma Abordagem Sobre as Transformações na Zona Costeira de Luís Correia. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE JOVENS INVESTIGADORES, 3., 2017, Fortaleza. **Anais eletrônicos** [...]. Fortaleza: UECE, 2017. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/50200>.



IV SEMINÁRIO REGIONAL DE COMÉRCIO, CONSUMO E CULTURA NAS CIDADES

Teresina – PI, 12 a 14 de junho de 2019

PARTAGE SHOPPING CAMPINA GRANDE: a relação do consumo e enclave fortificado com sua expansão

Kátia Cristina Ribeiro da Costa¹

Maria do Socorro Teixeira Paulino²

Resumo: Esse artigo é resultado de uma pesquisa, em fase inicial, referente ao entendimento da influência do Shopping Center Partage na criação de um imaginário de enclave fortificado para o consumo. Busca-se identificar a partir dos consumidores quais os motivos que os levaram a frequentar este tipo de empreendimento, porque sentem-se seguros no local, procurando conhecer o seu perfil sob o aspecto da faixa salarial. Para isso, iniciamos um levantamento de informações, utilizando-se questionários, aplicados aos consumidores escolhidos de forma aleatória e em dois dias distintos. Após coleta dos dados e análise dos mesmos, concluiu-se preliminarmente que o consumidor tem como preferência as opções de entretenimento e alimentação. Observou também que a renda salarial da maioria dos entrevistados está abaixo de dois salários-mínimos e que, em sua maioria, sentem-se seguros dentro do shopping. A pesquisa apontou ainda que a expansão teve uma relevância em relação ao consumo e a sensação de segurança dos consumidores que ali frequentam. Dessa forma, pretendemos em etapas futuras, entender quais as diretrizes mercadológicas e urbanísticas são desenvolvidas para transformar o Shopping Center Partage em um espaço dirigido para o consumo.

Palavras-chave: Shopping. Enclave fortificado. Consumo.

INTRODUÇÃO

Buscando entender as novas formas de consumo de Campina Grande, iniciamos essa pesquisa no espaço interno do *Shopping Center Partage*, que atualmente vem recebendo várias transformações internas e externas, o que vem atraindo cada vez maior número de consumidores. Por isso, partimos da análise do consumidor do novo Shopping Partage de Campina Grande, interior do Estado da Paraíba, Nordeste do Brasil.

O *Shopping Center* é “um empreendimento imobiliário de iniciativa privada que reúne, em um ou mais edifícios contíguos, lojas alugadas para comércio varejista e serviços” (PINTAUDI; FRUGOLI, 1992). Este tipo de estabelecimento chegou a cidade de Campina Grande no ano de 1999, como nome *Shopping Iguatemi*, onde o mesmo passou por várias mudanças, inclusive de nome e administração. Com o passar dos anos surgiu a necessidade de um aprimoramento, passando por inúmeras reformas para poder chegar ao que é hoje, o *Partage Shopping Campina Grande*. Em estudos futuros, apresentaremos uma análise histórica

¹Prof^a. Dr^a. do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande, E-mail: katiacristinaribeirocosta@gmail.com

²Graduanda do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Campina Grande, E-mail: socorro.taraujo@gmail.com

do Shopping Center Partage, e sua influência na distribuição das atividades comerciais e de serviços na cidade de Campina Grande.

Segundo Caldeira (1997) enclaves fortificados são espaços privatizados, fechados e monitorados por fortes sistemas de segurança, seja para fins de residência, lazer, consumo ou trabalho que atraem pessoas principalmente pelo medo da violência, geralmente pessoas das classes média e alta.

Esta pesquisa apresenta-se como relevante para o estudo em geografia urbana, pois trata de um assunto que está em constante mudança, que é o comércio. Buscou-se identificar junto ao consumidor qual o impacto das recentes reformas em relação ao consumo e se o shopping é considerado um lugar seguro para o consumidor. Este tipo de ambiente vem ganhando mais consumidores em que, de acordo com Pintaudi e Frúgoli (1992), eles procuram lugares com estas características por acharem mais atraentes, tanto do ponto de vista arquitetônico como também por não existirem problemas sociais, ao menos aparentes.

Foi sob esta óptica, de consumo e segurança, que surgiu a ideia de se fazer um estudo sobre o Partage *Shopping* Campina Grande, pois o mesmo passou por grandes reformas, aprimorando ainda mais o local e após estas reformas, observou-se um crescente aumento do número de pessoas que ali frequentam. Assim, o objetivo desta pesquisa é avaliar a relação de consumo em um enclave fortificado e o impacto das recentes reformas realizadas no Partage *Shopping* Campina Grande, buscando identificar os motivos que levam o consumidor a optar por este tipo de estabelecimento, identificar qual serviço é mais procurado, traçar um perfil salarial das pessoas que frequentam esse estabelecimento e verificar se o aspecto de enclave fortificado favorece o sentimento de segurança nestes ambientes.

METODOLOGIA

O método de análise é o entendimento das novas formas de comércio a partir de uma geografia do comércio e do consumo urbano, através dos questionamentos sobre centralidade e cotidianidade, tidos como conceitos fundamentais para se desenvolver um estudo do comércio na perspectiva lefebvriana da geografia crítica. A metodologia se constitui na aplicação de um questionário ao consumidor, a partir do qual as respostas foram obtidas.

A coleta dos dados foi realizada em dois dias e horários diferenciados, durante o mês de outubro de 2018, visando uma melhor heterogeneidade dos dados coletados nesta pesquisa. No entanto, foram aplicados apenas 33 questionários, pois a pesquisa foi interrompida por seguranças do Partage Shopping e fomos impedidos de continuar a aplicação dos questionários. Acrescenta-se que procuramos por várias vezes a administração, mas todas as

tentativas foram sem êxito e mesmo apresentando ofício solicitando autorização para realização da pesquisa e demonstrando a importância da mesma para fornecer informações sobre os consumidores para o shopping, não obtivemos nenhuma resposta.

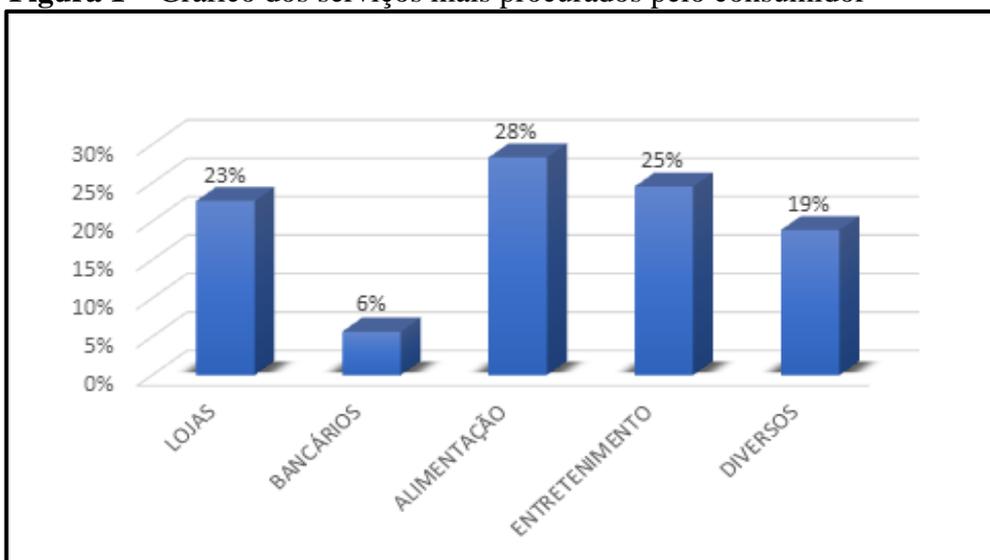
A visita in loco possibilitou também registros fotográficos. Algumas imagens, no entanto, precisaram ser obtidas através da internet no próprio site do shopping, uma vez que os pesquisadores foram impedidos de continuar os registros fotográficos. Os materiais usados nesta pesquisa foram: Questionário impresso em papel A4; Caneta esferográfica; Celulares para registro de imagens.

RESULTADOS

Para obtenção dos resultados foi aplicado um questionário aos consumidores do Partage Shopping Campina Grande, com a intenção de adquirirmos algumas informações significativas para o artigo conforme.

A Figura 1, que corresponde a primeira pergunta do questionário, visa apresentar quais os serviços mais procurados pelo consumidor do Partage Shopping. Observa-se que os serviços mais procurados são entretenimento e alimentação. É necessário destacar ainda que muitos dos consumidores procuram mais de um serviço, tendo em vista as opções oferecidas, a maioria optou por marcar mais de uma opção.

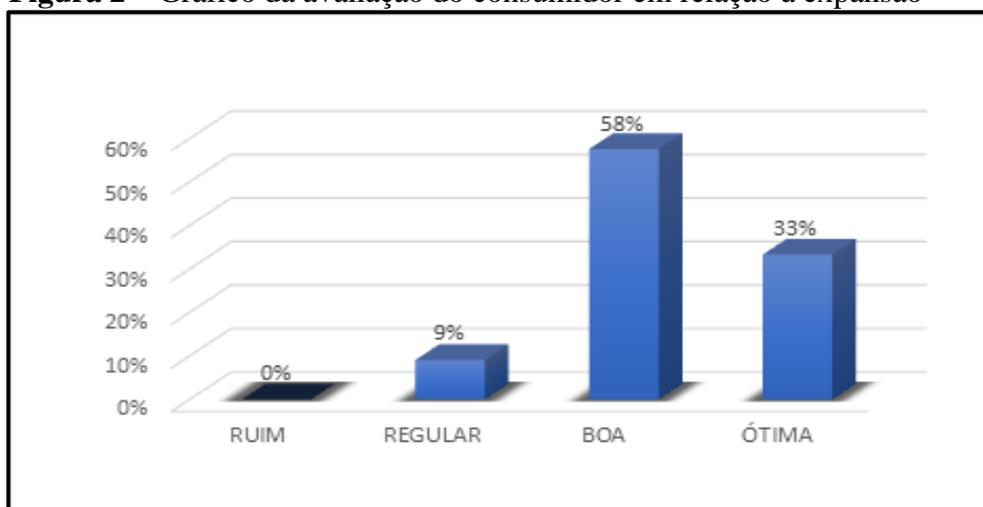
Figura 1 – Gráfico dos serviços mais procurados pelo consumidor



Fonte: autores (2018).

Outro ponto observado foi a avaliação dos consumidores sobre a expansão do shopping. Conforme a Figura 2 percebe-se que a maioria classificou o investimento em expansão como boa ou ótima.

Figura 2 – Gráfico da avaliação do consumidor em relação à expansão



Fonte: autores (2018).

Buscou-se ainda, avaliar no questionário, se a segurança é um fator determinante para a escolha do shopping, no entanto, conforme a Figura 3, observa-se que dentre os motivos que mais atraem o consumidor ao shopping, 43% definiram a variedade de serviços oferecidos como fator de maior impacto na escolha e 27% apontam a segurança como critério para escolha do shopping.

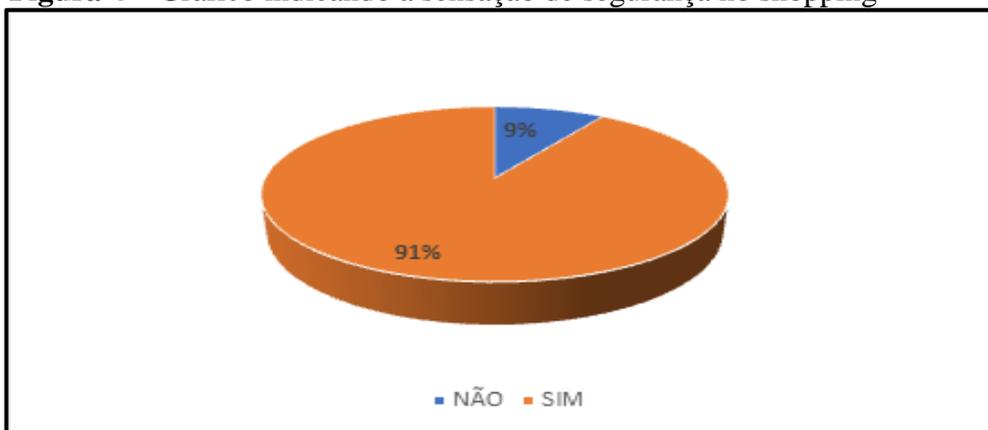
Figura 3 – Gráfico dos principais motivos para escolha do shopping



Fonte: autores (2018).

Embora a segurança não tenha sido apontada como fator mais importante, observa-se que mais de 90% dos entrevistados relatam que sentem-se seguros, conforme a Figura 4, o que dá ênfase a sensação de segurança dos consumidores.

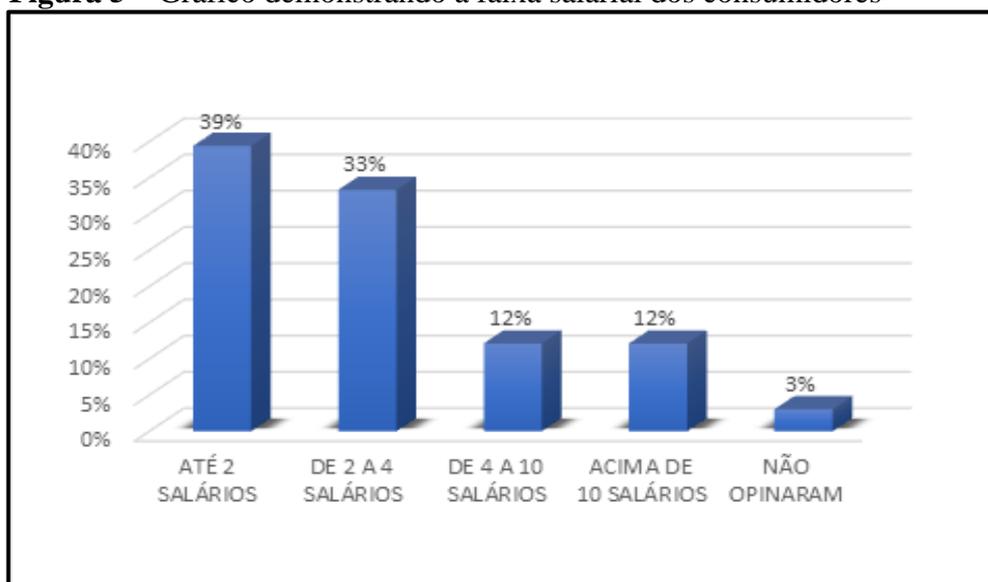
Figura 4 – Gráfico indicando a sensação de segurança no shopping



Fonte: Autores (2018).

Por fim, na busca pelo perfil salarial do consumidor do shopping, percebeu-se, conforme a Figura 5, que a maioria dos entrevistados estavam numa faixa salarial abaixo de dois salários-mínimos.

Figura 5 – Gráfico demonstrando a faixa salarial dos consumidores



Fonte: Autores (2018).

DISCUSSÃO

Com base nos resultados obtidos, percebe-se que há uma busca por parte dos consumidores pela diversidade dos serviços oferecidos pelo *Shopping Partage*, sem uma tendência mais acentuada para um único serviço, validando uma das hipóteses apontadas na elaboração do projeto. No entanto, as opções de entretenimento e alimentação se destacam como os serviços mais procurados entre os entrevistados. Tais resultados podem servir como referência para investimentos no *Shopping* nestas áreas.

Destaca-se que esta quantidade dos serviços ofertados já ampliou-se após a recente reforma para expansão do *Shopping*, reforma que foi avaliada positivamente pelo consumidor. Conforme resultados apresentados, mais de 90% descreveu como bom ou ótima a reforma realizada e acrescenta-se ainda que não houve nenhuma avaliação negativa sobre esta.

Neste novo perfil de Shopping, percebeu-se que dos fatores determinantes para a escolha do consumidor pelo Partage, a variedade de serviços oferecidos é predominante frente a fatores como: segurança, promoções e horário de funcionamento. Esta informação contrapõe uma das hipóteses iniciais da pesquisa que sugeria o enclave fortificado como fator determinante para a escolha deste tipo de empreendimento. Entretanto, é necessário destacar que 27% dos entrevistados apontaram a segurança como fator determinante para a escolha do shopping, ou seja, mesmo não sendo a motivação principal para frequentar este ambiente, a segurança é um fator potencial para definir a escolha do consumidor. Esta ideia é corroborada ao se constatar que 91% dos entrevistados afirmam sentir-se seguros neste ambiente.

Outro fator observado é a faixa salarial dos clientes entrevistados, fator este que também refutou uma das hipóteses da pesquisa na qual se imaginava um perfil de consumidor de classe média ou alta. Constatou-se que a maioria dos consumidores entrevistados recebe abaixo de dois salários-mínimos e em segundo lugar estão os consumidores que recebem entre dois e quatro salários, estes dois grupos correspondem a 72% dos consumidores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os aspectos sobre a expansão do Partage Shopping Campina Grande e o que isso influenciou em relação ao consumidor e seu enclave fortificado, pode-se chegar a seguinte conclusão.

Observou-se que pelo fato do perfil de renda salarial ser de até dois salários-mínimos, em sua maioria, isso pode justificar o fato dos serviços mais procurados por aqueles que frequentam o Partage Shopping ser entretenimento e alimentação. Pode-se concluir também que o enclave fortificado é um fator importante, para que as pessoas procurem este tipo de estabelecimento, mesmo não sendo esta a principal motivação, os consumidores inconscientemente relacionam shopping à segurança.

Uma vez que o shopping proporciona esta sensação de segurança e oferece uma variedade de serviços, o Partage tornou-se, em Campina Grande, não apenas um lugar onde as pessoas buscam fazer compras, mas também um estabelecimento que passou a ser ambiente de lazer. E é pautado nestes aspectos de lazer e diversidade de serviços que o marketing do

shopping busca chamar a atenção do seu consumidor com eventos e exposições, atraindo os consumidores para frequentar e consumir os produtos e serviços.

REFERÊNCIAS

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Revista Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 47, p. 155-176, 1997.

COSTA, Kátia Cristina Ribeiro Costa. **Shopping Center Recife: Conflitos e Valorização do Espaço**. 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1995.

_____. **Shopping Center Recife: Conflitos e Valorização**. 1990. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1990.

PINTAUDI, Silvana Maria. **O Templo da Mercadoria: Estudo sobre os Shopping Centers do Estado de São Paulo**. 1989. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

_____. Os Shopping Centers Brasileiros e o Processo de Valorização do Espaço Urbano. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 65, 1989.

PINTAUDI, Silvana Maria; FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. (Org.). **Shopping Centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras**. Editora UNESP, 1992.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.



IV SEMINÁRIO REGIONAL DE COMÉRCIO, CONSUMO E CULTURA NAS CIDADES

Teresina – PI, 12 a 14 de junho de 2019

TURISMO E CONSUMO DO ESPAÇO NA COMUNIDADE BARREIRAS EM CAMOCIM, CEARÁ, BRASIL

Gerson Kaio Lima Borges¹

Luiz Antônio Araújo Gonçalves²

Resumo: O turismo corresponde a uma prática social e pode ser entendido como deslocamento de pessoas pelas mais diversas motivações - lazer, prazer, trabalho – para local diferente de sua residência permanente, promove contato entre aspectos físicos (paisagem, mar, sol, vento, clima, etc.) e humanos (culinária, hospitalidade, cultura, etc.), estimulando a economia local, na finalidade de consumir os espaços. Partimos da teoria turística de Cruz (2001, 2003), Becker (1996), Rodrigues e Knafo (1996) para elucidar a compreensão do conceito de turismo e consumo do espaço, associado às práticas turísticas na comunidade Barreiras, em Camocim-CE. O objetivo do trabalho é apresentar um diálogo a partir destes autores da geografia, do lazer e turismo a fim de compreender a base epistemológica do consumo do espaço pelo turismo. A pesquisa foi realizada por meio de fonte bibliográfica, diagnóstico e descrição da área levantada para estudo. Os resultados mostram de forma explícita processos que se manifestam nos lugares como produto da contradição existente na escala local e que resulta numa global, de forma hegemônica.

Palavras-chave: Turismo. Consumo do Espaço. Barreiras.

INTRODUÇÃO

O turismo corresponde a uma prática social, onde as pessoas se deslocam para um determinado destino na busca de mudança de rotina, de lazer, prazer e aspectos físicos (paisagem, mar, sol, frio, vento, etc.) e aspectos humanos (culinária, hospitalidade, cultura dentre outras) na finalidade de usufruir desses espaços.

Diante disso, abordamos uma breve síntese histórica do turismo e sua expansão em nível global. Buscamos, assim, entender como o turismo promove o consumo de novos lugares que passam a ser ressaltados a partir da instalação de equipamentos turísticos, de engenharia, e serviços que atendem uma demanda de visitantes.

Desde o aparecimento das primeiras viagens organizadas, nos idos do século XIX – o chamado *Grande Tour* – até os dias de hoje, muita coisa mudou no turismo e é justamente pela dinamicidade das sociedades que ocorre essa transformação no significado do que se habitou chamar de turismo (CRUZ, 2003). No século XX, principalmente no pós-guerra,

¹ Mestrando no curso de Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - MAG/UVA, E-mail: kaioborges100@hotmail.com

² Prof. Dr. Luiz Antônio Araújo Gonçalves Universidade Estadual Vale do Acaraú- MAG/UVA, E-mail: geoluiz@hotmail.com

houve uma mudança significativa na atividade turística, ocasionada pela massificação, do “*Welfare State*”, na regulação do trabalho, no tempo de trabalho, nas férias, na aposentadoria, no consumo de massa, no desenvolvimento dos meios de transportes como o avião, atribuindo a característica de massificação ao turismo (BECKER, 1996). Foi no final do século XX que o turismo experimentou essa nova lógica de organização criando estratégias de implantação de equipamentos turísticos, nos lugares onde ainda essa atividade existia.

TURISMO E O USO DO ESPAÇO NO CAPITALISMO

De acordo com Cruz (2003, p. 4), o turismo “[...] tem mudado ao longo da história e cada definição consiste em nova tentativa de se conceituar algo que tem, reconhecidamente, uma dinâmica inquestionável”. Essa autora demonstra que o turismo se destaca cada vez mais a nível global, de modo que a Organização Mundial do Turismo (OMT) tem atuado na definição, organização, planejamento e gestão dessa atividade. Já para Barros (2001, p. 34) o turismo é um consumidor de paisagens e territórios por excelência, comoditizando-os, preparando-os para torná-los produtos consumíveis.

É uma modalidade de deslocamento espacial, que envolve a utilização de algum meio de transporte e ao menos um pernoite no destino; esse deslocamento pode ser motivado pelas mais diversas razões, como lazer, negócios, congressos, saúde e outros motivos, desde que não correspondam a formas de remuneração direta (CRUZ, 2003).

No entanto como outras possibilidades o turismo sobrepõe o valor de troca ao valor de uso do espaço. Como dito anteriormente, o espaço é o elo entre relações sociais e a configuração territorial, e o turismo permite o desenvolvimento de tal atividade levando a produção do espaço (CRUZ, 2003) nas mais diversas localidades para serem comercializadas.

Para Conti (2003, p. 59), o turismo é “[...] um processo que interessa a sociedade e à natureza, porque está vinculado aos objetivos da geografia enquanto ciência que se propõe a interpretar os arranjos espaciais da superfície terrestre decodificando toda a dinamicidade complexa”. Nesse sentido o turismo se alinha a noção de natureza como um “objeto geográfico”, que hierarquiza o espaço geográfico da relação complexa entre o local e o global. Nesse sentido, Mendonça (1999) considera que o turismo é uma indústria moderna revelando vários setores da economia, que depende da apropriação e exploração da natureza e das sociedades locais. No entanto, o turismo pode desencadear um consumo consumptivo (e não criativo) do espaço enquanto objeto porque “[...] demanda diversas infraestruturas nos lugares (a tecnoesfera no lugar)” (MOLINA, 2007, p. 29).

Dessa forma, revela-se que o turismo enquanto atividade econômica está atrelada a produção dos lugares e não-lugares, como força motriz do capitalismo moderno. De acordo com Cruz (2001, p. 09):

[...] o turismo constitui uma ‘força motriz e um fenômeno explicativo da manifestação do mundo no lugar’, devido as conexões que estabelece entre o local e o global’. Logo, essa força resulta não somente da relação com o lugar, mas com as forças atuantes nos espaços que qualificam como um espaço destinado a reserva turística como por exemplo, investimento na mão-de-obra qualificada, e consequentemente a exploração do trabalho (LUCHIARI, 1999; CRUZ, 2001).

O turismo desencadeia também o processo de especulação imobiliária que, ao valorizar novas áreas, faz com que suas características ambientais se tornem completamente secundárias (MENDONÇA, 1999, p. 19). Nesse aspecto, Garcia (2007) reconhece esse fenômeno como “especialização de lugares”, ou seja, “estes lugares são criados com uma única finalidade, ou são transformados para atender esse mercado em permanente processo de expansão” (GARCIA, 2007, p. 122). Paralelamente, o turismo tem sido um vetor importante que tem contribuído para o desenvolvimento de outras atividades desde a indústria até o terciário, passando pela produção de equipamentos que configura o espaço geográfico, dando uma nova configuração aos lugares.

TURISMO E CONSUMO DO ESPAÇO

As afirmações tecidas anteriormente pelos autores, enfatiza-se que o espaço do turismo também tem outra função importante - o consumo - propiciada principalmente pelos turistas, todavia, articulam:

[...] inúmeras formas de consumo, entre as quais podem-se ligar os meios de transporte, de hospedagem e de restauração (estabelecimentos comerciais do ramo alimentício), o setor de agenciamento da atividade, os serviços bancários, o comércio de bens de consumo de modo geral, que envolve o consumo de um conjunto, indissociável, de bens e serviços que compõem o “fazer turístico”, isto é, o ato de praticar turismo e tudo aquilo que essa prática envolve, em termos de objetos e ações (CRUZ, 2001, p. 9).

Por outro lado, o exercício desta atividade promissora é preciso que haja infraestrutura de qualidade para receber os turistas, atendimento e alimentação de qualidade, suprimindo as necessidades básicas do visitante, agências de transporte, empresas de passeios, serviços esportes aquáticos, além de opções de entretenimento. Desta forma, promove a (re)organização do espaço e dos lugares, estabelecida pelo uso turístico sobre uma organização social preexistente (CRUZ, 2001).

Considerando outros aspectos, a apreensão do turismo sempre esteve ligada fortemente à frente dos interesses econômicos proporcionados pela atividade destacando o

deslocamento de pessoas, a inserção de moeda estrangeira nos países longínquos, despertando o interesse e a necessidade de mão-de-obra especializada para atender os indivíduos nos mais diversos setores.

Carlos (1996, p. 26) destaca que a indústria do turismo transforma tudo o que toca em artificial, que cria um mundo fictício e mistificado de lazer, ilusório, onde o espaço se transforma em “cenário para o espetáculo” para uma multidão amorfa mediante a criação de uma série de atividades que conduzem a passividade, na qual muitos sujeitos se entregam às manipulações e alienação do tempo de não-trabalho.

Ainda na mesma linha, a autora mantém o discurso de que o turismo como atividade transformadora é realizada pelas indústrias capitalistas, transformando os espaços num espetáculo que colocam a mínima parcela da população de dimensões sociais, ambientais e econômicas num ponto de ebulição. Nesse sentido, as cidades:

[...] se transformam com objetivo precípua de atrair turistas, e esse processo provoca de um lado o sentimento de estranhamento – para os que vivem nas áreas que num determinado momento se voltam para a atividade turística – e de outro transforma tudo em espetáculo e o turista em espetáculo passivo (CARLOS, 1996, p. 26).

Certamente, o espaço produzido pela indústria do turismo e pela sociedade do espetáculo, perde o sentido, é o presente sem espessura, quer dizer, sem história, sem identidade; torna-o um espaço vazio (CARLOS, 1996, p. 28). A propósito, a apropriação do espaço pelo turismo é restrita ao trade turístico, aos atores hegemônicos que controlam a atividade, e a forma como se dá essa apropriação, principalmente no turismo de hotelaria, acaba por se configurar como um impeditivo à apropriação desses territórios pelos turistas (CRUZ, 2001, p. 24).

Sendo assim, o turismo tem como forte vetor a transformação dos espaços mediados pelo capital privado em parceria com o Estado que tem transformado as terras naturais em lugares de apropriação para os turistas de determinadas classes, principalmente, as das mais baixas, na prontidão da especulação e do consumo do espaço, com formações antagônicas de seu aparecimento.

Isso significa dizer que o consumo é baseado por escolhas de acordo com a necessidade de cada consumidor, o que pode vir a ser de forma exacerbada, sem nenhum comprometimento lógico pelo simples fato de comprar, ou de forma consciente, onde consumidor visa à necessidade cotidiana e de acordo com seu orçamento (RODRIGUES; CASTRO; SANTAELLA, 2015).

Rodrigues (1996) afirma que o turismo têm transformado as cidades em mercadoria consumidora dos espaços (pelos turistas), expressão da economia global, configurando as práticas contínuas de desterritorialização e reterritorialização. Além disso, “os espaços do/ou para o ‘turismo’ constitui uma mercadoria complexa” (RODRIGUES, 1996, p. 56). O turismo hoje transforma os espaços litorâneos em mercadoria para venda, consumo e futuras especulações para empreendimentos imobiliários. Para Carlos (1996, p. 26):

[...] Ao vender-se o espaço produz-se a não-identidade e, com isso, o não-lugar. pois longe de se criar uma identidade produz-se mercadorias para serem consumidas em todos os momentos da vida, dentro e fora da fábrica, dentro e fora do ambiente de trabalho, nos momentos de trabalho e de não-trabalho.

Entretanto, o espaço é produzido por novos setores de atividades econômicas, e desse modo, praias, montanhas e campos entram no circuito da troca, apropriadas, privativamente, como áreas de lazer para quem pode fazer uso delas (CARLOS, 1996, p. 25). Efetivamente o turismo, a grosso modo, se apresenta como uma forma de gerenciamento do lugar promovida por empresas e empreendimentos que o apoiam nessa parceria, onde tudo “é programável, tudo é quantificável, tudo é controlável” num lapso de tempo, até nos mínimos detalhes.

Não é a toa que o planejamento turístico faz com que o governo se envolva diretamente no processo de desenvolvimento do setor (...) “e isso cria um clima de confiança, certeza, estabilidade que vem beneficiar, a um só tempo, o empresariado do setor e os turistas” (VIEIRA; FERREIRA; SERRA, 2016, p. 104).

As comunidades pesqueiras locais nunca estão inseridas nos projetos do Estado e muito menos municipal para que possa ter uma moradia digna e no desenvolvimento das suas atividades de (agricultura e pesca). Sendo assim, a atividade turística deve envolver todos os sujeitos ativos.

Nessa relação, “turismo e cidade estão relacionada a três vetores: da industrialização, do turismo e da urbanização de um dado lugar” (CRUZ, 2003). Posteriormente, “essa atividade turística tem-se desenvolvido de tal forma que os indivíduos escolhem o lugar que vão visitar por critérios que não incluem forçosamente a personalidade do lugar” (MENDONÇA, 1999, p. 19). Portanto, “a prática social do turismo apropria-se desses objetos, conferindo-lhes novos significados” (CRUZ, 2003, p. 12).

Dessa forma, a produção do espaço envolve diversas relações sociais e se estabelecem a partir de interesses de agentes que conta a própria história dos lugares, concebida na atualidade que as envolve a produção, já que é uma formação socioespacial, fruto do processo social e histórico do espaço (VIEIRA; FERREIRA; SERRA, 2016, p. 09).

Isso nos mostra para que o turismo – inserida na lógica de uma atividade econômica organizada – possa acontecer, faz-se necessário a criação de um sistema de objetos que estão relacionados à locomoção de pessoas, à sua hospedagem, às suas necessidades de alimentação (CRUZ, 2001, p. 8). É por isso que essa nova organização socioespacial imposta pelo turismo não tem apenas uma conotação de “novidade”. Ela implica apenas em mudanças nas transformações, adaptações, relações novas que coincidem com novos sentidos na vida dos moradores desses pseudo-lugares organizados, que trazem apenas uma relativa modernidade.

Os espaços promovidos pelo turismo juntamente com as ações políticas e da participação da financeirização do capital envolvendo a comunidade local, estão sujeitas a diversas transformações especializadas como ressalta Cruz “em novos sentidos”, promovida pela “atuação dos promotores imobiliários através da especulação imobiliária gerando impactos ambientais nas áreas inóspitas promovida pelo turismo” (RODRIGUES; CASTRO; SANTAELLA, 2015, p. 41).

É nesse contexto, que o Nordeste experimenta um novo ritmo acelerado de turismo que visitam a região, proporcionado pela urbanização litorânea e pelas atividades econômicas que tem transformado o estado do Ceará num destino turístico, a partir dos equipamentos turísticos cujas leis estaduais e municipais cooperam na criação de novas infraestruturas que atendam uma demanda da população, inseridas na lógica capitalista de sobreacumulação e, conseqüentemente, numa cidade vendida nos folders, nas páginas de sites e redes sociais, e nas propagandas da mídia, a praia de Barreiras, como espaço de consumo.

TURISMO E CONSUMO DO ESPAÇO NA PRAIA BARREIRAS – CAMOCIM-CE, BRASIL

O município de Camocim está situado na costa do Estado do Ceará, precisamente no litoral noroeste, quase no extremo com o Estado do Piauí. Tem, ao norte, cerca de 60 quilômetros de costa, correspondendo a mais de 10% da extensão do litoral do Ceará, (1.147 Km²) e população estimada de 62.985 mil habitantes (IPECE, 2017).

A sede de Camocim está localizada na margem esquerda do rio Coreaú, junto à foz. O rio Coreaú divide o município, dificultando assim a ligação da sede com o restante de seu território localizado a leste. O clima quente e úmido, com temperaturas que oscilam entre 27° e 32° C durante todo o ano é propício ao desenvolvimento do turismo de praia e sol, com uma paisagem litorânea composta de praias, dunas, mangues e falésias.

Os principais pontos turísticos de Camocim são: a “Ilha do Amor” e as praias das Barreiras, Tatajuba e Maceió. A “Ilha do Amor”, de fato é uma restinga situada na margem

direita do rio Coreaú. É um dos principais “cartões postais” de Camocim que atraem os visitantes pela visão panorâmica que a cidade propicia (SOUSA; ASSIS, 2007, p. 3).

A Praia das Barreiras, localizado na zona urbana, oferece uma visão contemplada da paisagem. Na praia, as falésias, de cor avermelhada, também se torna ponto principal de atração dos turistas, pertencente ao Grupo Barreiras, daí ficou conhecida a praia.

No final da década de 1990, com a valorização do litoral cearense e a chegada de investidores estrangeiros, o Turismo passa a ser considerado pelas lideranças locais como a principal fonte para o desenvolvimento. Prova disso, foi o intenso processo de “turistificação” ocorrido no município nos últimos anos (SOUSA; ASSIS, 2007, p. 4).

Segundo Knafou (1986, p.70-71), há três fontes de “turistificação” dos espaços, que são: os turistas, o mercado e os planejadores e promotores territoriais. “Ignorá-las ou nos esquecer de uma das três, expõe-nos a erros estratégicos e a decepções”. A partir desses três elementos propostos, afirmamos que o processo de “turistificação” de Camocim, tem-se destacando a partir da participação do poder público local e da especulação imobiliária na compra e venda de imóveis e terrenos e dos turistas na atuação desses espaços gerando crescimento da economia local.

No campo realizado em Abril de 2018, na praia Barreiras, em Camocim, pode-se observar, a partir de modo empírico o diagnóstico levantado da área, a identificação dos equipamentos turísticos como: a presença de hotéis, que não tem estrela de classificação levando em conta os padrões do turismo internacional. A cidade conta com os serviços bancários (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil), clínicas de saúde, hospital, com destaque para restaurantes, bares, quiosques, agência de passeios que ficam situados na principal avenida litorânea (Figura 1).

Figura 1 – Equipamentos turísticos no calçadão Beira encontrado na Praia Barreiras



Fonte: autores (2018).

Observa-se que os espaços estão ocupados por esses equipamentos com a presença de alguns turistas. Quanto ao serviço de segurança, há um posto policial desativado. O ambiente

apresentava-se bastante sujo com lixeiras, barcos enferrujados, postes sem iluminações em alguns sem manutenção nas instalações e galerias abertas lançando desejos no mar.

Nota-se que muitos dos equipamentos foram encontrados em estado de degradação ou que estão fora do padrão exigido pelo plano do turismo tanto ambiental quanto infraestrutural. Isso quer dizer que, no momento presente, durante a observação, órgãos estaduais e municipais não estão preservando o patrimônio. Ou seja, o espaço está apenas para consumo próprio e não preservado. Nota-se que nos locais apresentados não há limpeza sistemática. Isso mostra a falta de conservação e manutenção desses equipamentos.

Figura 2 – Equipamentos turístico em estado de degradação



Fonte: autores (2018).

No campo foi observado diretamente um terreno vazio ao lado de um escritório imobiliário e algumas casas com placas de aluguel (Figura 3). No momento, a imobiliária estava fechada. Pelo que foi observado, a atuação do setor imobiliário na região, exerce função de importância para a valorização desse espaço litorâneo. Além disso, aumenta o número de serviços e os preços dos imóveis elevam bastante. Isso significa dizer que os gostos, gestos e situações financeiras são proporcionadas pelo consumo do espaço, pela paisagem turismo-litorânea.

Figura 3 – Terreno vazio ao lado de um escritório imobiliário e uma casa de aluguel



Fonte: autores (2018).

Atualmente, com aumento da atividade turística, os hotéis tornaram-se foco de investimento e renda, pois possuem estilo próprio e são planejados para a oferta de serviços e

acomodações das mais variadas formas (DREHER; TOMIO; ULRICH, 2004). Os hotéis são empresas prestadoras de serviços, que buscam atender as necessidades dos clientes referentes ao pagamento de uma diária, desta forma, tendo como principal finalidade a obtenção de lucro e a satisfação de seus clientes (RODRIGUES; CASTRO; SANTAELLA, 2015, p. 44).

Dessa forma, o turismo transforma o valor de uso do território em valor de troca – faz uso da visão contemplativa da paisagem e tem como elemento constitutivo do território, as pessoas (LUCHIARI, 2004), ou seja, “[...] o turismo, cujo mercado consumidor é o turista”. Esta mercadoria, o consumo do espaço caracteriza-se pelo uso “efêmero do território”, num processo contínuo de desterritorialização e reterritorialização¹ (RODRIGUES, 1996, p. 56).

Cruz (2001, p. 138) chama de “apropriação e consumo de espaços ofertados pelo turismo no litoral do Nordeste, que emanam através de políticas regionais (megaprojetos de área expandida e de área restrita), para que a atividade se expanda [...]”. Em razão disso, Gonzalez (2005, p. 03) aponta que “o turismo tem como principal apoio logístico a hotelaria, na qual se brinda os serviços de hospedagem necessários para o conforto do turista”.

Carlos (1999, p. 67) afirma que o turismo representa a conquista de uma importante parcela do espaço que se transforma em mercadoria (...) e nesse sentido “os lugares passam a ter existência real através da sua trocabilidade, através da atividade dos promotores imobiliários que se servem do espaço como meio voltado à realização da reprodução”. O turismo passa a ser compreendida como fragmentação do espaço, reduzido a mercadoria e submetido por enclaves e das bolhas. Porém, “a prática social do turismo apropria-se desses objetos, conferindo-lhes novos significados” (CRUZ, 2003, p. 12).

Nesse sentido, Harvey (2013, p. 310) enfatiza que “as mercadorias produzidas no espaço não são consumidas diretamente, mas servem como *instrumentos de consumo*, que podem ser convenientemente agrupados sob o título de bens de consumo²”. Com a negociação do capital fixo nos bens de consumo a expansão depende das receitas futuras para cobrir a dívida das aquisições atuais (HARVEY, 2013, p. 319).

Portanto, o consumo desse espaço pelo turismo, se dá em velocidades cada vez maiores, induzidas pela atuação dos agentes incorporadores de terras, imobiliários, redes hoteleiras e políticas públicas que remodelam os lugares pelos aparelhos turísticos,

¹ Segundo Haesbaert (1995, p. 168) a desterritorialização se refere a dimensão espacial da sociedade, enquanto que a Reterritorialização qualifica, identifica, distingue a diferença da dimensão espacial.

² Segundo Harvey (2013, p. 312) os bens de consumo, como moradia, requerem um desembolso inicial tão grande que estão além dos meios de aquisição direta para todos, com exceção dos muitos ricos. Para a moradia a ser produzida como uma mercadoria, torna-se essencial o aluguel ou o empréstimo de dinheiro.

principalmente, além da inserção do capital privado no processo de sobreacumulação e no ajustamento espacial dos espaços que depende da realocação infraestrutural para sua prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que o turismo enquanto prática social tem como finalidade a ampliação, apropriação e reprodução das relações capitalistas, como elemento de consumo e produção do espaço. De um modo geral, a atuação da atividade do turismo no litoral de Camocim tem participação cada vez maior na mobilização dos lugares e da atuação em grande parte do poder público (federal, estadual e municipal), da especulação imobiliária, e da participação ativa das empresas turísticas com seus projetos que tem enquadrado município como “paraíso”. Porém, o levantamento de campo, pode-se constatar a partir do diagnóstico, essa multiescalaridade de fenômenos e busca de estruturação de equipamentos turísticos.

Nota-se também a importância da atividade deliberativa individual, prática compreendida na comunidade Barreiras, que mostra de forma explícita processos que se manifestam nos lugares como produto da contradição existente na escala local e que resulta numa global, de forma hegemônica.

O entendimento do turismo enquanto expressão do homem moderno e suas consequências sobre o uso e apropriação destes espaços ligado ao padrão de consumo na sociedade capitalista remete a produção do espaço submetida a lógica de apropriação territorial, cada vez mais enriquecedor à medida que adquire novas faces condicionadas pela sociedade global.

Daí, a importância de outras investigações a respeito da atividade turística tem se comportado nos dias atuais diante dessa conjuntura de desvendar os desafios do turismo e o consumo dos espaços pelo turismo em Camocim.

REFERÊNCIAS

BARROS, N. C. C. **Manual de geografia do turismo**. Recife: UFPE, 2001.

BECKER, B. Políticas e Planejamento do Turismo no Brasil. *In*: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. da. (Org.). **Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

CARLOS, A. F. A. Novas contradições do espaço. *In*: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. (Org.). **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.

CONTI, J. B. Ecoturismo: paisagem e geografia. *In*: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Ecoturismo no Brasil**: possibilidades e limites. São Paulo: Contexto, 2003.

CRUZ, R. C. A. **Política de turismo e território**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Introdução à geografia do turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

_____. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. **Geosul**, Florianópolis, v. 20, n. 40, p. 33-38, 2005.

DREHER, M. T.; ULLRICH, D.R. Empresas de serviços turísticos: o caso Blumenau. *In*: SEMANA DE ADMINISTRAÇÃO, 2., 2004, Campo Largo. **Anais eletrônicos** [...]. Campo Largo: Faculdade Cenecista Presidente Kennedy, 2004.

GARCIA, Rita Maria de Paula. Produção do espaço pelo lazer turismo. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB)**, v. 1, n. 5, p. 122, 2007.

GOELDNER, C. R. **Turismo**: princípios, prática e filosofia. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GONZALEZ, M. O. A. **Gestão de satisfação e fidelidade na hotelaria**: um estudo de caso sobre os fatores que influenciam a satisfação e a fidelidade do turista internacional no Brasil. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

KNAFOU, R. Turismo e território. Para um enfoque científico do turismo. *In*: RODRIGUES, Adyr, A. B. (Org.). **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: HUCITEC, 1996.

IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Perfil Básico Municipal**: Camocim. IPECE, 2017.

LUCHIARI, Maria Tereza. D.P. Urbanização Turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. *In*: LIMA, Luiz Cruz. (Org.). **Da cidade ao campo**: a diversidade do saber – fazer turístico. Fortaleza: UECE, 1999.

RODRIGUES, J. L. K.; CASTRO, P. M.; SANTAELLA, L. A. Análise do perfil e da satisfação dos turistas da cidade de Camocim/CE: um estudo de caso. **REVISTA REPAE**, São Paulo, v. 1, n. 01, p. 39-44, 2015.

SOUSA, Arilson. Xavier de; ASSIS, Lenilton Francisco de. A turistificação do espaço em Camocim e sua discussão nas aulas de Geografia no ensino médio. **Revista Homem, Espaço e Tempo**, v. 1, n. 1, p. 2-4. 2007.



IV SEMINÁRIO REGIONAL DE COMÉRCIO, CONSUMO E CULTURA NAS CIDADES

Teresina – PI, 12 a 14 de junho de 2019

MERCADO PÚBLICO DO SATÉLITE (TERESINA-PI): um espaço de sociabilidade

Laiala Nunes Ferreira¹

Antonio Cardoso Façanha²

Andréa Lourdes Monteiro Scabello³

Resumo: Esse trabalho faz parte da pesquisa realizada no meu trabalho de conclusão de curso, no qual tem como objetivo analisar o espaço de sociabilidade do Mercado Público do Satélite. Dessa forma, extrai-se da pesquisa a análise da perda da vitalidade do mercado do bairro Satélite, através do conflito existente em relação ao direito à cidade, sobre a perspectiva das dimensões econômicas, social e ambiental. De acordo com todo o percurso teórico aqui abordado, podemos perceber como o espaço público é tratado pelos governantes, além da forma como isso se reflete na dinâmica dos bairros, como no caso do bairro Satélite, onde a feira livre ocupa a rua durante os finais de semana alterando a rotina do espaço e da população como um todo.

Palavras-chave: Cidade. Espaço Público. Mercado. Satélite. Teresina

INTRODUÇÃO

O mercado do Bairro Satélite, na cidade de Teresina, Piauí, faz parte dos espaços de sociabilidade, presentes no bairro. O primeiro mercado estava localizado na rua Netuno, nas proximidades do Hospital Público do Satélite (UBS). Apresentava um total de 40 boxes, dividido entre feirantes, restaurantes e frigoríficos. Nem todos os boxes estavam ocupados, como relata a feirante Tomate⁴ “porque lá (antiga sede) a gente trabalhava todos na frente, banca pra traz tinha sobrando demais”.

O mercado do Satélite passa, desde 2014, por um processo de construção, onde a antiga sede foi destruída para dar lugar a uma UPA 24h (Unidade de pronto atendimento), que ainda se encontra em construção. Com isso os feirantes que atuavam naquele espaço foram realocados para um novo espaço, até o novo mercado ser construído.

Nos próximos tópicos será trabalhado o perfil dos feirantes que ainda resistem, mesmo com o fim da sede, e a relação que ocorre entre os mesmos com o espaço produzido. Serão abordadas também algumas ações da prefeitura, numa tentativa de compreender a relação dos mesmos com os feirantes.

¹ Mestranda de Antropologia pela Universidade Federal do Piauí, E-mail: laialanunesferreira@gmail.com

² Prof. Dr. do Departamento de Geografia pela Universidade Federal do Piauí, E-mail: facanha@ufpi.edu.br

³ Prof^a. Dr^a. do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Piauí, E-mail: ascabello@hotmail.com

⁴ Por escolha da pesquisadora, não serão utilizados os nomes dos pesquisados e sim pseudônimos.

A PREFEITURA DENTRO DO MERCADO

Neste tópico serão expostas algumas ações da Prefeitura juntamente com a SDU Leste, envolvendo os feirantes e o Mercado do Bairro Satélite. Busca-se também mostrar as ações dos mesmos sobre todo o processo que envolve a desocupação da sede antiga, a permanência da sede provisória e todos os percalços desse processo, até construção da nova sede.

Os dados expostos nesse trabalho, em relação às ações da Prefeitura, foram obtidos através do site oficial, onde foram analisadas notícias e licitações, já que não houve uma liberação prévia das informações pela SDU Leste.

As SDUs tem papel fundamental na gestão municipal de Teresina. Elas foram criadas para se aproximarem da população e atenderem as demandas da mesma, contudo o que se percebe é um distanciamento em relação os serviços oferecidos pelo órgão.

A SDU Leste se encontra em um ponto distante, com acesso ao transporte público limitado, embora o terminal Santa Lia da Zona Leste esteja em processo licitatório nas proximidades. Esse distanciamento dificulta o acesso da população na obtenção informações sobre a gestão.

Isso pode ser percebido na fala dos feirantes, que só tem acesso aos serviços da SDU quando ocorrem as visitas dos representantes, fato que não se apresenta de maneira frequente.

O Mercado do Satélite foi fechado no dia 12/05/2014, informação que consta na página oficial da Prefeitura. A desativação da sede do Mercado ocorreu pela proximidade da Unidade Básica de Saúde (UBS). O Mercado já havia passado por uma intervenção da vigilância sanitária. No lugar foi construída uma unidade de pronto atendimento (UPA 24h).

Os feirantes então foram realocados para um espaço que atendessem as suas necessidades. Eles permanecem provisoriamente desde 2014.

Ronney Lustosa acrescenta que desde o ano passado tenta entrar em acordo com os permissionários do Mercado do Satélite para que eles definissem um local temporário que atendessem todas as suas necessidades, até que o novo Mercado do Satélite seja construído (PORTALPMT. 2014).

Contudo, podemos perceber, na observação mais detalhada no próximo tópico, que a escolha da sede provisória não contemplou todas as necessidades dos feirantes (permissionários). Isso também se deve pela demora da construção do novo mercado.

Figura 1 – Mapa de localização das sedes do Mercado



Fonte: Google Earth (2018). Organização: Autores (2018).

O processo de licitação do novo mercado começou em 28 de março de 2016, sob a responsabilidade da Comissão Permanente de Licitação (Obras III), vinculada a Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos (SEMA).

A empresa que ganhou o processo licitatório foi a Cruzeiro do Sul Construtora Ltda., no qual o valor a ser pago pelo município é de R\$ 729.822,31 reais. O novo mercado irá contar com 27 Boxes divididos em restaurantes, frigorífico, área para artesanato e para os feirantes cadastrados, informações essas contidas no site da prefeitura. A antiga sede possuía em torno de 40 Boxes, e um total de 32 feirantes. A Prefeitura ainda afirma que nem todos os cadastrados exercem as suas atividades diariamente.

O novo espaço terá uma área ampla e ventilada, distribuída em 537,56 metros quadrados, com 27 bancas que serão ocupadas pelas atividades de carnes, peixes e frangos; hortifruti; lanchonetes; artesanatos; confecções; consertos; temperos e frios. Dois banheiros (feminino e masculino), cozinha, depósito e sala da administração também integrarão o espaço do Mercado do Produtor.

Já a área total do terreno corresponde a 3704,97 metros quadrados, onde serão construídos dois pátios de 437,80 metros quadrados cada, e dois estacionamentos, sendo um para veículos de passeio (626,11 metros quadrados) e outro para carga e descarga (409,75 metros quadrados), além de vagas para motocicletas (PORTALPMT, 2018).

A relação dos feirantes com os órgãos responsáveis, em muitos casos apresentam dualidade de informações. Em uma análise superficial, isso pode ser percebido pela mudança constante de superintendente da SDU Leste, concluindo assim que não ocorre uma continuidade da gestão.

PERFIL DOS FEIRANTES E CONDIÇÕES ESTRUTURAIS DO MERCADO

Um ponto importante da análise se refere ao perfil dos feirantes. Contudo, foi muito difícil levantar informações, pois os questionários só puderam ser aplicados a um número reduzido de feirantes (apenas três), pois muitos não realizam suas atividades ao longo da semana, somente aos domingos. Tal organização só foi percebida com o fim da sede.

O espaço atual que os feirantes se encontram não possui estrutura adequada para receber as atividades destinadas a um mercado público. Os feirantes foram divididos em dois espaços. Um possui características de uma casa residencial e o segundo apresenta uma estrutura de galpão. Os dois pontos foram alugados pela prefeitura desde a desocupação da antiga sede.

Figura 2 – Entrada da sede provisória 2



Fonte: Autores (2018).

Há um total de seis funcionários no mercado do Satélite, três vigias, um fiscal, uma zeladora e um administrador. O administrador atua apenas há dois anos no mercado, ou seja, não chegou a trabalhar na antiga sede, e tem pouco contato com feirantes, relacionando-se apenas com os que ainda resistem na permanência de suas atividades.

Vale ressaltar que os feirantes não desistiram de realizar as suas atividades, apenas a situação da sede provisória fez com que os mesmos mudassem sua rotina de atividades. Muito embora, aponta o administrador, alguns feirantes se adaptaram a nova realidade, passando a colocar as suas barracas na frente das suas próprias residências, para que assim, as atividades desenvolvidas não se limitem apenas a construção do novo espaço pela Prefeitura.

O principal problema apontado pelos feirantes com o fim da sede está diretamente relacionado com a estrutura do novo local, que não apresenta segurança e nem conforto. De acordo com informações obtidas pelo responsável, ocorre vigilância no local, porém de forma limitada, já que os espaços são abertos. Há apenas um vigia, por turno, para os dois locais.

Figura 3 – Parte interna da sede provisória 1



Fonte: Autores (2018).

Com o fim da sede, muitos feirantes desistiram de realizar as suas atividades e outros, como relata o administrador, só voltaram com o termino da construção do novo mercado, “teve alguns que desistiram, pode ser que com o novo mercado eles queiram retornar, inclusive vou começar a fazer o cadastro deles, mas primeiro, a SDU tem que me chamar para uma reunião, para eu saber quantos boxes tem pra começar o cadastro”.

Essa desistência de parte dos feirantes pode ser compreendida, pela estrutura atual da sede provisória, no qual se encontra abandonada pela Prefeitura. Na segunda sede houve o corte de água e luz, que por informações cedidas pelo responsável, isso ocorreu por decisão do proprietário do imóvel, que contesta a falta de pagamento do aluguel pela Prefeitura, fato confirmado pelo administrador.

Figura 4 – Ligação irregular de água da sede 2



Fonte: Autores (2018).

As duas sedes se tornaram um ponto de depósito para freezers e barracas que eram usadas pelos feirantes na antiga sede e de algumas que são usadas na feira livre que ocorre aos domingos em torno do mercado, prática essa que já era percebida com a antiga sede.

Figura 5 – Banheiro desativado da sede 2



Fonte: Autores (2018).

A feira livre no domingo é uma marca do bairro Satélite, no qual os feirantes saem da sede e passam a ocupar as vias públicas do bairro, com o intuito de uma maior dinamicidade das vendas. O administrador compara a feira no domingo ao Shopping da Cidade, no qual podem ser encontrados diversos tipos de mercadorias, desde horti-frutigranjeitos, roupas, utensílios domésticos, bazares, entre outros.

Figura 6 – Mosaico com fotos da feira Livre do Satélite



Fonte: Autores (2018).

A feira se torna tão significativa que ocorre uma mudança nas rotas dos ônibus no domingo, no tráfego de carros e motos que não ocorre nas vias ocupadas, quando a feira também passa a ocupar as calçadas. Com a mudança da sede antiga para a sede provisória, a feira passou também a ocupar vias diferentes, prevendo então que a mesma irá mudar com a conclusão da construção do mercado.

Figura 7 – Mapa da ocupação da feira



Fonte: Google Earth (2018). Organização: Autores (2018).

Os feirantes com os quais foi possível aplicar os questionários tinham diferentes naturalidades, quando informaram que os mesmos vinham de outras cidades do Piauí e do Maranhão. Alguns atuam há mais de 10 anos no mercado público do Satélite, e também informaram que as atividades exercidas no mercado são a sua única forma de renda.

Os produtos mais comercializados pelos feirantes são: tomate, cheiro-verde, pimentão, pimentinha, feijão entre outros, todos são abastecidos pela CEAPI (antiga Ceasa). A ida à CEAPI varia de feirante para feirante.

Não ocorre uma coleta de lixo diferenciada no mercado, onde a mesma é feita juntamente com a coleta de outras residências do bairro, que ocorre três vezes por semana. Os feirantes são responsáveis por organizar o lixo produzido, e realocá-los em um ponto específico para a coleta. Assim não há na sede provisória um local destinado ao lixo, no qual é feita de forma precária.

Foi questionado aos feirantes sobre a segurança tanto da antiga sede como da sede provisória, e os mesmos afirmaram que a sede provisória não apresenta segurança e que assaltos são frequentes, por ser um espaço aberto. Outro problema apontado pelos feirantes se refere ao distanciamento dos consumidores, que ao ver a sede provisória em situação precária passam a frequentar menos, passando a comprar de pequenos comércios e mercearias.

O novo mercado do Satélite, não está sendo construído no bairro, e sim no bairro vizinho, SAMAPI. A construção nesse local se deve porque no próprio bairro não há mais espaço que possa ser construído, então por escolha dos próprios feirantes junto com os órgãos responsáveis o local da nova sede foi escolhido.

Figura 8 – Fachada do novo Mercado Do Satélite



Fonte: Autores (2018).

De acordo com o administrador do mercado público do Satélite, os feirantes que ainda resistem com as suas atividades serão a prioridade na ocupação dos novos boxes, assim como os restaurantes.

Contudo, haverá um código de postura no novo mercado, onde os feirantes terão que passar por um processo de cadastro e os boxes serão distribuídos para aqueles que possuem uma maior necessidade, além de não possuir outro vínculo empregatício. Serão apresentadas as regras de uso no espaço, no qual o permissionário que deixar de usar seus boxes por no máximo três meses, terá seu direito de uso ao espaço negado.

CONCLUSÃO

O mercado público é um espaço livre de sociabilidade, além de ser um construtor identitário. Ao fazer um estudo de caso sobre o processo de perda da vitalidade do mercado público do Satélite, tive como principal objetivo mostrar a relação dos feirantes com os órgãos responsáveis, e mostrar a problemática desse grupo social.

A pesquisa de campo foi fundamental na construção desse trabalho, pois parte dos dados expostos aqui foram obtidos através de conversas realizadas no mercado, além de fotografias do espaço.

Esse trabalho mostrou o quadro social dos feirantes, e como os mesmos mudaram as suas atividades com o fim da sede. Foi possível também identificar algumas ações dos órgãos responsáveis e a demora na construção do novo mercado, o que fez com que os feirantes desistissem das suas atividades, de forma parcial.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Rita Dione Araújo. Os espaços públicos abertos e as leis de uso e ocupação: uma questão de qualidade para ambientes sustentáveis. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE EDIFICAÇÕES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS, 3., 2003, São Carlos. **Anais eletrônicos** [...]. São Carlos, 2003.

FAÇANHA, Antonio Cardoso. **A evolução urbana de Teresina: agentes, processos e formas espaciais da cidade**. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.

LATUS. **Revisão e Atualização do Plano Diretor do Município de Teresina/PI**, 2017.

LOPES, Ricardo Ferreira.; ROCHA, Josielle Cíntia de Souza. Morte e vida dos espaços públicos de sociabilidade: o caso COBAL no Rio de Janeiro. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE COMÉRCIO E CIDADE, 4., 2013, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: USP, 2013.

MARTINS, Agenor de Sousa. **Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento**. 3. ed. Teresina: Fundação CEPRO, 2003.

PINTAUDI, Silvana Maria. Mercados Públicos: vestígios de um lugar. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

SERPA, Angelo. Lugar e Centralidade em um contexto metropolitano. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

SPOSITO, M. E. B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

SANTOS, Laudénides Pontes dos. **Os espaços públicos de lazer na cidade de Teresina (PI)**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2015.

SORIANO, Ana Gabriela Wanderley. **Os Espaços Públicos e a Cidade Contemporânea: as praças de Salvador entre discurso e a intervenção**. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.



IV SEMINÁRIO REGIONAL DE COMÉRCIO, CONSUMO E CULTURA NAS CIDADES

Teresina – PI, 12 a 14 de junho de 2019

MERCADO VELHO, CONSUMO NOVO

Brenda Rayra Cavalcante de Sousa

Juliane Ferreira Vasconcelos

Vivianny de Paula Fernandes Moura

Resumo: O presente trabalho visa apresentar uma relação entre a economia do Mercado Central de Teresina e o consumismo através dos anos desde sua criação até os dias de hoje, passando pelas reformas. Para isso será entendido os conceitos de consumo e mercado, passando pelo histórico da revolução industrial no mundo e no Brasil, do consumo no Brasil e sobre Teresina e o Mercado Central, seu desenvolvimento econômico, através das mudanças urbanísticas. Analisamos dados coletados com um questionário elaborado com questões sobre a economia e antes e depois das reformas para os funcionários e donos de estabelecimentos no local e concluímos como as mudanças do espaço urbano afetaram o comércio no Mercado Central.

Palavras-chave: Consumismo. Artesanato. Mercado Central. Teresina.

INTRODUÇÃO

As cidades estão se transformando cada vez mais rápido ao decorrer do tempo, além de sua estrutura, essas modificações atingem diversos setores da cidade. A economia é um destes setores, pois se transforma através do crescimento da cidade e da dinâmica do consumo exagerado da sociedade.

O espaço é alterado de acordo com o movimento da sociedade, ele se torna um conjunto de formas representativas das relações sociais que nos remetem ao passado e ao presente. Assim, o primeiro é um produto da organização da sociedade sendo um reflexo da sociedade global, levando-se em consideração que o espaço está constantemente em transformação e que se torna inseparável do tempo. Logo, é a produção do espaço-tempo que se trata essas transformações da sociedade (SANTOS, 2004).

As transformações da sociedade se espelham diretamente no consumo, percebe-se que a forma do consumo de certos produtos se tornam cada vez mais obsoletos com o passar dos anos, pois procura-se sempre materiais de melhor qualidade e com processos e serviços de fabricação mais rápidos.

Para melhor estudo e compreensão da relação entre o consumo e a modernidade foram analisados dados coletados através de um questionário com funcionários e donos de estabelecimentos no Mercado Central de Teresina, denominado Mercado São José ou Mercado Velho, especificamente no local onde foi reformado buscando dados sobre as

influências das reformas nas vendas nas lojas e nas oficinas de artesanato. Analisando através de dados coletados como a alteração no espaço tem impacto sobre a economia, seu fluxo e o consumo nas cidades, levando em consideração a atual economia do país e a pesquisa de como encontra-se as vendas no local.

O objetivo deste trabalho é analisar como o consumo está interligado com as transformações do espaço urbano no contexto histórico, social e econômico levando como estudo de caso a reforma que houve no Mercado Central de Teresina-PI. O trabalho terá por objetivos específicos:

- Estudar o contexto histórico, social e econômico de Teresina da inauguração do Mercado Central até os dias atuais;
- Observar a mudança de foco do consumismo com o passar dos anos;
- Comparar o espaço urbano na época de sua construção até os dias de hoje;
- Verificar como o espaço urbano pode influenciar no consumo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conceitos sobre Consumo e Mercado

O conceito de consumo é compreendido como “o conjunto de processos socioculturais nos quais se realizam a apropriação e os usos dos produtos” (CANCLINI, 1999, p.77). São os processos que modificam as nossas necessidades, nossa economia e até nossas relações interpessoais.

Mercado deve ser entendido como o “local” em que operam as forças da oferta e demanda, através de vendedores e compradores, de tal forma que ocorra a transferência de propriedade da mercadoria através de operações de compra e venda (EMATER-DF, 2018, p.01).

O consumo é o ato de comprar, adquirir e usufruir de algo ou alguma coisa. O mercado é o espaço físico onde realiza essas transações.

Revolução Industrial no Mundo e no Brasil

A Revolução Industrial teve início na Inglaterra, no século XVIII e algumas mudanças ocorreram nesse período como:

Antes da Revolução Industrial, a atividade produtiva era artesanal e manual (daí o termo manufatura), no máximo com o emprego de algumas máquinas simples. Dependendo da escala, grupos de artesãos podiam se organizar e dividir algumas etapas do processo, mas muitas vezes um mesmo artesão cuidava de todo o processo, desde a obtenção da matéria-prima até à comercialização do produto final. [...] Com a Revolução Industrial os trabalhadores perderam o controle do processo produtivo, uma vez que passaram a trabalhar para um patrão (na qualidade de

empregados ou operários), perdendo a posse da matéria-prima, do produto final e do lucro. Esses trabalhadores passaram a controlar máquinas que pertenciam aos donos dos meios de produção os quais passaram a receber todos os lucros (FEY, 2011, p.08).

Além das mudanças da forma de produção, houveram transformações no traçado urbano. Segundo Dias (2007, p.76), “a partir desse período, a urbanização não deixou de crescer atraindo cada vez mais população das áreas camponesas e das pequenas para as grandes cidades, da mesma forma que o surgimento de novas cidades, a darem suporte à reprodução do capital”. As origens do consumo também tiveram transformações, pois:

As origens da sociedade focada no consumo, em contraposição às tradicionais, voltadas para o trabalho e à produção, remontam movimentos comerciais ocorridos na Europa a partir do século XV que estimularam a revolução industrial, iniciada em meados do século XVIII. A revolução industrial trouxe consigo o fortalecimento da acumulação de riqueza como um valor fundamental, apoiado na ética protestante, que propiciou a aceitação do modelo (GODECKE, 2013, p. 1701).

A Revolução Industrial abrangeu não só na Europa, mas diversos países inclusive o Brasil, iniciando de forma tardia (no final do século XIX e começo do século XX), com os cafeicultores de São Paulo começando a investir no mercado industrial. Seus efeitos foram a diminuição da importação de produtos manufaturados, dos custos; geração de empregos na indústria e avanços na infraestrutura das cidades como transporte e iluminação.

Histórico do Consumo no Brasil

Em 1500, o sistema era mercantilista, o escambo era nossa forma de comércio, estes aspectos ajudaram no fornecimento e no início do mercado interno da colônia. Depois disso veio os ciclos econômicos do pau-brasil, da cana-de-açúcar, da mineração e do café. O consumo brasileiro propriamente dito só começou na Era Vargas (1930-1945) mesmo com um potencial limitado, estabeleceu-se a adequação da industrialização e da tecnologia, com isso houve o aumento da concorrência e nos direitos dos consumidores, criando o Código de Defesa do Consumidor, que começou a vigorar em 1991 e o primeiro Procon na década de 1970. No entanto, o consumidor apenas foi capaz de entender o valor de compra com o fim da inflação, por volta de 1995, aumentando suas expectativas no cenário econômico.

Teresina e seu Desenvolvimento Econômico

Teresina foi planejada e fundada em 1852 para ser capital do estado Piauí. Sua localização às margens do Rio Parnaíba, possibilitou o comércio com as cidades do interior, bem como a política com os principais centros da corte:

[...] Na posição de tirar a Caxias todo o seu comércio com o Piauí conseguindo-se, assim, a maior vantagem da mudança; mais próxima da cidade de Parnaíba, pode servir melhor ao desenvolvimento da navegação e gozar a capital do grande benefício da facilidade de suas relações políticas e comerciais com a Corte e todos os centros de civilização do Império. Fica no município mais agrícola da província e é preciso que o governo cuide seriamente de promover aumento de sua agricultura, o melhoramento dos processos de que ela usa e dar conveniente direção aos seus produtos, é aquela localidade a única que promete florescer à margem do Parnaíba e habilitar-se em menos tempo para possuir a capital da província (PROVÍNCIA DO PIAUHY, 1851:43).

Seu desenvolvimento urbanístico e econômico estava atrelado a construção de prédios públicos, essenciais para o progresso alinhado com a estética e a higiene requerida para uma cidade moderna naquela época.

Os primeiros edifícios públicos erguidos em Teresina foram a Igreja de Nossa Senhora do Amparo de 1850, o quartel para o corpo policial em 1851, o Hospital de Caridade em 1854, o Cemitério Velho, conhecido como cemitério São José em 1862, o Mercado Público, também chamado de Mercado Central ou Mercado Velho – próximo à Praça da Constituição (Praça da Bandeira, também chamada de Largo da Matriz) (ANDRADE, 2014).

Mercado e Cidade

O comércio estava presente nas cidades antes mesmo que houvesse estruturas que acolhessem as trocas comerciais, surgiu antes mesmo da moeda ser inventada. As transações comerciais ocorriam por meio da troca de mercadorias, o chamado comércio de escambo.

O comércio iniciou através das feiras livres e com o desenvolvimento do espaço urbano surgem novas necessidades físicas. Os mercados se tornaram um espaço capitalista de abastecimento da cidade, onde havia uma concentração de uma variedade de produtos.

[...] O local do mercado, na sua gênese, configura-se como um ponto de encontro no centro das cidades, comandado pelo poder público, organizando e, de certa forma, garantindo o abastecimento urbano. Hoje, do ponto de vista econômico, esse espaço tornou-se desinteressante porque cada vez mais se prioriza a reprodução do capital de maneira privada e suas relações de dominação. O espaço do mercado pertence a um outro tempo social (PINTAUDI, 2006).

O crescimento da população fez com que os centros comerciais ficassem ainda mais com visibilidade e se distribuíssem em todas as cidades em desenvolvimento. No entanto, percebe-se que sua dada importância anteriormente não condiz nos dias hoje do contexto da produção do espaço urbano.

Mercado Central e sua História (fluxos, reformas, público)

Em outubro de 1854 iniciaram as obras do Mercado Público de Teresina, situado na proximidade ao rio Parnaíba, fez-se necessária sua fundação pelo local ser de grande fluxo comercial, pois o transporte fluvial, era essencial para o comércio. Em 1856, a construção foi

interrompida por conta dos valores altos gastos e devido ao tamanho de sua obra:

[...] Segundo as proporções gigantescas da respectiva planta, é proverbial. Para convencer aqueles que não tiveram conhecimento de semelhante obra, da sua completa inconveniência, é suficiente dizer que, se ela fosse concluída, de conformidade com o plano, ficaria a casa do Mercado Público da capital desta Província, maior do que o edifício do Mercado Público da Corte do Império. Felizmente, essa obra se achava ainda em começo: apenas se havia dispendido a quantia de 7:373\$596 reis. Procurei ver era possível dar alguma outra possível aplicação a parte da obra, que estava adiantada, não me sendo isso possível, entendi que fazia um serviço à Província não determinando a continuação de semelhante obra (PROVÍNCIA DO PIAUHY, 1856:19).

Figura 1 – Vista da atual praça da bandeira onde encontra-se o Mercado Central. Vale ressaltar que é de frente a praça que se encontra hoje o marco zero da cidade de Teresina



Fonte: NOTÍCIAS DA CORTE (2010).

Ocorreram diversas reformas depois da sua inauguração em 1860, como em 1960, 1972 e em 1984; em 2006 foi inaugurado o Restaurante Popular de Teresina no Mercado Central. A última reforma foi feita em 2017 com a restauração do prédio histórico que comporta 46 boxes no setor de artesanato mais 07 lojas de calçados, bolsas e acessórios e um segundo piso com espaço para receber exposições, um investimento em torno de R\$ 3 milhões. Para o segundo semestre de 2018, havia uma previsão de uma segunda reforma no setor de cereais, mas até agora não se iniciou.

Segundo relatos dos lojistas, o fluxo de pessoas é grande em datas como Festa Junina e nas férias. O fluxo normal de visitantes tem pessoas do interior, outros estados e do exterior.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada abordando inicialmente os conceitos de mercado e consumo, abrangendo assim a relação entre os dois conceitos. Assim será realizado um apanhado histórico, com base em pesquisa bibliográfica, para descrever de como houve o

desenvolvimento dos mercados nas cidades do mundo, no Brasil e na cidade de Teresina. O estudo utilizou o Mercado Central São José. O escolhemos devido a sua história ser atrelada a da cidade de Teresina, fica localizado no centro da cidade, como seu estudo de caso, será realizado pesquisa histórica sobre o local.

Como mecanismo para entender os comerciantes locais do espaço reformado os hábitos de consumo da população urbana de Teresina, foram aplicados questionários com os vendedores do Mercado Central São José, no mês de abril deste ano, com a maior diversidade possível de pessoas em relação à idade, escolaridade e negócio. Os dados obtidos através deste questionário foram analisados junto a uma revisão bibliográfica.

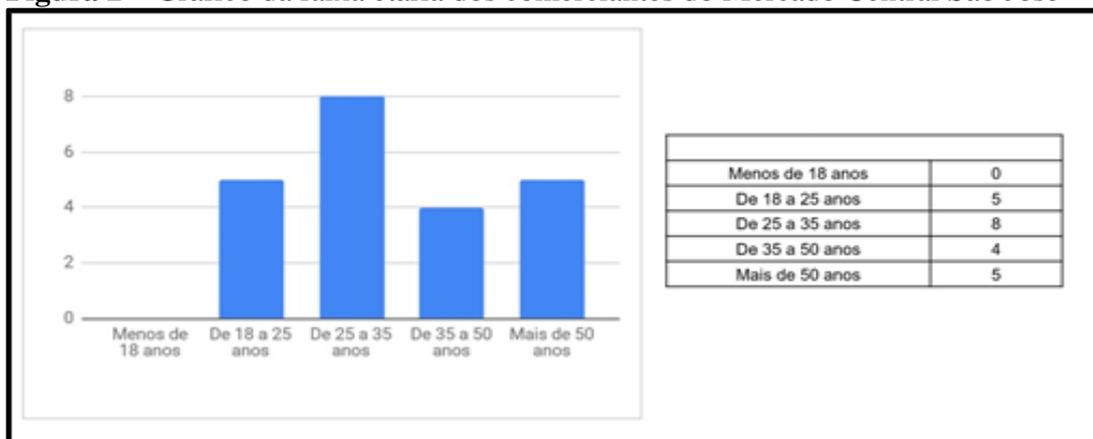
RESULTADOS

Para maior aprofundamento no estudo foi aplicado, no dia 16 de abril de 2019, um questionário com os trabalhadores do mercado central de Teresina, no espaço que foi reformado. O questionário era composto de onze questões que englobavam desde a idade dos entrevistados até suas opiniões sobre como a reforma afetou as vendas de cada um, conforme será exposto nos gráficos posteriormente.

Durante a visita técnica foi observado todo o espaço e constatou-se que a reforma abrangeu cerca de 45 espaços ativos do Mercado Central São José. Os espaços foram distribuídos entre boxes e lojas, além de ter sido criada uma nova área destinada a exibição de artefatos históricos da própria edificação, como telhas, instrumentos metálicos entre outros, deve ser citado que até o momento presente da pesquisa esse espaço ainda está sendo finalizado para receber outros elementos.

O questionário conseguiu atingir 22 pessoas entrevistadas conseguindo constatar que as idades dos comerciantes variam bastante, mas a faixa etária predominante se encaixa entre 25 e 35 anos (Figura 2). Obteve um resultado inesperado neste primeiro gráfico, pois o senso comum identifica mercados públicos como espaço onde pessoas com idade mais avançadas costumam ser as comerciantes.

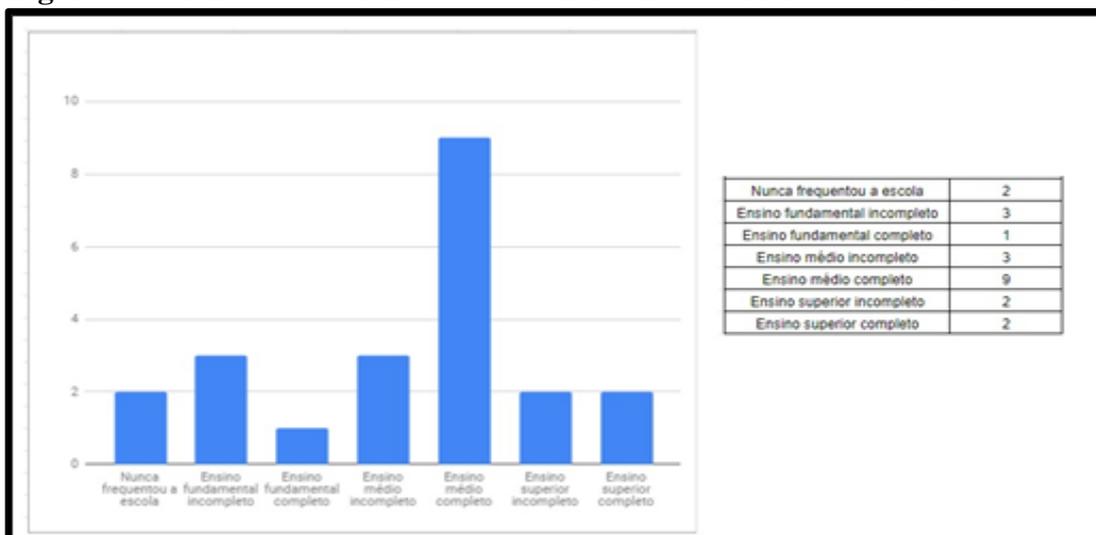
Figura 2 – Gráfico da faixa etária dos comerciantes do Mercado Central São José



Fonte: Autoras (2019).

A segunda questão abordada se tratava sobre o nível de escolaridade, a Figura 3 mostra os resultados onde algumas pessoas não chegaram a frequentar a escola ou não concluíram os estudos, porém a predominância de estudantes que finalizaram o ensino médio e buscaram um melhor aperfeiçoamento no ensino superior.

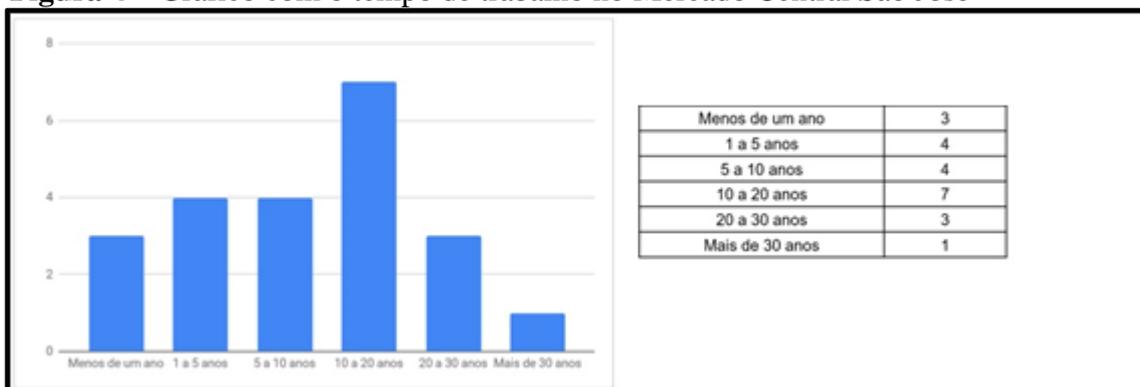
Figura 3 – Gráfico da escolaridade dos comerciantes do Mercado Central São José



Fonte: Autoras (2019).

Pode-se dizer que com o crescimento do mercado de trabalho e a economia, as pessoas buscaram uma melhor qualificação para acompanhar o desenvolvimento do comércio e da cidade. A Figura 4 busca abordar o tempo de trabalho dos comerciantes no local. Obteve como resultado que a média de trabalho no local é entre 10 e 20 anos.

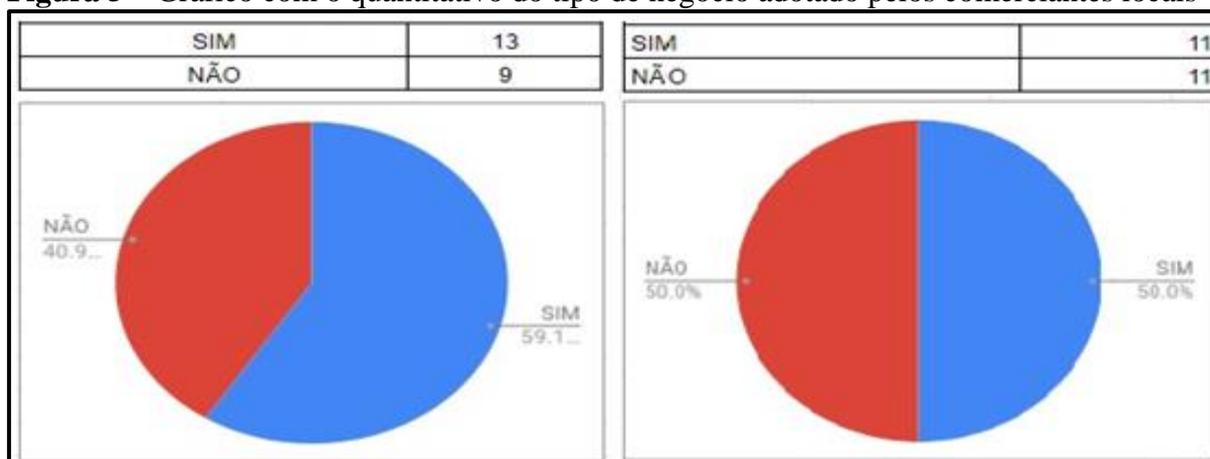
Figura 4 – Gráfico com o tempo de trabalho no Mercado Central São José



Fonte: Autoras (2019).

Fazendo uma relação entre as Figuras 4 e 5, percebe-se que todos os que trabalham há mais de uma década possuem no local seu próprio negócio, levando em consideração através da pesquisa *in loco* que as lojas e oficinas se tornam um negócio de família que vem passando de geração em geração, ou em que todos contribuem atualmente.

Figura 5 – Gráfico com o quantitativo do tipo de negócio adotado pelos comerciantes locais



Fonte: Autoras (2019).

Com o levantamento técnico no local notou-se a diferença do número de lojas ou boxes, para o número de oficinas no espaço. Através da análise das autoras levou-se em consideração que somente um dos espaços se classificava como uma oficina de materiais artesanais, pelos artesões fabricarem no local seus produtos de venda. Destaca-se que quase todos os 22 entrevistados trabalhavam exercendo as duas funções artesão e vendedor final.

Realizando uma análise das entrevistas com os comerciantes locais, cerca de dezoito pessoas afirmaram em suas respostas que sempre venderam artesanato e que nunca mudaram o produto oferecido e que as alterações que havia sido realizada ao decorrer dos anos se tratou de um aprimoramento dos materiais e dos processos de fabricação. Uma das entrevistadas

exemplificou essas alterações com o uso dos materiais onde o uso da pistola de cola quente, é mais eficiente e prática que uma cola comum.

Outros entrevistados disseram que não haviam mudado o produto final, porém esses não comercializavam artesanato, vendiam artigo de roupa e calçados, e entre os comerciantes somente um respondeu que quando sua mãe abriu o negócio era um pequeno local para vender comida caseira, porém a necessidade a fez mudar e migrar para a venda de artesanato.

No ponto sobre a qualidade das vendas antes da reforma, metade dos entrevistados afirmaram que eram bem melhores e três afirmaram que eram boas o suficiente. Os demais deram respostas variadas tais como: “Era fraco no andar de cima (se referindo a localização deles durante as obras), não mudou muito, vendas mais ou menos”.

Vários relatos foram discorridos pelos vendedores que devido a demanda da época, onde pessoas compravam para revender em outras regiões as vendas eram bem melhores que hoje. Já que a venda hoje é a chamada venda final. A outra resposta foi dada por uma senhora que trabalha há mais de 20 anos no mercado e disse que segundo a visão dela o artesanato passou por 3 fases: A primeira do invisível, onde era desprezado ou desconhecido pelo povo; a segunda, onde o artesanato ganha reconhecimento e as vendas sobem consideravelmente; e a última nos dias de hoje, que o artesanato é artigo já considerado de luxo e as vendas voltaram a cair por questões referentes a economia nacional.

Quando questionados sobre como está “as vendas” hoje se comparado a antigamente, as respostas foram variadas. Entre todas as respostas recebidas obtivemos quatro afirmando que estão muito fracas e quatro afirmando que estão muito melhores. Além deles, três pessoas disseram que as vendas hoje dependem da época do ano, dando exemplos como o da festa junina (que muitos buscam materiais de palha, como os chapéus tão populares na festa) ou de formaturas (que muitos compram material para produzir lembrancinhas).

Vale dizer que os entrevistados com menos de um ano de trabalho não foram capazes de responder essa e a próxima questão devido a falta de conhecimento da época pré-reforma.

E por fim, nossa última pergunta foi referente ao impacto das recentes obras nas vendas. Nove pessoas de vinte e duas, afirmaram que a estrutura está bem melhor e favorável para atrair novos clientes, porém a crise atual no país vem contrapondo as vantagens da reforma. Há quem afirme que nada mudou e não notou nem sequer melhora na infraestrutura.

E ainda temos quatro pessoas que culpam a reforma pela falta de vendas, afirmando que muitos possíveis clientes confundem o local com um museu e nem sequer entram para olhar os produtos. Disseram que ficaram muito escondidos hoje.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que há uma relação entre o desenvolvimento de uma cidade ou de um país com sua economia, principalmente quando falamos de mercados, que geralmente são um ponto de progresso do comércio. E o Mercado Central São José tem sua história atrelada a narrativa da cidade de Teresina, assim como da história do comércio aqui nessa região como foi visto durante as leituras bibliográficas.

E através dos questionários, foi possível entender melhor um pouco o funcionamento do local e averiguar que as vendas tiveram uma mudança de foco: hoje em dia, os produtos passam a ser vendidos diretamente para o consumidor final. É muito incomum eles passarem por algum intermediário antes e isso ocorre porque o contexto do entorno do mercado e da própria cidade se alterou com o passar dos anos.

Quando se observa a estrutura que existia no século 19 e a que existe atualmente no local fica evidente as alterações provocadas pelo tempo, pois antes um espaço que era somente edificado com obras públicas agora se torna um centro e um polo comercial, onde possui diversas tipologias comerciais, ou seja, o Mercado Central é um vendedor tanto de artesanato, quanto alimentos e roupas. Assim sendo, é necessário diversos estudos mais abrangentes para se entender todas as variáveis atuantes no local e compreender toda a importância do Mercado Velho de Teresina.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Andréia Rodrigues. A Estruturação Urbana de Teresina e seus primeiros prédios públicos. *In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL*, 12., 2014, Teresina. **Anais eletrônicos** [...]. Teresina, 2014. Associação Brasileira de História Oral.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

CIDADE VERDE, 2017. **Mercado Central é restaurado e contará com exposição de artista**. Disponível em: <<https://cidadeverde.com/noticias/262542/mercado-central-e-restaurado-e-contara-com-exposicao-de-artista>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

COSTA, Catarina. Globo, 2017. **Mercado Central: a história do mais antigo centro comercial de Teresina através do artesanato**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/mercado-central-a-historia-do-mais-antigo-centro-comercial-de-teresina-atraves-do-artesanato.ghtml>> .Acesso em: 20 abr. 2019.

DIAS, Mário Benjamim. **Urbanização e Ambiente Urbano no Distrito Administrativo de Icoaraci, Belém-PA**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MELLO, Bruno. **Do passado, o futuro do consumo no Brasil**. Disponível em:

<<https://mundodomarketing.com.br/entrevistas/1304/do-passado-o-futuro-do-consumo-no-brasil.html>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

GODECKE, M. V.; FIGUEIREDO, João Alcione Sganderla; NAIME, R. H. O consumismo e a geração de resíduos sólidos urbanos no Brasil. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 8, p. 1700-1712, 2013.

KREMER, J. **Caminhando rumo ao consumo sustentável**: uma investigação sobre a teoria declarada e as práticas das empresas no Brasil e no Reino Unido. 2007. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007

PINTAUDI, Silvana Maria. Os Mercados Públicos: Metamorfoses de um Espaço na História Urbana. **Revista Electrónica de geografía y Ciencias Sociales**, 2006.

PROVÍNCIA DO PIAUHY. **Ato de abertura de sessão ordinária**. Oeiras: Tipografia Saquarema, 1851.

PROVÍNCIA DO PIAUHY. **Relatório em sessão ordinária de 1856**. São Luiz: Tipografia do Progresso, 1856.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**. São Paulo: EDUSP, 2004.



IV SEMINÁRIO REGIONAL DE COMÉRCIO, CONSUMO E CULTURA NAS CIDADES

Teresina – PI, 12 a 14 de junho de 2019

O E-COMMERCE DE DELIVERY E PLATAFORMAS VIRTUAIS EM CAMPO GRANDE – MS

Victor Dantas Siqueira Pequeno¹

Paulo Fernando Jurado da Silva²

Resumo: Campo Grande é o município mais populoso de Mato Grosso do Sul, apresentando, desse modo, destaque em todas as áreas econômicas, a exemplo do comércio, serviços e da indústria, no contexto estadual. Diante tal contexto, a hipótese da pesquisa apresentada é que as pessoas estão ampliando o hábito de consumo de produtos e serviços pela internet e em Campo Grande tal realidade não se faz diferente, tendo, portanto, sua especificidade na rede de delivery com o aplicativo iFood, bem como por meio das diferentes redes sociais e plataformas de negociação de serviços e comércio eletrônico.

Palavras-chave: Serviços. Internet. Delivery. Comércio.

INTRODUÇÃO

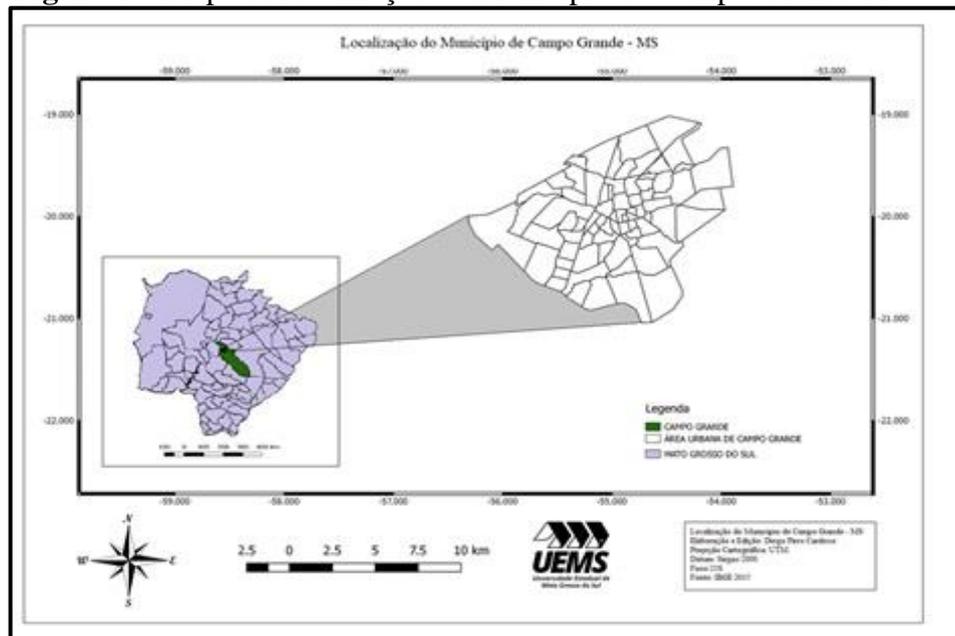
Este artigo refere-se à pesquisa ainda em andamento, que está inserida no contexto dos serviços eletrônicos em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Assim, cabe ressaltar a aderência do discente às pesquisas desenvolvidas pelo professor orientador da temática.

Nesse sentido, é válido frisar que Campo Grande tem população de 874.210 habitantes, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Este município é o maior município em Mato Grosso do Sul, apresentando destaque em todas as áreas econômicas, a exemplo do comércio, serviços e da indústria, no contexto estadual.

¹ Graduando no curso de Geografia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, E-mail: victor99dantas99@gmail.com

² Prof. Dr. do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul E-mail: pfjurado@uol.com.br

Figura 1 – Mapa de localização do Município de Campo Grande/MS



Elaboração: Cardoso (2017).

No caso do mercado alimentício, em Campo Grande, há uma ampla variedade de empreendimentos que utilizam aplicativos e sistemas online para pedidos. Dentre os aplicativos, o que tem ganhado maior destaque nas redes sociais é o iFood, consorciado, obviamente, por outras formas de articulação online para solicitação de pedidos e fechamento de negócios.

O iFood, nessa perspectiva, representa “A maior foodtech da América Latina conta com mais de 650 colaboradores no Brasil, 150 entre México, Colômbia e Argentina”. Em pesquisa realizada pelo IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística) no ano de 2016, constatou-se que 56% das pessoas consomem comida de delivery semanalmente. Os horários de maior pedido são o jantar no final de semana que representa 67% dos pedidos feitos. Na pesquisa observa-se também que a região de maior demanda é o Sudeste, seguida pelo nordeste, centro oeste/norte e sul.

A partir disso, infere-se que no serviço de delivery nas grandes cidades hoje tem por motivo maior a facilidade e agilidade sem precisar se deslocar de sua residência até o restaurante, lanchonete, ou outros estabelecimentos. Outrora, a revolução digital nas práticas de consumo foi um fator muito importante e significativo para que no serviço delivery se disseminasse nos grandes centros urbanos, e até mesmo nos interiores. Segundo um levantamento feito pelo Datamonitor (2008), no Brasil o valor de compras no setor do food service totalizou US\$ 23,7 bilhões, tendo um salto de 4,5% entre 2004 e 2008.

Como mencionado por Mattos (1992, p. 149), as novas tecnologias impulsionaram a mundialização de todas as formas. Dessa maneira, a inter-relação entre o comércio eletrônico com o setor alimentício representa assim uma estratégia de acumulação de capital, gerando uma dinamização dentro do espaço no qual ocorre a atividade de serviço *delivery*.

O marketing digital é um ímpar para o dono do estabelecimento que pretende expandir seu negócio, visando atrair o público que utiliza as tecnologias cotidianamente, fazendo com que o cliente possa consumir o alimento em sua residência de forma mais confortável e, nesses termos:

[...] O aumento do consumo foi um fato marcante na sociedade atual. Os novos hábitos de consumo foram estimulando e sendo estimulados pelo aparecimento de várias formas de comércio renovadas, cujas estratégias foram sistematicamente aperfeiçoadas. Diversas formas de comércio foram surgindo no Brasil ao decorrer da história, com o objetivo de expandir as redes de distribuição, aumentando as vendas e, conseqüentemente, o lucro (ORTIGOZA; RAMOS, 2003, p. 2).

Nessa perspectiva, a pergunta geral da pesquisa tem como premissa responder como ocorre, em termos geográficos, a solicitação de pedidos da rede *delivery* do iFood e plataformas similares de serviços eletrônicos em Campo Grande. Tal encaminhamento analítico possibilitará, então, a leitura bastante acurada desta realidade que faz parte do cotidiano das pessoas, bem como do mundo dos negócios.

Em termos teóricos, diferentes autores comporão o subsídio teórico desta investigação como Castells (1992), Santos (2012), Toledo Junior (2014), Jurado da Silva, Bernardelli e Bortolo (2017), entre outros que se dedicam ao estudo da temática e que em diferentes momentos comporão o subsídio teórico desta empreitada. Para Santos (2001), a aceleração da história, que o fim do século XX testemunha, vem em grande parte disto. Mas a informação instantânea e globalizada por enquanto não é generalizada e veraz porque atualmente intermediada pelas grandes empresas.

METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa serão lidos e revisados periódicos, monografias, dissertações, teses acadêmicas, textos científicos e dados acerca do tema obtidos na web ou em bibliotecas. Além disso, serão efetuados trabalhos de campo na cidade com vistas a aplicar, em âmbito amostral, questionários junto aos estabelecimentos comerciais de Campo Grande com vistas a detectar como os aplicativos e plataformas virtuais de *delivery* operam, sobretudo, na Rua Bom Pastor localizada próxima à área central da cidade e que apresenta a maior concentração de bares e restaurantes de Campo Grande.

Nesse contexto, serão também coletados dados secundários relacionados à temática, na esfera pública e privada, além de aplicados questionários junto aos consumidores de aplicativos relacionados ao mundo do delivery do segmento alimentício em Campo Grande, em âmbito amostral, de modo a definir perfis hipotéticos sobre o assunto. Abaixo segue em ordem o cronograma de atividades que já foram e demais que ainda serão desenvolvidas:

- a) Levantamento, revisão bibliográfica e pesquisas em empresas ligadas ao tema do trabalho;
- b) Coleta de dados em sites, como do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística) e outros com vistas a compreender o cenário de delivery e afins, no contexto do segmento eletrônico;
- c) Aplicação de questionários de cunho amostral na Rua Bom Pastor, em Campo Grande (MS), com vistas a identificar as plataformas eletrônicas e aplicativos de delivery utilizados pelos estabelecimentos;
- d) Aplicação de questionários de cunho amostral na Praça Ary Coelho, localizada no centro de Campo Grande (MS), com vistas a identificar as plataformas eletrônicas e aplicativos de delivery utilizados pelos usuários do serviço, o custo benefício, a frequência de uso dos aplicativos, os estabelecimentos mais solicitados;
- e) Tabulação dos dados estatísticos e qualitativos obtidos por meio da construção da pesquisa;
- f) Organização dos dados e informações obtidas, ao longo do trabalho na forma de texto científico.

DESENVOLVIMENTO

Com a rede informacional disseminada por quase todo o mundo, Briggs e Burke (2006, p.302) apontaram que a Internet passou a atrair interesses comerciais e seu uso se ampliou, implicando o surgimento de uma nova fase na história com as possibilidades de novos negócios, que foi traduzido no termo “ciberespaço”. Os primeiros vestígios dessa relação entre a internet e o mercado comercial começou na década de 80, onde havia um interesse intenso em usar a rede informacional para desenvolver pesquisas, criar novas ferramentas educacionais e para atender as comunidades de defesa.

Na obra “Neuromancer” lançada em 1984, do escritor de ficção científica William Gibson, o ciberespaço é tratado como um meio constituído de tecnologias agrupadas,

enraizadas na sociedade, modificando sua estrutura e princípios, tornando o sujeito histórico em um objeto da realidade virtual. Mesmo que não estejamos num cenário tal qual é posto pelo o autor, já vivenciamos uma realidade que tem como pilares as tecnologias de informação e comunicação, e suas virtualidades formativas, assim como também já estamos inseridos num ciberespaço em potencial com mudanças significativas em vários campos.

O agrupamento de todas essas mudanças, resulta em algo que Lèvy (2000, p. 17) chama de cibercultura: “conjunto de técnicas materiais e intelectuais, de práticas, de atitudes, modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço”.

Uma mudança que também pode ser relacionada com o cibercultura, é a dos hábitos alimentares da sociedade, pouco discutida até então, mas que tem apresentado mudanças significativas. O setor alimentício no Brasil tem sido o eldorado de grandes e pequenas empresas, e com o advento de novas tecnologias isso só aumentou, tendo influência diretamente no PIB de diversos países, principalmente nas metrópoles globais.

É fácil perceber, é só abrir a loja de aplicativos do seu celular e digitar a palavra “comida” ou “delivery” que logo aparece uma lista quase sem fim de diversos aplicativos que oferecem esse tipo de serviço, denominado como “*food service*”. O mercado de *food service* envolve todas atividades que de alguma maneira contribuem para elaboração do produto final, desde insumos e equipamentos à distribuição, englobando os serviços prestados aos operadores que efetivamente preparam e fornecem os alimentos prontos para o consumo.

Esse ramo mercadológico pode ser compreendido como atividade principal de um negócio, como é o caso dos restaurantes, redes de fast-food, lanchonetes, bares, cafés, padarias, confeitarias, entre outros, ou parte complementar de negócios onde está inserido, a exemplo de hotéis, pousadas, hospitais, escolas, agências, sendo nesse caso, uma prestação de serviço. Acompanhando essa tendência, o setor de food service tem crescido, na última década, em velocidade maior do que as taxas de crescimento do varejo alimentício.

Em 2015, de acordo com a Associação Brasileira de Indústrias Alimentícias (ABIA), o mercado de *Food Service* (Alimentos e Bebidas – A&B) cresceu 292,3%, ante um índice de 209% do varejo alimentício tradicional. Outra pesquisa de mesma natureza, realizada pela Revista Forbes Brasil (2015) destaca que no Brasil, a alimentação fora do lar representou 33% dos gastos com alimentos e bebidas (A&B) e corroborou a movimentação de aproximadamente R\$ 300 bilhões ao final do mesmo ano. “O mercado de food service no Brasil não é moda nem passageiro. Ele é grande e ainda tem muito espaço para crescer”, conta

Tupa Gomes, presidente da Martin-Brower na América Latina e presidente do Instituto Food Service Brasil.

Dentre as empresas de destaque nesse nicho comercial, está a companhia proprietária da marca iFood, a Movile, presente em diversas frentes no Brasil e no Mundo. Atualmente, a Movile tem um faturamento estimado em mais de 800 milhões de reais, o número foi duplicado em relação aos últimos 3 anos, além disso, a empresa conta com 1 600 funcionários em escritórios no Brasil e no exterior. Fundada em 1998, a empresa cresceu vendendo serviços para as operadoras de celular, como notícias, jogos, vídeos e outros recursos via SMS (como mensagens de confirmação de compras de cartão de crédito).

Numa leitura e análise feita da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do ano de 2008-2009 realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), observou-se alguns dados interessantes, que mostram que a alimentação fora do lar era algo que vinha se acentuando no Brasil, e que hoje consolidou-se de fato com o *food service*. Na pesquisa feita, os locais de maiores demandas foram lanchonetes e restaurantes, apresentando respectivamente 16,9% e 16,4%, em relação ao perfil dos consumidores, a pesquisa mostra que a maioria são homens (44%), em seguida as mulheres (38,5%). A média de idade entre os consumidores mostrada na pesquisa foi de 34,7, isso se explica pela rotina diária do adulto que é muito mais dinâmica, o que vai ter um efeito na alimentação com certeza.

Figura 2 – Gráfico com a evolução da participação da alimentação fora do lar nos gastos totais com alimentos



Fonte: IBGE/POF; ABIA (2009).

A Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (ABIA), em pesquisa, mostrou que o faturamento deste mercado cresceu cerca de 85% entre 2010 e 2016. Entre os principais fatores que estimulam o crescimento está a expansão demográfica em regiões urbanizadas, o

aumento do número de casais sem filhos – o que resulta em mais gastos com lazer e experiências gastronômicas – e a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho – o que estimula o aumento de refeições feitas fora de casa.

Tendo o posto de empresa global com mais de 70 milhões de clientes em 100 países (IFOOD, 2016), o iFood, realizou uma pesquisa no Brasil para identificar o perfil e os hábitos junto a 1800 usuários brasileiros do aplicativo mais lucrativo do ramo de serviço delivery, conforme relatado no Meio & Mensagem (2016), observou-se que os pedidos por dispositivos móveis já representam 38% do total, sendo a maioria homens (54%), da classe B (69%), famílias (41%), e com predomínio na região sudeste do país revelando, também uma grande oportunidade de crescimento, já que, cerca de 62% dos pedidos são feitos por telefone.

A pesquisa revela que 56% dos entrevistados consome comida de delivery semanalmente. Destes, 14% realizam pedidos mais de duas vezes e 18% pedem em média duas vezes na semana. Os horários de maior pedido são o jantar no final de semana, que compõe 67% dos pedidos, seguido do jantar durante a semana e o almoço aos sábados e domingos [...] Dentre os motivos para a realização de pedidos via digital, está a facilidade em fazer o pedido (64%), o acesso ágil ao cardápio (55%) e não precisar falar com o atendente (51%) (M&M, 2006, p. 1)

Nesse ano, a Associação Brasileira de Franchising – ABF (2018) revelou em pesquisa feita com 74 marcas, o balanço do desempenho da franchising em 2017, do faturamento de R\$ 163,319 bilhões do setor, as redes de alimentação abocanharam uma fatia de R\$ 42,816 bilhões. Esse saldo positivo reflete os investimentos em tecnologias. Para Altino Cristofolletti, presidente da ABF: “cada vez mais a experiência do consumidor e a tecnologia estão passando a ser questões preponderantes para o bom desempenho e o sucesso dos negócios e as redes de alimentação, de acordo com a pesquisa, estão avançando nesse sentido”.

O estudo revela ainda que “reinvenção” pode ser considerada a palavra de ordem para o segmento de Alimentação na atualidade. Ou seja, não é apenas investir em tecnologia, mas saber onde e como fazer esse investimento. Referente às estratégias de marketing, 100% das redes pesquisadas afirmam que pretendem investir em mídias sociais agora em 2018 e a maioria dos respondentes adotou o lançamento de novos produtos. Outro fator importante é o uso de aplicativos de delivery que em 2017, aumentou para 72,7% e os pedidos online para 50%, estima-se que em 2018 o número possa duplicar.

Tais dados, só nos encaminham para a conclusão de que o setor de serviços está a todo tempo em constante mudança, e mudança aqui refere-se as exigências dos consumidores, e as transformações ocorridas eventualmente na sociedade, que ditam de certa forma o rumo de determinado estabelecimento, e que nesse caso, não se resume apenas ao mercado alimentício, já que quando se fala em comércio eletrônico o leque é gigantesco.

O SERVIÇO DELIVERY EM CAMPO GRANDE – MS: primeiros resultados

Com cerca de 884.711 mil habitantes (IBGE, 2017), a capital sul-mato-grossense é o polo central de todas atividades industriais, comerciais e serviços do estado. Conseqüentemente, a maior demanda por uso de aplicativos e plataformas digitais se concentra na cidade, dessa forma, o item irá abordar o uso de aplicativos que prestam serviço delivery na cidade de Campo Grande, verificando a frequência de uso dessas tecnologias pela população, pontuando também, o gasto, tempo de espera, forma de pagamento.

Cabe ressaltar que os resultados que irão ser descritos são introdutórios, ou seja, uma discussão sobre as primeiras impressões tiradas a respeito dos primeiros questionários que foram aplicados até o momento, posteriormente irá haver um melhor aprofundamento e as tabulações dos dados completos, que direcionarão a construção teórica do relatório final de toda a pesquisa realizada.

Referente aos dados já obtidos, para tal, foram aplicados 30 questionários de 120, no centro da cidade, a ideia era ter uma noção mais ampla com um público menos específico, já que no centro da cidade a circulação de pessoas é maior.

a) Dos 30 questionários aplicados, a idade média dos entrevistados foi de 31,2 anos, sendo que 10 foram do sexo masculino (33,3%) e 20 do sexo feminino (66,6%).

b) Em relação a renda salarial, vinte e três pessoas possuem de renda 1 salário (76,6%), quatro pessoas possuem 2 salários (13,3%), uma pessoa possui de renda 3 salários (3,3%) e duas pessoas possuem de renda mais de 4 salários (6,6%).

c) Com relação ao número de pessoas que utilizam aplicativos de delivery, dos 10 homens que foram entrevistados, todos disseram que não utilizam nenhum aplicativo delivery para pedir comida em casa (0%), enquanto, as mulheres, das 20 entrevistadas, quatro disseram que utilizam com frequência aplicativos de serviço delivery (20%).

d) Quando perguntados se utilizavam alguma rede social para pedir comida em casa, dos 10 homens entrevistados, apenas dois responderam que utilizava o WhatsApp e o Facebook, respectivamente. Enquanto as mulheres, das 20 entrevistadas, quatro disseram que utilizam o WhatsApp para pedir comida em casa, cinco disseram que utilizam o Facebook, e seis disseram utilizar o Instagram para pedir comida em casa.

e) Em relação ao tempo de espera pela comida chegar até o domicílio dos entrevistados, tanto homens e mulheres, que pedem comida em casa por aplicativo ou rede social, 7 disseram esperar até 1h (53,8%), 5 disseram esperar até 30 minutos (38,4%), e uma pessoa disse que espera até 2h (7,6%).

f) Referente a forma de pagamento utilizada, 8 responderam que pagam no dinheiro (61,5%), 4 responderam que utilizam cartão de débito (30,7%), e uma pessoa disse utilizar cartão de crédito (7,6%).

g) Por fim, em relação a avaliação da comida, 10 pessoas disseram que eram ótimas (76,9%), e 3 pessoas disseram ser razoáveis (23,1%).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi demonstrado no presente trabalho como que a internet e as tecnologias da informação e comunicação (TIC), vem mudando toda a estrutura social e econômica dos grandes centros urbanos, isso se deve ao fato da abertura comercial da internet que proporcionou o surgimento de vários serviços online, dentre eles, o *food service* que ampliou o setor alimentício e também transformou os hábitos alimentares das pessoas.

A hipótese da pesquisa apresentada é que as pessoas estão ampliando o hábito de consumo de produtos e serviços pela internet e em Campo Grande tal realidade não se faz diferente, tendo, portanto, sua especificidade na rede de delivery mais voltada para o público mais jovem entre 18 a 30 anos, considerando os resultados obtidos pelos questionários.

Com a pesquisa ainda em andamento, a aplicação dos questionários na cidade e os resultados obtidos – que se transformarão em dados estatísticos e gráficos – ainda não estão finalizados, o próximo local para aplicação será na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul entre os estudantes. A ideia é confirmar se de fato é um consumo voltado para o público jovem, apesar de, o que já fora abordado acima, já nos encaminha para um resultado condizente com o previsto. Por fim, é válido ressaltar que os dados do presente trabalho são apenas parciais e que haverá maior detalhamento dos temas trabalhados durante o andamento da pesquisa, gerando como produto, um relatório final.

REFERÊNCIAS

ABIA. **Congresso Food Service 2010**. Disponível em:
<<https://www.abia.org.br/cfs2010/telas/foodservice.asp>>. Acesso em: 20 out. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE FRANCHISING. Disponível em:
<<https://www.abf.com.br/pesquisa-food-service-abf-indica-avanco-da-integracao-tecnologica/>>. Acesso em: 27 dez. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE FRANCHISING. Disponível em:
<<https://www.abf.com.br/wp-content/uploads/2017/07/Pesquisa-Foodservice-2017-Completa.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2018.

CASTELLS, M. **The informational city**: information technology, economic restructuring, and the urban regional process. Oxford and Cambridge: Blackwell Publishers, 1992.

FORBES. Disponível em: <<https://forbes.uol.com.br/negocios/2015/06/mesmo-com-crise-setor-de-alimentacao-continua-a-crescer-no-brasil/>>. Acesso em: 27 dez. 2018.

IBGE. **IBGE cidades**: Campo Grande. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/campo-grande/panorama>. > Acesso em: 10 fev. 2018.

JURADO DA SILVA, P. F. **Geografia das Telecomunicações no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

MEIO MENSAGEM. **Pesquisa do iFood revela hábitos de consumo no delivery**. Disponível em: <Meioemensagem.com.br/home/marketing/2016/07/01/pesquisa-do-ifood-revela-habitos-de-consumo-no-delivery.html>. Acesso em: 20 maio 2018.

MOREIRA, R. Os períodos técnicos e o paradigma do espaço do trabalho. **Ciência geográfica**, v. 2, n. 16, p. 4-8, 2000.

LOJKINE, J. **A revolução informacional**. São Paulo: Cortez, 1995.

ORTIGOZA, S. A. G.; RAMOS, C. S. A geografia do comércio eletrônico (e-commerce) no Brasil: o exemplo do varejo. **Geografia**, Rio Claro, v. 28, n.1, p.63-81, 2003.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

SERRANO, F. **Perto de faturar R\$ 1 bilhão, a Movel quer mais**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/revista-exame/perto-de-faturar-r-1-bilhao-a-movile-quer-mais/>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

TOLEDO, P. E. R. Análise geográfica do comércio eletrônico: notas preliminares, Observatorium: **Revista Eletrônica de Geografia**, Uberlândia, v.5, n.15, p. 107-121, 2013.

TRIBUNA DE JUNDIAÍ. **Eleita uma das melhores empresas para trabalhar, iFood tem vagas em Jundiaí**. Disponível em: <<http://tribunadejundiai.com.br/noticias/cidades/jundiai/2115-eleita-uma-das-melhores-empresas-para-trabalhar-ifood-tem-vagas-em-jundiai>>. Acesso em: 19 mar. 2018.



IV SEMINÁRIO REGIONAL DE COMÉRCIO, CONSUMO E CULTURA NAS CIDADES

Teresina – PI, 12 a 14 de junho de 2019

OS IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) NO COMÉRCIO E NO CONSUMO EM DUAS CIDADES PEQUENAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SOBRAL: Alcântaras e Frecheirinha – CE

Bertoni Vasconcelos Diogo¹

Virgínia Célia Cavalcante de Holanda²

Jhonata Silva Pontes³

Resumo: O presente artigo tem como objetivo fazer um estudo nas cidades de Alcântaras e Frecheirinha/CE, analisando o impulso da transferência de renda do Programa Bolsa Família (PBF) na vida das famílias dessas duas cidades. De igual modo, objetivamos também constatar se houve mudanças no poder de consumo das famílias beneficiárias. Para a realização desta pesquisa, realizamos trabalhos de campo, aplicamos questionários. Os sujeitos com suas narrativas sendo duas famílias e um comerciante na cidade de Alcântaras, e duas famílias e um comerciante na cidade de Frecheirinha. No decorrer das entrevistas, fomos percebendo, em cada fala dos beneficiários a dimensão da importância do PBF nas suas vidas. As transferências de renda representam uma fonte de rendimento das famílias que é utilizado na aquisição de bens e serviços, aumentando o poder de compra das famílias e, ao mesmo tempo, dinamizando o comércio local, bem como alimentando o ciclo econômico dessas cidades. Portanto, concluímos que o PBF vem gerando resultados, sendo uma renda que tem possibilitado que as famílias pobres não passem por privações de gêneros alimentícios básicos, assegurando, assim, um pouco mais de dignidade em suas vidas.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Renda e Consumo. Cidades Pequenas.

INTRODUÇÃO

O presente artigo se baseia na premissa de que o Programa Bolsa Família (PBF) é um importante programa social no combate a pobreza, possibilitando que as famílias beneficiárias tenham acesso a direitos básicos como saúde e educação. Compreender como esse programa social tem impactado a vida das famílias beneficiárias, sob o prisma do repasse monetário é de suma importância. Embora existam muitos estudos sobre os impactos do PBF, o nosso se diferencia dos demais por estabelecer uma análise dos seus impactos em duas cidades pequenas da Região Noroeste cearense.

¹ Mestrando do Curso de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), e-mail: bertoni.77@hotmail.com

² Orientadora e Profa. Adjunta do Curso de Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Possui pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: virginiaholland@hotmail.com

³ Graduando do Curso de Bacharelado em Geografia – Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, e-mail: Jhonata.js737@gmail.com

Nessa perspectiva, o nosso estudo, sob o prisma da Geografia crítica, terá como recorte espacial as cidades de Alcântaras e Frecheirinha/CE. As duas cidades juntamente com outras dezesseis cidades compõem a recém-criada Região Metropolitana de Sobral (CASTRO; HOLANDA, 2014). Alcântaras, localizado na Serra da Meruoca, com forte ocupação de sua população voltada para atividade agrícola e Frecheirinha, polo de confecção de moda íntima do Estado do Ceará. Alcântaras tem como principal via de acesso a CE 240; faz divisa com Coreaú, Moraújo, Sobral, Meruoca e Massapê. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município abriga uma população de 10.771 habitantes, dos quais 1.081 famílias são beneficiárias do PBF, o que equivale a 23,57% da população total, sendo que 2.175 pessoas vivem na extrema pobreza.

Frecheirinha, por sua vez, tem como importante via de acesso a BR 222; faz divisa com Tianguá, Ubajara, Coreaú. Sua população hoje é de 12.991 habitantes, dos quais 2.172 são famílias beneficiárias do PBF. Essas famílias equivalem, aproximadamente, a 40,44% da população total do município. Com base nos dados mais recentes, o município registra 3.178 pessoas vivendo na extrema pobreza. São números bem superiores a Alcântaras, levando-se em conta o número de habitantes, os dois municípios se aproximam. Sendo que Frecheirinha apresenta 1.003 pessoas a mais vivendo em extrema pobreza (BRASIL, 2018).

É importante ressaltar que o PBF tem como foco as famílias em situação de vulnerabilidade social: pobreza e extrema pobreza. Para isso, classifica como extrema pobreza as famílias cuja renda per capita é menor que R\$ 85,00. Ou seja, são famílias que contam apenas com esse benefício para sobreviver. Já as famílias classificadas como pobres são as que possuem renda per capita entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00.

O PBF é a expressão atual do desenvolvimento dos programas de transferência de renda no Brasil. Produto de um processo iniciado em nível municipal no ano de 1995, com experiências pioneiras em Campinas, Ribeirão Preto, Santos e São Paulo, e da experiência do Bolsa Escola de Brasília (GUILHON; SILVA, 2014). Hoje, o PBF está presente em todos os municípios brasileiros.

O PBF constitui um programa de transferência de renda brasileiro criado pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2003. O Programa atende, prioritariamente, famílias que estão em situação de pobreza e extrema pobreza. Um programa social que busca garantir que famílias em situação de vulnerabilidade tenham acesso à alimentação, saúde e educação.

O PBF está estruturado em três eixos: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. O primeiro deles objetiva o alívio imediato da pobreza. As

condicionalidades se apoiam no compromisso assumido pelas famílias e pelo poder público garantindo os serviços de educação, saúde e assistência social para que as famílias sejam atendidas, enquanto os programas complementares servem como facilitadores para que as famílias saiam da situação de vulnerabilidade social.

Além do repasse monetário, o PBF considera de suma importância a inclusão dos membros adultos das famílias beneficiárias em programas oferecidos nos níveis federal, estadual e municipal, como: tarifa social de energia elétrica, cursos de alfabetização de jovens e adultos e de qualificação profissional, geração de trabalho e renda e melhoria na qualidade de vida, além de isenção de taxas em concursos públicos e federais.

Ao longo de pouco mais de dezesseis anos de sua implantação, o PBF tem mostrado resultados positivos, possibilitando que as famílias em situação de pobreza tenham acesso a direitos básicos e uma vida digna. O alcance do programa pode ser representado nas cifras dos bilhões. Segundo a Folha de Pagamento do PBF, o valor anual repassado até agosto de 2018, chega a R\$ 20. 101. 816. 912,00 bilhões em todo país.

Além disso, o PBF tem contribuído com mudanças significativas na vida das famílias. A transferência de renda tem possibilitado que as famílias beneficiárias tenham acesso a bens de primeira necessidade, como alimentos, remédios; impactando diretamente na sua qualidade de vida e na saúde (VALE, 2009).

Jannuzzi e Pinto (2013), numa pesquisa que avalia os impactos do PBF, revelam que o programa tem efeitos positivos na educação, na melhoria das condições de saúde das crianças, no aumento do consumo de alimentos: cereais, alimentos processados, carne, leite feijão, açúcar. Constatou-se também que o peso das crianças recém-nascidas e filhos de mulheres beneficiárias é superior ao das crianças de mães não beneficiárias.

Nos últimos anos, o Brasil vem passando por importantes mudanças, apresentando um declínio acentuado na desigualdade e na distribuição de renda. A renda dos mais pobres cresceu substancialmente, impactando na melhoria das condições de vida dos mais pobres. Em 2007, o coeficiente de *Geni*, uma das medidas mais tradicionais de desigualdade de renda alcançou seu menor valor nas últimas três décadas (BARROS et al., 2010).

Segundo os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2012), entre 2001 e 2011, a renda per capita dos brasileiros mais pobres cresceu 91,2%. É constatado que a renda cresceu mais nas áreas rurais pobres, 85,5% contra 40,5% nas metrópoles, e 57,5% nas demais cidades. Na região Nordeste, a renda chegou a crescer 72, 8%.

Os impactos do PBF não se restringem apenas aos valores repassados. Seus efeitos

também são sentidos na educação e na saúde das famílias. Na educação, a média de acompanhamento é 91,07%. No estado do Ceará, 89,80% das crianças e jovens de 6 a 17 anos que estão cadastradas no PBF têm o acompanhamento da frequência escolar (BRASIL, 2018).

Portanto, dado a abrangência do PBF, o presente artigo faz uma análise dos impactos dessa transferência de renda na vida das famílias em duas cidades cearense: Alcântaras e Frecheirinha/CE. De igual modo, objetivamos também constatar se houve mudanças no poder de consumo das famílias após elas serem inseridas no programa e, se os recursos repassados pelo governo federal são realmente eficazes no combate a pobreza.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com base nos dados coletados, analisaremos as diferenças e similaridades dos efeitos do repasse monetário do PBF na vida das famílias beneficiárias e no comércio duas cidades. Conforme Sposito (2016, p.35), “a comparação entre os papéis que diferentes elementos realizam em conjuntos semelhantes pode ajudar a reconhecer leis gerais ou componentes do processo em análise que possibilitam desvendá-lo”.

Para isso, fizemos levantamento bibliográfico, documental e de dados secundários em fontes oficiais, junto ao o Centro de Assistência Social- CRAS- das duas cidades; pagina oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pagina oficial do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e observações diretas; realizamos trabalhos de campo, aplicando nas duas cidades questionários com perguntas abertas; sendo duas famílias e um comerciante na cidade de Alcântaras, e duas famílias e um comerciante na cidade de Frecheirinha. Cabe esclarecer que para preservar a identidade dos entrevistados, criamos nomes fictícios, a fim de preservar o anonimato, garantido no ato das entrevistas.

OS IMPACTOS DO PBF NA VIDA DOS BENEFICIÁRIOS E NO COMÉRCIO EM ALCÂNTARAS E FRECHEIRINHA/CE

Pelo fato do PBF ser um programa social que atende prioritariamente as famílias em situação de vulnerabilidade social, é bastante frequente encontrarmos entre os beneficiários, pessoas com baixa escolaridade, sendo que a maioria não sabe ler e escrever. Quando perguntávamos sobre sua escolaridade, quase sempre ouvíamos que sabiam apenas fazer o próprio nome. As respostas vinham acompanhadas de tristeza e lembranças da infância que não tiveram. Os motivos de não terem estudado quase sempre se resume em ajudar os pais no trabalho na roça.

Durante anos, o trabalho na roça foi o único meio encontrado pelas famílias para subsistirem. Eram tempos incertos, pois ficavam a mercê das condições climáticas, apelando para os santos padroeiros na súplica de um bom inverno. Essa era a rotina do sertanejo, lutando pela sobrevivência de sua família numa região cuja localização geográfica faz do clima semiárido um dos principais fatores da escassez de água na região.

Na cidade de Alcântaras, na fala de Antônio, podemos ter uma dimensão de como era a sua vida na infância em comparação com os dias de hoje. Antônio e sua esposa não têm emprego. A renda da família para criar os dois filhos provém do benefício do PBF e de algumas diárias de Antônio na roça. Quando o indagamos sobre as diferenças quanto à variedade de alimentos na mesa da família, ele nos relata:

É diferente, né? Eu mesmo quando era criança não tinha o que tem hoje na mesa. Porque antes era mais difícil. As vezes não tinha; as vezes faltava até alimentação normal do dia a dia. E hoje a criança sempre tem um cafezín; tem o biscoito para acompanhar. Sei que melhorou. Melhorou muito; diferente do que era antes. Antes a gente amanhecia o dia, as vezes, né? A dificuldade era mais. Não tinha essa renda. Os pais da gente trabalhava dia a dia para conseguir alguma coisa e as vezes faltava, não dava. As vezes era muita gente em casa. E hoje tem esse Bolsa Família que ajuda, e a gente tem aquela comida da criança, é certa. Tem o cafezín dele; tem o biscoito para acompanhar; sempre não deixa faltar. Então melhorou muito do que era antes. Hoje a criança não passa necessidade de jeito nenhum. Sempre tem a alimentaçãozinha na hora certa.

Na fala de Antônio, podemos perceber que o PBF é hoje uma importante renda para a família. O benefício é um divisor de águas, pois como ele mesmo cita, na sua infância não havia uma garantia que teria comida; tudo girava apenas em torno das condições climáticas: chuva ou seca.

Contudo, mesmo o anúncio de um bom inverno significava também a privação de alimentos porque, conforme diz Antônio: “era preciso ter a semente para o plantio, por isso uma parte do feijão e do milho deveria ser separado para investir na roça, em contra partida a comida no prato seria em menor quantidade”. Feito isso, depois do plantio, era esperar mais uns dois ou três meses até que a produção familiar estivesse pronta para o consumo. Era um tempo de incertezas, pois nem sempre as chuvas contribuía.

Quando Antônio fala da sua infância, ele a descreve como uma vida cheia de privações e incertezas. Não havia uma garantia se teria o que comer no dia seguinte. Nos dias de hoje, conforme a sua fala, a família tem café, almoço e janta todos os dias. O dinheiro do PBF tem significativa importância na vida de sua família, pois é uma garantia de que sua esposa e seus filhos não passarão fome.

Outra família Alcantareense que tem apenas o PBF como fonte de renda é a família de Maria. Segundo ela, o seu esposo está desempregado há mais de um ano. O casal tem apenas uma filha. Atualmente, a família conta apenas com o benefício do PBF para pagar as contas. Embora o valor seja pouco, algo em torno dos R\$115,00, é o único recurso da família. Quando questionamos se o dinheiro ajuda, obtemos a seguinte resposta:

Me ajuda. É um dinheirinho que é certo; embora a gente não esteja segura, porque hoje a gente podia ter, amanhã tal vez não. Porque sabendo que esse valorzinho é pouco, mas é um dinheiro certo. A gente, eu mesma faço muita coisa com esse dinheiro. O Bolsa Família é uma ajuda que a gente tem pra se manter, porque aqui não tem emprego. É muito difícil. O Bolsa Família salvou muita gente. A gente que não tem emprego, como o meu marido que está sem trabalhar, a gente depende mesmo desse dinheiro. O Bolsa Família é uma forma de você está sobrevivendo.

Para a família de Maria, o PBF não representa apenas um auxílio do governo. O benefício é uma garantia de “sobrevivência”, como ela mesma fala. O dinheiro do programa é destinado para compra de bens básicos: arroz, feijão, café, farinha de mandioca, ovos. Isso mostra que o valor, embora seja pouco, garante que a família de Maria tenha um poder de compra no comércio local, ainda que o casal esteja desempregado.

Na cidade de Frecheirinha, os relatos dos beneficiários são praticamente os mesmos dos beneficiários de Alcântaras. Segundo Rosa, o dinheiro também é empregado na compra de gêneros alimentícios e, inclusive, na compra de remédios. Rosa é desempregada e vive em uma casa de três cômodos com o marido e mais quatro filhos. Segundo ela:

Às vezes a gente precisa comprar um remédio pros filhos, uma coisa; tendo o dinheiro, eu não trabalho, né? Mas tem ele pra ajudar. No posto de vez em quando falta remédio. As vezes a gente precisa comprar alguns. Eu compro várias coisas; compro pra dentro de casa mesmo; alguma coisa pros meninos; eu pago energia. Antes era ruim porque faltava as coisas; a gente não tinha como comprar; o meu marido fazia algum biquin vei, recebia um trocadinho, comprava as coisas; mas não era o suficiente.

Na fala de Rosa, percebe-se como era o antes e o depois do benefício. A família dela dependia da sorte do marido encontrar alguma diária na roça. Antes de ser beneficiária do PBF, era comum não ter uma refeição que fosse suficiente para ela, o marido e os quatro filhos. Ou seja, ou almoçavam ou jantavam. O que o seu esposo conseguia com o suor do seu trabalho, conforme Rosa: “era insuficiente para a família, mal dava para comprar um quilo de feijão e arroz”. Hoje, a família consegue facilmente comprar os gêneros alimentícios. Para isso, nem sempre é preciso ter o dinheiro, pois podem comprar fiado no comércio.

Ana, que também é moradora de Frecheirinha, explica que: “o comerciante tem a confiança, porque sabe que a gente tem o dinheiro para pagar”. O PBF, além de garantir a

compra de gêneros alimentícios básicos para o sustento da família, é também responsável pela dinâmica do comércio nas duas cidades, conforme se constata nas falas dos entrevistados.

Ainda segundo Ana, a vida da família não era nada fácil antes de receber o benefício do PBF, pois passavam por muitas dificuldades. Hoje, ela sabe que pode comprar, pois tem a certeza que vai ter condições de quitar suas dívidas. Antes de ser beneficiária, a família passava por privações de bens básicos. Como não tinha renda, caso quisesse comprar alguma mercadoria, era preciso ter o dinheiro. Para isso, o único meio era vender as galinhas que ela cria no quintal de sua casa.

Antes era só na roça mesmo, criando galinha; quando queria comprar um remédio vendia uma galinha, vendia um pato para poder comprar alguma coisa. Eu tiro R\$ 130,00, né? Mas dá para comprar muita coisinha. Eu compro remédio para o colesterol, compro remédio pro estômago; pago a minha energia e compro as coisinhas pros meus filhos.

É uma renda que movimenta toda a economia das duas cidades, como podemos observar nos relatos dos beneficiários, que o seu dinheiro é todo gasto no comércio local. É uma dinâmica muito parecida com a que Silva F. (2017) identificou quando estudou os impactos do PBF na vida dos Alagoanos. Essa dinâmica vem favorecendo o comércio das duas cidades cearenses, gerando lucro e renda; fazendo com que os comerciantes criem meios de atrair os beneficiários para o seu comércio.

Em Alcântaras e Frecheirinha, a soma do valor injetado pelo governo federal via PBF no ano de 2018, segundo os dados do Relatório dos Programas e Ações na página do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), foi repassado quase oito milhões de reais para os beneficiários dos dois municípios. Em Alcântaras, as cifras em 2018 foram de R\$ 1.899.503,00, enquanto Frecheirinha foi pouco mais de R\$ 5.055.205,00 (BRASIL, 2018).

Os valores comprovam que o PBF tem um substancial reatamento na economia das duas cidades. Durante os dias do pagamento do benefício, o centro comercial dessas duas cidades fica repleto de pessoas que se concentram nos dois locais de saque — Caixa Aqui e Lotérica. É justamente nos dias de pagamento do benefício que os comerciantes vendem mais, como revela a fala do comerciante Paulo da cidade de Alcântaras:

Quando o povo vem tirar o Bolsa Família é um dos dias que eu mais trabalho e que mais apuro! E a grande maioria dos meus fregueses são os de “baixa renda”. Eles são bons porque pagam na hora. Tem alguns que compram algumas coisas fiado, mas sempre pagam. E eu também não sou “besta”, só deixo levar o que eu vejo que eles pode me pagar depois. Tipo, o limite da conta deles não passa de R\$ 100,00. Se chegar nesse valor e ainda não pagou a sua conta, eu só vou vender se ele pagar.

Conforme o relato do comerciante, a maioria dos seus clientes é composta pelos beneficiários do PBF, descritos por ele como “baixa renda”, adjetivo este usado para classificar seus fregueses. Outro dado interessante a ser notado nesse relato é que existe uma relação de confiança entre o vendedor e comprador, estabelecida pelo valor limite de R\$ 100,00. O limite de venda não pode ultrapassar esse valor. Essa relação de confiança só é quebrada quando esse valor limite não é pago; a venda só é restabelecida quando a dívida for quitada, caso contrário, não será mais permitido a venda.

Para o comerciante Miguel da cidade de Frecheirinha, o PBF não apenas melhorou o consumo das famílias como também alimenta a dinâmica na economia local. A maior parte dos fregueses de Miguel também é formada por beneficiários:

Eles recebem e compram o que eles precisam e o comerciante apura mais dinheiro; melhora o consumo pro comerciante e para eles. Eu vendo fiado até R\$ 120,00 a 150,00, porque têm muitos deles que recebem mais do que isso. A gente só pode vender a quantia que eles recebem.

Na fala do comerciante, podemos observar que ele também concede vender os alimentos para os seus clientes beneficiários, embora eles não tenham o dinheiro no momento da compra, esse ato é popularmente conhecido como “vender fiado”. É interessante pontuar que tanto em Alcântaras como em Frecheirinha, há um valor limite de venda entre os comerciantes e os clientes beneficiários. Ou seja, os comerciantes estipulam o valor que as famílias recebem como teto de gasto/consumo no seu estabelecimento.

Entretanto, embora haja um valor em dinheiro como garantia que as dívidas serão quitadas, o fiado, no dizer de Guimarães (2009, p. 15) “é baseado na confiança que se forma através das relações sociais estabelecidas no grupo. Não é para qualquer um que se vende fiado. Um informante disse-me que o fiado é para os fregueses mais antigos, geralmente são mais velhos, já aposentados” no qual incluímos também os beneficiários do PBF.

Para Carvalho (1985, p. 16), “o fiado supõe relações de amizade e confiança entre as partes, envolvidas. Isto porque não há nenhum vínculo formal que gere instrumentos legais de garantia ou de coerção na cobrança dos débitos”. Com essa relação estabelecida entre ambas as partes, os valores das compras ficam anotados em uma caderneta, que fica, geralmente, com os comerciantes.

Nota-se que o PBF nas duas cidades dá sobrevida a uma atividade comercial que existe há vários anos e que vem perdendo espaço com a difusão das relações capitalistas. Vender “fiado” é um acordo informal que foge o modelo de concessão e garantia de débitos

vigentes no sistema capitalista. Como, por exemplo, os critérios para compra nas redes de supermercados, tendo como norma a venda no cartão de crédito ou a dinheiro “vivo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer das entrevistas, percebeu-se em cada fala dos beneficiários a dimensão da importância do PBF nas cidades de Alcântaras e Frecheirinha/CE. Os recursos injetados pelo programa é o responsável por impulsionar uma nova dinâmica na economia das duas cidades, ao mesmo tempo em que possibilita as famílias terem acesso a direitos básicos, muito embora os valores sejam relativamente baixos, mesmo assim, é um dinheiro de extrema importância.

As transferências de renda representam uma fonte de rendimento das famílias utilizada na aquisição de bens e serviços. As transferências aumentam o poder de compra das famílias, estimulando a produção dos setores de atividades, gerando lucro no comércio local. Essa rotatividade impulsiona a economia gerando emprego e renda.

O PBF também favorece uma relação de confiança entre comerciantes e beneficiários, cuja venda/compra de gêneros alimentícios é feita sem que haja a necessidade de pagar na hora, mediante um contrato verbal entre comprador e vendedor, como constatamos nas duas cidades. Essa confiança reforça os vínculos de sociabilidade entre os envolvidos. É o que Mayorga et al., (2004) denomina de capital social. Que segundo o autor gera um mecanismo aglutinador e facilitador de ações para que os indivíduos construam e se insiram numa rede de relações sociais tendo como resultado o bem estar da comunidade envolvida. É o que constatamos nas duas cidades ao darmos voz as famílias beneficiárias.

Portanto, concluímos que O PBF vem gerando bons resultados nas duas cidades, sendo uma renda que tem possibilitado que as famílias pobres não passem por privações de gêneros alimentícios básicos. E que os efeitos do programa não se restringem apenas a um valor em espécie, além de trazer o mínimo de dignidade às famílias carentes, seus efeitos também têm reflexos nos aspectos culturais, estabelecendo uma relação de reciprocidade entre beneficiários e não beneficiários.

REFERÊNCIAS

BARROS, R. P. de. **Determinantes da queda da desigualdade de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Relatório de Informações Sociais RI**. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/mds/index.php>. Acesso em: 10 ago. 2019.

_____. **Plano Brasil Sem Miséria – PBSM**. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/nucleo/grupo.php?id_grupo=69. Acesso em: 08 jun. 2018.

CARVALHO, R. M. V. A. Pequeno Comércio na Favela: o Circuito de Pobre Trabalhando para Pobre. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 9., 1985, Águas de São Pedro. **Anais eletrônicos** [...]. Águas de São Pedro, 1985.

CASTRO, Francisca Fernanda Batista de; HOLANDA, C.C de. Espaço metropolitano cearense: breves considerações. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 16, n. 2, p. 115-125, 2014.

GUIMARAES, A. C. R. **O lugar do comércio**: um estudo antropológico sobre a sociabilidade no bairro. Associação Brasileira de Antropologia, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**: Alcântaras. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/alcantaras/panorama>. Acesso em: 25 mar. 2019.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **A década inclusiva (2001- 2011)**: desigualdade, pobreza e políticas de renda. Brasília: IPEA, 2012.

JANNUZZI, Paulo de Martino; PINTO, Alexandre Rodrigues. Bolsa Família e seus impactos nas condições de vida da população brasileira: uma síntese dos principais achados da pesquisa de avaliação de impactos do Bolsa Família II. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Org.). **Programa Bolsa Família**: uma década de inclusão e cidadania. Brasília, DF: IPEA, 2013.

MAYORGA, Fernando. Capital Social, Capital Físico e Vulnerabilidade do Sertanejo: o Caso das Comunidades de Lustal e Sítio Lagoa no Município de Tauá. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 42, n.2, p. 111-152, 2004.

SILVA, F. Antonio da. **A pobreza na Região Canavieira de Alagoas no século XXI**: do Programa Bolsa Família a Dinâmica dos circuitos da economia urbana. 2017. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2017.

SILVA, M. Ozanira da Silva e; GUILHON, Maria Virgínia Moreira. O Bolsa Família no contexto da proteção social: significado e realidade das condicionalidades e do Índice de Gestão Descentralizada no Estado do Maranhão. In: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (Org.). **Avaliação de políticas públicas**: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome. Brasília: MDS, 2014.

SPOSITO, Maria da Encarnação Beltrão. Oportunidades e desafios da pesquisa urbana comparada. In: FIRKOWSKI, Olga Castrighini de Freitas (Org.). **Estudos urbanos comparados**: oportunidades e desafios da pesquisa na América Latina. San Miguel de Tucumán: Universidade Nacional de Tucumán, 2016.

VALE, Ana Maria Borges do. **Programa Bolsa Família e Saúde**: estudo qualitativo sobre a experiência das famílias beneficiárias. 2009. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2009.



IV SEMINÁRIO REGIONAL DE COMÉRCIO, CONSUMO E CULTURA NAS CIDADES

Teresina – PI, 12 a 14 de junho de 2019

OS CONTEXTOS ESPACIAIS DO PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA DA CIDADE DE TERESINA

Poliana Santos Ferraz de Oliveira¹

Resumo: O espaço urbano, produzido na atuação de diversos agentes sociais a partir de processos específicos que modificam a dinâmica socioespacial da cidade, se reconfigura no decorrer da urbanização. As redistribuições espaciais promovidas por tais agentes produtores do espaço urbano imprimem um ritmo de crescimento às cidades alimentado por um contínuo processo de expansão urbana, que abre as periferias das cidades à urbanização e redefine os usos desses espaços, alterando suas formas e dinâmicas. Tais áreas passam a criar e reproduzir formas atrativas à fixação e a circulação de capitais, transformando-os em espaços úteis à aceleração de atividades que atuam intensivamente na produção do espaço, tornando-se tais espaços elementos centrais para compreender o crescimento urbano nas cidades contemporâneas. Diante disso, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a expansão urbana da cidade de Teresina à luz dos agentes produtores, considerando suas formas espaciais relacionadas à sua gênese, dinâmicas espaciais. A partir disso foram estabelecidos dois objetivos específicos: a) reconhecer a construção do processo de Expansão Urbana através da ação dos agentes produtores; b) revelar as dinâmicas do processo de expansão urbana de Teresina, relacionando com os principais processos e formas espaciais nas últimas décadas. Diante das discussões propostas, a pesquisa, sustentada com o método de interpretação dialético, utilizou como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, documental.

Palavras-chave: Expansão Urbana. Agentes Produtores. Teresina.

INTRODUÇÃO

O espaço urbano contemporâneo se caracteriza por uma intensa concentração de atividades que possibilitam a dinamização e a organização espacial da cidade. A atuação dos proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado e os grupos excluídos, em associação aos processos de centralização e a área central, descentralização e os núcleos secundários, coesão e as áreas especializadas, segregação e as áreas sociais, dinâmicas espacial da segregação, inércia e as áreas cristalizadas no espaço urbano são responsáveis para que haja a produção desse espaço, pois, ambos vão se inter-relacionando, produzindo de modo capitalista as cidades e construindo a urbanização.

O processo de urbanização, que no Brasil se intensifica a partir da última metade do século XX, compreende novas dinâmicas, associadas ao acúmulo histórico de relações sociais estabelecidas no espaço urbano e às novas dinâmicas que se instalam na cidade. A configuração desses espaços emerge como chave para a elucidação de processos que se

¹ Mestra em Geografia pelo Programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Piauí, E-mail: polianaferaz18@hotmail.com

acumulam no desenvolvimento das dinâmicas contemporâneas da urbanização brasileira que contribuem diretamente para a compreensão sobre a expansão urbana.

Diante disso, a justificativa para a realização da pesquisa compreende a relevância da análise da Expansão Urbana na cidade de Teresina, como ação que permite a dinâmica dos processos que atuam na cidade e são identificados nesse espaço. Deste modo, são constituídos subsídios para as discussões que envolvem o tema e seus desdobramentos, com ênfase na atuação dos agentes e processos produtores através da circulação de capital.

A pesquisa tem por objetivo geral: Analisar a Expansão Urbana na cidade de Teresina à luz dos agentes produtores, considerando suas formas espaciais relacionadas à sua gênese, dinâmicas espaciais. Para tanto, propusemos como objetivos específicos: a) reconhecer a construção do processo de Expansão Urbana através da ação dos agentes produtores; b) revelar as dinâmicas do processo de expansão urbana de Teresina com os principais processos e formas espaciais nas últimas décadas.

OS PROCESSOS ESPACIAIS E A EXPANSÃO URBANA

Através da ação do capitalismo surgem inúmeros interesses dentro do espaço urbano, sob a ação de agentes produtores que mantem diversas formas de uso de um determinado espaço urbano. Para Castells (1975, p. 73), a produção do espaço gera uma série de processos sociais que criam funções, formas espaciais e atividades dentro de uma organização espacial, que, contudo, nos permite refletir sobre a ação do capitalismo. Os processos espaciais se definem como transformadores na ação social do espaço geográfico. Essas ações serão definidas a partir da evolução das formas e relações da cidade. Corrêa (2000) destaca que são as forças através das quais o movimento de transformação da estrutura social, o processo, se efetiva espacialmente, refazendo a espacialidade da sociedade.

A necessidade que se tem de deslocamento para fora do centro cresce a cada instante. Essas centralidades que ocorrem em subcentros fazem vir à tona o crescimento de atividades comerciais e a forma de ser abordada será diferenciada nas classes sociais, pois o oferecimento de serviços nessas regiões são bem distintos. Esse processo de centralização estabelece, em áreas centrais, segmentos de diversas atividades econômicas, entre elas, o processo de verticalidade e de ampliação horizontal.

Por isso, a forma de produção da cidade se apresenta diferente e desigual em relação à apropriação e ao uso do espaço urbano. Isso ocorre devido à contradição que o poder capitalista impõe a todos por conta da necessidade de sua circulação, além de gerar conflitos e interesses entre classes sociais, isso por áreas centrais estarem ligadas a grandes

transformações e constante necessidade de surgir novas áreas ao entorno. Lopes Junior e Santos (2010) expõem claramente esse pensamento ao indicar que as áreas centrais das cidades passam por uma transformação constante por conta do crescimento de suas atividades que são exercidas nessa região, contribuindo para que possa começar a surgir novas centralidades ao seu entorno. O processo de descentralização, ao estabelecer novas áreas centrais, torna clara a necessidade não só de expansão, mas também a possibilidade dessas atividades criarem mais mercado de trabalho para a população dessas regiões periféricas.

Esse processo de centralização e descentralização determina como objeto principal, a atividade comercial, que busca a descentralização da centralidade dessa atividade para melhor dinamizar esse setor econômico, formando novas centralidades sob a forma de subcentros. Em alguns casos, tais subcentros apresentam relações de complementaridade em relação ao núcleo central, passando “muitas vezes a competir economicamente de forma mais acirrada com o centro tradicional, de modo a se tornarem ou almejarem se tornar os novos centros” (FURGOLI JUNIOR apud LOPES JUNIOR; SANTOS, 2010, p. 120).

Todo esse processo associa-se diretamente ao crescimento da cidade, em que a necessidade de novas áreas remete “obrigatoriamente” à circulação de capital, viabilizando o desenvolvimento dessas áreas periféricas agora tornadas verdadeiros subcentros, como uma construção política, histórica e social. Villaça (1998, p.293) destaca que “o subcentro consiste, portanto, numa réplica em tamanho menor do centro principal, com o qual concorre em parte sem, entretanto, a ele se igualar”. Deste modo, conclui-se que os subcentros são uma porção menor do centro, em que estão propícios à concentração de população e atividade econômica.

Cabe ressaltar que esse deslocamento acaba produzindo um processo de segregação entre a camada mais pobre dessa população, que vai ocupar, por muito tempo, o centro e seus cortiços ou seu entorno imediato (GOTTDIENER, 2010; CORRÊA, 2000).

Ressalta-se que embora a diversidade de usos possa implicar em desinteresse para o capital, o acesso à área central ainda é essencial. Os objetivos dessa necessidade, relacionado aos agentes produtores, concorrem para a configuração de um quadro, revelando, conforme Tourinho (2006), um centro que dificulta a apropriação, integrado por fatores que impossibilitam a uniformização, e, por conseguinte este não se constitui como espaço democrático, na medida em que não é homogêneo ou cuja segregação é inexistente.

O processo de coesão se apresenta como uma concentração de atividades específicas, como setores varejistas, que possibilita a criação de áreas especializadas em determinado produto ou ramo. Em consequência disso, esse processo pode acontecer tanto na área central

como em outro setor da cidade, por ser um processo presente tanto na centralização como na descentralização. Corrêa (1979, p. 108) destaca que:

Este processo foi descrito por Hurd em 1903¹², ao mostrar que no setor varejista do centro da cidade há uma tendência de as lojas do mesmo tipo se aglomerarem, apesar de não manterem negócios entre si. Segundo Hurd, esta aglomeração forneceria garantias para todas as lojas porque haveria em direção àquele setor uma atração maciça de consumidores.

Em se tratando do processo de segregação podemos defini-lo como processos e formas espaciais vinculados, sobretudo à existência e reprodução dos diferentes grupos sociais. Referem-se, às residências e não às indústrias, comércio e serviços. Podemos destacar que a segregação segue um cunho especificamente de divisão social do espaço como também é dinâmica, envolvendo espaço e tempo, e este processo de fazer e refazer pode ser mais rápido ou mais lento, de modo que uma fotografia, um padrão espacial, pode permanecer por um longo período de tempo ou mudar rapidamente. Para Corrêa (1979, p. 106):

A segregação é um processo que origina a tendência a uma organização espacial em áreas de "forte homogeneidade social interna e de forte disparidade social entre elas"¹⁶ • Estas áreas segregacionadas tendem a apresentar estruturas sociais que podem ser marcadas pela uniformidade da população em termos de renda, *status* ocupacional - operários, empregados de escritórios, profissionais liberais, diretores de firmas - instrução, etnia; fase do ciclo de vida - casais com crianças, casais idosos, solteiros - e migração, podendo-se falar em áreas sociais caracterizadas, por exemplo, por bairros operários com residências unifamiliares modestas, por bairros de classe média com apartamentos, de baixa classe média ou pobres em prédios deteriorados ou em favelas etc.

A inércia é um processo que interfere na organização espacial da cidade, à medida que esse espaço vai sendo utilizado e se deve a uma série de fatores que dão valor à localização e uso da terra. Correa (2000, p.76) procura definir o processo da inércia da seguinte forma:

O processo de inércia atua na organização espacial intra-urbana através da permanência de certos usos em certos locais, apesar de terem cessado as causas que no passado justificaram a localização deles. O processo em questão vai traduzir-se na preservação simultânea da forma e de conteúdo, por isto seria, em realidade, o processo de substituição ou invasão ou sucessão.

Contudo, esses processos tendem a contribuir diretamente para a transformação e reorganização da cidade capitalista que é lugar privilegiado para contemplação da ocorrência destes, embora esses processos criam funções e forma em atuação no meio urbano para atividades que se materializam e conseguem constituir uma organização espacial urbana a cidade ela consegue ter uma singularidade dentro do seu tecido urbano.

Essa razão se dá através da busca de novas áreas para serem incorporadas à área da cidade, visto que essa é mais valorizada, sendo utilizada de diversas maneiras, seja industrial,

comercial, residencial, dentre outras. A expansão urbana vem obtendo um crescimento significativo desde a revolução industrial, com destaque ao crescimento populacional. Já no Brasil, a expansão urbana teve início na década de 1930 com o advento da industrialização e em meados da década de 70, quando houve um crescimento da população urbana.

Em diversas situações a expansão urbana apresenta fatores que incentivam o crescimento urbano, destacando-se os loteamentos que são vendidos a pessoas de baixa renda, como também a valorização de áreas próximas ao centro, o que incentiva os moradores dessas áreas a venderem seus imóveis e irem morar em bairros periféricos nas suas proximidades.

E esse processo que é bastante dinâmico atinge não só a parte econômica, mas também a social, sendo sua atuação melhor sentida nas grandes cidades por serem o local de intensa atividade de produção, comercialização e consumo. Segundo Silva (1993 p.59):

O espelhamento urbano pode ocorrer como consequência de dois processos: baixas densidades em zonas residenciais resultantes de grandes lotes individuais, e descontinuidade na ocupação do solo urbano, onde parcelas (lotes) ficam a princípio, sem uso, sendo utilizado mais tarde, quando zonas mais distantes forem ocupadas.

O espaço urbano cresce tanto horizontalmente com o aumento da área urbana através da junção de espaços anteriormente considerados rurais, como verticalmente com a construção de novos condomínios. Esses agentes modificam a paisagem urbana e as estruturas sociais e econômicas com essa expansão urbana como já visto na sua definição acima, visto que o valor de uso da terra será alterado. Assim como a organização das classes sociais o processo de verticalização vem em destaque.

Uma das formas de valorização do solo urbano é a utilização de estratégias para alcance desse aumento de preço vinculado à atuação dos promotores imobiliários e dos promotores de produção. A exemplo são os loteamentos fechados que trazem consigo uma ideia de segurança, status, qualidade estrutural e ambiental vendendo uma maneira de viver diferente da encontrada na maioria dos lugares da cidade devido aos problemas urbanos.

Para Sposito (2009), a ocorrência da urbanização dispersa é promovida por diferentes agentes produtores do espaço urbano sob as mais diversas estratégias. Outro ponto importante para ser abordado, segundo Abreu, (2014, p. 40), que podemos destacar é:

[...] o traço mais marcante do crescimento metropolitano que é sua tendência à suburbanização, a partir dos núcleos originais, o que provoca a expansão da mancha metropolitana de forma incessante e a ocupação de áreas rurais, enquanto [...] a produção dos subúrbios dá início a um processo de descentralização da cidade, processo esse orientado por uma estratégia classista com o objetivo de estabelecer operários e suas famílias em novos espaços.

Quando se fala de suburbanização pode-se pensar um processo ligado diretamente a condições de mobilidade da cidade, acompanhada por transformações e surgimentos de novos espaços periféricos em que justificam o crescimento urbano. Desse modo, constituem etapas/momentos/fases do processo de urbanização que estão intimamente imbricados à relação campo-cidade. Ou ainda, como informa Sposito (2009, p. 4), são “o espraiamento do tecido urbano, seja ele analisado e/ou conceituado pelo seu caráter de dispersão, difusão ou descontinuidade territorial”.

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO PIAUÍ E A EVOLUÇÃO URBANA DE TERESINA

No início da história, os homens viviam em pequenas comunidades em que exerciam atividades agropecuárias no território brasileiro. No caso do Piauí, as suas origens iniciais se deram através de sua expansão de engenhos e das fazendas das criações. O Brasil, na metade do século XX, como já dito anteriormente, passava por um momento de modernização por meio do processo de industrialização. Isso refletiu diretamente no meio socioespacial do país, que resulta em alguns problemas sociais já comentados como violência, favelização, pobreza, dentre outros citados.

Castro (2016, p. 35) observa que “o fato é que as cidades brasileiras cresceram de modo desordenado, rápido e desigual, tendo em vista que as ações de intervenção estatal no planejamento e gestão urbana mostraram-se tardias e em sua maioria, ineficazes”.

No Piauí, as condições citadas acima não se diferem da realidade do país. O processo de urbanização no território piauiense intensificou-se a partir da década de 1950, tendo em vista que o processo de modernização culminou através do crescimento do comércio. Isso implica que, dentre as taxas de urbanização do país, o Piauí se enquadra na segunda menor taxa. Com isso, de acordo com Castro (2016) e IBGE (2010), 65,7% da população vivem em cidades. Castro (2016, p. 37) salienta que:

Em 1940, segundo dados do censo demográfico do IBGE, 84,81% da população piauiense vivia no campo e a partir de 1950, intensifica-se o processo de migração para a cidade. Desse modo, nas últimas duas décadas a taxa de urbanização no Piauí vem apresentando significativa evolução: cresceu de 52,95% em 1991 para 62,91% em 2000. Além dos fluxos migratórios campo-cidade, contribuiu também a criação de novos municípios, visto que aglomerações que antes eram consideradas rurais passaram a integrar as novas unidades políticas como urbanas.

O processo de urbanização no Piauí intensificou-se com migrações que ocorreram dentro dos próprios municípios piauienses. Esse processo de urbanização apresenta certa semelhança com a urbanização brasileira, como já caracterizada anteriormente. Com efeito,

assim como no Brasil, no Piauí, o processo ocorre de forma desordenada e rápida além do não acompanhamento socioeconômico, gerando sérios problemas sociais. Assim, a urbanização piauiense se estabeleceu em dois importantes períodos: o primeiro até a década de 1940 e o segundo após a década de 1950.

De acordo com Rebelo (1993 apud CASTRO, 2016), a origem e a evolução das cidades no Piauí refletem as diversas etapas do contexto político e socioeconômico brasileiro, nordestino e piauiense. Não é por acaso que as primeiras vilas e cidades do Estado surgiram a partir de fazendas de gado, nas planícies fluviais, situadas no interior do Estado. Santana (2001, p. 33) destaca que “a fazenda foi o núcleo fundamental da ocupação humana e, embora de estrutura tipicamente de subsistência, o principal foco de vida e formação da sociedade”.

Após a Segunda Guerra Mundial, houve um significativo avanço no processo de urbanização pela ascensão de uma burguesia comercial e intervenção do Estado por meio da implantação de infraestrutura em suporte ao crescimento industrial no país. Após 1985, o país passava por um momento de redemocratização e isso motivou o estabelecimento de uma autonomia municipal. Esse mesmo período foi marcado por uma expressiva expansão emancipatória no Piauí. Sobre este período, Castro (2016, p. 39) propõe que:

Além da contribuição do processo emancipatório pautado no embate de forças políticas, a urbanização do estado, resultou da modernização e do surto industrial brasileiro no pós-segunda Guerra, que embora tenha sido concentrado na região centro-sul do país promoveu uma interdependência entre as diversas regiões brasileiras, provocando maior intercâmbio comercial e a formação de um mercado interno nacional. Ainda que pese a participação marginal do Piauí nesse processo, tendo um papel de simples fornecedor de matérias-primas e mão-de-obra na divisão territorial do trabalho produzida até então, o Estado também ganha um certo dinamismo socioeconômico e espacial.

Conforme já discutido, esses investimentos foram motivados pela crescente dinamização da capital e processo de urbanização no Estado do Piauí, com a chegada de vários órgãos e instituições da União, como a Universidade Federal do Piauí (UFPI). Alguns desses investimentos buscavam áreas de concentração populacional e espaços de intensa circulação de capital, muitos dos quais concentrados na capital piauiense.

Dessa forma, embora com uma atividade industrial ainda incipiente no Piauí, vale ressaltar que o tempo em que se intensifica o êxodo rural é especialmente nas décadas de 1960 e 1970, em direção aos principais centros urbanos, com destaque para Teresina, cidade que tem maior dinamismo econômico e que concentra a maior parte da infraestrutura e dos empreendimentos públicos e privados, conseqüentemente tornando-se um espaço de maior

concentração populacional, pelo seu intenso movimento migratório motivado pela concentração de comércios e de serviços na cidade. Rebelo (2000, p.50) destaca que:

O Piauí possui apenas uma cidade com mais de quinhentos mil habitantes, que é Teresina, a 21ª maior do Brasil, conforme dados do IBGE (2015). No entanto, Teresina só vai ganhar *status* de grande centro urbano após a Segunda Guerra mundial. Visto que, conforme dados do IBGE, somente em 1950 passa a figurar entre as 32 maiores cidades do País. Já na década de 1970 aparece na 23ª posição, enquanto em 1991 chega a ocupar o 16º lugar entre os grandes centros urbanos brasileiros, o que confirma o acelerado processo de urbanização da capital.

Com isso, a urbanização piauiense busca um crescimento, proporcionando ao Estado uma evolução não só na economia, mas também uma reestruturação urbana, mesmo que isso ocorra de forma desordenada em cada município, mas que, aos poucos, aconteça esse processo e, assim, buscar melhores resultados ao Estado e à região que se insere.

Teresina destaca-se como o município mais populoso do Piauí. De acordo com o IBGE (2017), sua população é de aproximadamente 850.198 habitantes. Esse fato resulta, sobretudo, da sua condição de centro político-administrativo e econômico do Estado. Porém, esta se caracteriza não somente como um centro regional no Piauí, no que se refere ao fluxo de atividades econômicas e de serviços, mas também do Nordeste, especialmente no setor de saúde, tendo abrangência entre alguns estados, atraindo, assim, populações, principalmente dos estados do Maranhão, Tocantins e Pará, entre outros (LIMA, 2010).

À população pobre resta “a possibilidade de ocupar as antigas residências daqueles que se transferiram para outras áreas mais bem localizadas para a função residencial” ou ocupar “cortiços no centro e seus arredores, bem como favelas nas áreas públicas ou privadas ainda vazias”, criando bolsões de pobreza que figurariam décadas mais tarde como reservas imobiliárias (SCARLATO, 2003, p. 453). Tal processo de urbanização, contraditório e conflituoso, se reproduz em Teresina. Nessa perspectiva, Façanha (1998, p. 36) destaca que:

Analisar a cidade de Teresina é vislumbrar os limites e os avanços de uma sociedade que produz, consome e sobrevive diante das dificuldades impostas pela lógica do capital que privilegia uma pequena parcela dessa mesma sociedade, e que agoniza, segrega e limita, quanto aos direitos sociais, a maioria de sua população.

Teresina foi fundada em meados do século XIX, inicialmente sob a motivação da transferência da sede da Província que se instalava na cidade de Oeiras para a chamada Vila Nova do Poti, zona Norte da atual capital piauiense. A cidade foi planejada para que pudesse assumir a função política de capital do Estado do Piauí, servindo também como novo entreposto comercial do Estado, situado em ponto estratégico para o transporte hidroviário, sob a influência de dois rios, o Parnaíba e o Poti.

Logo após a fundação de Teresina como capital do Estado, na primeira década do século XX, percebia-se pouco as modificações dentro do espaço interno da cidade. Sua urbanização aos poucos foi se desenvolvendo a partir do crescimento do setor terciário na área central. Além disso, a indústria também contribuiu com esse processo, embora o parque industrial teresinense não tenha se desenvolvido de modo expressivo, como em outras cidades do país. De acordo com Façanha (2004, p. 183):

Nos anos 1950, aconteceu, de forma mais concreta, a ação dos industriais na produção da cidade, resultado do cenário nacional e regional, apesar de existirem pequenas unidades artesanais. Pode-se observar a evolução da indústria quando, entre o período de 1918 e 1950, foram instalados 0,4 estabelecimentos por ano, e entre os anos de 1950-1967, já se instalavam 7,5 indústrias por ano.

Diante disso, o espaço urbano de Teresina começa a vivenciar uma dinâmica de expansão mais intensa, a partir da ação de distintos agentes produtores do espaço. A cidade de Teresina desenvolve sua economia baseada no setor terciário e sua expansão atrela-se à distribuição e instalação de pontos, desenvolvendo de modo desigual e seletivo algumas zonas da cidade. A criação dos conjuntos habitacionais reforça a expansão urbana da cidade, inicialmente direcionada para as “zonas” Sul e Norte. Décadas depois esse processo se espalharia para a “zona” Leste da capital, movido por agentes imobiliários de capital privado.

A evolução urbana de Teresina permite destacar o período da década de 1950 a 1990 como o ápice da expansão urbana da cidade devido ao aumento populacional estreitamente ligado ao movimento migratório para a cidade e o dinamismo dos setores de serviços e comércio. Como afirma Lima (1990 apud SANTOS; VIEIRA, 2010, p. 2):

Teresina experimenta forte expansão urbana a partir dos anos 70. Seja por importantes investimentos realizados em urbanização, infraestrutura, educação, saúde e habitação, seja pelos fortes fluxos migratórios que trouxeram levas de desertados do interior do Piauí e de Estados vizinhos fronteiriços, à cidade.

O Censo de Vilas e Favelas (TERESINA, 1999) reafirma o caráter atrativo da capital piauiense nesta época por conta da abertura de grandes avenidas, criação de um distrito industrial, implantação de equipamentos urbanos, tais como escolas, universidades e hospitais. No setor de infraestrutura, destacam-se os serviços de rede de energia elétrica, abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Nesse viés de análise, Carlos (1994, p. 12) lembra que “o processo de produção do espaço é desigual [...] e decorre do acesso diferenciado da sociedade à propriedade privada e da estratégia de ocupação do espaço urbano”. Por conseguinte, a cidade se reproduz a partir dos conflitos entre as estratégias das empresas que produzem sobre o solo – uma estratégia

que busca realizar o superlucro e pela estratégia dos movimentos sociais, que emergem como ocorrência do processo de ocupação do espaço capitalista, decorrente da apropriação privada da terra, que gera a segregação espacial.

Para Façanha (1998, p. 31), “as cidades com suas áreas de conjuntos habitacionais, com seus bairros residenciais de alto status ou com os bairros de baixa renda, repletos de favelas, refletem toda a complexidade que é o espaço urbano”. Esse cenário de segregação residencial se reforça a partir da ação dos promotores imobiliários, revelando, as formas de apropriação do espaço urbano, pelos variados grupos sociais que lutam por um espaço próprio na cidade, objetivando a realização de sua produção e de sua reprodução social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de urbanização, que no Brasil se intensifica a partir da última metade do século XX, continua em curso, se reproduzindo a partir de novas dinâmicas, associadas ao acúmulo histórico de relações sociais estabelecidas no espaço urbano. O Espaço Urbano é compreendido como resultado da atuação dos agentes produtores que põem em curso processos espaciais que configuram e modificam a dinâmica socioespacial da cidade.

A expansão urbana está relacionada com a alteração da concentração de atividades em áreas centrais nas últimas décadas, viabilizando seu deslocamento para os espaços periféricos, além da transformação de novas áreas que passam a criar e reproduzir formas atrativas à fixação e a circulação de capitais, transformando esses espaços em cenário da aceleração de atividades que atuam intensivamente na produção do espaço e tornam-se elementos centrais para compreender o crescimento urbano.

A dinâmica da cidade de Teresina é movida principalmente pela circulação de capital que é responsável por grande parte das transformações que ocorrem no espaço urbano.

A expansão urbana da cidade de Teresina se efetiva ao longo do tempo a partir da ação dos diversos agentes produtores do espaço urbano, que atuaram de modo, incorporado esse espaço ao mercado imobiliário e às dinâmicas comerciais, tendo peso ainda o papel das redefinições políticas que planejam as intervenções públicas.

REFERÊNCIAS

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.

CASTRO, Fredson Anderson Brito de. **Regionalização, Planejamento e Gestão Urbana em Teresina: a cidade planejada e a cidade real**, Teresina, PI, Brasil. 2016. Dissertação

(Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

FAÇANHA, Antonio Cardoso. **A Evolução Urbana de Teresina: agentes, processos e formas**. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.

_____. **Desmistificando a geografia: espaço, tempo e imagens**. Teresina: EDUFPI, 2004.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: resultados preliminares – Teresina**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/resultados>>. Acesso em: 21 out. 2017.

LIMA, Antonia Jesuíta. **Gestão urbana e políticas de habitação social: análise de uma experiência de urbanização de favela**. São Paulo: Annablume, 2010.

REBELO, Emília M. de C. G. A urbanização no Piauí. **Carta CEPRO**, Teresina, v. 18, n. 1, p.99-114, 2000.

_____. **Processo de organização político-administrativo do espaço do Piauí**. Mimeo. s.d.

SANTOS, Suzana Daniela Rocha; VIEIRA, Valdira de Caldas Brito. Sistema de informações geográficas do residencial Frei Damião – projeto piloto. In: SIMPOSIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS GEODÉSICAS E TECNOLOGIAS DA GEOINFORMAÇÃO, 3., 2010, Recife. **Anais eletrônicos** [...]. Recife, 2010. Disponível em: <http://www.ufpe.br/cgtg/SIMGEOIII/IIISIMGEO_CD/artigos/CartografiaeSIG/SIG/A_86.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2018.

SCARLATO, Francisco Capuano. População e urbanização brasileira. In: ROSS, Jurandyr Luciano Sanches (Org.). **Geografia do Brasil**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

SILVA, Helena Menna Barreto. Vazios urbanos – Requalificando o problema na grande São Paulo. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE VAZIOS URBANOS: NOVOS DESAFIOS E OPORTUNIDADES, 8., 1999. **Anais eletrônicos** [...]. Rio de Janeiro, 1999.

SPOSITO, Eliseu S. **Geografia e filosofia: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 2008.

TERESINA, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo. **Censo das vilas e favelas de Teresina**. Teresina: PMT, 1999.

VIEIRA, Ângela Oliveira. **Produção do espaço urbano, moradia e formas socioespaciais na cidade de Teresina (PI)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: FAPESP, 2001.



IV SEMINÁRIO REGIONAL DE COMÉRCIO, CONSUMO E CULTURA NAS CIDADES

Teresina – PI, 12 a 14 de junho de 2019

A FEIRA LIVRE DE CAMPOS SALES - CE: relações sociais, especialidades e redes

Antonio Pedro Lima e Silva¹

Luiz Antonio de Araújo Gonçalves²

Resumo: O objetivo central desse artigo é investigar a feira livre da cidade Campos Sales, Ceará. O que nos impulsionou a investigar tal tema foi o fato de observar uma dinâmica da feira que ultrapassa os limites da cidade, abrangendo outras cidades proximais. Para concretizar tal estudo realizamos duas metodologias, o trabalho de gabinete, referenciando o conceito de feira em diferentes níveis escalares, e o segundo se deu pelo trabalho empírico, realizando entrevistas com os feirantes. Percebemos que a feira possui uma dinâmica intermunicipal, além de possuir fluxos provindos de outros estados, outro fato que notamos é a especialização da feira em variados ramos. Com isso, percebemos que a feira se torna importante para o estabelecimento das relações sociais, principalmente em relação ao campo e a cidade, destacamos também um aumento da centralidade da cidade no referido dia de feira, analisando também a rede de fluxos estabelecidas pelos fluxos presentes.

Palavras-chave: Feira. Comércio. Relações Sociais.

INTRODUÇÃO

Ao buscarmos leituras referentes as feiras livres, os autores pesquisados concordam que essas se originam na Europa medieval, onde o feudalismo era o sistema econômico predominante. Admitindo também que as feiras surgem através das produções excedentes dos agricultores, essa produção excedente servia como moeda de troca, assim, as pessoas comercializavam entre si os seus produtos, além das trocas realizadas, esses encontros oportunizavam múltiplas relações sociais, ocasionando a prática de inúmeras atividades como, entretenimento, cultura, encontros.

Para Servilha e Doula (2009 apud BRAUDEL, 1998, p. 16), o surgimento das feiras, as mesmas tornam-se engrenagens para a dinâmica de algumas cidades.

Frequentada em dias fixos, a feira é um natural centro da vida social. É nela que as pessoas se encontram, conversam, se insultam, passam das ameaças às vias de fato, é nela que nascem incidentes, depois processos reveladores de cumplicidades, é nela que ocorrem as pouco frequentes intervenções da ronda, espetaculares, é certo, mas também prudentes, é nela que circulam as novidades políticas e as outras.

Já ao nível escalar nacional, de acordo com Galdino Dantas (2008), as feiras no Brasil derivam-se de reproduções das feiras portuguesas, ou seja, as feiras surgem mediante a

¹ Mestrando no Mestrado Acadêmico em Geografia – MAG, da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, e-mail: Pedrogeo7@hotmail.com

² Prof. Dr. da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, e-mail: Geoluiz@hotmail.com

efetivação dos colonos em terras tupiniquins. É a partir do tema em destaque, feiras livres, que buscaremos nesse artigo estudar empiricamente como funciona as feiras livres no contexto das cidades pequenas, mais especificamente na cidade de Campos Sales – CE.

A cidade de Campos Sales se localiza na parte Sul Cearense, mais especificamente na região do Cariri, a cidade fica na extremidade Oeste do Cariri, fazendo divisa com o Estado do Piauí. Atualmente, a cidade conta com uma população aproximada de 27.167 habitantes (IBGE, 2010), e, de acordo com o perfil básico de municípios disponibilizado pela IPECE¹(2016), 71,99%, da população de Campos Sales é urbana de acordo com o último censo realizado pelo IBGE, ou seja, a cidade se configura como uma cidade de porte pequeno, mas que em suma, a sua população é urbana.

Temos como por objetivo nessa pesquisa, investigar a feira livre de Campos Sales, entendendo como se dá o processo de organização, especificando os seus espaços e procurando entender de onde provém os seus produtos. Para conseguirmos obter êxito em nossos questionamentos, foram utilizadas duas metodologias, caracterizadas pelo trabalho de gabinete, onde realizamos um levantamento bibliográfico relacionado as feiras livres na Região Nordeste. A outra metodologia se deu através da visita de campo, onde foi realizado por nós algumas entrevistas com feirantes, além do registro fotográfico, para melhor elucidar a constituição da feira livre.

FEIRAS LIVRES NO NORDESTE

Para compreendermos um pouco como ocorreu o surgimento das feiras no Nordeste usaremos de dois autores para construir um arcabouço teórico. Corrêa (1988), Gaudino Filho (2008) Gonçalves (2016) e Mascarenhas (2008).

Para entendermos o que é a feira, faz-se necessário conceituá-la, de acordo com Mascarenhas (2008, p. 75):

A feira livre no Brasil constitui modalidade de mercado varejista ao ar livre, de periodicidade semanal, organizada como serviço de utilidade pública pela municipalidade e voltada para a distribuição local de gêneros alimentícios e produtos básicos.

Então, a feira nada mais é que uma organização comercial que se especializa em determinados períodos, dispondo de produtos mais acessíveis às classes mais pobres. Em consonância com o raciocínio de Galdino Filho (2008), o autor pontua que: “falar das feiras é reconstruir a evolução das relações de troca em praticamente todas as partes do mundo”

¹ Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

(GALDINO FILHO, 2007, p. 87). Um primeiro apontamento que autor faz é que a feira é algo existente ao nível global, mudando a sua organização mediante a cultura local. O mesmo ainda afirma que em muitos lugares a feira tem origens espontâneas, como por exemplo: um caso que o autor referido aponta, de tribos indígenas que costumavam organizar “feiras”, em outros não, como no caso brasileiro, onde a feira é uma reprodução das feiras portuguesas, o autor ainda aponta que muitos aglomerados urbanos surgem das feiras, originando cidades baseadas no comércio. Além de estímulo ao comércio, as feiras possibilitam a aproximação das pessoas, originando novas relações sociais (GALDINO FILHO, 2008).

Outro aspecto importante que o autor aponta se dá em relação ao surgimento das feiras, o autor parte do pressuposto que: “o principal elemento para o desenvolvimento das feiras, enquanto instituição destinada à troca de produtos, ocorreu justamente quando da expansão dos excedentes agrícolas produzidos no contexto de uma economia de caráter feudal” (GALDINO FILHO, 2008, p.88). Ou seja, a feira surge a partir dos excedentes produzidos pelas sociedades feudais, estimulando o comércio e alterando a lógica agrícola para uma lógica agro comercial. Mas, se tratando da instituição das feiras no Brasil, o autor afirma que essas surgem mediante o processo colonizador, prática deixada como herança pelos colonizadores. Tornando-se uma prática mais comum ao nordeste Brasileiro, por conta da sua constituição econômica, que era basicamente agropecuária, representado principalmente pelas fazendas de “criar bois”, e pelas culturas do algodão, milho e feijão.

É inegável que foi na região Nordeste que esse modelo de mercado tenha conseguido maior êxito em função, principalmente, da própria formação socioespacial da região, das condições socioeconômicas da população, dos meios de comunicação, do tipo de agricultura e pecuária praticadas na região (GALDINO FILHO, 2008, p. 91).

Galdino Filho (2008, p.92), mais a frente ainda afirma que:

No contexto da formação socioeconômica nordestina, a feira livre desempenhou – e por que não dizer desempenha – grande importância, por ser uma das principais formas de comercialização da produção agrícola e principal mercado de abastecimento para uma parcela da população. Além disso, ela muda, mesmo que seja por algumas horas, toda a dinâmica da cidade em face da movimentação de pessoas que se deslocam, seja de suas residências na cidade, de uma comunidade rural próxima à cidade, de outro município e, também, de outros estados dependendo do raio de abrangência da feira.

O autor aponta que, atualmente, as feiras ainda representam, em muitos casos, como pontos de concentração e escoamento da produção, sendo assim ainda um espaço que vincula o campo e a cidade, além de promover interligação dos mais variados setores do comércio, superando assim o seu caráter agrícola (Galdino Filho, 2008).

Concordando com Galdino Filho (2008), Gonçalves (2016, p.79) afirma:

As feiras tiveram grande importância na economia, sociedade e cultura do Nordeste do Brasil desde o seu passado colonial, inicialmente com as feiras de gado e posteriormente com a incorporação de produtos da agricultura, do artesanato e, mais recentemente, da indústria. Elas contribuíram, como já assinalado, para a formação de vários núcleos de povoamento que se tornaram importantes centros urbanos.

Ainda se tratando do tema Gonçalves (2016), destaca as principais feiras Nordestinas. “Podemos citar as feiras de Caruaru, em Pernambuco, do Crato, no Ceará, de Campina Grande, na Paraíba, de Feira de Santana, no sertão baiano, além da feira de Água de Meninos (São Joaquim), na capital, Salvador/BA” (GONÇALVES, 2016, p. 79).

Além dos autores já supracitados, outro escritor que vem a contribuir no debate acerca das feiras é Corrêa (1988). O autor considera a feira em mediante algumas perspectivas, vejamos algumas. 1 - As feiras independem do tamanho da cidade, podendo ocorrer em grandes centros, ou mesmo pequenas vilas. 2 – Quanto maior a influência do centro, conseqüentemente, maior será a dimensão da feira. 3 – Para a pequena cidade, o dia de feira é onde a cidade dispõe de maior centralidade. 4 - Os dias de feira geralmente não se dão em dias similares, para não atrapalhar a dinâmica dos feirantes. 5 – A feira dispõe de uma demanda diversa, de pequenos a grandes produtores, independente da classe social. 6 – Quando algum feirante prospera geralmente se fixa em um ponto comercial. 7 – O esquema temporal é simultâneo. 8 – Existe maior fluxo dependendo da sazonalidade, principalmente no “inverno”. 9 – Nas feiras coexistem o setor moderno e especializado, apresentando uma diversidade em produtos a serem comercializados.

Outra característica que a conceitua é por representar o circuito inferior, conceito desenvolvido por Milton Santos, para conceituar o circuito inferior, Corrêa (1988), certifica, que: “Por sua vez, o circuito inferior é constituído por atividades que não utilizam capitais de modo intenso, possuindo ainda uma organização primitiva [...] que atende, sobretudo, as classes pobres” (CORRÊA, 1988, p. 75). Após realizarmos alguns apontamentos acerca das feiras, vamos abordar o objeto investigado, a feira da Cidade de Campos Sales.

AS MULTIPLAS “FACES” DA FEIRA DE CAMPOS SALES

Ao depararmos-nos com o tema proposto a investigação, buscamos referências em relação ao surgimento da feira livre de Campos Sales, mas, não conseguimos descobrir nenhuma fonte que discorra sobre a data exata do surgimento da feira, mas, em entrevistas com os feirantes se constatou que, a feira pode ser tão antiga quanto a constituição da própria cidade, que foi institucionalizada no ano de 1899.

A feira livre ocorre na segunda-feira, com início pela madrugada, por volta das 04:00h da madrugada, onde os feirantes instalam suas barracas, é notável destacar que são os próprios feirantes que organizam o espaço, territorializando-se entre eles mesmos, pelo que foi relatado nas pesquisas de campos, não há disputa por territórios, pois, aqueles que já se situam um certo tempo em um determinado espaço são considerados “possuidores” de tal lugar. Atualmente, a prefeitura não cobra dos feirantes nenhum imposto referente a alocação de barracas, a feira se estende até no máximo as 14:00h da tarde, por conta do clima quente.

Há certo tempo, a feira se localizava na área central da cidade, o que tornava o traslado de pessoas e de automóveis um caos. No intuito de sanar os problemas urbanos causados pela desorganização da feira, a prefeitura de Campos Sales, realocou a feira para outro espaço, denominado de Canal, que fica bem próximo do antigo, no entanto, conta com um espaço bem mais amplo, constando até mesmo de um estacionamento, ao serem questionados em relação às mudanças, as opiniões foram bem divergentes, para alguns a troca influenciou na queda de vendas, pois, a localização descaracterizou a feira, tornando-a estranha para a população, pois, o novo espaço distancia-se do centro, já para outros, a mudança foi positiva, no sentido de melhorar e a organização da feira, mas a única modalidade de feira que foi deslocada da feira foi a responsável pelas frutas, pois, ao percorrer a cidade é notável ainda a aglomeração de variadas barracas ao longo das ruas centrais.

A feira de Campos Sales apresenta uma diversidade em sua constituição que faz com que atraia pessoas das mais variadas cidades, potencializando assim a centralidade da cidade em dias de feira, em campo percebemos inúmeras “feiras”. Abaixo destacaremos quais “feiras” foram possíveis notar e diferenciar.

De fato, a “feira” mais notável é a denominada feira da fruta, localizada no espaço denominado “canal”, nessa feira é possível obter uma variedade de frutas, hortaliças e leguminosas. Na entrevista realizada, percebemos que o principal fornecedor das frutas comercializadas vem de Juazeiro da Bahia – BA, já algumas frutas como Abacaxi e Bananas provém da cidade de Barbalha, quando os feirantes compram frutas da cidade de Barbalha o preço torna-se mais barato. Já as verduras em suma, são produzidas pelas comunidades rurais da cidade de Campos Sales. É interessante notar que, onde antes era localizado a feira da fruta atualmente podemos perceber que alguns feirantes puderam se fixar, comercializando as frutas não somente em dias de feira, mas no decorrer da semana também.

Figura 1 – Feira das frutas



Fonte: Antonio Pedro (2019).

Figura 2 – Antigo espaço onde a feira era realizada, atualmente o espaço deixou como herança pontos fixos, representados por hortifrutis



Fonte: Antonio Pedro (2019).

Outra modalidade comercial encontrada na feira é representada pelo artesanato, um dos entrevistados relatou que trabalha com marcenaria, possuindo um ponto comercial na cidade de Picos, o mesmo relatou que soube que a feira de Campos Sales apresentava uma dinâmica de cunho regional, possibilitando maior venda e propaganda de seus produtos, o que o faz, toda semana vir a cidade de Campos Sales vender seus produtos, além desse entrevistado é possível observar inúmeros feirantes especializados em artesanato, em utensílios para o lar e em produtos de casa, mesa e banho. O artesão propriamente, comercializa desde portas, cadeiras, mesas, estantes, janelas e até churrasqueira, o mesmo afirma que tem uma renda considerável, sendo seu “público” pessoas de classes mais pobres, que, impossibilitadas de comprarem em grandes lojas, veem em seus produtos a oportunidade de comprarem aquilo que é necessário para o seu lar. Os produtos provêm da cidade de Picos – PI, feito pelo próprio, e os demais da cidade de Juazeiro do Norte. Essa parte da feira localiza-se próximo a Igreja matriz.

Figura 3 – Feira do artesanato e de utensílios



Fonte: Antonio Pedro (2019).

Próximo a essa modalidade da feira também encontramos a parte de bazar, representado por movimentos da Igreja Católica, como a Renovação Carismática Católica, e algumas igrejas protestantes, como a Universal e Assembleia de Deus, os bazares funcionam como forma de arrecadação de fundos para despesas, que segundo os mesmos servem para as “missões” desenvolvidas pela Igreja, além de propiciar de forma mais rentáveis certos produtos, como: roupas, calçados, bolsas, etc. as pessoas mais pobres. Próximo aos bazares, encontramos algumas barracas de floristas e de vendedoras de plantas características do semiárido, aos entrevistar tais pessoas, as mesmas afirmaram que compram as flores e plantas na cidade de Barbalha e Juazeiro do Norte, alguns relataram que já tentarem produzir suas próprias plantas, entretanto, por conta do clima não conseguiram cultivar, assim, compram nas referidas cidades e conservam em casa até nos dias da realização da feira.

Figura 4 – Floricultura e bazar



Fonte: Antonio Pedro (2019).

Outra modalidade destacável é a parte das confecções, localizadas nas ruas centrais da cidade, esses feirantes têm como concorrentes lojas que são fixadas ao longo das ruas onde se localizam, alguns estão presentes apenas na segunda-feira, mas outros se “fixam” durante toda

a semana, possibilitando assim aos cidadãos opção de compra, tendo presente o setor “informal” representado pelos feirantes, como o setor formal, representado pelas lojas fixas. Ao serem perguntados de onde provinham seus produtos, as respostas foram as mesmas, todas as confecções advêm da feira de Caruaru e da cidade de Fortaleza, todos os domingos um transporte faz a rota Campos Sales – Caruaru, a cidade de Caruaru fica a 8 h 56 min (619,7 km) via BR-232, importante destacar que o transporte vai com sua lotação máxima, e que para poderem ter oportunidade de irem os mesmos têm que reservar a vaga com bastante antecedência, outro ponto que os entrevistados destacaram é que os seus concorrentes formais realizam a compra dos mesmos produtos, mas vendem com um preço mais alto por conta de serem pontos fixos. Os feirantes que comercializam confecção relataram que, além da feira de Campos Sales, percorrem também as feiras da cidade de Arneiroz, Mandacaru e Fronteiras do Estado do PI, além da cidade de Salitre e Araripe.

Figura 5 – Barracas de confecções e lojas de roupas fixas



Fonte: Antonio Pedro (2019).

Ainda na parte central encontramos a feira das utilidades e dos produtos agropecuários, essa parte da feira torna-se destacável por sua diversidade de produtos, vende-se desde aparelhos eletrônicos mais básicos como jogos eletrônicos, CDs/DVDs, lanternas, brinquedos, aparelhos de som, e até mesmo aparelhos telefones. Já a parte dos produtos agropecuários destina-se aos pequenos proprietários tendo produtos como, cordas, cabrestos, chocalhos, celas, gaiolas etc. Os produtos provêm das cidades de Juazeiro do Norte, e alguns da cidade de São Paulo.

Figura 6 – Feira da variedade/agropecuária



Fonte: Antonio Pedro (2019).

Outra parte da feira, conhecida como “feira da farinha”, destina-se a comercialização dos produtos agropecuários, essa feira torna-se notável pelo fato da comercialização realizar-se através de sacas, ou seja, diferente das outras modalidades de feira, essa parte visa a comercialização dos produtos do campo, onde os agricultores das mais variadas regiões se reúnem, para além de comercializarem conversarem acerca dos preços dos produtos, delimitando assim uma base para cada produto, em entrevista com alguns feirantes os mesmos relataram que o preço estipulado na feira de Campos Sales torna-se referente para outras feiras, os produtos comercializados são: Goma, que está em torno de 130 – 150 reais, a farinha, em torno de 40 -50 reais, esses produtos provem da cidade de Salitre, o milho, que está em torno de 80 reais, produzido pelas comunidades da cidade de Campos Sales, e o feijão que possui duas espécies a serem comercializadas, o feijão “novo” verde, que é o mais procurado, que está em torno de 260 reais, e o feijão “velho”, que se encontra com preços em torno de 80 - 100 reais, produto esses provindos de Araripe, Salitre e Araripina - PB.

Figura 7 – Feira da farinha e do feijão



Fonte: Antonio Pedro (2019).

E por fim, as outras duas modalidades presentes são a “feira da troca”, onde algumas pessoas se reúnem para trocar em escambo alguns objetos como, bicicletas, celulares, e até mesmo motocicletas. E a “feira dos bichos”, onde os pequenos pecuaristas comercializam

animais de pequenos portes, como caprinos, suínos, ovinos, e até mesmo de grandes portes como bovinos.

Figura 8 – Feira da troca e dos animais



Fonte: Antonio Pedro (2019).

Algo que foi notado durante as observações de campo foi um novo “point” da feira, uma feira realizada por agricultores locais. A feira visa privilegiar os pequenos agricultores familiares locais. A feira é desenvolvida pelo projeto Paulo Freire, e, tem como parcerias a secretaria de agricultura de Campos Sales, o sindicato dos trabalhadores rurais, a EMATERCE¹, e as ONGs Flor do Pequi² e Cactus³.

O projeto visa realizar uma feira que incentive a venda dos produtos locais, promovendo assim práticas que impactem menos o meio ambiente, com isso o projeto disponibilizou dez barracas, fornecidas pelo INCRA⁴. O coordenador do projeto afirmou que a maioria dos agricultores ainda utiliza de agrotóxicos, mas o projeto visa realizar uma transferência de certas práticas para a cultura agroecológica. Para isso a organização dispõe de profissionais na área, como agrônomos, e, no dia da visita foi fornecido um kit tecnológico para cada agricultor, disponibilizado pelo projeto Paulo Freire, que continha um notebook, uma impressora, uma estante e a mesa para computador, possibilitando assim aos pequenos agricultores pesquisarem novas práticas que não causem danos nas pessoas e na natureza. O projeto atualmente atinge 19 comunidades da cidade, no início do projeto, não se visava colocar as barracas toda feira, mas, de forma inesperada as pessoas acolheram o projeto e atualmente, está com um mês e meio de projeto, os agricultores afirmaram que o “movimento” está bom, e estão conseguindo vender todos os seus produtos.

¹ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará

² A Flor do Piqui é uma das instituições parceiras do Projeto Paulo Freire que executa ações em assistência técnica agrícola na região do Cariri

³ A CACTUS, fundada em 18 de maio de 2003, é uma entidade sem fins econômicos, constituída por técnicos com formação e competência em diversas áreas do conhecimento humano, agropecuário e ambiental.

⁴ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi possível perceber, desde sua constituição a feira além das funções comerciais, propicia um conjunto de relações sociais, possibilitando assim a interação de classes sociais distintas, bem como pessoas dos mais variados espaços, seja do rural ou urbano. Percebemos que para os feirantes, a feira de Campos Sales transcende o local, pois, em sua constituição atrai pessoas de toda a região do entorno, possibilitando novas relações comerciais bem como atenuando os fluxos na região, o dia de feira para alguns feirantes entrevistados se torna o dia em que “tudo se resolve”, pois, é na feira que encontram os mais variados produtos, essa consideração parte principalmente daqueles que residem no campo, pela questão da distância da sede municipal. Alguns feirantes relataram que a feira vem perdendo força devido à expansão comercial presente na cidade. De acordo com um entrevistado “o mercantil já oferece tudo o que a gente vende”, ou seja, para os feirantes a “crise” da feira ocorre por conta da presença de mercados fixos, essa preocupação partiu também dos feirantes especializados em venda de confecções.

Mas, na medida que surgem essas problemáticas por parte de alguns feirantes, para outros, como os que estão inseridos no projeto Paulo Freire, a feira está disponibilizando espaço para comercializarem os seus produtos. Foi constatado mediante as entrevistas que apenas 20% dos feirantes vivem disso, os outros 80% tem outros trabalhos, de acordo com eles, ser feirante não é mais suficiente. Percebemos também que os feirantes têm sua própria maneira de se organizarem e se especializarem, tendo em apenas uma única feira, inúmeras modalidades, tais como: Feira da fruta, feira do artesanato, feira dos bichos, feira da troca, feira da farinha, feira das confecções e das variedades, feira dos bazares e das flores.

Em relações aos fluxos presentes na feira da cidade percebemos variados fluxos, ao nível regional, como provindos da cidade de Juazeiro do Norte, Barbalha, Salitre, Araripe e Fortaleza. E fluxos advindos de outros estados como Araripina e Caruaru – PE, Juazeiro da Bahia – BA, e até mesmo de São Paulo – SP.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, Roberto Lobato. As redes de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 50, n.1, p.61-83, jan./mar.1988.

IBGE. **IBGE Cidades**. Rio de Janeiro, 2018.

IPECE. **Perfil Básico Municipal**. Ceará, 2017.

GALDINO DANTAS, G. P. Feiras no Nordeste. **Mercator**, v.7, n. p. 87-101, 2008.

GOLÇALVES, Luiz Antonio de Araújo. **A metamorfose das feiras nordestinas com a inserção da confecção popular**: estudo geográfico das feiras de Caruaru/PE, Arazível, Sobral/CE e Serrinha/BA. 2016. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2016.

MASCARENHAS, Gilmar. Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. **Ateliê Geográfico**, v.2, n. 2, p. 72 – 87, 2008.

SERVILHA, Mateus de Moraes, DOULA, Sheila Maria. O mercado como um lugar social: as contribuições de Braudel e Geertz para o estudo socioespacial de mercados municipais e feiras. **Revista Faz Ciência**, v.11, n.13, p. 123-142, jan./jun., 2009.



IV SEMINÁRIO REGIONAL DE COMÉRCIO, CONSUMO E CULTURA NAS CIDADES

Teresina – PI, 12 a 14 de junho de 2019

A IMPORTÂNCIA DO MERCADO PÚBLICO SOBRE A ECONOMIA COMERCIAL DA CIDADE DE BARRAS/PI

Leandro dos Santos Oliveira¹

Maria Aline de Sousa Silva²

Rosa Maria da Conceição dos Santos³

Resumo: Os mercados públicos se inserem na categoria dos espaços de comercializações de produtos, eles são estabelecimento de armazenamentos e foram primordiais para o florescimento das atividades comerciais em todo o mundo. Este trabalho, apresenta um estudo sobre as primeiras relações comerciais em Barras/PI, sendo assim o objeto de estudo foi o mercado público da cidade. A pesquisa, tem a finalidade de compreender o papel do mercado público na história do desenvolvimento do comércio em Barras, analisar o seu processo de surgimento bem como examinar a relação de dependência dos municípios adjacentes com o comércio barrense. As metodologias utilizadas foram: levantamento bibliográfico, estudo de campo através da abordagem qualitativa, estudo empírico descritivo, entrevista oral com questões abertas e organização dos dados obtidos. Pode-se deduzir que o mercado público de Barras/PI foi, e continua sendo, fundamental para desenvolvimento do comércio na região.

Palavras-chave: Comércio. Mercado Público. Economia.

INTRODUÇÃO

As atividades comerciais estão presentes há muito tempo nas relações do homem em sociedade. Um dos processos de troca mais comuns na antiguidade era o escambo. Com a evolução da humanidade, esta dinâmica torna-se cada vez mais complexa na medida em que surge a necessidade de regulamentações e acordos que sustentassem suas negociações.

O comerciante moderno utiliza-se de um meio para comprar e/ou vender um produto específico, o dinheiro. Muitos historiadores acreditam que o crescimento populacional, e a eclosão da urbanização que estabeleceram as cidades, aconteceram no ritmo do desenvolvimento comercial de cada lugar. Os mercados públicos são classificados como equipamentos comerciais de abastecimento, sua origem é datada do século XIX, e possuem tipologia arquitetônica europeia.

No Brasil, embora já existissem diversos tipos de negociações comerciais entre os indígenas, foi somente com a colonização portuguesa que a economia nacional obteve fortes

¹ Graduando no curso de Geografia pela Universidade Estadual do Piauí, E-mail: leosantos1dadb@gmail.com

² Graduanda no curso de Geografia pela Universidade Estadual do Piauí, E-mail: aline12sousasilva@gmail.com

³ Graduada no curso de Geografia pela Universidade Estadual do Piauí E-mail: rosinhamarya@gmail.com

expressões, historicamente divididas em ciclos econômicos. Porém, vale salientar que apenas uma pequena parte do que fora produzido no país era comercializado nacionalmente. Ainda assim, essas atividades econômicas contribuíram para o surgimento das primeiras comunidades estruturadas em território nacional. Nestas comunidades, a presença dos mercados públicos foi fator determinante para que o comércio se expandisse cada vez mais.

Em virtude dos fatos apresentados, esta pesquisa tem a finalidade de analisar a influência do mercado público na história do desenvolvimento comercial de Barras no estado do Piauí, compreender o seu papel diante do processo histórico de surgimento das atividades comerciais no campo de estudo anteriormente mencionado, bem como examinar a relação de dependência dos municípios adjacentes na conjuntura atual.

Portanto, a metodologia aplicada neste estudo diz respeito a um levantamento bibliográfico, para a discussão de conceitos e compreensão da temática apresentada, realizamos um estudo de campo empírico em uma abordagem qualitativa para a descrição analítica da conjuntura atual do espaço estudado, entrevista oral com questões abertas analisadas sob a ótica da história oral e por último a organização das informações coletadas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A complexidade de conceituar o que é denominado de comércio é bastante ampla, pois a palavra comércio possui variadas origens. Na linguagem Grega, é originada do latim *commercium*, junção das palavras “com” com “merx/merc” que está ligado ao local de troca e ao mercado. Já no dicionário Dicio Online (2019) o termo comércio é entendido como um derivante do verbo comerciar, sendo o mesmo que um negócio, agencio, entre outros.

Desta forma os termos apresentados podem ser caracterizados como um local de troca, venda e negociação de mercadorias, ocorre assim o encontro de pessoas (VARGAS, 2001). Sendo muito forte, a forma de troca de produtos na origem das primeiras negociações, segundo Mumford (2004, p.86), “mesmo na economia mais crua, alguma forma de distribuir os excedentes e trocar produtos especiais de demanda limitada deveria ser encontrada, quer pela simples troca, quer por meio de presentes, quer em banquetes”.

Vale acentuar que o comércio teve sua origem há muitos anos atrás, ainda no período em que a sociedade não usava de dinheiro ou qualquer outro meio de pagamento para suas negociações, as mercadorias eram trocadas por meio do escambo, isto é, troca de mercadoria por mercadoria. Para Ferreira (2017), existem afirmações que as relações primitivas das primeiras civilizações já poderiam ser chamadas de comércio, tendo em vista as trocas de alimentos por serviços.

A atividade de escambo veio a decair quando a troca entre os objetos ficava mais desigual em relação ao seu real valor. Fator este que fez com que a população buscasse padronizar os itens, de acordo com a importância de cada item, nesse quadro, como não se sabia ao certo como calcular o valor real de cada objeto, um dos pontos para se chegar ao consenso foi a relação da quantidade de trabalho e tempo que leva para a fabricação do produto, determinando por meio disso preço.

Em um determinado período da evolução do comércio, surgem os mercados regionais, voltados para as terras dos senhores feudais e no castelo do Rei no período da Monarquia. De acordo com Ferreira (2017) as atividades comerciais nessas áreas viriam a dar lucros para esse grupo, logo, eram cobradas taxas pequenas por cada negociação.

Com o tempo, essas pequenas barracas foram se modificando, ganhando uma nova estrutura melhor e mais segura, fator este que contribuiu para a fixação de muitos comerciantes, compradores, entre outros, nessas regiões. Fator este que contribuiu para o avanço social e econômico nesses locais.

Filgueiras (2006) observa que os primeiros pontos de encontro para a negociação das mercadorias foram em locais centrais da cidade, visto que essas áreas são caracterizadas como ponto de referência e marcadas pelo grande fluxo, diversidade de atividades e movimentações, favorecendo ainda mais o desenvolvimento dessas atividades. Para Mumford as “multidões ainda maiores eram atraídas para o centro, a fim de comprar, de fazer o culto, de trocar boatos, de tomar parte, como espectadores ou atores em negócios públicos ou em processos privados (2004, p. 245)”.

Em análise a esse contexto é visível o desenvolvimento e o aumento dos fluxos nessas áreas centrais. Como salienta Castells (2000), as áreas comerciais passam a se estruturar de acordo com o modelo clássico, baseados na época medieval, onde no centro era marcado pela presença da catedral e ao redor variados pontos de reverência para a população, como as casas de autoridades, prestações de serviços, assim como, as áreas comerciais.

O andamento histórico dos comércios está ligado ao processo de formação das cidades. Vargas (2001, p.11) aponta essa ligação como “de origem, uma relação umbilical”. Ambos precisam um do outro para sua melhor sobrevivência e desenvolvimento. De acordo com o crescimento das cidades e a necessidade da população, o comércio foi se intensificando e melhorando sua qualidade e quantidade de mercadorias.

Para Medeiros (2011) as atividades comerciais passavam a obter uma grande colaboração para as civilizações, isso por conta das novas técnicas de locomoção, vendas, o

avanço do processo de globalização, as infraestruturas nas fontes de locomoção que visam a melhoria do fluxo de mercadorias, como as construções de vias, pontes, portos, ferrovias, etc.

Nos dias atuais, com o avanço tecnológico o comércio consegue alcançar pessoas nas mais diversas áreas do mundo, em uma velocidade intensa. Mediante a tantos desenvolvimentos econômicos e sociais, e levando em consideração o grande número de consumismo registrado o longo dos anos, é difícil se pensar em uma sociedade sem as atividades comerciais.

Pinteraуди (2006 p. 97) aponta o mercado como um local que serve como ponto de encontro nas áreas centrais das cidades, sendo comandado pelo poder público de cada região. Mesmo com esse espaço sendo ameaçado pelo fato de que para muitos consideram o mesmo ultrapassado. Devendo dar lugar a reprodução do espaço urbano por meio das redes privadas

Ainda que os lugares de mercado apresentem relevância no meio urbano, nos dias que correm sua permanência anda ameaçada. Partes dos habitantes veem esse espaço como um primordial centro de fornecimento para população, isso devindo também dos laços emotivos com essas áreas. Os mercados públicos, segundo Ferreira (2018) eles além de um espaço de negociação, vendas e trocas, também se destacam como um lugar de sociabilidade.

O DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO EM BARRAS/PI

O mercado público possui uma relação dinâmica com os fatores econômicos e culturais de um determinado local, estes sempre estiveram presentes nos processos de formação das cidades. Embora apresentem modelos estruturais divergentes que variam dependendo dos elementos socioculturais, o surgimento do mercado público sempre esteve atrelado com o desenvolvimento comercial nos centros urbanos.

Em concordância com Ferreira (2018) a expansão populacional de Barras ocorreu logo após a finalização da capela de Nossa Senhora da Conceição, sob a administração do missionário Frei Manuel da Penha e a participação dos fiéis, esta eventualidade é fator principal para a consolidação e ampliação da população local.

Em 1889, com a evolução da dinâmica social decorrente do crescimento urbano e do florescimento das relações comerciais, o povoado elevou-se a categoria de cidade conforme o decreto n.1, do dia 28 de dezembro. Registrou-se que, na época, Barras já possuía fortes operações comerciais e sua influência tomava grandes proporções (FERREIRA, 2018).

No que tange a história de Barras, é importante mencionar que antes da consolidação do Mercado Público enquanto espaço principal de negociações econômicas da cidade, existia inicialmente um Matadouro, de acordo com Ferreira (2018) o lugar abatia, processava,

armazenava os produtos de origem animal e posteriormente eram postos em venda. Durante muitos anos, o Matadouro foi fundamental para a estabilização da economia local, tanto que acabou resultando na nomeação de um dos bairros mais antigos da cidade, o Matadouro.

Figura 1 – Matadouro da cidade de Barras



Fonte: Viera (2018).

Após a inatividade do Matadouro, em 1956 foi construído um espaço para abrigar os açougueiros de Barras, este lugar ficou popularmente conhecido como “Mercado Velho”. Em termos estruturais o prédio era pequeno, e havia poucas bancas. No estabelecimento existiam pontos de vendas de produtos industrializados, de grãos (arroz, milho e trigo), e de carne.

Para Furtado (2017 apud FERREIRA, 2018) foi somente durante o governo estadual de Leônidas de Castro Melo que o mercado público em Barras foi construído, na perspectiva de atender as necessidades da localidade. Porém, a estrutura do comércio passou por menos reformas do que de fato precisava. Por muito tempo suas instalações estiveram sob condições precárias. Embora no mercado existissem seis açougues, eles muitas vezes não conseguiam suprir a demanda da população, que enfrentavam enormes filas para serem atendidos.

Com as transformações que a cidade enfrentada no final da década de 90, crescimento urbano acelerado, as atividades comerciais se desenvolvendo cada vez mais, surgiu à necessidade de um espaço mais amplo que pudesse sanar os anseios da população barrense e das localidades vizinhas que constantemente deslocavam-se para a cidade.

Em virtude desses aspectos, após a fundação do Centro Comercial Aurélio Carvalho a cidade passou a ser um polo de grande influência comercial na região, pois com os investimentos públicos o mercado tinha estruturas adequadas para atender a alta demanda populacional. O mercado público continha 28 açougues, 38 boxes, uma variedade de bancas que comercializavam diversos tipos produtos. Atualmente são mais de noventa estabelecimentos (FERREIRA, 2018).

Figura 2 – Centro Comercial Aurélio Carvalho



Fonte: Ricardo (2017).

É notório que o mercado público de Barras teve papel fundamental no desenvolvimento do comércio da cidade, sendo uma das primeiras formas de comercialização de produtos que existiu na localidade. Embora o estabelecimento tenha muitas vezes estado em situação crítica, este fator não impedia que economia barrense crescesse.

O comércio de Barras está caracterizado em pequenos e médios estabelecimentos, segundo Carvalho Filho (2019), embora a maior parte da população esteja localizada na zona rural as atividades comerciais do setor terciário se sobrepõem as demais, e o principal fluxo comercial está inteiramente relacionado ao ramo do varejo.

As relações comerciais de dependência que as localidades vizinhas desenvolveram em relação ao mercado público de Barras ainda hoje são evidentes. Mesmo após a sua emancipação política, os cidadãos de Cabeceiras do Piauí, Boa Hora, Batalha, Nossa Senhora dos Remédios ainda traçam negociações que movimentam o fluxo comercial da cidade, um dos exemplos são as feiras realizadas aos sábados onde se reúnem diversos produtores do município e adjacentes. Para Carvalho Filho (2019) estas atividades se desenvolvem na perspectiva de ampliar as negociações entre os produtores e os consumidores.

Com a expansão das indústrias e da globalização o comércio barrense deixou de depender exclusivamente da produção local, pois muitos produtos comercializados são advindos das mais diversas regiões brasileiras. Carvalho Filho (2019) disserta que com o aumento do empreendedorismo em Barras, os preços dos produtos não sofrem alterações absurdas como acontecia anteriormente nos períodos de entressafra.

Apesar do dinamismo comercial existente na atualidade barrense, com a comercialização de diversos produtos e serviços, é importante frisar que o Centro Comercial Aurélio Carvalho ainda atrai uma grande massa de pessoas, e que o seu papel foi de

fundamental importância para o desenvolvimento comercial do município. O estabelecimento além de ser patrimônio histórico material, é fonte da história do surgimento e do desenvolvimento do comércio na cidade de Barras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou ampliar as concepções acerca da influência do mercado público na história do desenvolvimento comercial da cidade de Barras-PI. O artigo comprovou por meio da análise que o mercado público é de grande importância para o crescimento da economia e o aumento dos fluxos ao que se refere as atividades comerciais. Permitindo assim entender a relação que o Mercado Público tem para o desenvolvimento comercial, assim como, o da cidade e regiões circunvizinhas.

O espaço do mercado é considerado ímpar, tendo em vista a possibilidade de vitalizar a variação socioeconômica das áreas urbanas em que estão presentes. É grande a variedade de atividades produzidas nessas áreas comerciais, fator este que possibilita o desenvolvimento ao seu redor. Nesse quadro, vale acentuar a relação do espaço referente aos arredores do Mercado Público de Barras e a economia que isso lhe proporciona.

Por meio desse estudo, pode-se comprovar que o mercado também é tido como tradicional relação essa vista pelos laços emocionais que os cidadãos possuem por essa área. Logo é oriundo desde o período das formações de cidades, o que favoreceu a ligação direta das civilizações em torno de seus arredores. Na cidade de Barras é visível essa relação vinda de muitos com o mercado público, uma vez que o mesmo é fonte de encontro entre amigos e conhecidos. Surge a necessidade de um contínuo cuidado e zelo o mercado, partindo então esses cuidados de todos os envolvidos, sendo eles o poder público, os habitantes da cidade e os vizinhos, entre outros.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CARVALHO FILHO, Francisco de Assis. **Entrevista Oral**: concedida a Maria Aline de Sousa. Barras, 12 de abril, 2019.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

FERRETTI, Sérgio Figueiredo. **Reeducando o olhar**: estudo sobre feiras e mercados. São Luís: UFMA, 2000.

FERREIRA, Alda de Sousa. **Processo Histórico Do Mercado Público De Barras (1990-2017)**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura Plena em História). Universidade Estadual do Piauí. Barras, 2018.

FERREIRA, Denis. **Comércio, origem e definição**. Brasil, 2017. Disponível em: <<http://admsemsegredos.com/comercio-origem-e-definicao/>>. Acesso em: 11 abr. 2019.

FILGUEIRAS, Beatriz Silveira Castro. **Do mercado popular ao espaço de vitalidade: o Mercado Central de Belo Horizonte**. 2006. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

LAMAS, José Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000.

MEDEIROS, Luciana Maria de. Evolução histórica do Direito Comercial. Da comercialidade à empresarialidade. **Revista Jus Navigandi**, ano 16, n. 2.746, 2011.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. Martins Fontes: São Paulo, 2004.

VARGAS, Heliana Comin. **Espaço Terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio**. São Paulo: SENAC, 2001.



IV SEMINÁRIO REGIONAL DE COMÉRCIO, CONSUMO E CULTURA NAS CIDADES

Teresina – PI, 12 a 14 de junho de 2019

A INFLUÊNCIA DAS FESTIVIDADES CULTURAIS NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA CIDADE DE BARRAS/PI

Leandro Dos Santos Oliveira¹

Andresa Lorrane de Carvalho Sousa²

Rosa Maria da Conceição Silva³

Resumo: A cultura e a economia estabelecem relações dinâmicas entre si, pois ela movimenta e determina o modo de consumo das pessoas ao redor do mundo. Esta pesquisa apresenta uma análise da influência das festividades culturais no desenvolvimento do comércio na cidade de Barras no Estado do Piauí. Sendo assim, a finalidade do estudo foi compreender as relações existentes entre a cultura e o comércio local, identificar os seus benefícios econômicos gerados pelas realizações anuais dos eventos culturais no município, bem como compreender a sua atuação na comercialização de produtos e serviços. Neste contexto, as metodologias utilizadas foram: levantamento bibliográfico, estudo do campo em uma abordagem qualitativa, entrevista oral, e organização das informações obtidas. Portanto, concluiu-se que a cultura é um dos principais fatores de desenvolvimento socioeconômico na cidade, pois ela movimenta o setor turístico e consequentemente o comércio. As principais festividades culturais como a celebração dos festejos, carnaval e o festival de folguedos alimentaram, por muito tempo, o desenvolvimento do comércio em Barras/PI.

Palavras-chave: Comércio. Cultura. Consumo.

INTRODUÇÃO

A cultura e a economia são dois fatores que sempre desencadearam relações entre si. Em muitos casos a cultura movimenta a economia de diversos países, pois ela influencia a forma de consumo das pessoas, além de que, veementemente, articula o turismo e promove o dinamismo comercial em suas mais variadas estruturas.

É evidente que as manifestações culturais ao redor do mundo detêm fortes impactos socioeconômicos em determinado país. No Brasil, um exemplo claro é o grande incentivo ao consumo de produtos e serviços oriundos do carnaval, uma das principais atividades culturais celebradas em território nacional. Esta festa impulsiona o setor turístico, bem como proporciona a circulação do capital gerando lucros para pequenas e grandes empresas.

No Nordeste, além do carnaval, outro fator cultural que possui grandes efeitos no comércio são as festividades de folguedos, e as tradicionais celebrações católicas que atraem milhões de fiéis em todas as localidades que compõem o nordeste brasileiro.

¹ Graduando no curso de Geografia pela Universidade Estadual do Piauí, E-mail: leosantos1djdbc@gmail.com.

² Graduanda no curso de Geografia pela Universidade Estadual do Piauí, E-mail: lorrane.andresa@outlook.com.

³ Orientadora, graduada no curso de Geografia da Universidade Estadual do Piauí, E-mail: rosinhamarya@gmail.com.

A cidade de Barras, situada no estado do Piauí, também é grande palco das manifestações culturais advindas das tradições nacionais e nordestinas. Diante disso, o nosso trabalho nasce da preocupação em entender de que maneira as festividades celebradas na cidade tem impacto no setor econômico. Sendo assim, a finalidade deste estudo é compreender a influência das festividades no desenvolvimento do comércio, analisar de que maneira a relação cultural e econômica estão atreladas, e identificar os benefícios produzidos pela presença das atividades culturais na economia local.

Em virtude disso, os procedimentos metodológicos que embasaram esta pesquisa foram um levantamento bibliográfico para compreender a dinâmica entre cultura e economia, um estudo do campo de caráter empírico, partindo da observação e da leitura de relatos dos comerciantes em uma abordagem qualitativa, bem como uma entrevista oral com uma entidade pública, e a organização dos resultados obtidos.

REFERENCIAL TEÓRICO

A vida do homem durante o período paleolítico era caracterizada pelo nomadismo, os seres humanos viviam em bandos, abrigavam-se nas cavernas e utilizavam-se da caça e da pesca para prover a sua alimentação diária. Com a evolução humana e o desenvolvimento das técnicas e ferramentas, o homem passou a ter moradias fixas, domesticar animais, e cultivar o seu próprio alimento.

Com o crescimento constante das comunidades e o conseqüente aumento da produção agrícola e da pecuária o trabalho passou a ser dividido por grupos. A grande produção de alimentos além de suprir as necessidades das famílias possibilitou o acúmulo de produtos gerando um excedente, este era bastante utilizado em negociações e trocas de escambos com outras aldeias, gerando assim as primeiras atividades comerciais.

É através do desenvolvimento da urbanidade, e conseqüentemente das cidades, que o comércio ganha expansão e torna as suas relações de compra e troca ainda mais complexas. Com o surgimento do capitalismo e a evolução das indústrias, as transformações do homem no espaço produziram modificações estruturais na forma de organização da sociedade, com isso as relações econômicas também sofreram alterações.

Diversos fatores contribuem para impulsionar as relações comerciais e econômicas em um dado lugar. Entre eles pode-se mencionar os aspectos culturais, quando analisada pelo ângulo da oferta e do consumo, detém papel importante no desenvolvimento socioeconômico. Segundo Ribeiro (2014, p.20) as atividades culturais geram trabalho, emprego e renda, além disso são “capazes de promover a inclusão social”.

Neste contexto, faz-se necessário compreender de que maneira a cultura estabelece relações com a economia, dar-se aí o surgimento do debate sobre “a economia da cultura” tardiamente incorporado nas discussões econômicas no Brasil. Para Rouet (1998 apud LINS, 2011) a economia da cultura diz respeito a um conjunto de atividades realizadas em produção, que envolvem a comercialização, e o consumo de bens e serviços culturais.

Conforme Lins (2011) os produtos e serviços possuem potencial econômico e um valor simbólico, seja na mensagem e na sua identidade. Exemplos que se encaixam neste critério são as indústrias culturais, o turismo cultural, os equipamentos culturais etc.

A economia da cultura apresenta-se como um setor planejado e ativo, por seu valor econômico ou por sua importância social. Embora, as características se diferem de um lugar para outro, as suas potencialidades são comumente observadas pela geração de empregos, aumento de renda, e até oportunidade para que o trabalhador menos capacitado possa retirar o seu sustento (RIBEIRO, 2014).

Para Friques (2013), a economia da cultura pode ser elencada em quatro setores principais, as indústrias culturais (os livros, cinemas e os discos), mercados das artes, patrimônios e os espetáculos ao vivo. As festividades como o carnaval, folguedos, as festas tradicionais religiosas também estão inseridas no âmbito da economia da cultura, pois estas são espetáculos ao vivo que movimentam o turismo e conseqüentemente o comércio local.

Para Bezerra (2008) é através das festividades que as pessoas celebram as experiências e representações locais, advindas de particularidades, de um processo histórico. Estas celebrações são formas de afirmação de uma cultura de um povo, mesmo que sofra mudanças com as espacialidades e temporalidades nas maneiras de festejar.

Estas festividades são vistas pela população como formas de lazer, e elas também movimentam o setor econômico dos ambientes em que são produzidas em determinado período do ano, gerando muitos empregos e desenvolvendo o turismo local. Estas atividades culturais celebram a herança, a história e a identidade de uma comunidade.

As preparações destas festividades, sobretudo do carnaval, apresentam-se com caráter empreendedor, pois de acordo com Ribeiro (2014, p.55) “produzem, prestam serviços, e geram ocupações e renda”. Ou seja, as festas culturais mostram-se como empreendimento atrativo pois elas movimentam o setor turístico, evento este que impulsiona o comércio local e que possuem reflexos no funcionamento econômico de uma sociedade.

Portanto, estes eventos culturais qualificam-se como produtores de entretenimento, para (LÓSSIO; PEREIRA, 2007) a economia da cultura movimenta toda uma região, pois ela

oferece oportunidades para que o comércio possa se tornar dinâmico, e também porque promove outras formas de trabalho. Essas atividades possuem um envolvimento socioeconômico que se dividem em diversos segmentos, tais como profissionais, empresas, comunidades etc. Esta cadeia produtiva implica na criação de postos de trabalhos e produzem renda, conforme Prestes Filho (2009, p.35) as “cadeias produtivas podem ser identificadas, de modo geral, como pré-produção, produção, distribuição, comercialização e consumo”.

Os setores econômicos que são movimentados durante as festividades locais são o turismo, tem-se o grande número de reservas em hotéis, visitas a pontos históricos e a patrimônios culturais. A indústria de bebidas e da culinária local, sobretudo durante o carnaval. Os feirantes e comerciantes de grande e pequeno porte. E também a indústria de tecidos e os serviços prestados pelas costureiras durante os festivais de folgedos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A cidade de Barras surgiu por volta do século XVIII logo após o Coronel Miguel Carvalho de Aguiar ordenar a construção de uma capela, esta serviu como base para a formação do núcleo populacional. A população se desenvolveu sempre de acordo com as atividades religiosas da época.

Com o crescimento populacional, e posteriormente, com a estruturação urbana na cidade de Barras as relações vão se tornando mais complexas e dinâmicas. A necessidade de possibilitar as manifestações culturais foram criando debates sobre as melhores maneiras de celebra-las. Outro aspecto diz respeito a grande movimentação socioeconômica que estas festividades, sobretudo as católicas, obtiveram no decorrer da evolução da sociedade barrense.

Entre as festas populares o carnaval é o festival que mais atraem turistas, estes fortalece as relações econômicas e impulsionam o comércio formal e informal. Em Barras a comemoração passou a ser celebrada entre os anos 60 e 70, porém inicialmente apenas a classe com maior poder financeiro participava. A partir de 1989, através da iniciativa de uma família de grande influência na cidade, a classe marginalizada passou a se integrar nas festividades por meio dos blocos carnavalescos.

Com o passar dos anos o evento foi se propagando, dessa forma Barras transformou-se em um polo atrativo para o desenvolvimento do turismo, esse processo gradual de popularização do carnaval barrense ocorreu principalmente pela participação ativa da comunidade nas etapas de produção das escolas de samba. O comércio informal também se beneficiou com essa difusão cultural, como por exemplo, os vendedores ambulantes que retiravam o seu sustento durante os dias de celebração do carnaval.

Figura 1 – Carnaval na cidade de Barras



Fonte: www.visaopiauui.com.br (2018).

A importância do carnaval em Barras está relacionada ao grande fluxo de turistas que movimentam a economia da cidade e geram lucros ao comércio. Outro forte fator de influência dessa festividade é a geração de empregos, tantos formais quanto informais. Ademais, além de empregar tem-se o crescimento da demanda por produtos e isso gera a criação de diversos postos de trabalho.

Em virtude dos aspectos observados, é evidente que a influência do carnaval na cidade de Barras se dá pela grande mobilização econômica dos principais setores comerciais, pela geração de emprego, pela oportunidade dos trabalhadores do comércio informal obterem lucro, e também pela troca de cultura entre as pessoas durante os dias de celebração da festa.

O festival de folgedos, uma das principais tradições nordestinas, retratam processos históricos, fábulas, folclores, espetáculos ao vivo, e a culinária regional entre outros aspectos característicos da região nordestina. Essa atividade cultural movimenta o nordeste em dois grandes fatores: o social e o econômico.

Em Barras, por volta da década de 1990, esta atividade cultural já atraía a população de toda comunidade, e com o passar dos anos foi tornando-se cada vez mais tradicional, tendo a sua herança preservada de geração em geração. Segundo o secretário de cultura e turismo, o mês de junho é representado pela presença dos bois mirins que percorrem os bairros da cidade, celebrando suas entidades religiosas. Além de que a o festival de grandes quadrilhas, realizados há mais de 23 anos, onde dezenas de grupos concorrem entre si.

Ele ainda afirma que, embora não seja um dos principais atrativos turísticos, neste período tem-se bastante influência na movimentação dos setores econômicos da cidade entre eles o culinário: o aumento do consumo das comidas típicas; o setor têxtil: a grande produção de roupas tradicionais para celebração das quadrilhas; artesanato: compras e vendas de figuras santas, objetos confeccionados de barros, e também o comércio informal.

No mês de setembro é celebrado o aniversário da cidade, um dos eventos mais tradicionais e marcantes para a sociedade de Barras. Durante os três dias de celebração são realizadas atividades culturais e educativas. As escolas ficam responsáveis pela execução das oficinas educativas, palestras que incentivam a cultura local e regional, à noite o público presente concentra-se na praça da matriz para prestigiar espetáculos ao vivo. Sendo assim, pela presença do grande número de pessoas, o comércio também é valorizado.

Os festejos religiosos estão presentes em todo o território brasileiro, os devotos celebram a sua fé por meio de promessas e atividades à entidade divina, esta eventualidade é um forte fator de atração turística bem como econômica, pois os fiéis saem de diversas cidades do país apenas para acompanhar as celebrações.

O festejo de Nossa Senhora da Conceição, como a festa é denominada em Barras, é um dos principais fatores de circulação financeira da cidade, onde a procura por produtos e serviços cresce e com isso o lucro comercial aumenta quase o triplo das vendas em todo o ano, segundo o secretário de cultura e turismo. Esta atividade cultural tem duração de onze dias, iniciando-se no final de novembro e estende-se até o mês de dezembro. É neste período que se tem o grande número de turistas, e conseqüentemente o desenvolvimento do comércio através da procura por hotéis, bares, restaurantes, por produtos vendidos pelas feiras e no artesanato da cidade.

Figura 2 – Levantamento da bandeira de Nossa Senhora da Conceição



Fonte: www.barrasvirtual.com.br (2018).

Outro aspecto impactante para o setor comercial em Barras é a presença dos shows ao vivo que atraem um grande público advindo das cidades vizinhas. Para o secretário de cultura e turismo o comércio de bebidas alcoólicas é o que mais se beneficia, porém ele pontua que se tem a forte presença dos vendedores ambulantes que muitas vezes saem de outras cidades.

CONCLUSÃO

O presente estudo procurou entender de que maneira as festividades culturais na cidade de Barras refletem no desenvolvimento do comércio, bem como na dinâmica econômica local. No Nordeste, as festas tradicionais obtêm papel importante nos mais variados setores econômicos, pois estas atraem um grande número de turistas de todo mundo.

Diante disto, este trabalho evidenciou que as atividades culturais festejadas em Barras são fatores principais para a evolução do comércio, pois durante a fase de pesquisa empírica do campo de estudo podemos constatar que são nestes períodos que os comerciantes detêm o maior número de lucros sob uma perspectiva anual de rendimentos.

É importante frisar que, embora o número de turistas cresça com as épocas das festividades de Barras, este setor é pouco desenvolvido e em muitos casos não atende as necessidades dessas pessoas. Portanto, é preciso que as entidades públicas possam investir mais em infraestrutura na expectativa de adequar o espaço urbano da melhor maneira, apoiar o comércio local bem como desenvolver estratégias para atrair um público cada vez maior.

Outro aspecto observado é que a cada ano os investimentos públicos em relação aos festivais culturais têm diminuído. Diversos fatores contribuíram para isso, mas uma das mais

evidentes é acerca da administração municipal que deixou de investir como antes, consequentemente essa ação faz com que as pessoas desvalorizem os eventos e com isso afeta diretamente o comércio da cidade.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, A. C. A. Festa e cidade: entrelaçamentos e proximidades. **Espaço e Cultura**, n. 23, p. 3-19, jan./jun., 2008.

FRIQUES, M.S. O escopo da economia criativa no contexto brasileiro. **Revista de design, inovação e gestão estratégica**, n.4, p.10-16, 2019.

LINS, H. N. **Economia da Cultura e Ambiente Urbano**: termos do debate e ensaio de análise. Vozes. 2011.

LÓSSIO, Rúbia Aurenívea Ribeiro. PEREIRA, Cesar de Mendonça. A importância da valorização da cultura popular para o desenvolvimento local. Salvador. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., 2007, Salvador. **Anais eletrônicos** [...]. Salvador, 2007. Disponível em:
http://www.cult.ufba.br/enecult2007/RubiaRibeiroLossio_CesardeMendoncaPereira.pdf.
Acesso: 20 mar. 2019.

PRESTES FILHO, L. C. **Cadeia produtiva da economia do carnaval**. Rio de Janeiro, 2009.

RIBEIRO, Kamilly dos Santos. **A economia do carnaval**: um estudo sobre a “produção” da festa mais popular do Brasil com base na observação de uma experiência florianopolitana. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.



IV SEMINÁRIO REGIONAL DE COMÉRCIO, CONSUMO E CULTURA NAS CIDADES

Teresina – PI, 12 a 14 de junho de 2019

A NOVA GEOGRAFIA DO COMÉRCIO DE TERESINA: análise da implantação dos shoppings centers como reprodução do espaço urbano

Gilson Barbosa de Sousa

Virgínia Célia Cavalcante de Holanda

Resumo: O presente estudo tem como objetivo analisar a expansão do comércio de Teresina por meio da instalação dos shoppings centers na zona leste da capital, como elemento impulsionador da produção do espaço urbano. Na década de 1990 o comércio se expande rapidamente, com novas formas e com novo perfil de consumo, dois elementos que auxiliam na compreensão do movimento geral de reprodução do espaço, assim a prática comercial que outrora se restringia a parte do centro tradicional caminha em direção à zona leste. A perspectiva da leitura do espaço, do comércio e do consumo permite a compreensão da reprodução capitalista e da segregação sócio-espacial. Nessa perspectiva a dinâmica do espaço urbano reproduz-se como produto da própria produção socioespacial que embora gere conflitos e interesses, não é definitivo, estando em constante processo de transformação dentro de um movimento dialético. A investigação utilizou como técnica a pesquisa bibliográfica documental com abordagens qualitativas e quantitativas. Esta pesquisa faz parte de um estudo em andamento do Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú, e pretende compreender como o espaço urbano é produzido na cidade de Teresina, considerando fatores históricos, sociais presente na produção do espaço urbano.

Palavras-chave: Teresina. Espaço urbano. Comércio. Consumo.

INTRODUÇÃO

As relações entre as formas de fazer comércio e a produção da cidade são encaradas através da história como o mesmo processo de constituição da sociedade urbana. O comércio foi peça fundamental para o nascimento e expansão das cidades, permitindo o desenvolvimento de outras formas de comprar e vender mercadorias, ao longo do tempo essa relação do comércio com o espaço se aprofunda, tornando essa economia em um importante campo de pesquisa na Geografia por revelar as nuances que integra os processos de reprodução do espaço geográfico. Pintaudi (1999, p.145) discute o papel das formas comerciais no espaço urbano, ressaltando que:

As formas comerciais são, antes de mais nada, formas sociais; são as relações sociais que produzem as formas que, ao mesmo tempo, ensejam relações sociais. Analisar as formas comerciais, que são formas espaciais históricas, permite-nos a verificação das diferenças presente no conjunto urbano, o entendimento das distinções que delineiam entre espaços sociais. Em suma, coletivamente as formas sociais dão ensejo a análise das diferenças.

Portanto, as formas do comércio segundo Pintaudi (1999) refletem o movimento de transformação da sociedade. Seu desenvolvimento histórico acompanhou as transformações mundiais do comércio, já que cada forma foi criada conforme as necessidades, surgindo assim

novas imposições socioeconômicas e culturais. A partir desse ponto de entendimento acerca dos estudos geográficos que tem no comércio seu campo de pesquisa, baseado na tríade comércio, consumo e espaço urbano, com esse entendimento, esse trabalho faz um recorte sobre o processo de urbanização de Teresina, analisando a implantação dos shoppings centers, bem como a produção do espaço urbano no seu entorno.

O estudo se torna relevante pelo fato de analisar como ocorreu o fenômeno de produção espacial das áreas onde os shoppings foram instalados, essa nova forma de fazer comércio em Teresina, é reflexo do número de habitantes residentes na capital do estado, sendo a cidade com a maior quantidade de shoppings centers no Piauí e também a que apresenta a maior quantidade de habitantes, segundo dados do Censo demográfico 2010 do IBGE conta com uma população de 814.230 mil habitantes, voltada no presente a investimentos no setor terciário.

Dessa forma, o objetivo geral do trabalho é analisar a expansão do comércio de Teresina através da instalação dos shoppings centers como elemento impulsionador da produção do espaço. Constam como objetivos específicos: Caracterizar a nova geografia do comércio de Teresina; Analisar como ocorreu a produção do espaço urbano no entorno dos shoppings centers; Verificar como acontece a segregação sócio espacial em áreas da expansão do comércio de Teresina.

APORTES TEÓRICOS INTRODUTÓRIOS

As cidades brasileiras têm passado por intensas transformações nas duas últimas décadas, onde os espaços de diferentes escalas tem se fragmentado para atender as novas exigências ligadas ao comércio, essas transformações da paisagem urbana, configuram-se numa teia urbana fragmentada e ao mesmo tempo ligada por conexões e padrões de homogeneidade ditadas pelo capitalismo financeiro que também segrega, classifica e reproduz o espaço urbano.

Os agentes produtores do espaço urbano em decorrência da acumulação de capital especulam o espaço como moeda de troca, os pressupostos são que a compreensão da produção do espaço urbano se dá através de conflito de interesses emanado dos agentes sociais que vê o espaço como meio e produto de reprodução social. Carlos (2018, p.95) contribuir dizendo que:

Desse modo o espaço urbano produzido sob a égide do valor de troca se impõe ao social da cidade. Este processo realizada a desigualdade na qual se assenta a sociedade de classes, apoiada na existência da propriedade privada da riqueza que cria acessos diferenciados dos cidadãos à metrópole.

Para a autora a produção da metrópole evidencia-se como espaço de constrangimento, pois a produção do espaço urbano funda-se na contradição entre a produção social e a sua apropriação privada, apoiada numa sociedade de classes. Contribuindo para um maior entendimento Corrêa (2018, p.43), diz que:

A produção do espaço, seja o da rede urbana, seja o intra-urbano, não é o resultado da “mão invisível do mercado”, nem de um Estado Hegeliano, visto como entidade supra-orgânica, ou de um capital abstrato que emerge de fora das relações sociais. É consequência da ação de agentes concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade.

Nessa perspectiva o espaço urbano reproduz-se como produto da própria produção socioespacial que embora gere conflitos e interesses, segregue e/ou classifique estão sempre em constante processo de transformação. Como efeito essa produção nas grandes cidades do Brasil a partir dos anos 60, com a instalação de shoppings centers, transformou-se o comércio, implementando novos paradigmas à cerca do uso e da produção espacial.

No Brasil o marco para a consolidação dos shoppings centers deu-se em razão da acumulação de capital nas grandes cidades, atrelado ao crescente número de habitantes que o país experimentou após a década de 60, mais precisamente entre o ano de 1966 e 1970, a população brasileira passou a ser majoritariamente urbana, surge em 1966 no Brasil o primeiro Shopping Center inaugurado na cidade de São Paulo. Santos (1993, p.30) diz que:

Os anos 60 marcam um significativo ponto de inflexão. Tanto no decênio entre 1940 e 1950, quanto entre 1950 e 1960, o aumento anual da população urbana era, em números absolutos, menor que a população total do país. Nos anos 60 – 70 os dois números se aproximavam. É na década de 70 – 80, o crescimento numérico da população urbana já era maior que o da população total.

A produção do espaço, em alguns momentos se relacionada com a nova dinâmica dos desejos sociais nela materializados numa sociedade ávida por transformações, nos remete a preceitos de que a produção do espaço está diretamente relacionada as relações sociais construídas ao longo do tempo, concretizando-se através do espaço que ela própria reproduz.

Diante dessa reflexão podemos observar que as condições socioeconômicas da cidade de São Paulo, caracterizada pela forte concentração industrial foram propícias para a instalação dos Shoppings Centers. Mas a partir da década de 1980, os shoppings Centers irão se reproduzir com mais rapidez no Brasil, atrelado na construção de um imaginário recheado da idéias de comodidade de realizar várias atividades dentro de um mesmo espaço, climatizado, seguro e com estacionamento.

Ao analisar os dados da ABRASCE (Associação Brasileira de Shoppings Center do Brasil), observa-se que quanto maior for a concentração populacional e a diversificação da economia, maior a possibilidade de surgimento dos Shoppings Centers. Assim a justificativa primeira para instalação de um empreendimento desse porte se sustenta na concentração de capitais e de população permeada pelas mudanças de hábitos de consumo.

Entre 1992 e 1997 o total de shoppings Center, segundo dados da ABRASCE/2012, era de 208 estabelecimentos, em 2002 temos um quantitativo de 304 e o ano de 2012 fecha com 459 Shoppings, e atualmente segundo dados da mesma associação, o território brasileiro conta com um total de 572, espalhados por todas as regiões do Brasil, apresentando pelo menos um shopping Center em cada capital dos 26 Estado e Distrito Federal.

O número exposto na Tabela 1 nos revela que a maior concentração de shoppings centers no Brasil, está na região Sudeste, região que apresenta o maior contingente populacional do Brasil bem como a concentração das maiores indústrias que de certa forma favoreceu a instalação dos shoppings bem como a transformação do espaço urbano.

Santos (2009) denomina a nova fase de urbanização, de urbanização corporativa, assim o Estado e as grandes empresas se juntam na produção do espaço urbano para atender a demanda de consumo por parte da população, nesse sentido os shoppings centers aparecem como empreendimentos capaz de criar centralidades dentro da lógica da urbanização corporativa. Habitar próximo aos Shoppings Centers passa a ser então um objetivo a ser alcançado, a disputa pelo acesso a essas áreas fará com que as localizações próximas aos Shoppings Centers de Teresina, sejam as mais valorizadas economicamente.

O COMÉRCIO E O CONSUMO NA TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Para um breve entendimento acerca da importância da regional do município de Teresina sua origem se deu em 1852 para tornar-se a capital do Estado do Piauí sua localização possibilitou uma mobilidade mais rápida entre as cidades de Campo Maior e Parnaíba no Piauí, Timon e Caxias no Maranhão, disputando entre si a centralidade regional em específico com o município de Caxias que era importante centro comercial da época.

A cidade de Teresina foi implantada seguindo modelo de traçado em xadrez que gerou as primeiras 100 quadras para a cidade. Inicialmente através deste modelo, previa-se a expansão territorial no sentido Leste e Oeste, ocupando a área compreendida entre os rios Parnaíba e Poti. Contudo a expansão aconteceu no sentido Norte e Sul, ao longo de sua história, Teresina foi expandindo a ocupação do seu território e a sua população foi aumentando e tornando-se e cada vez mais urbana.

A capital do estado do Piauí segundo dados do Censo Demográfico 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), e classificada como cidade média, possuindo 814.230 mil habitantes, está inserida no processo de globalização buscando um processo de modernização de seu território, com a inserção da verticalização urbana, com o surgimento de prédios, condomínios e shoppings centers. Portanto a urbanização da população de Teresina teve grande impulso no século XX por meio do terciário.

De fato o comércio e a prestação de serviços têm grande importância para a economia de Teresina, e sem dúvida a região central da cidade é onde se encontra o maior número de empresas e empreendimentos econômicos, porém com a abertura de novas avenidas e pontes e com o acesso mais rápido a zona Leste de Teresina em especial na década de 1990 o comércio se expande rapidamente, nesta direção as formas de comércio e consumo tornam-se elementos da realidade da expansão urbana da cidade e auxiliam na compreensão do movimento geral de reprodução do espaço, assim a prática comercial que outrora se restringia a parte do Centro tradicional, caminha para a sua expansão em direção à zona Leste. Façanha (1998, p.9) contribui dizendo que:

Nessa década o processo de verticalização ganha novos contornos e se expande em novas direções sempre de mão dadas com agentes econômicos que sabem fazer muito bem o marketing urbano, apropriando-se do melhor pedaço da cidade, tendo como vizinhos moradores nobres. As áreas de concentração de edifícios residenciais e comerciais migram do centro em direção aos bairros localizados ao entorno dos shoppings centers e deslocam-se lentamente no sentido sul margeando o Rio Poti e a avenida cajuína.

A instalação dos shoppings centers na zona leste de Teresina segue o processo de modernização gerado pelo desejo de uma sociedade capitalista ávida pelo consumo, embora com certo atraso em relação às demais regiões do país, em Dezembro de 1996 é inaugurado o primeiro shopping Center da cidade de Teresina. O Riverside Wallk foi instalado na área mais nobre de Teresina, a margem do Rio Poti, na Avenida Raul Lopes, foi construído próximo a zona de intensa verticalização da cidade, pouco tempo depois em 27 de Abril de 1997 foi inaugurado o segundo shopping Center de Teresina, alcunhado com o próprio nome da cidade, o Shopping Teresina também localizado na Avenida Raul Lopes em frente ao complexo Park Poticabana e ao Rio Poti, os dois shoppings separados entre si por apenas 1 km de distância, logo modificaram a paisagem urbana da cidade impulsionando o comércio local no entorno dos shoppings.

Figura 1 – Shopping Riverside Walk (A) e Teresina Shopping (B)



Fonte: tyba.com.br (2019), adaptado (2019).

O terceiro shopping center de Teresina foi inaugurado no dia 29 de Setembro de 2015, e diferente dos outros dois shoppings não se instalou na zona Leste, porém encontra-se na margem do Rio Poti, zona norte e em frente aos demais shoppings seu acesso se dá rapidamente por três pontes e sua localização permitiu uma grande valorização de áreas próximas, bem como da Avenida Marechal Castelo Branco, que já contava com Assembleia Legislativa do Estado do Piauí e da Câmara de Vereadores de Teresina, o Shopping Rio Poti diferente dos demais, classificado segundo a ABRASCE de “Mall Center”, o complexo estará equipado com torres comerciais e residenciais, o shopping Rio Poti atualmente conta com 2 torres comerciais e seu projeto prevê a instalação de 12 torres residências.

Figura 2 – Mall Center Shopping Rio Poti



Fonte: tyba.com.br (2019), adaptado (2019).

Os shoppings centers instalados em Teresina não deixaram nada a desejar a outros centros urbanos, tendo em vista contarem com modernas lojas de departamentos, supermercados, praça de alimentação, cinema, praça de eventos, sala de convenções, bancos estacionamentos privados, etc; vendendo sempre a máxima: “Encontrar tudo em um só lugar.” Esses novos espaços de lazer e consumo foram sendo incorporados nos hábitos da população

Teresinenses, ao mesmo tempo que se apresentava contraditoriamente como espaço de segregação social, contribuindo com essa discussão Vasconcelos (2018, p.96) afirma que:

A segregação vivida na dimensão do cotidiano onde se manifesta concretamente a concentração da riqueza, do poder e da propriedade, apresenta-se inicialmente, como diferença, tanto nas formas de acesso à moradia como a expressão mais evidente da mercantilização do espaço urbano, quanto em relação ao transporte urbano como limitação de acesso às atividades urbanas, como expressão da separação do cidadão da centralidade.

Portanto a produção do espaço urbano realiza-se na própria contradição do próprio ato de reproduzir o urbano, uma vez que essa produção é voltada a uma camada da sociedade que tem como objetivo a reprodução continuada das necessidades e desejos da vida humana.

Nesse sentido tal debate teórico é fundamental para aprendermos novas dinâmicas urbanas em tempos de acumulação de capital e suas incidências sobre a produção social e em particular sobre a segregação social do território urbano. Para Harvey (2005, p.43) “o sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanente e revolucionária, que incessante e constantemente, reforma o mundo que vivemos”. Ainda segundo Harvey (2005), a acumulação de capital acontece segundo a via de quatro elementos, dentre os quais está justamente a expansão do espaço geográfico movido pela produção do espaço urbano. Os outros três elementos referem-se atividade social, onde: remetem se a penetração de capital em novas esferas de atividades comerciais.

A inserção dos shoppings centers como centro de consumo, tem por finalidade vender uma nova forma de fazer comércio em Teresina, voltada principalmente para o consumo, e marcada substancialmente pela segregação social. Para Pintaudi (1981) um marco importante na geografia do comércio brasileiro a ser percorrido, para estudar as formas de comércio e as suas práticas de consumo, dentro da perspectiva da geografia crítica, está justamente na análise do consumo, que deixa de ser um apêndice da produção e passa a ser o principal ator do ciclo de produção do capital, ou seja, criando o consumidor antes do produto a ser consumindo. Este fato revela-se como um fator primordial para os novos entendimentos acerca de um embasamento crítico e reflexivo sobre as novas possibilidades da geografia do comércio na produção do espaço urbano.

Com a implantação dos shoppings centers a elite justamente presente nos entornos dos Shoppings passaram a especular e produzir o espaço, logo as áreas no entorno passaram a ser rapidamente utilizada pelos especuladores imobiliários. Assim os shoppings centers passaram a proporcionar lojas de grifes, lanchonetes e restaurantes de franquias, salas de cinema. Tudo

isso modificou completamente as formas de consumo, sociabilidade e vivências, uma vez que o empreendimento privado e voltado exclusivamente para o consumo e lazer.

Outro fator que impulsionou positivamente o novo cenário comercial de Teresina foi justamente os horários dos shoppings, pois ao estender o seu horário para o turno da noite, ou seja, oferecer um horário fora do convencional uma vez que o comércio tradicional localizado no centro da cidade encerrava suas atividades as 18h00 horas, assim possibilitou estender as compras e recorrer aos espaços de lazer, essa é uma tática do planejamento dos shoppings. Relacionada a uma prática de comércio mundial, surgida nos Estados Unidos denominada de economia de aglomerações, que consiste basicamente em concentrar as atividades econômicas no mesmo espaço com o desejo de minimizar os custos e maximizar os lucros. Dentre elas estão o próprio espaço físico, amplo, seguro e confortável que possibilita a integração com lojas comerciais e áreas de lazer e estabelecimentos financeiros.

METODOLOGIA

Numa perspectiva metodológica que vise compreender como vem acontecendo a expansão dos espaços urbanos em Teresina, analisando as novas formas de comércio instalados, sobretudo a partir da década de 90, essa investigação para a produção deste texto, deu-se prioritariamente sobre fontes secundárias, foi analisado documentos públicos, jornais eletrônicos, revistas eletrônicas, que nos permitiu compreender o processo de criação das áreas de instalações dos shoppings centers, este procedimento investigativo, nos permitiu entender o porquê da escolha e localização da implantação dos shoppings. Sendo assim o presente trabalho realizou revisão bibliográfica com leituras de obras e artigos pertinentes ao tema e aos objetivos do presente estudo.

A investigação utilizou como técnica a pesquisa bibliográfica documental com abordagens qualitativas e quantitativas, sendo a pesquisa bibliográfica uma etapa fundamental em todo trabalho científico pois contribui significativamente como aprendizado e com a ampliação do conhecimento do pesquisador.

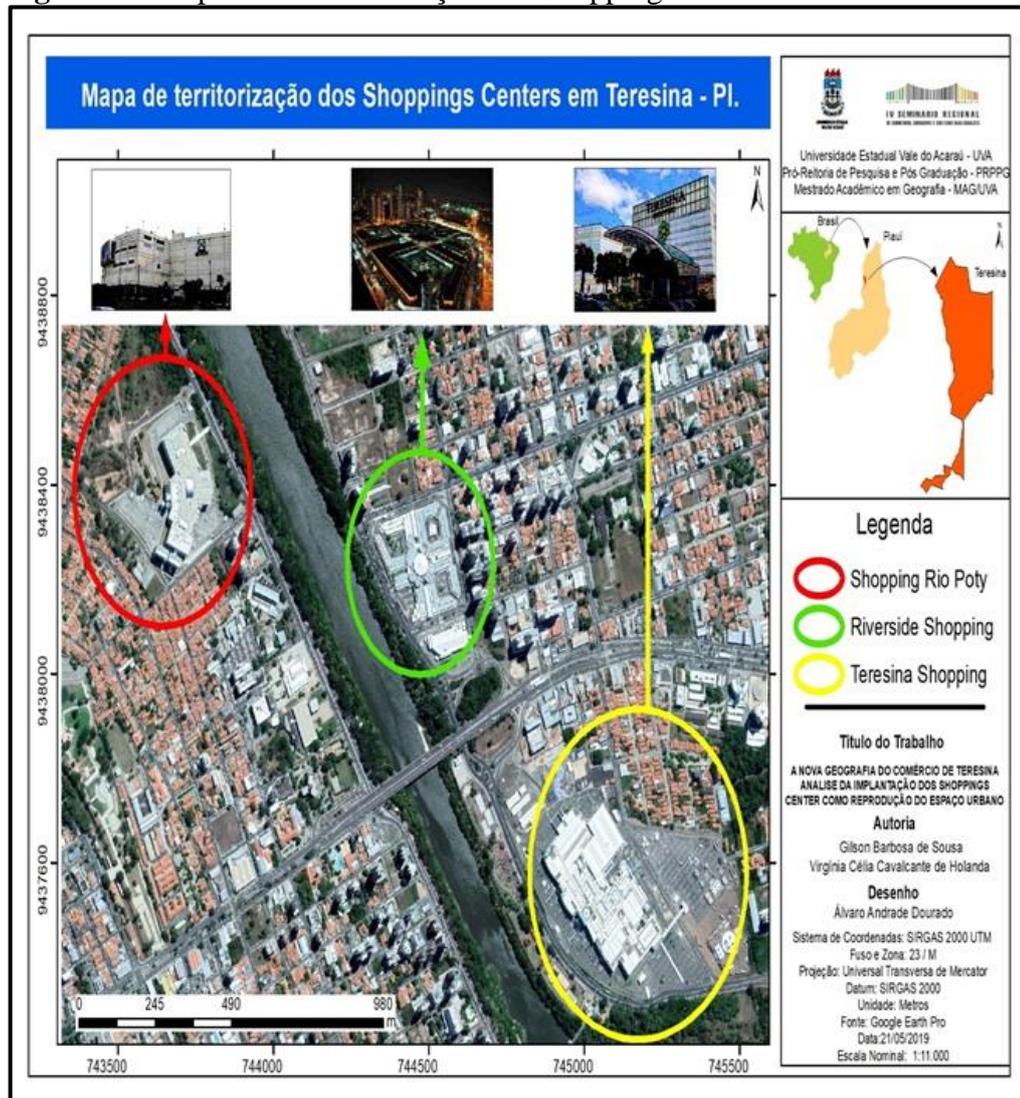
Análise de Dados

Tabela 1 – Quantidade de shoppings no Brasil por regiões geográficas

REGIÃO	Nº DE SHOPPINGS	% DO TOTAL
Norte	27	5%
Nordeste	87	14%
Centro-Oeste	56	8%
Sudeste	304	55%
Sul	98	17%
TOTAL	572	100%

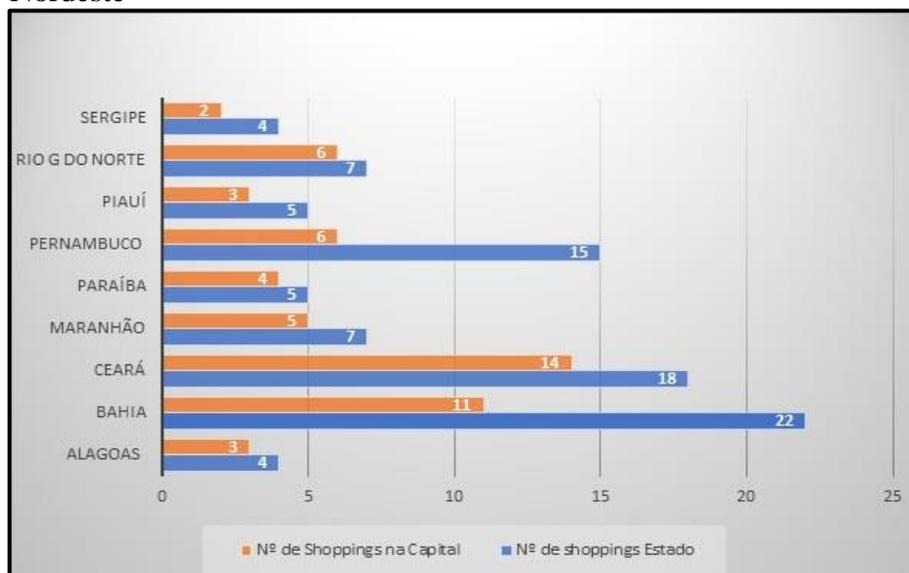
Fonte: ABRASCE (2018), adaptado (2019).

Figura 3 – Mapa da territorialização dos Shoppings Centers de Teresina



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Figura 4 – Gráfico com o número de Shoppings Centers na região Nordeste



Fonte: ABRASCE (2018), adaptado (2019).

RESULTADOS

Hipoteticamente pode-se dizer que a instalação dos shoppings Centers na capital do Piauí aconteceu na direção da zona leste, por que concentrava as maiores rendas da cidade, bem como por ser um local de fácil acesso, com pontes ligando as zonas norte e sul. Ligado diretamente pela ponte Juscelino Kubitschek ao centro antigo, a instalação destes empreendimentos aconteceram em um raio muito próximos um do outro a cerca de 1 km de distância, pode se constatar também as melhorias no entorno do shopping tantos nas avenidas quanto na instalação de aparelhos públicos, rapidamente a especulação imobiliária passou a valorizar este entorno e a disputa por ele, cada vez torna-se mais caro, um dado que posterior poderá compor este artigo é o perfil dos frequentadores dos shoppings em uma hipótese percebe que o Shopping Riverside Walk é frequentado mais por pela classe C e D diferente do Teresina Shopping que ao contrário é mais frequentado por classes A e B o Shopping Rio Poti mesmo localizado numa área residencial, também é frequentado por classes A, B e C , porém essa realidade do Riverside se deve a seu acesso que é mais servido por ônibus e por ter uma característica mais parecida com as lojas do centro da capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa integra um estudo em andamento do Mestardo Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú, e pretente compreender como o espaço urbano é produzido na cidade de Teresina, fazendo um recorte temporal dos últimos trinta anos com a instalação dos shoppings centers e as mudanças na forma de fazer o comércio em

Teresina, considerando fatores históricos, sociais presente na produção do espaço urbano, e desse modo, fortalecer o desejo de pesquisar e compreender como a produção do espaço urbano atrelada a acumulação e reprodução do capital concorrem.

REFERÊNCIAS

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. *In*: SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios** São Paulo: Contexto, 2018.

_____. **A crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2018.

CORREIA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

FAÇANHA, **A evolução urbana em Teresina**: agentes, processos e formas espaciais da cidade. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

PINTAUDI, S.M. **Os supermercados na grande São Paulo**: contribuição ao estudo da transformação do comércio varejista de gênero alimentício nas grandes metrópoles. 1981. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1981.

_____. **O templo das mercadorias**: estudo sobre os Shoppings Centers do estado de São Paulo. 1989. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989.

_____. A cidade e as formas do comércio. *In*: CARLOS, A.F.A. (Org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed., São Paulo: EDUSP. 2009.

SPOSITO, Maria E.B. **Capitalismo e urbanização**. 16. ed., São Paulo: Contexto, 2018.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2018.



IV SEMINÁRIO REGIONAL DE COMÉRCIO, CONSUMO E CULTURA NAS CIDADES

Teresina – PI, 12 a 14 de junho de 2019

AVENIDA RUI BARBOSA EM TERESINA-PI: policentralidade e formação de novos centros urbanos

Francisco Wesley Marques Brandão¹

Espedito Stanley Marques Brandão²

Resumo: A cidade possui uma dinâmica que permite o surgimento de novas centralidades dentro de sua área. Em Teresina, alguns centros já são amplamente discutidos dentro de sua importância na hierarquia da cidade, outros centros no entanto ainda estão em processo de expansão e consolidação, um deles a Avenida Rui Barbosa passa a ser fruto dessa pesquisa onde tem-se como objetivo geral: Analisar o Processo de Formação e as características da Avenida Rui Barbosa como novo centro em Teresina. As metodologias escolhidas foram documental, bibliográfica e de campo. Foram escolhidas três metodologias para a construção da pesquisa: de campo, bibliográfica e documental. A região de estudo destaca-se pelo grande fluxo de veículos individuais e coletivos que se dirigem principalmente em direção ao centro de Teresina. A área possui alguns equipamentos públicos e privados como teatros, escolas, hospitais, farmácias, armazéns. Diante disso nota-se o potencial atrativo para o local tornar-se um dos novos centros de Teresina-PI.

Palavras-chave: Centralidade. Policentros. Teresina-PI. Avenida Rui Barbosa.

INTRODUÇÃO

A urbanização trás em seu bojo uma série de processos tais como segregação, centralidade, dispersão (CORRÊA, 2000). Esses processos espaciais são frutos da própria necessidade da sociedade de produzir o espaço urbano, que com a novas demandas econômicas e sociais torna-se mais complexo e necessário uma maior compreensão de suas características e diferentes.

Um dos processos urbanos que ocorrem na cidade é o processo de centralidade urbano, sendo definido por Villaça (1998) como polos de atração que centralizam diversas atividades dentro das cidades. A partir do momento que as cidades se expandem, aumentando sua área urbana e população a necessidade do centro se deslocar em direção a outras regiões também ocorre uma vez que o centro principal não pode ficar sobrecarregado surgindo assim os policentros, novos centros ou ainda os subcentros.

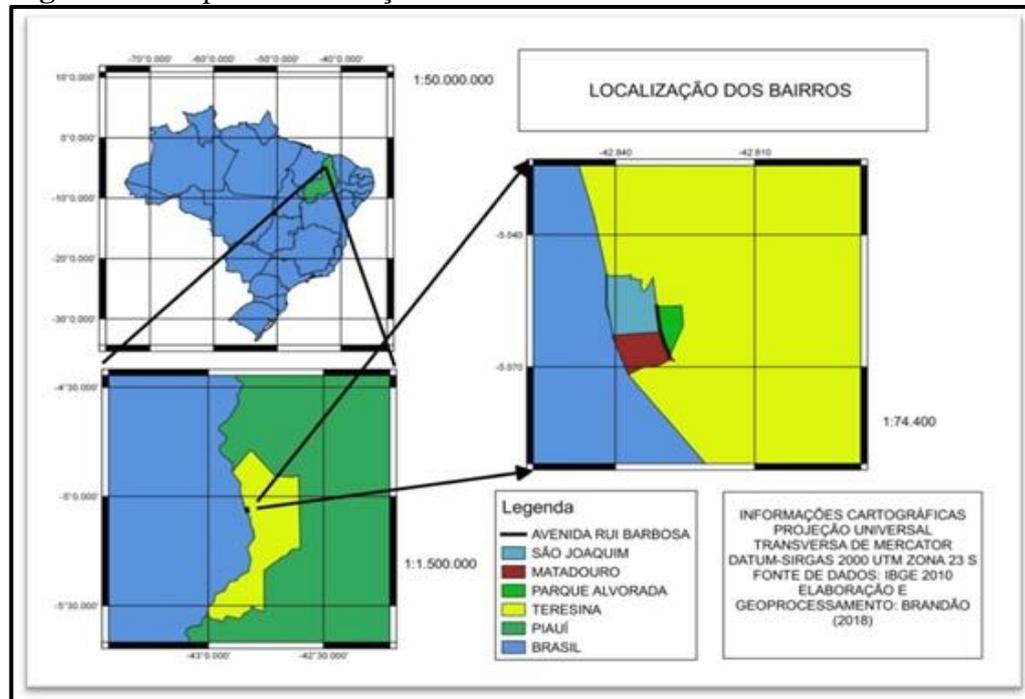
Teresina (Figura 1) de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) se insere no contexto urbano brasileiro como uma Capital Regional A (IBGE, 2007). Com uma população acima de 860 mil habitantes (IBGE, 2019) Teresina também possui uma ampla região de influência abrangendo municípios como: União, Altos, Timon – MA,

¹ Graduando no curso de Geografia pela Universidade Estadual do Piauí, E-mail: Wesley131@outlook.com.br

² Graduanda no curso de Geografia pela Universidade Federal do Piauí, E-mail: Det100mais@gmail.com

Demerval Lobão, Nazária. Totalizando uma população de mais de 1 milhão de habitantes somando-se a capital piauiense e seus municípios de influência.

Figura 1 – Mapa de localização da área de estudo



Fonte: Brandão (2018).

A cidade que foi fundada em 1852 surgiu de modo planejado, usando um traçado em formato xadrez (LEAL JÚNIOR, 2014) e sua fundação já é resultado de uma maior demanda de modernização que a província do Piauí necessitava na época visto que a antiga capital, Oeiras, não era capaz de acordo com Leal Júnior (2014) de modernizar o estado e nem usar o principal rio do estado, o Parnaíba.

Teresina, que anteriormente era chamada de Vila do Poti, surge na região do atual centro da cidade, com o nome de Vila Nova do Poti. Rapidamente esse local ganha o status de capital do Piauí e passa então por um rápido processo de urbanização tendo o seu maior pico pós a década de 1940, assim como em toda rede urbana brasileira a partir dessa década o número de moradores da zona urbana começa a aumentar e ultrapassar o número de moradores da zona rural.

Nesse contexto a cidade passa então a receber grandes quantidades de pessoas, morando distante do centro, sem acesso a todos os serviços. O primeiro conjunto habitacional, Parque Piauí, localizado cerca de 6 km do centro foi construído como uma forma do poder público resolver uma demanda crescente na cidade, a moradia, sendo fruto de um recurso do Banco Nacional de Habitação o Parque Piauí gerou uma série de polêmicas observadas no

Plano Diretor de 1969 principalmente no que se referia a distância do local para o centro da cidade e a inexistência de empregos para os moradores do local (TERESINA, 1969).

Com a construção de moradias cada vez mais distante do centro da cidade em locais como a zona Sul e Sudeste alguns elementos que só eram acessados no centro começam a se deslocar para regiões, esses elementos são principalmente comerciais e públicos (escolas, hospitais) tornando alguns bairros polos de atração para o surgimento de novos centros na cidade, esses bairros são principalmente o Itararé e Parque Piauí que possuem grande diversificação de serviços públicos e privados.

Com o espraiamento urbano da cidade novas áreas passam então a ter modificações na sua estrutura e começam a se diversificar e centralizar as atividades dentro da sua região. Esse é o caso da Avenida Rui Barbosa, localizada entre os Bairros: São Joaquim, Parque Alvorada e Matadouro, local que embora ainda apresente uma diversificação de serviços e atividades menor que os “outros centros” da cidade vêm tendo nas últimas décadas um aumento de serviços que antes só podiam ser acessados em outros locais.

A partir do que foi exposto cabe a delimitação da pergunta que norteia a pesquisa, sendo ela: Quais as Características encontradas na Avenida Rui Barbosa permitem que ela possa ser definida como sendo um novo centro da rede urbana Teresinense?

Tomando como base a questão norteadora pensou-se no seguinte objetivo geral: Analisar o Processo de Formação e as características da Avenida Rui Barbosa como novo centro em Teresina. Como objetivos específicos adotou-se: Identificar os principais aspectos socioeconômicos presentes na avenida Rui Barbosa em Teresina. Descrever os principais fatores que contribuem para a evolução dessa centralidade em Teresina.

A metodologia utilizada para a construção da pesquisa foram: Bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa de campo foi realizada observando os centros mais antigos da cidade e seus elementos socioeconômicos e a avenida Rui Barbosa e seus elementos e infraestrutura.

A pesquisa bibliográfica foi realizado através de leitura de autores que trabalham sobre processo urbano, processos espaciais e centralidades. A pesquisa documental realizou-se em dados obtidos na Secretária de Planejamento Urbano e Prefeitura Municipal de Teresina.

PROCESSOS ESPACIAIS: CENTRALIDADE E FORMAÇÃO DE NOVOS CENTROS URBANOS

A cidade por si só já é uma centralidade, um local de mercado e imã por excelência (CHIRSTALLER, 1933) no entanto, dentro dela podem ser encontrados centros que dependendo de suas características podem ser econômicos, saúde, culturais, esportivos.

A cidade como centralidade é observada primeiro por Chirstaller (1933) sendo localidade central a cidade passa a atrair varias atividades dentro de si. Esse poder de atração vai variar principalmente dependendo do tamanho da cidade.

De acordo com Silva (2001) a escola de sociologia urbana francesa e de Chicago observam o centro como sendo algo fixo, preocupavam se com a localização e a forma além de sua hierarquia dentro da rede urbana. Silva (2001) continua sua análise de algumas teorias sobre a centralidade urbana e sintetiza seus principais aspectos como sendo a centralidade entendida como um grande fluxo de pessoas, mercadorias, veículos e informações.

Castells (1983) comenta que a centralidade urbana pode ser compreendida como sendo permeada por vários aspectos sociais e econômicos ao mesmo tempo que se insere dentro de local geográfico. O autor ainda saliente que o centro urbano é um produto exprimindo as forças sociais em sua dinâmica interna.

Villaça (1998) ao pesquisar sobre as centralidades e espaço urbano chega a conclusão que embora com a ocorrência de novos centros a centralidade principal da cidade ainda tem um poder simbólico e inquestionável, aliando aspectos históricos e econômicos dessa forma não perde a sua importância dentro da hierarquia urbana.

Sposito (2001) explica que essas centralidades são redefinidas continuamente, pelos diversos fluxos que ocorrem na cidade. Esses fluxos acabam por concentrar comércios e serviços em determinadas áreas, tornando elas pontos de atração.

Como o espaço é fragmentado e articulado, reflexo e condicionante (CORREA, 2000) embora as novas centralidades sejam “independentes” do centro principal ambos se encontram articulados pelos fluxos que ocorrem entre eles. Ao mesmo tempo a sociedade condiciona o surgimento de novas centralidades como forma de atender suas demandas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A avenida Rui Barbosa atravessa a região norte da cidade até a praça Saraiva, localizada no centro da cidade. Nesse estudo no entanto a área da pesquisa corresponde ao trecho que passa entre os bairros: Matadouro, Parque Alvorada e São Joaquim.

A população encontrada nesses bairros é superior a 20 mil habitantes, sendo responsáveis por cerca de 3, 5 % da população total de Teresina (SEMPPLAN, 2016). Embora apresente-se com uma pequena população a construção de novos empreendimentos

econômicos de grande porte na região alerta para alguns fatores de atração ao ser escolhido esse local como ponto de construção de farmácias, padarias, supermercados.

A escolha desse trecho dentro da pesquisa considerou a grande quantidade de comércios dos mais diferentes segmentos: Padarias, Farmácias, supermercados, oficinas, armazéns, pet shops, eletrônicos, construção civil. No trecho outro fator de destaque para a escolha são os equipamentos públicos encontrados: Teatros, escolas, pronto socorro, mercado público, Terminal de ônibus (em construção). O terceiro fator de escolha desse local é o intenso tráfego de transporte público, através de linhas de ônibus e vans, veículos de transporte privado, motos e carros. Esses elementos públicos e privados aliados a um grande fluxo de veículos servem como polo de atração para os bairros vizinhos da área.

De acordo com dados obtidos na SEMPLAN (2016) os três bairros que compreendem a área da pesquisa, que são perpassados pela Avenida Rui Barbosa possuem mais de 250 comércios, localizados principalmente na avenida em epigrafe, principal centro comercial da região. Na Tabela 1 pode-se observar a quantidade de comércios, indústrias, serviços e empresas de construção civil localizados na região de estudo.

Tabela 1 – Atividades desenvolvidas nos bairros

Bairros do estudo	Comércio	Indústria	Serviços	Construção civil
São Joaquim	132	27	49	8
Matadouro	97	43	57	12
Parque Alvorada	104	32	47	9

Fonte: SEMPLAN (2016), adaptado.

A partir da observação desse quadro nota-se que o maior quantidade de empresas são as comerciais, logo após seguida por serviços. Embora grande parte das empresas encontradas na região sejam as ligadas a comércio através de observações de campo constatou-se a existência de muitos comércios de pequeno porte, chamadas de quitandas pelos moradores da região. Os comércios de grande porte encontrados na região são: dois comerciais Carvalho (que possui diversas filiais tanto na cidade quanto fora dela no Piauí e em alguns estados) e um comercial Barcelar.

Anteriormente a região, que hoje compreende ao bairro do Matadouro era um antigo matadouro de animais de Teresina, muitos animais eram abatidos no local e levados para ser comercializado no centro da cidade (LIMA, 2002). Dessa forma observa-se que a região já anteriormente possui um fluxo de mercadorias e pessoas em direção ao centro de Teresina, esse fluxo se intensifica ao longo dos anos com o processo de urbanização da cidade se espalhando, dirigindo-se cada vez mais em direção as franjas urbanas.

Esse processo de espraiamento urbano, novos bairros sendo construídos cada vez mais distantes do centro permite que alguns comércios e serviços possam ser acessados em outros bairros e avenidas. Dentro da área de estudo as atividades encontradas foram: Farmácias (com destaque a Pag Menos), 2 comerciais Carvalho, Armazém Paraíba. Esses são os principais pontos econômicos da avenida Rui Barbosa.

São encontrados na região também a presença de escolas de ensino fundamental e médio, o Teatro do Boi (Figura 2 A e B), Hospital do Matadouro, academias de musculação, lojas de vestuário, empresas de construção civil, quitandas e comércios de médio porte, bares, salões de cabelereiros, pizzarias e lanchonetes, padarias, pague contas, caixas eletrônicos e mercado municipal que aos dias de domingo tem suas ruas de acesso ocupadas pela presença de ambulantes dificultando o tráfego de veículos na avenida Rui Barbosa principalmente.

Figura 2 – Teatro do Boi, Bairro Matadouro e Mercado São Joaquim



Fonte: Brandão (2019).

Dessa forma pode se constatar que na área referente a pesquisa existe uma grande diversificação de ofertas de serviços e comerciais sendo a ida ao centro da cidade muitas vezes desnecessária pois existe a presença de equipamentos públicos e privados com características semelhantes as que são encontradas na área central da cidade.

Como salientado o maior potencial da região é o grande fluxo de veículos e linhas de ônibus que passam na avenida. No local podem ser localizados as seguintes linhas de ônibus: 101, 102, 103,104,105,106,109,170,365,653. Essas linhas são oriundas de bairros localizados na “grande Santa Maria”, Mocabinho, Poty Velho e alguns bairros localizados na zona Sul da Cidade permitindo o deslocamento para a Universidade Estadual, Universidade Federal,

Shoppings, Rodoviária, Centro da Cidade, Hospital Getúlio Vargas e Hospital de Urgência de Teresina possibilitando então um amplo deslocamento dos moradores da região em direção a outros bairros da cidade.

Um fator que está modificando tanto a paisagem da Rui Barbosa é a implantação da “Inthebra” na cidade de Teresina. Nessa avenida foi construído o Terminal (Figura 3) onde os ônibus que vêm do centro irão deixar os passageiros até que os ônibus que irão levar os mesmos a seus bairros cheguem.

Figura 3 – Terminal de ônibus da avenida Rui Barbosa, Teresina-PI



Fonte: Brandão (2017).

A avenida no entanto não possui um tamanho suficiente para a construção das novas paradas que são feitas. A Prefeitura Municipal iniciou um processo de ampliação da avenida modificando o tamanho das calçadas para a construção dessas paradas (Figura 4).

Figura 4 – Construção das novas paradas, avenida Rui Barbosa



Fonte: Brandão (2019).

A construção dessas novas paradas na região vindo sendo alvo de protestos da comunidade, onde as principais lideranças comerciais do local afirmam que a região possui mais de 200 lojas que com a construção das paradas e o projeto de tornar a avenida Rui Barbosa “mão única” sentido norte-centro vai ocasionar uma perda de 50% das vendas no local (CIDADE VERDE, 2019).

Essas modificações que estão ocorrendo na região através da execução de políticas públicas de mobilidade urbana podem ocasionar o declínio e fechamento de muitos estabelecimentos econômicos, tirando portanto um espaço consolidado da Rui Barbosa como uma das centralidades de Teresina, impactando diretamente na renda de muitas famílias que se beneficiam do lugar.

CONCLUSÃO

Sendo uma importante via de ligação entre a zona Norte de Teresina e o centro da cidade, a avenida Rui Barbosa, em seu trecho entre os bairros Parque Alvorada, Matadouro e São Joaquim apresenta características de um novo centro econômico de Teresina.

De acordo com os autores como Villaça (1998) as novas centralidades surgem através do processo de espraiamento urbano onde alguns elementos que antes só existiam no centro principal da cidade deslocam-se em direção a outras áreas quer seja para não sobrecarregar o centro principal, quer seja para adquirir novos mercados constata-se que através desse processo surgem novas regiões com centralidades econômicas.

Outro fator importante a ser destacado é que embora as cidades passem a ter novas centralidades com o processo de urbanização o centro principal não perde o seu poder dentro

da hierarquia urbana, pois também possui aspectos históricos em seu bojo que remontam a própria fundação das cidades (VILLAÇA, 1998).

A partir do que foi demonstrado constata-se que a Rui Barbosa, através das características expostas apresentou as características de um novo centro urbano dentro de Teresina, muito embora ainda esteja em processo de dinamização econômica e os maiores empreendimentos econômicos são ainda dos últimos 15 anos, através da construção do primeiro comercial Carvalho em 2003.

Um fator que pode “travar” esse processo e fazer essa centralidade recuar é a construção das paradas de integração na região, terminal de ônibus e modificação de alguns sentidos das ruas e avenidas desses bairros, esse novo processo já é motivo de temor para muitos comerciantes do local onde já foram realizados protestos, reuniões no Ministério Público e PMT em busca de uma solução a cerca do tema.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

CHRISTALLER, W. **Central Places in Southern Germany**, New Jersey, Prentice-Hall, 1966.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4. edição. São Paulo: Ática, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. **IBGE cidades: Teresina**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/teresina/panorama>>. Acesso em: 25 abr. 2019.

LEAL JUNIOR, J. H. **Expansão Urbana, planos urbanísticos e segregação urbana: o caso de Teresina-PI**. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

LIMA, I. M. M. F. Teresina: Urbanização e Meio Ambiente. **Scientia et Spes**, v. 1, n. 2, p. 181-206, 2002.

SILVA, William Ribeiro da. Centro e centralidade: uma discussão conceitual. **Formação**, n. 8, 2001.

SPOSITO, M. D. E. B. (Org.) **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2001.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1998.

TERESINA, Prefeitura Municipal de. **Perfil dos bairros**. Secretária Municipal de Planejamento – SEMPLAN, 2016.



IV SEMINÁRIO REGIONAL DE COMÉRCIO, CONSUMO E CULTURA NAS CIDADES

Teresina – PI, 12 a 14 de junho de 2019

TERRITÓRIO DA COMUNIDADE TRAVESTI NO CENTRO DE TERESINA-PI

Thiago Emanuel Vasconcelos de Araújo

Mariana Costa Vieira

Resumo: O debate sobre o território foi retomado com a grande importância que de fato merece e se caracteriza como objetivo de estudo da Geografia. Para a ciência geográfica o tema território vem se destacando não pelo seu significado, mas pela sua relevância com o meio de convivência para os seres humanos, além de ser relevante à identificação dos territórios das diferentes comunidades. O território não está ligado somente ao poder político, está ligado também a poder simbólico de apropriação. A prostituição é um ato social da minoria excluída perante a sociedade, sem oportunidade. As travestis ao entardecer são vistas nas ruas do centro de Teresina para mais uma noite de trabalho, e é fácil identificar os espaços construídos pelas mesmas ao longo dos anos. Qual a importância e quais os reais motivos levaram essas profissionais a escolherem esses territórios?

Palavras-chave: Território. Prostituição. Travestis.

INTRODUÇÃO

Etimologicamente a palavra território vem do latim, que significa pedaço de terra apropriado. Essa terra é de estreita importância, por ser uma fragmentação do espaço onde se constroem relações tanto de base material quanto de identidade.

O conceito de território tem ganhado grande importância especialmente a partir da década de 1960, quando aparecem as primeiras abordagens mais específicas e cientificamente sistematizadas sobre o tema. Ganhando abordagens diversas, desde a Biologia, mostrando o território animal; passando pela Sociologia, abordando especialmente sua construção a partir de relações sociais; pela Antropologia, destacando sua dimensão simbólica a partir do estudo de comunidades tradicionais, pela Ciência política, destacando o território estatal; pela Economia, situando-o como base da produção; e pela Psicologia que adiciona os fatores abstratos da busca de identidade pelo indivíduo (HAESBAERT, 2009, p. 37).

A abordagem deste trabalho tem base na concepção de território, enfatizando sua materialidade e suas múltiplas dimensões. Dentro desse debate geográfico, surgiu a importância do território para os grupos excluídos, principalmente as travestis.

A partir disto foi feito uma problematização principal: quais são os espaços territorializados pelas travestis no centro da cidade de Teresina? Este problema levou a outras questões: O que leva o grupo social “travesti” a territorializar espaços no centro da cidade de

Teresina? Que motivo levaram as mesmas a essa exploração? Elas se sentem marginalizadas pela sociedade?

Realizou-se um estudo acerca do conceito de território e a sua possibilidade de consolidar-se como uma importante ferramenta de estudo, tendo como principal objetivo identificar os espaços territorializados pelas travestis no centro de Teresina – PI e o porquê das mesmas se fixarem nessas localidades.

Além disso, visamos mapear os espaços territorializados pelas travestis no centro da cidade de Teresina. Identificar o perfil do grupo excluído travestis que territorializam os espaços no centro da cidade. E descobrir elementos que atraem os grupos de travestis a se fixarem no centro da capital.

Este trabalho inicialmente assume característica de pesquisa bibliográfica, pois recorre a material já existente, dando ênfase a livros e artigos científicos. Buscou-se realizar uma revisão da literatura sobre o conceito de território, considerando especialmente as abordagens geográficas sobre o tema.

Posteriormente, realizou-se pesquisa de campo através de entrevista semiestruturada. Entrevistaram-se 30 travestis nas ruas do centro da cidade de Teresina-PI, as mesmas foram escolhidas de forma aleatória, foram feitas 5 perguntas a fim de caracterizar o seu perfil e tentar identificar quais foram os reais motivos das escolhas das mesmas por esses locais e porque da escolha da prostituição como um meio de vida, visando compreender e identificar a influência do território da prostituição das travestis em seu processo de transformação.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na perspectiva cultural o território é visto fundamentalmente como um produto de apropriação ou identidade social desse espaço. Na política é visto como um espaço de delimitação e controle, onde se exerce um determinado poder sobre esse espaço delimitado. A econômica discute o território como um produto espacial de conflitos entre as classes sociais.

Sabemos que ao longo do tempo o conceito de território é e/ou foi confundido com o conceito de espaço, e alguns autores destacam essas diferenças. Moraes (2000, p.17) destaca que enquanto o território se firma como um conceito, o espaço seria uma categoria geral de análise da geografia ou até mesmo do seu objeto. Explica isso quando diz que “do ponto de vista epistemológico, transita-se da categoria espaço ao conceito de território”.

Santos (2002, p. 247) afirma que o território é anterior ao espaço geográfico e, portanto a base material. Autores passaram anos discutindo o conceito de espaço e território, porém por volta de 1980, Raffestin (1980, p.143), afirmou que:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. [...] O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder.

Devemos destacar que a complexidade do conceito de território é tão forte que levou Milton Santos a modificar a sua concepção a respeito ao longo dos anos, especialmente em sua obra *A Natureza do Espaço*. Santos explicita que o seu conceito está bem próximo ao de Raffestin caracterizando o território como algo apropriado socialmente.

Ampliando a discussão encontramos em Haesbaert (2007) a visão de territorialidade onde afirmam que esta, além de incorporar a dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está "intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar".

Com isso a territorialidade fica entendida como um comportamento social relacionado à organização do espaço ligado a esferas de influência ou territórios nitidamente diferentes, considerados distintos e exclusivos ao menos parcialmente, por seus ocupantes.

Ainda na perspectiva da territorialidade, Soja (1993), elabora seus argumentos a partir de três elementos: senso de identidade espacial; senso de exclusividade; e compartimentação da interação humana no espaço. Sua função é de manutenção desse território, ou seja, a sua defesa garantindo um equilíbrio da natureza e da sociedade ali englobada.

Segundo Haesbaert (2007) a territorialidade pode ser expressa como materialidade e imaterialidade ou espaço vivido. O conceito de materialidade, como o próprio nome já se refere é o território material e tem como função a delimitação e configuração física do território e a dominação de determinados grupos, destacando-se grupos de exclusão, por esse espaço vivido. Esses grupos excluídos muitas vezes se apoderam de territórios poucos explorados e que possuem o respaldo de limitadas políticas públicas, imprimindo, assim, suas características e culturas àquele local escolhido.

Territorialidade com imaterialidade refere-se ao território simbólico dos indivíduos sendo este material ou imaterial. No caso do imaterial são meras construções do seu imaginário. Já a territorialidade do espaço vivido são as categorias que mesclam a territorialidade com materialidade e imaterialidade.

A materialidade das zonas periféricas esquecidas muitas vezes pelo poder público, são resgatadas pelos grupos excluídos exercendo características culturais nesses espaços vividos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A prostituição é um ato social da minoria excluída perante a sociedade, sem oportunidades, sem escolaridade, e muitas das vezes culturalmente, passado de mãe para filhas, porém suas características vêm mudando ao longo dos anos, com leis que protegem seu trabalho.

Uma primeira causa da prostituição como fato social é o excesso de riqueza e miséria; a lubricidade e incontinência são sempre companheiras da opulência e do ócio; a falta de trabalho, a pequena quantia ganha com o trabalho muitas vezes fazem da prostituição um meio de vida. [...] A pobreza é causa da prostituição por causa da imoralidade e falta de consciência dos ricos. [...] São também causa da prostituição: o celibato e a ociosidade dos mancebos descendentes de famílias opulentas e poderosas – são freqüentes os casos de filhas arrancadas das famílias e de jovens mulheres pobres, consideradas pelos ricos como um bem comum a todos seduzidas e abandonadas. A prostituição configura-se então como única saída. As desordens domésticas também, muitas vezes levam mãe e filhas para a prostituição, por terem procurado no amor de um homem a fuga das desgraças familiares causados por um pai de comportamento desregrado e libertino (MACHADO, 1978, p. 337-8).

O discurso acima relata que a prostituição através das diferenças das classes, onde sabemos que poucos têm muitos e muitos não têm nada. A concentração dessas riquezas nas mãos de poucos, faz com que haja um desequilíbrio social, a população fica ociosa sem trabalho e com isso com fome. Restando as mulheres a única oportunidade de trabalho que seria vender seu único bem, seu corpo, para escapar da fome e da miséria.

Conforme esclarece autor Fenelon (1999) entre os anos de 1930 e 1960 o Piauí era um estado que a maioria da sua população vivia na zona rural, as principais cidades que se destacavam na época eram Floriano com uma população de 9.101 habitantes, Parnaíba com 30.174 e Teresina com aproximadamente 51.418. A capital do Piauí tem seu crescimento populacional devido á economia de cera de carnaúba.

Com uma economia crescente Teresina tem um desenvolvimento rápido, no centro da cidade onde se encontravam templos religiosos, praças, bares, lojas, cinemas, mercados e clubes. As praças têm um significado importante para a população da época, elas produzem historicidades. Os lugares assim se definem, e os não-lugares pela ausência dessas características. As praças como um ponto da cidade, se constituem, com a dinâmica social e temporal, em lugares para alguns e não-lugares para outros (SANTOS, 1994).

Como a capital era jovem, e geograficamente bem posicionada no sertão nordestino, Teresina funcionava como um centro de atração para milhares de imigrantes que aqui procuravam melhores condições de vida e escapar da seca, oriundos principalmente do meio-norte (Maranhão e Piauí), e parte do Ceará. Porém ao chegar á capital esses imigrantes não

tinham oportunidades, não havia empregos suficientes e com isso a prática de prostituição foi a principal fonte de sobrevivência (NEVES, 2000).

Dornelles (1988) destaca dois tipos de prostituição em Teresina: uma praticada por mulheres casadas, donas de casa, ou moças-donzelas onde essas não tinham um lugar definido, era praticado em todas as partes da capital. A segunda eram prostitutas assumidas que viviam na zona do baixo meretrício, com isso elas tinham o seu lugar (zona) bem definido.

A Rua que se destaca como uma área boêmia e de prostituição em Teresina é a Rua Paissandu, a mesma não se encontrava no centro da capital, mas ligava o porto de Teresina ao centro da cidade, ou seja, era uma das principais vias de acesso. Tem o seu nome inicial de Rua do Pequizeiro e só posteriormente recebe o nome de Paissandu. As ruas próximas a Paissandu constituem uma zona, e com o passar dos anos a palavra Paissandu passou a significar não uma rua, mas um espaço de prostituição em Teresina. A partir de então surge o termo “descer a Paissandu” ligado a algumas mulheres que ali frequentam ou ali se instalam tornando-se mulheres da vida.

Os cabarés da Paissandu não possuíam grandes estruturas de luxo, como das grandes cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, eram construídos em bares, salões de festas, restaurantes e quartos onde as prostitutas recebiam os seus clientes. Havia uma preocupação em repassar um ambiente romântico, porém a decoração era algo modesto. Os clientes que ali frequentavam tinham a noite para esquecer os problemas, a tristeza não existia. Homens de segmentos sociais diferentes, casados e/ou solteiros, viam a noite como algo sem limites, no interior dos bordéis era regado de muito som, bebidas. Aquele cenário marcaria a memória de muitos daqueles homens, mesmo sem ser um ambiente luxuoso.

O que víamos pelas janelas abertas eram pares dançando; roletas em que os jogadores jogavam; mesas com jogadores de baralho; às vezes no salão havia cantores, mágicos e prestidigitadores. A platéia na rua em expectância. [...] Para os adultos recatados isto era despudor; sem-vergonhice, pecado. Para as crianças e os simples, um espetáculo. A maldade estava em quem a via (MONTEIRO, 1989, p.158).

A cidade de Teresina tem ao longo dos anos seu crescimento, são criados novos bairros: Vermelha, Monte Castelo, Piçarra, Mafuá, Vila Operaria, Matinha entre outros. A partir desses bairros formou-se um cinturão de prostíbulos, ligando assim todas as zonas da cidade, o cenário de pobreza e miséria era visto por todos os lugares. Na Rua Paissandu ainda se encontrava a zona da boêmia, os cabarés eram os melhores as prostitutas mais elegantes e eram frequentados pela elite de Teresina. Nos bairros da periferia os cabarés eram

paupérrimos se destacando: Palha de Arroz. Lucaia, Barroco Cajueiros, Planalto da Vermelha e Capelinha de Palha. Alguns deles abertos sem nenhum pudor deixando bem claro que era um ambiente de prostitutas, outros eram mais discretos (MONTEIRO, 1989, p. 159).

Havia também a prostituição de homossexuais, os que faziam sucesso na época eram os afeminados, coxas grossas, cabelos lisos, devendo ter a aparência bem feminina. Podemos apontar que hoje seriam denominados de Travesti.

Em entrevista concedida a Bernardo Pereira de Sá Filho em 12 de Junho de 1988, Antônio Pereira da Silva, nascido em 1934, filho de uma das mulheres da Paissandu descreveu como era a Paissandu na época:

Menino, aqui nessa Paissandu, quando era Paissandu mesmo era cheio de cabaré. Isso aí tudo era cabaré. Onde está esse prédio aí, esse colégio aí era o cabaré Alabama. Eu trabalhava lá também arrumando quarto de muié [...] Ali onde era o Armazinho São Pedro era um hotel de uma muié chamada Dulce, ela já até morreu. E lá tinha um horror de bicha que trabalhava lá, viu? Tinha eu, a Chica Pelada, a Paminu... Acho que ela já até morreu. Tinha a Marilu, tinha a Feijão. Tudo era travesti sexual, né! E tinha o Riba. Esses tudo já foram embora... Tinha o Benjamim. Era um viado bem bonito, parecia assim uma muié. Tinha assim o cabelo bem estirado, aquelas partes... As coxas dessa grossura pareciam assim uma muié. [...] Esses travesti tudinho meus colega. Lá, era cheio de hospedes, aquele pessoal de Picos que traziam aquele horror de alho e cebola pra vender. Eles chegavam lá no domingo e enchia o hotel. Quando era segunda-feira era tudo cheio. Os travestis ficavam na porta do hotel conversando de noite mais os homem; os amigos deles, né! Rapaz, eles saiam transavam; outros transavam mesmo dentro do hotel; tinha deles que tinha o quarto dentro do hotel. A dona do hotel não se importava não, não tava nem aí.

Nesse trecho da entrevista do senhor Antônio podemos perceber que naquela época já existia a comunidade travesti na Paissandu, e elas se destacavam perante as meretrizes mais feias, e eram procuradas principalmente por viajantes oriundos do Meio - Norte e do estado do Ceará. Os homossexuais tinham a facilidade de se aproximar dos hóspedes se tornando amigos e futuros clientes tinham acesso livre ao roll e aos restaurantes.

Os homossexuais começaram a sair na noite nas proximidades da Praça Saraiva e com o passar dos anos se espalharam por todo o território de prostituição de Teresina. Os homens estavam em menor quantidade, porém já começavam assim uma territorialidade dos pontos até os dias atuais.

A história da homossexualidade, a partir do século XIX é marcada por lutas e intolerância. Eram vistos como pessoas doentes, e sujeitas a punições. No Brasil não era diferente segundo Trevisan (2000) e Green (2000) “a perseguição aos homossexuais eram grande, porém quem mais sofria eram os mais afeminados e aqueles que se vestiam de mulher “travesti”. As travestis sempre foram as mais afetadas no grupo LGBT, a sociedade por preconceito exclui as travestis do cenário acadêmico, da comunidade.

Não é difícil imaginar a violência contra esse grupo de pessoas excluídas, sendo travestis e ao mesmo tempo garotas de programas simultaneamente passaram a ser vítimas dos próprios agentes da ordem. Spagnol (2001) afirma que “boa parte dos abusos sofridos pelas travestis foram causados por policiais, a transfobia era algo comum e praticado por aqueles que deveriam proteger”. As mesmas não têm proteção perante aqueles que deveriam em primeira mão ajudar, pelo simples fato da sua orientação sexual e de gênero.

Ao longo das últimas décadas a sociedade brasileira vem convivendo com o aumento da violência e da criminalidade e, nesse contexto, surgiu um elemento novo, o assassinato de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros (LGBT). Indivíduos pertencentes a um seguimento social estigmatizado passaram a figurar entre vítimas de crimes brutais e recorrentes (OLIVEIRA, 2012, pag.15).

O monitoramento da rede nacional de pessoas trans do Brasil (Rede Trans Brasil) levantou um dado assustador, somente no ano de 2017 cerca de 25 travestis foram brutalmente assassinadas em todo o Brasil.

Segundo dados fornecidos pelos Grupo Gay da Bahia (GGB), a associação mais antiga em defesa dos homossexuais e travestis do Brasil, afirmou que no ano de 2016 foram assassinados no território nacional 347 pessoas LGBT.

Nunca foram mortos tantos gays no território brasileiro, segundo a GGB o ano de 2016 foi o ano que mais morreu LGBT, e o mesmo aponta que dos 343 vítimas cerca de 42% foram as travestis aproximadamente 144 vítimas. O estado de São Paulo é o que mais mata travesti, a GGB afirma que as travestis tem 14 vezes maior de chance de serem assassinadas em relação a um gay, primeiramente pelo preconceito e também por trabalharem a noite, sozinhas, aumenta o risco de sofrer algum tipo de violência.

A comunidade LGBT a anos vem lutando por direitos e deveres e políticas públicas capazes de amparar a comunidade, tendo em vista os números alarmantes de crimes. Existia um projeto de lei em tramitação na câmara dos deputados a PLC 122/06, o texto afirmava crime resultante de atos de preconceito de gêneros e orientação sexual, porém sofreu críticas e a bancada dos conservadores composta por parlamentares religiosos conseguiram arquivado projeto no ano de 2014. Quatro anos depois o Supremo Tribunal Federal-STF debateu a criminalização da homofobia, o presidente do STF Dias Toffoli suspendeu por tempo indeterminado o processo, justificando que outros 32 processos deixaram de ser julgados enquanto se discutia a transfobia e que o STF deveria reorganizar a pauta e só então continuara a discussão. Novamente o processo foi pra gaveta.

Na maioria das vezes a travesti se “descobre” muito nova por volta dos 10 a 12 anos, e por ser diferente dos demais meninos o preconceito acontece onde se deveria ajudar, nas

escolas. Os profissionais da educação não estão preparados, à falta de informação a aceitação dos colegas de classe, a violência física e psicológica intencional e repetitiva faz com que a travesti desista da sua formação acadêmica, interrompendo a escolaridade antes mesmo de terminar o ensino fundamental, são poucas que chegam ao ensino médio e são raras as que conseguem chegar ao ensino superior.

Em entrevista realizada com uma travesti Lexia Kamilia, o bullying sofrido pelas travestis na escola não vem somente dos alunos, mas sim de toda a estrutura da escola, porteiro, merendeira, faxineira e professores. Não há uma ajuda psicológica a essas pessoas, elas não têm ajuda da família e muito menos da instituição de ensino. Lexia afirma que muitos dos seus professores tiravam “piadinhas” por conta da sua fala e do seu jeito de expressar. Imaginamos se o professor o principal indutor de respeito de uma instituição de ensino não tem o princípio de ajudar ou de respeitar um aluno que está se descobrindo ou se transformando os alunos vendo essas cenas de preconceito por parte do profissional não conseguem respeitar também.

Segundo Danie Marcelo de Jesus, professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e pesquisador das questões de gênero, a população frequentemente cria estigma e encaminha as travestis e transexuais para a prostituição. “Sem dúvida é um problema histórico. Boa parte dessas pessoas vão para este ramo porque é lá que encontram o único meio de trabalho e sobrevivência”, afirmou.

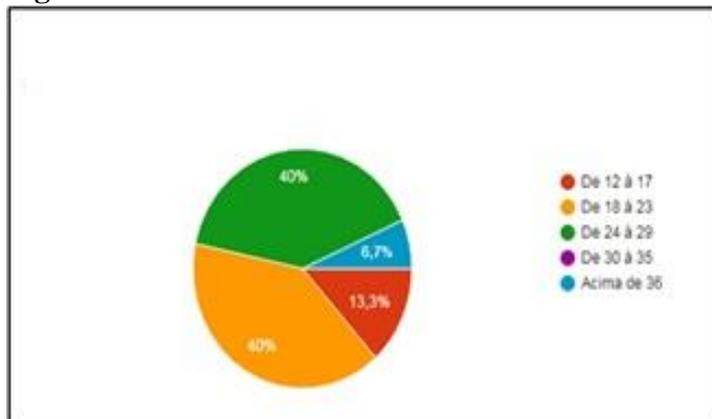
Sem família e sem educação a travesti está sozinha em uma sociedade patriarcal e preconceituosa, a falta de oportunidade e principalmente a não qualificação das mesmas, a levam para o único emprego possível, o trabalho noturno, o dinheiro “fácil” são os impulsores para a permanência das mesmas nesse ramo.

A pesquisa realizada junto à comunidade Travesti a qual foi realizada especificamente para este estudo, onde foi abordado através de entrevistas e questionários direta e também via rede social Whatsapp, utilizando do GoogleDocs para melhor facilitar a tabulação dos dados, aplicados entre os dias 04 até 14 de julho do ano 2017, foram aplicados 30 questionários no centro de Teresina com o intuito de diagnosticar um perfil das travestis no município. O formulário foi aplicado pelas redes sociais, e em campo com as travestis que se julgaram garotas de programa e que espontaneamente se disponibilizaram responder a esta pesquisa.

A zona de estudo foi o centro da cidade de Teresina, especificamente as avenidas: Frei Serafim, Avenida Miguel Rosa, Praça João Luiz Ferreira, Rua Goiás, Rua Vinte e Quatro de Janeiro e Rua Coelho Rodrigues, as entrevistadas responderam 05 perguntas na tentativa de

caracterizar os perfis, identificar os reais motivos da escolha dos locais no centro da cidade e da prostituição como um meio de vida. A Figura 1 indica a idade das entrevistadas.

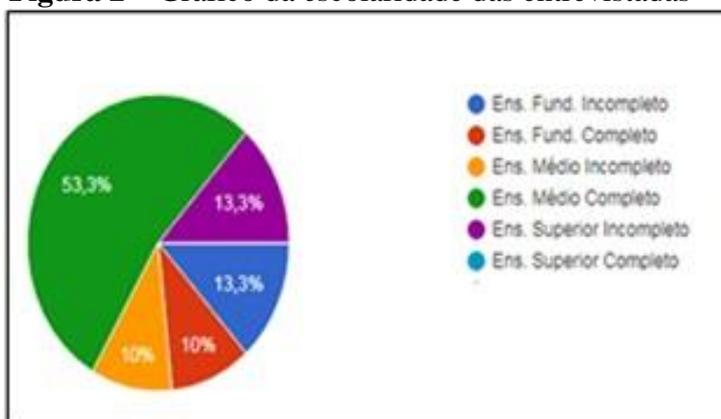
Figura 1 – Gráfico indicando a idade das entrevistadas



Fonte: Araújo (2017).

80% das entrevistadas afirmaram que possuem de 18 a 29 anos, 13% responderam que possuem de 12 a 17 anos e 6,7% responderam que possuem acima de 36 anos. Das 30 entrevistadas 24 responderam que possuem de 18 a 29 anos de idade. Questionadas sobre o grau de escolaridade as travestis afirmaram:

Figura 2 – Gráfico da escolaridade das entrevistadas

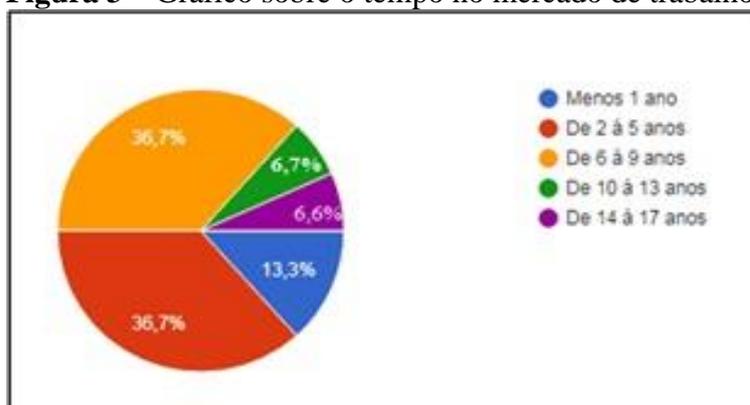


Fonte: Araújo (2017).

Encontraram-se níveis bastante variados, onde a pesquisa nos afirma que 16 pessoas possuem o ensino médio completo, em uma porcentagem de 53,3%. 6 pessoas afirmaram que possuem o ensino fundamental completo e incompleto correspondendo assim 20% do total. 13,3% das entrevistadas chegaram ao ensino superior, porém não concluíram. E somente 13,3% terminaram o ensino superior. Podemos afirmar que 86,6% dos entrevistados afirmam que não possuem o ensino completo, segundo elas a saída da escola se deu por preconceitos sofridos em sala de aula por alunos e até mesmo pelos próprios professores e funcionários.

Perguntadas sobre os motivos que levaram a profissão, assim se posicionaram de formas variadas, porem 100% responderam que estão na profissão por falta de oportunidade e necessidade, assim como por possuírem uma baixa escolaridade e por saírem muito cedo das suas casas (devido à discriminação sofrida em casa) as travestis de Teresina encontram nas ruas a única oportunidade de sobrevivência. A quarta pergunta foi referente há quanto tempo estão no mercado de trabalho.

Figura 3 – Gráfico sobre o tempo no mercado de trabalho



Fonte: Araújo (2017).

73,4% das entrevistadas responderam que estão no mercado por volta de 2 á 9 anos totalizando 22 pessoas. 13,3% das entrevistadas afirmaram que estão no ramo por volta de 18 anos. Com isso podemos afirmar que a maioria das entrevistadas entra na profissão muito nova pelo tempo de trabalho existente de cada uma.

A quinta pergunta é referente ao local de trabalho 100% correspondem a 30 entrevistadas afirmaram que a escolha do local foi baseado pela movimentação de pessoas que ali trafegam ao longo da noite. Historicamente as zonas do meretrício de Teresina nos anos 1960 até os dias atuais pouco tiveram modificação, os territórios ocupados elas travestis continuaram praticamente os mesmos nesses 58 anos.

Os territórios escolhidos pelas travestis no centro de Teresina têm como característica peculiar a pouca movimentação de carros familiares nos horários que as mesmas se encontram no local, há uma pequena circulação de pessoas saindo do trabalho e passando por esses locais, tendo assim uma visibilidade dos seus clientes.

As travestis se apropriam de um determinado espaço do centro urbano por um determinado tempo, elas conseguem impor condutas consensuais no grupo, e dessa forma, instituem os territórios da prostituição travesti. Para Sousa (2002) o território é constituído na delimitação e apropriação do espaço. A apropriação desse território por esse grupo de pessoas se dá pela falta de oportunidade que a sociedade as rouba desde muito cedo como

consequência da discriminação e preconceito e a prostituição se dá como único meio de sobrevivência.

CONCLUSÃO

Este trabalho trouxe como proposta fomentar a reflexão sobre a relação entre território e prostituição das travestis do centro da cidade de Teresina. Nesta relação o território, constitui-se como um dos elementos, tanto relacionado ao aprendizado do comportamento, forjando um indivíduo que não deve ser ingênuo, mas sim corajoso, perante a sociedade. Foi observado nesse trabalho que a prostituição tornou-se, por motivos históricos, um elemento definidor da identidade das travestis. Nesse sentido, consideramos que esta identidade ultrapassou o campo das identidades sexuais ou de gênero, se tornando também uma identidade profissional. É evidente que não podemos reificar a associação entre travestis e prostituição, mas ao mesmo tempo não podemos deixar de considerar que a ocupação deste campo de trabalho pelas travestis por falta de oportunidades acabou por ter consequências importantes sobre sua constituição identitária.

O ser travesti é lutar a cada dia por respeito, e por políticas públicas que assegurem o seu trabalho, e a sua pessoa. Elas estão à margem de uma sociedade que não vê as mesmas como pessoas, e sim como objetos sexuais.

Foi possível com esse trabalho compreender os reais motivos que levaram as travestis a prostituição, e montar um perfil com as suas características que são: 80% tem idade de 18 à 19 anos, 53% possui apenas o ensino médio completo, 80% estão nessa profissão por falta de oportunidade e necessidade, 73,4% se encontram nessa profissão por volta de 2 à 9 anos, e 100% afirmaram que escolheram esses locais pela quantidade de pessoas que passam nas avenidas ao longo da noite.

Os territórios escolhidos por elas têm uma característica comum, são grandes avenidas, com uma movimentação constante de pessoas durante a noite, facilitando a visualização das mesmas no decorrer das avenidas. As travestis se apropriam de um determinado espaço do centro urbano por um determinado tempo, elas conseguem impor condutas consensuais no grupo, e dessa forma, instituem os territórios da prostituição travesti. Para Sousa (2002) o território é constituído na delimitação e apropriação do espaço. A apropriação desse território por esse grupo de pessoas se dá pela falta de poder do estado, nessa área e uma formação cultural imposta por esse grupo ao longo da sua história.

REFERÊNCIAS

- HAESBART, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" a multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- _____. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, n.17, p.19-46, 2007.
- KULICK, Don. **Travesti: prostituição, gênero e cultura no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz: 2008.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993.
- SANTOS, M. P. dos; PAULINO, M. M. **Inclusão em Educação: culturas, políticas e práticas.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- TORRES, M. A. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na Escola.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto, MG: UFOP, 2013.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: HUCITEC, 1996.
- _____. O retorno do território. *In*: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L.; (Org.). **Território: globalização e fragmentação.** São Paulo: HUCITEC, 1994.
- _____. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: HUCITEC, 1978.
- SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- SILVA, Hélio R. S. **Travestis: entre o espelho e a rua.** Rio de Janeiro, Rocco: 2007.



IV SEMINÁRIO REGIONAL DE COMÉRCIO, CONSUMO E CULTURA NAS CIDADES

Teresina – PI, 12 a 14 de junho de 2019

COMERCIALIZAÇÃO NOS SERTÕES DO PIAUÍ: um panorama dos fluxos e dinamismo urbano e regional a partir de uma Cidade de Comando Regional Piauiense

Juscelino Gomes Lima¹

Resumo: No presente texto, apresentamos um panorama, de como diferentes fluxos – populacionais e financeiros, tem influído para uma forte organização urbano e regional, no contexto espacial, de localização e influências, da cidade de Picos/PI. Tais condições, são pautadas, por e a partir de seu amplo, diversificado e estratégico conjunto comercial e de serviços. Dois caminhos metodológicos, orientam para os resultados desta pesquisa: um de análise, entre diferentes dados primários e secundários e outro, a tomada da conceituação de Cidades de Comando Regional, com vistas à interpretação dos papéis e importância regional adquiridos por Picos/PI. Resultam deste dinamismo, o posicionamento daquela cidade, enquanto uma Área Urbana Funcional. Além disso, fortes transformações, em seu interurbano, sobretudo, no que diz respeito, ao uso do solo urbano. O ideal de comando regional, é fortalecido e justificado, pela forte mobilidade de pessoas e aportes financeiros, cuja consequência, tem sido da promoção de uma importante integração regional.

Palavras-chave: Economia Regional. Fluxos. Picos

INTRODUÇÃO

A localização de Picos, na ambiência dos sertões Leste piauiense, conta como importante fator, apesar de não único, para sua centralidade, bem como capacidade de comando regional. Estamos falando de uma cidade, que é qualificada, como o segundo maior entroncamento rodoviário do Nordeste, onde migram diariamente, um amplo fluxo de pessoas, mercadorias e investimentos.

Paralelo a esta constatação, tal cidade, se caracteriza, como uma espécie de “guarda-chuva”, pois, abriga um amplo número de comércios e atividades comerciais e serviços, distribuídos entre setores públicos e privados, que oferecem mercadorias e prestação de serviços, os mais variados possíveis, a um amplo número de pessoas, de origens diversas, atendendo assim, inúmeras demandas, muitas das quais, só estariam satisfeitas, se deslocassem à capital do estado, cuja distância mínima é de 300 km.

Nesse contexto, é estabelecido sobre Picos, importantes transformações, onde a maioria são recentes, acumuladas e desiguais, cujas condições, tal qual, as que marcam a trajetória de evolução, das conhecidas cidades médias brasileiras, foram pautadas por “transformações, que historicamente se deram, permitindo a estruturação do modo de

¹ Doutor em Desenvolvimento Regional, pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.
geocelino@hotmail.com.

produção capitalista constituem consequências contundentes do próprio processo de urbanização” (SPOSITO, 2001, p. 30).

É a partir destes fatos, que apresentamos um panorama, de como diferentes fluxos – populacionais e financeiros, tem influído para uma forte organização urbano e regional, no contexto espacial, de localização e influências, da cidade de Picos/PI, pautadas, por e a partir de seu amplo, diversificado e estratégico conjunto comercial e de serviços.

Colaboram nessa perspectiva dois caminhos metodológicos: um de análise, entre diferentes dados primários e secundários e outro, a tomada da conceituação de Cidades de Comando Regional, com vistas à interpretação dos papeis e importância regional adquiridos por Picos/PI.

Resultam deste dinamismo, o posicionamento daquela cidade, enquanto uma Área Urbana Funcional. Além disso, fortes transformações, em seu interurbano, sobretudo, o que diz respeito, ao uso do solo urbano. O ideal de comando regional, é fortalecido e justificado, pela forte mobilidade de pessoas e aportes financeiros, cuja consequência, tem sido da promoção de uma importante integração regional.

PICOS/PI PARA ALÉM DOS NÚMEROS: DA QUANTIDADE ÀS SUAS QUALIDADES URBANO REGIONAIS

A cidade de Picos/PI, situada no Sudeste piauiense, mais particularmente, nos recortes do semiárido Leste do estado, está distante 307 km da cidade de Teresina, capital do Piauí. A localização em um espaço geoambiental sertanejo, rende à aquela cidade, bem como, ao conjunto de 55 outras cidades, que estão sob sua polarização regional, do ponto de vista e conteúdo paisagístico, distinção ímpar, quando comparada à capital Teresina.

Tal distinção, é marcada sobretudo, pela vigência anual secas, marca registrada dos sertões, onde por um lado, causa desconforto térmico e agruras sociais graves, por outro, permite um expressivo dinamismo produtivo, oriundo dos Arranjos Produtivos Locais – APL’s do caju e apícola. Em termos demográficos, a estimativa populacional de Picos, para o ano de 2018, era de 78.002 habitantes (IBGE, 2018).

Tomando sua localização, como referência, enquanto ponto de partida de apresentação, é importante lembrar que a mesma também influencia a sua centralidade urbana, seja no contexto interurbano, como também na escala interregional.

Essa condição, se faz alicerçada pelo amplo cabedal de atividades comerciais e de serviços que apresenta, abastecendo e atendendo uma grande quantidade de municípios do Piauí, notadamente, os localizados em sua região de influências e comando, além também, de

outros estados nordestinos, que distam no máximo 200 km, como é o caso de Parambu (CE) e Araripina (PE).

Essas atividades comerciais, se fazem representadas, por um amplo quantitativo de lojas, de diversos ramos, bem como de supermercados e de franquias, muitas das quais, de origens externas à cidade. As redes de serviços são múltiplas e variadas, com destaque, nos ramos de saúde, representadas pelo conjunto de clínicas privadas, em diversas especialidades. Complementa esse quadro, o setor educacional, que em nível de sistema básico educacional e de nível superior, são representados por diferentes instituições particulares e públicas.

Visualiza-se ainda a presença de novos equipamentos de consumo – *shopping*, *boutiques*, centros empresariais, clínicas de diversas especialidades, centros/lojas de compras de artefatos de luxos, bem como representações de marcas estrangeiras, até então concentradas na capital do estado e ou importantes centros metropolitanos. Estas condições, tem decisivamente remodelado comportamentos e culturas de consumo.

Dão motivos para o frenesi de transformações, que perpassam sobre a cidade de Picos, as fortes mobilidades, particularmente, as de ordem pendular, que interferem na dinâmica intraurbana. Estas são incessantes, de modo que, para fins de exemplificação, que em um espaço de uma semana, de efetivo funcionamento dos comércios e serviços (segunda a sábado), mais particularmente, entre o final de cada mês e os dez primeiros dias do mês seguinte, chegam à cidade, diariamente, entre cinco a seis mil pessoas.

Numa estimativa preliminar, considerando o movimento diário em uma semana, equivale a quase metade da população urbana fixa. Os dados da Tabela 1 encaminham para visualização de quais dinâmicas espaciais, nos sertões piauienses, estamos falando.

Tabela 1 – Picos: mobilidade e transportes no território regional

Picos – Mobilidade e transportes no território regional	
Quantitativos e características Gerais	
▪	130 linhas transportes alternativos;
▪	14 empresas intermunicipais;
▪	4 empresas intermunicipal/inter-regional;
▪	Aproximadamente 200 veículos clandestinos;
▪	Semanalmente recebe uma população 20-40 mil pessoas.

Fonte: Secretaria de Trânsito da Prefeitura de Picos e COOCAVEPI (2018).

Esse quantitativo se refere ao transporte de passageiros de cidades polarizadas por Picos, executado por transportes alternativos, que oficialmente associados à Cooperativa dos Condutores Autônomos de Veículos da Região de Picos (COOCAVEPI), compondo um total

de 130 linhas. Escapam desta contagem, linhas de ônibus fixas, de serviços tanto intermunicipal, quanto interestadual, elencadas em 18 empresas.

Agregam mobilidade à cidade ainda os transportes clandestinos e de particulares. Mencionar-se que na cidade há um aeroporto que comporta monomotores e no momento, cujas atividades iniciadas em 2015, foram suspensas, no ano de 2017, cujos trechos eram entre as cidades de Teresina e São Raimundo Nonato, com empresa especializada.

Como se percebe, o frenesi de mobilidades sobre esta cidade é notório, fato que lhe faz agregada à perspectiva de cidades com características de forte centralidade funcional. É nessa conjuntura, que cabe a discussão sobre Áreas Urbanas Funcionais (FUAs), notadamente, no bojo das transformações sitiadas no espaço regional, é regida pela forte sinergia com a noção conceitual de rede urbana, pois, ambos:

[...] auxiliam na análise da dimensão territorial da divisão do trabalho e dos processos de interação socioespacial e das inter-relações entre as cidades de uma dada região ao possibilitarem uma melhor identificação e entendimento das configurações, das características e dos conteúdos de alguns dos principais fluxos que circulam no território regional, como os fluxos pendulares, de produtos, insumos e de capital. Permitem igualmente, verificar os diferentes níveis de centralidade urbana existentes, as inter-relações entre as cidades e identificar as suas áreas de influência no território regional (SILVEIRA *et al.*, 2017, p.187).

Presumidamente, as Áreas Urbanas Funcionais (FUAs) são constituídas pelas cidades com menor centralidade e pelas áreas rurais que funcionalmente são polarizadas por cidades com maior grau de centralidade urbana, como as cidades médias e metrópoles regionais, cuja área de influência constitui uma dada FUA.

As cidades que representam os núcleos principais das FUAs são ‘elementos’ conectores, dentro de diferentes quadros territoriais. São uma espécie de empório regional, com amplos quadros de negócios, comércios e serviços, que atraem anualmente, avolumados investimentos e negociadores, que enxergam em tais cidades, um espaço estratégico, de fácil reprodução da mais valia, já saturados nos grandes centros urbanos.

A partir de Picos, temos, portanto, uma peculiar situação, marcada por variedades, em um quadro regional, fora do contexto metropolitano: uma cidade que consegue ser referência dentro de seu quadro regional, a partir do abrigo de um cabedal de comércios e serviços que atendem parcelas amplas de um conjunto populacional, de origens diversas e com anseios em comum. A referida cidade, se conforma como um “polo de atração” de investimentos desterritorializados.

Mais ainda: esta cidade sertaneja piauiense, se configura como uma “bacia” de empregos, para uma demanda social, para além de suas fronteiras. É conectada por diferentes

mobilidades e fluxos, a partir de estradas urbanas e rurais, por onde transitam pessoas, mercadorias, serviços, investimentos, enfim, uma fluidez de condições que justificam as transformações no formato territorial da mesma.

Agrega valor nesse sentido, os diferentes usos da terra urbana, com fins capitalísticos, muito dos quais, segregadores, além da transformação da paisagem e do conteúdo espacial, fatos que também se rebatem na organização interurbanas das cidades polarizadas.

Essas características e atributos, revelam igualmente, a importância que a cidade de Picos possui e desempenha, na dinâmica de organização e funcionamento, da rede urbana regional e estadual do Piauí, contribuindo para uma organização mais policêntrica da rede urbana. Estes fatos, quando processados em conjunto, direcionam uma nova lógica de reestruturação da rede urbana estadual, regional e nacional.

Falar de Picos, é lembrar que seus papéis e determinações regionais, a faz participar do seleto grupo de cidades, denominadas enquanto médias, intermédias e ou intermediárias. Sabendo o quão é complexo e acalorado debate sobre as mesmas, é tomado como referência, no contexto desta pesquisa, uma alternativa proposta denominal e conceitual, sobre aquele agrupamento de cidades, consagrada como Cidades de Comando Regional, que são:

todas e quaisquer cidades, independente de seus tamanhos, mas dotadas de capacidades produtivas, com funcionalidades diversas e inseridas dentro dos diferentes circuitos de investimentos capitais, tomando por base, suas potencialidades regionais e respaldadas, por diferentes interações espaciais, responsáveis para processos de integração e/ou desenvolvimento regional (LIMA; SILVEIRA, 2017, p. 25).

Picos, nesses termos, se apresenta como uma Cidade de Comando Regional Piauiense. Ao que parece, esta proposta conceitual tenta não abarcar apenas, as dimensões populacionais, econômicas e produtivas, conhecidas e reptidas, em diferentes literaturas e autores, mas também e sobretudo, a capacidade de representação regional.

O diferencial está em poder perceber que o vetor regional aparece explícito, atestando a ideologia de que não existem cidades sem regiões e vice-versa e particularmente, suas funcionalidades, determinações e papéis que dialogam em diferentes escalas do território e mundo.

Além disso, o ideal de interações espaciais, pressuposto indispensável ao reconhecimento, das regiões funcionais e assim também, suas principais cidades, aparece, destacando a necessidade de explicitar não só a região, mas sobretudo, os relacionamentos que as cidades promovem, visto que, a dinâmica do capitalismo desterritorializado, é

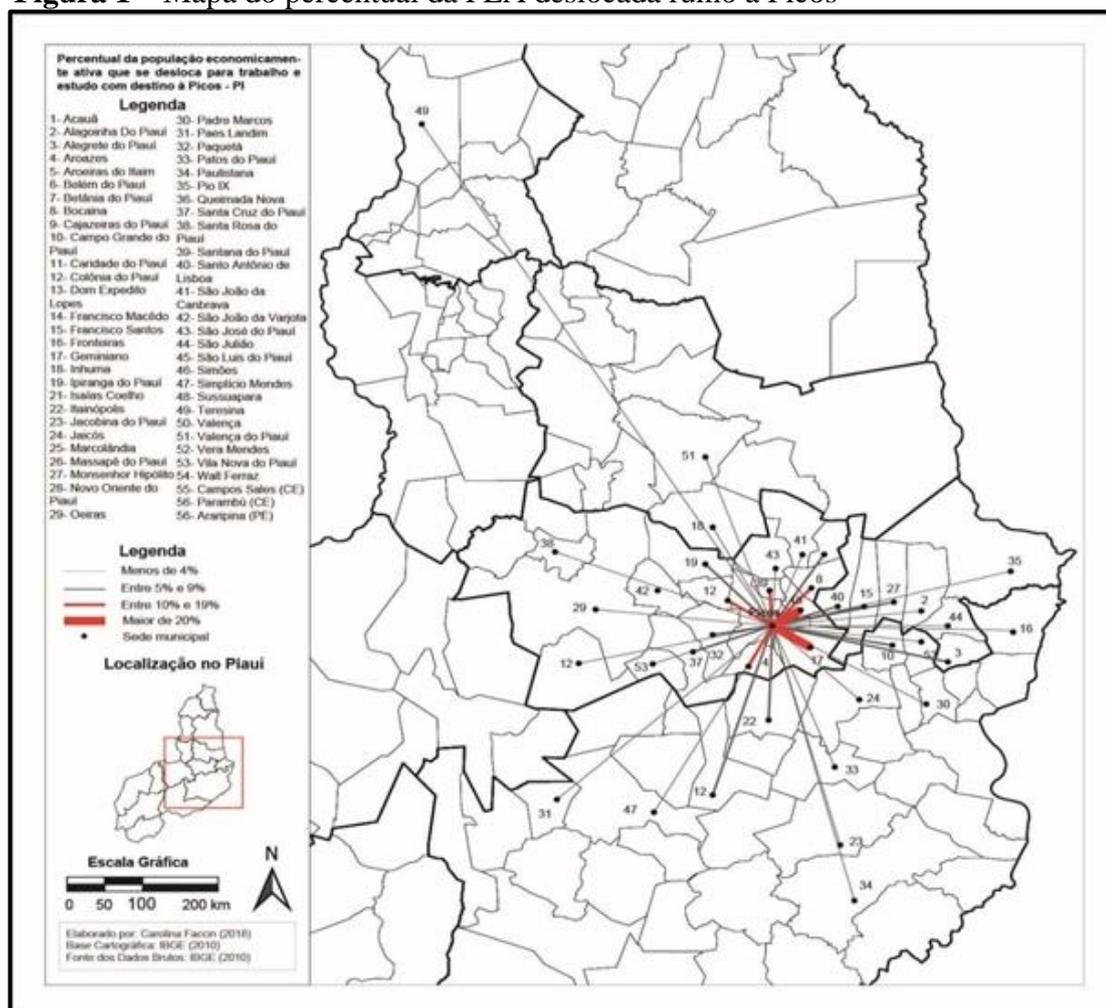
alimentado pela incessante busca por novos espaços com potenciais à exploração, entre os diferentes investimentos, renovadores das formas espaciais inter e intra urbanas e regionais.

PICOS/PI E O DINAMISMO URBANO REGIONAL: UMA LEITURA DOS DIFERENTES FLUXOS

Outros motivos alimentam a ciranda de fluxos populacionais, rumo a Picos. Contribui decisivamente nesse sentido, os deslocamentos em função de trabalho e estudos. A tomada destes dois motivos são capazes de explicar e justificar também, por meio das fortes mobilidades populacionais, as diferentes capacidades geradoras, seja da integração regional, como também, da reafirmação enquanto uma Área Urbana Funcional (FUA).

A Figura 1 nos traz amostragem do poder centralizador de Picos, em seu contexto regional. É perceptível o forte potencial e capacidade polarização e nesse interim, de comando regional, a partir dos fatores, já anteriormente citados.

Figura 1 – Mapa do percentual da PEA deslocada rumo a Picos



Fonte: IBGE (2010).

Espacialmente, no contexto regional, há uma dinamização em curso. A existência dos diferentes fluxos, capitaneiam condições, para uma forte comercialização nos sertões do Piauí. Presenciamos dessa forma, circunstâncias para a integração, difusão e centralização dos fluxos no território regional de Picos.

É consagrado nesse contexto, a continuidade de dinâmicos processos de reestruturação, tal qual se processam, em menor e ou maior grau, nas ditas cidades médias, assim como também, sobre aquela cidade sertaneja piauiense, cuja principal marca, entre ambas, é o fato de serem resultantes das “mudanças recentes da economia e das práticas sociais, quer no que se refere a novas formas de produção industrial, quer no que se refere a novas formas de distribuição e consumo” (SPOSITO, 2004, p. 261).

São estas condições, que dialogam com a perspectiva das Horizontalidades e Verticalidades, encontrada em Santos (1994), apontadas no sub-tópico anterior e que dão suporte a discussão aqui análise. Com isso, cabe complementar, que amplia o leque dos processos de comercialização e giro econômico regional em Picos, sua importante feira livre.

O referido espaço, caracterizado e segmentado por diferentes territorialidades comerciais, é consagrado como uma das maiores do Nordeste brasileiro. Sua importância, não somente local, mas sobretudo regional se dá, mediante o “consórcio” estabelecido entre as diferentes redes de lojas e serviços, que no intraurbano de Picos, ainda são fortemente centralizadas, de modo que, entre ambas, a concorrência não é mensurada, uma vez que “ as horizontalidades serão os domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial” (SANTOS, 2002, p. 16).

O impacto dos fluxos no contexto de Picos condiciona não só o direcionamento de expansão da sua malha urbana, como também, da emergência ou ainda, da falência, das diferentes funcionalidades, contidas, seja numa avenida/rua ou mesmo, em um mesmo bairro.

Este fato, é marcadamente resultante, dos processos sociais e econômicos, dos quais há destaque para o da coesão espacial e as áreas especializadas no espaço urbano. Sendo um dos aspectos que marcam estes processos, tal condição e seu conjunto “atuam ao longo do tempo e que permitem localizações e realocações e permanência de atividades e população sobre o espaço urbano” (CORRÊA, 1995, p.122).

Partindo do ponto de vista empírico, a dinamização da terra urbana em Picos, se dá sobretudo, em seu centro comercial, particularmente, entre diferentes avenidas e ruas, que se fazem especializadas, por meio de diferentes fixos: clínicas, hospitais particulares, rede de lojas especializadas, em artigos do lar.

Em uma das avenidas, que é a principal “artéria”, que drena os constantes *inputs* e *outputs*, de fluxos populacionais, para o restante da cidade e entre as cidades, da região de influência de Picos (BR 230 – a Transamazônica), por meio de grandes fluxos automotivos, é especializada, em sediar, oficinas mecânicas e lojas de peças e serviços automotores.

Outras constatações, ainda nesse sentido, são as que se ramificam, em diferentes situações, a exemplo do fortalecimento do circuito inferior da economia. Contam ainda, problemas no interior da cidade, como as dificuldades de mobilidade interna, ampliadas pelas insuficientes infraestruturas e incapacidade de planejamento urbano, dada a realidade de transformações, bem como a desigualdade no acesso à moradia, entre outros.

Resulta desse frenesi, de forma continuada e dinâmica, nas escalas inter e intra urbana, a forte transformação da “cultura interiorana” que é rompida pela chegada de modismos e consumismos das grandes cidades. Contam decisivamente para tal, a instalação de lojas de departamento, além de franquias, em diferentes modalidades, de serviços, até então, não existentes na cidade, ambos reforçados pela existência dos dois shoppings, com seus respectivos atrativos de consumo.

Exemplifica essa realidade, marcas âncoras, de alcance nacional, cuja extensão, se dá, por meio de franquias, de forma ampliada, no território nacional, além também, de lojas satélites, em que seus alcances são regionais e ou locais. Dessa forma, em termos de alcance nacional, cabe menção às Americanas, Le Biscuit, Honda, Toyota, Subway, Bob’s, entre outros. Em nível regional, cujas sedes, em sua maioria, são na capital Teresina, cabe destaque, Lojas Noroeste, Paraíba, além claro, das forças empresariais locais, nos mais diferentes ramos e segmentos, comerciais e de serviços.

Um detalhe interessante, cabe ressaltar: ainda que as diferentes empresas, com alcances diferenciados, sejam concorrentes, entre si, percebemos que há uma complementação entre ambas, no que se refere a opções de consumo, conforme a capacidade de renda das pessoas/ famílias. Assim, as empresas locais, tendem a ser concentradas, no centro. As franquias, de abrangência nacional, têm nos shoppings, seus territórios de atuação.

Tal fato cria diferentes territorialidades do consumo em Picos, fato que diz respeito ao valor final de um dado produto, cujo custos, para quem os revende, são reflexos de uma série de agregados: o valor do aluguel de sua localização; que público específico é objetivado, conforme sua renda e poder de consumo, fatos reforçados pelo discurso da segurança, espaços de amenidades e qualidades dos produtos, cujas marcas falam por si só.

Esse contexto de condições reforça o valor do termo interação. Seu plural, quando associado aos espaços urbanos, revela de forma clara, que o elo de ligação e também, de comando regional, se faz mediado pela existência de um “amplo e complexo conjunto de deslocamento de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico (CORRÊA, 2010, p. 279).

Entendemos essencial nessa perspectiva, o conjunto de relações, que são estabelecidas no espaço regional, a partir de uma específica cidade, que se torna referência, ou melhor dizendo, com capacidade de comando regional, para um amplo quadro de outras cidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância adquirida por Picos, regionalmente falando, é reforçada por um amplo quadro fluxos materiais, imateriais, bem como populacionais, no formato transeunte, que desde os anos de 1990, se fazem desterritorializados, no território nacional. O alcance, intensidade e duração destes fluxos, conseguem ser reveladores, dos potenciais regionais, adquiridos pelas ditas cidades de Comando Regional.

A construção das diferentes relações, ou melhor dizendo, interações, entre estas cidades e seu contexto regional, como é caso de Picos, são materializadas espacialmente, por e a partir de diferentes caminhos/estradas, onde se hierarquizam, regionalmente. Tal condição, se dá, entre os centros urbanos e seus respectivos, espaços rurais.

Resulta desta renovada hierarquização, sobre as populações não urbanas, rápidas mudanças, nos padrões e comportamentos, sobretudo, as que são influenciadas pelos diferenciados e renovados quadros de consumo, fato responsável pelas constantes mudanças e permanências em suas rotinas diárias.

Temos que, entre os espaços urbanos e rurais, comandados regionalmente por Picos, motivos em comum, que os fazem articulados e em constante interação: comercialização, negociação, circulação e trocas dos mais diversificados bens, mercadorias e ou serviços, instigados pelas diferentes demandas populacionais, bem como também, intermediação dos sistemas de comunicação e informação, que agem de forma estratégica, entre os diferentes locais e públicos, que os consomem diariamente.

Pensando assim, entendemos que cada recorte regional é único e com dinâmicas próprias, fatos que explicam seus conteúdos, seus diferentes usos e suas correlações de forças, nas dimensões econômicas e produtivas, com o território nacional e mundo. A capacidade de articulação interna na região, a partir de uma ou mais cidades, com outras, considerando suas particularidades, reflete a funcionalidade não apenas regional, mas também urbana.

Temos então, palavras chave, que explicam e justificam, os fortes quadros de transformações na ordem urbana, que por tendência, marcam o que entendemos por Cidades de Comando Regional: sua capacidade de polarização, em específicos recortes regionais – nós, fluxos, sinergias, ligações.

O encadeamento destas qualidades, se mostra presente, no contexto da realidade urbana de Picos, uma vez que a mesma, está interconectada por rodovias federais, estaduais e uma multiplicidade de caminhos que conectam, o rural com o urbano, revelando assim uma forte capacidade de integração, em seu contexto regional

Nestes termos, Picos se destaca, como importante centro conector, cuja força atrativa é o seu conjunto de comércio e serviços, que quando associado à presença de instituições, de funcionalidade técnica e burocrática, voltadas a diferentes demandas, justificam o amplo volume migratório, dentro do quadro regional em análise.

REFERÊNCIAS

IBGE. Estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em:

<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas>. Acesso em: 11 dez. 2018.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

_____. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

LIMA, J. G.; SILVEIRA, R. L. L da. Cidades médias brasileiras a partir de um novo olhar denominacional e conceitual: Cidades de Comando Regional. **Desenvolvimento em Questão**, n. 42, jan./mar., 2018.

PICOS. Prefeitura Municipal de. **Cooperativa dos Condutores Autônomos de Veículos da Região de Picos** (COOCAVEPI), 2018.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SILVEIRA, R. L. L.; BRANDT, G. B. , FACCIN, C. R. , SILVEIRA, L. L. , KUMMER, D. C. . Policentrismo, Áreas Urbanas Funcionais (FUAs) e Dinâmica Territorial: Um estudo exploratório desde a região do Vale do Rio Pardo - RS - Brasil. *In: Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 22, 2017, p. 184-217.

SPOSITO, M. da E. B. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo**. 2004. Tese (Livre Docência em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2004.



IV SEMINÁRIO REGIONAL DE COMÉRCIO, CONSUMO E CULTURA NAS CIDADES

Teresina – PI, 12 a 14 de junho de 2019

CRÍTICA À ECONOMIA POLÍTICA DO ESPAÇO DE SOBRAL (CE): o eixo terciário Monsenhor Aloísio Pinto

Francisco Clébio Rodrigues Lopes¹

Resumo: As paisagens urbanas mudam constantemente, algo tão dinâmico que parece natural e espontâneo, porém é preciso problematizar e superar o fenomenológico. Desse modo, o objetivo principal deste trabalho é realizar uma crítica à economia política do espaço de Sobral (CE) a partir de um estudo sobre o eixo de comércio e serviços Monsenhor Aloísio Pinto. Pesquisa bibliográfica, trabalho de campo e levantamento de dados estatísticos foram os procedimentos metodológicos utilizados. A conclusão parcial é a existência de uma racionalidade mundial que direciona as políticas urbanas para a competição interurbana e o crescimento econômico. Na cidade em estudo, a Prefeitura Municipal desenvolveu um programa de desenvolvimento econômico, contudo tornou-se alvo de denúncias do Ministério Público Estadual em virtude de irregularidades. Além disso, há uma clara privatização do patrimônio fundiário municipal por parte das empresas beneficiadas.

Palavras-chave: Urbanização. Comércio. Desenvolvimento Urbano. Cidade.

INTRODUÇÃO

O papel do comércio na economia burguesa é algo bem resolvido na literatura marxista visto que a sua função de momento particular do investimento capitalista em geral e a ausência de produção de um valor novo não ofuscam a sua importância na valorização. A relação desse setor na estruturação do espaço também possui certa densidade, especialmente na geografia, pois a sua associação com a construção civil mediante a produção de novos lugares de troca possibilita frentes de investigação aos estudos sobre a cidade contemporânea.

A ideia de crítica à economia política do espaço advém de uma perspectiva de ruptura com os estudos que buscam descrever, enumerar e classificar os objetos no espaço. Assim, a crítica ilumina uma teia de relações que mostram a cidade capturada e encerrada “no curso de um processo onde a lógica característica e fundante do mundo das mercadorias, e as concepções que a norteiam, se estende ao espaço” (MARTINS, 2001 p. 24).

Face à importância dessa discussão, este artigo parte de uma análise sobre a formação de um eixo comercial em Sobral, que aparece como desdobramento da área central em virtude da sua proximidade com o Centro. No entanto, a avenida Monsenhor Aloísio Pinto compõe um loteamento criado no interior de uma política municipal extremamente agressiva de atração de investimentos para o município. Nesse sentido, temos como objetivo ultrapassar o plano da forma e desvendar as estratégias de desenvolvimento urbano no município cearense

¹ Professor Adjunto do curso de Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú, E-mail: clebiolopes@yahoo.com.br

em estudo. Dentre os procedimentos metodológicos, realizamos pesquisa bibliográfica, visitas a campo, coleta de dados estatísticos em órgãos públicos e mapeamento.

O presente texto está dividido em quatro seções: a segunda – após esta introdução, localiza a situação geográfica de Sobral, ou seja, a sua função de centralidade mais relevante no noroeste cearense; a terceira apresenta um conjunto de relações e correlações em diferentes escalas que possibilitam compreender a lógica do planejamento urbano na cidade estudada; seguem-se as considerações finais, constituintes do último segmento.

A CENTRALIDADE DA CIDADE DE SOBRAL

A nossa concepção de centralidade advém de Lefebvre (2000), conta ainda com as contribuições de Carlos (2001) e Sposito (2013). Assim, o movimento é dialético porque tende a centralização máxima daquilo que coexiste no espaço com a produção simultânea de áreas periféricas e subordinadas. O estudo da centralidade urbana não é algo fácil porque ela não é, “propriamente, concreta; não pode ser vista numa imagem de satélite; é difícil de ser representada cartograficamente, por meio de delimitação de um setor da cidade; não aparece desenhada no cadastro municipal ou no plano diretor das cidades [...]” (SPÓSITO, 2013, p. 73). Além disso, a análise exige uma compreensão espaço-temporal da relação centro-periferia já que Sobral é centro do interior cearense e periferia da capital do estado.

Sobral localiza-se no noroeste do estado, possui população de duzentos mil habitantes e PIB de R\$ 4 bilhões, o maior do interior do Ceará. A concentração de unidades de saúde (Hospital do Coração e Hospital Regional do Norte), instituições de ensino (Universidade Estadual Vale do Acaraú, Universidade Federal do Ceará, Instituto Federal do Ceará, Centro Universitário UNINTA e Faculdade Luciano Feijão), estabelecimentos comerciais e de serviço gera influência sobre uma população de 693.429 habitantes, distribuída em vinte e nove municípios¹ que correspondem a uma área de vinte e dois mil km² (IBGE, 2010).

A distância de 235 km de Fortaleza e a fraca centralidade da capital durante o período colonial propiciaram certa autonomia à Sobral. A antiga Vila Caiçara garantiu posição de entreposto nas rotas da pecuária pelo interior nordestino, pois as conexões terrestres permitiam o escoamento do gado e as marítimas através dos portos de Acaraú e Camocim traziam as manufaturas, que eram distribuídas para os fazendeiros ricos da região.

² Sobral, Alcântaras, Bela Cruz, Cariré, Coreaú, Forquilha, Frecheirinha, Graça, Groaíras, Hidrolândia, Ibiapina, Ipueiras, Marco, Martinópolis, Massapê, Meruoca, Moraújo, Morrinhos, Mucambo, Pacujá, Reriutaba, Santana do Acaraú, Santa Quitéria, Senador Sá, Tianguá, Ubajara, Uruoca, Varjota e Viçosa do Ceará (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2018).

À medida que Fortaleza concentrava as instituições político-administrativas, as infraestruturas e o capital, Sobral perdia parte do seu poder de atração na rede urbana cearense. As secas do final do século XIX e primeira metade do século XX também liquidaram com a economia sobralense, pois os frágeis sistemas técnicos presentes na agropecuária não suportavam os longos meses de estiagem. Salienta-se que a ascensão e a crise dos locais dependem das oscilações na economia mundial, portanto as vantagens locais na produção e distribuição da riqueza mundial mudam de tempos em tempos.

Assim, a cidade teve uma rápida ascensão no final do século XIX em virtude da produção algodoeira o que teve repercussão na produção do seu espaço urbano com melhoria do arruamento, embelezamento de praças e construção de casario nos moldes europeus. Além disso, usinas de beneficiamento de algodão e pequenas indústrias artesanais de facas, calçados e artefatos de couro prosperaram nesse período e dinamizaram o comércio com o estabelecimento de relações com várias cidades do país (JÚNIOR, 2010).

No entanto, o início do século XX é marcado pela revolução burguesa (FERNANDES, 2006) no Brasil com a produção de uma estrutura centro-periferia, cuja área *core* era a cidade de São Paulo. De acordo com Mandel (1982), a relação entre as regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas no interior dos países capitalistas industrializados é semelhante ao relacionamento entre nações imperialistas e Estados periféricos. Ou seja, a diferença de produtividade entre a agricultura e a indústria gera intercâmbio desigual com transferência constante de valor da periferia para o centro no interior do mesmo Estado capitalista.

Para interiorizar essa estrutura de trocas desiguais foi necessário centralizar e concentrar o capital num ponto do país em detrimento da destruição das economias regionais. A constituição de um centro exigiu mecanismos políticos-institucionais como a construção de estradas de rodagem, que tornaram fisicamente possível a circulação nacional das mercadorias produzidas na “região de São Paulo”, e a extinção das barreiras alfandegárias existentes entre os estados mediante a abolição da capacidade que detinha cada estado de legislar sobre o comércio exterior e a instituição de um Imposto de Consumo sobre todos os produtos produzidos no país (OLIVEIRA, 2008). Tal política contribuiu com a crise da indústria em Sobral, que não conseguiu competir em preço e qualidade com o novo polo industrial do país.

A revitalização do setor produtivo só ocorreria a partir da década de 1960 com as políticas da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e os planos de desenvolvimento do Ceará (HOLANDA, 2007). Desse período, a implantação da Fábrica de Cimento Portland do Grupo Votorantim com o objetivo de explorar minerais não-metálicos da

região foi o destaque. Além dela, empresas de capital local como LASSA (laticínios), COSMAC (materiais de construção), Fábrica Coelho (massas) e CIDAO (Companhia Industrial de Algodão e Óleo) compunham o parque industrial sobralense.

A partir de 1962 com a chegada de Virgílio Távora ao governo do Ceará, uma nova racionalidade foi introduzida no estado. A industrialização passou a ser vista como a forma mais adequada para alavancar a economia, por isso investimentos em infraestrutura (rodovias asfaltadas, açudes, adutoras, linhas elétricas e sistemas de telefonia), distritos industriais e perímetros irrigados foram realizados para atrair capitais do Centro-Sul do país.

A política industrial da SUDENE se concentrou nas cidades de Salvador, Recife e Fortaleza o que resultou numa divisão do trabalho menos densa e um acúmulo de funções em determinados pontos do território. A atividade produtiva pouco se disseminou pelo Ceará, contudo houve uma expansão e diversificação do consumo com o fortalecimento de centros regionais, que realizavam a coleta de produtos agrícolas da região e distribuíam os produtos industrializados provenientes das metrópoles.

A economia sobralense, nas décadas que precederam os anos de 1990, foi predominantemente terciária e de forte influência sobre as cidades circunvizinhas. À medida que a economia brasileira foi se abrindo ao mercado mundial com a privatização das empresas estatais e a liberalização de seu sistema financeiro, investimentos diretos de capital foram realizados em pontos do território que ofereciam alguma vantagem locacional à produção da mais-valia global.

Os interesses econômicos globais atravessam os Estados nacionais, tendo como foco competências específicas (mão de obra barata, incentivos fiscais, doação de terrenos e infraestrutura gratuita), que torne o produto competitivo. Do ponto de vista da espacialidade, os poderes locais adotam estratégias (qualificação da mão de obra, melhoria dos transportes e comunicação) para atrair investimentos para os municípios. Com base nessa leitura é que podemos compreender as transformações na região noroeste do estado do Ceará e, em especial, na cidade de Sobral.

O EIXO COMERCIAL MONSENHOR ALOÍSIO PINTO

A avenida Monsenhor Aloísio Pinto se estende por de 2,5 km ao longo dos bairros Dom Expedito e Gerardo Cristino, concentra atividades terciárias e é a espinha dorsal do loteamento Terra Nova. Essa área comercial, dividida em dezoito quadras e noventa e seis lotes, faz parte do Programa de Desenvolvimento Econômico de Sobral (PRODECON), instrumento municipal de fomento à atividade econômica.

O PRODECON, criado por Lei Municipal nº 313 de 26 de junho de 2001, possibilita o acesso a incentivos tais como terreno, infraestrutura, planejamento do negócio e financiamento do ISS incidente sobre os serviços de projeto, construção civil e montagem industrial necessários ao empreendimento. Os seus recursos são oriundos de dotações orçamentárias, de partes do Fundo de Participação dos Municípios, de parcela do ISS arrecadado, de receitas oriundas do próprio PRODECON e de empréstimos provenientes da União, Estado e Município. Ele visa implantar, ampliar e modernizar empresas industriais, comerciais, de turismo e de infraestrutura no município. Realiza operações de aquisição e destinação de terrenos a projetos considerados prioritários; viabiliza ações para implantação de infraestrutura (água, esgoto, pavimentação, telefone e energia elétrica) na via de acesso até o local da instalação dos empreendimentos; e concede empréstimos às empresas.¹

O programa segue uma perspectiva de desenvolvimento urbano que vislumbra a cidade como uma máquina de gerar crescimento econômico, assim está atrelado a um planejamento estratégico. Essa nova modalidade de urbanismo defende que a urbe concorre com as demais, logo enfrenta condições semelhantes às empresas. Agir estrategicamente significa “ter como horizonte o mercado, tomar decisões a partir das informações e expectativas geradas no e pelo mercado” (VAINER, 2000, p. 86). Não se trata de uma particularidade de Sobral visto que essa instrumentalização do espaço urbano é apoiada por instituições financeiras internacionais como Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e se generalizou por diferentes administrações urbanas desde o centro até a periferia nos últimos trinta anos. Osmont (2002) destaca o caráter operacional da cidade:

[...] durante um primeiro período, as políticas urbanas tinham essencialmente por objetivo integrar fragmentos da população urbana considerados marginais, mas potencialmente produtivos, com vistas a melhorar a contribuição das cidades à formação da riqueza nacional e internacional. Mais recentemente, o aspecto “econômico” sobrepujou o objetivo “social”, que era visto como o campo de uma necessária regulação de relações sociais conflitantes. O objetivo claramente manifesto agora é tornar as cidades ainda mais produtivas. Para tanto, trata-se prioritariamente de melhorar o conjunto das infraestruturas para torná-las mais atrativas para os investidores. Secundariamente, é preciso, na medida do possível, garantir aos investidores a paz social. E se a política de integração das populações urbanas é mantida, ela visa agora o conjunto dessas populações, em nome de uma busca quase obsessiva da produtividade e da eficácia econômica. Doravante, é a cidade como totalidade funcional que vai ser objeto das intervenções, e não mais pedaços de cidade – bairros desfavorecidos, por exemplo – ou campos setoriais bem delimitados (OSMONT, 2002, p.171-172).

³ PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL. Manual Para Investir em Sobral. Sobral, CE: Secretaria de Desenvolvimento Econômico/PMS, 2002.

A terra urbana é um bem cada vez mais raro nas cidades, por isso a Prefeitura Municipal de Sobral (PMS) possui um programa de formação de estoque de terrenos com o objetivo de destiná-los à implantação das políticas de desenvolvimento urbano. A gleba que recebeu o “Terra Nova” resultou de desapropriações que variaram de R\$ 33 mil a R\$ 165 mil e foram realizadas nos anos de 2000 e 2002. A alegação da PMS foi a necessidade da abertura de vias, execução de planos urbanísticos e melhor utilização econômica. A terra no mundo moderno só tem utilidade se ela for capaz de garantir a extração de rendimentos exponenciais.

A PMS desapropriou, conectou (avenidas Monsenhor Aloísio Pinto - ligação entre o Centro e a rodovia BR 222 - e Doutor Gerardo Cristino – conexão do loteamento com o Distrito Industrial) e loteou. O Terra Nova¹ passou a receber empresas privadas a partir de 2004 e possui trinta estabelecimentos instalados, vinte e quatro em processo e cinco aguardando doação de terrenos. Dentre eles, podemos citar o *North Shopping Sobral*, cinco concessionárias de carro (*WOLKSWAGEN, FORD, RENAULT, HYUNDAI e TOYOTA*), Faculdade Luciano Feijão e a torre comercial da CAMERON, que reúne o Hotel *The Best Sobral* e salas de escritório. Além do setor privado, duas escolas públicas, uma policlínica e o fórum fazem parte do loteamento.

O programa foi apresentado como um caso de sucesso no sertão nordestino em virtude da capacidade de atrair empresas e gerar empregos, contudo apresenta suas contradições. A terra está no centro da problemática visto que o PRODECON previa a aquisição de terreno a custo zero para a instalação de empreendimentos considerados prioritários e de fundamental interesse ao desenvolvimento econômico do município.

O Ministério Público do Estado do Ceará acionou a PMS em virtude das diversas doações realizadas a particulares, inclusive alegando fins eleitorais. No entanto, a gravidade dessa economia política do espaço é o ônus ao patrimônio fundiário municipal porque constatamos uma perda de R\$ 7 milhões advindas dos terrenos que foram doados e não receberam nenhuma atividade num prazo de dois anos o que fere a legislação regulatório do PRODECON. Assim, supomos que a perda é muito maior já que não analisamos os casos não contestados pela PMS.

⁴ A pesquisa empírica contou com a participação de dois bolsistas de Iniciação Científica – SILVA (2018) e COSTA (2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação sobre o eixo terciário Monsenhor Aloísio Pinto revelou que o levantamento e o mapeamento dos empreendimentos nos permitiriam acessar somente o plano da paisagem, isto é, a materialização de um momento da sociedade. Desse modo, o estudo exigiu dialetizar e superar o fenomenológico, afinal paisagem e espaço não coincidem visto que “o esforço analítico impõe que os separemos como categorias diferentes, se não queremos correr o risco de não reconhecer o movimento da sociedade” (SANTOS, 1988, p. 25).

A nova área de comércio e serviços de Sobral representa a instrumentalização do espaço mediante o uso de uma racionalidade global que compreende a cidade como máquina de produzir riquezas. Assim, a economia política entra em cena com a retirada de terrenos que estavam no estado de letargia através da desapropriação, a abertura de loteamentos dotados de infraestruturas e a doação para iniciativa privada para que recebam fins mais lucrativos e adequados a concepção de intensa competição da economia neoliberal.

Apresentamos os resultados parciais de uma pesquisa em andamento, portanto acreditamos que muitas pontas ainda estão soltas, contudo o exercício da crítica à economia política nos permitiu caminhar na direção da superação da forma e da descoberta das contradições.

REFERÊNCIAS

CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

COSTA, P. M. C. **Desenvolvimento urbano em Sobral (CE)**: uma análise sobre a instrumentalização do espaço. Relatório Final da Pesquisa de Iniciação Científica. Universidade Vale do Acaraú. FUNCAP, 2019.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5 ed. São Paulo: Globo, 2006.

CEARÁ, Governo do estado do Ceará. **Elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Metropolitano (PDDM) da Região Metropolitana de Sobral**. Secretaria das Cidades, Fortaleza, 2018.

HOLANDA, V. C. C. de. **Modernizações e espaços seletivos no Nordeste brasileiro. Sobral**: conexão lugar/mundo. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**: resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

JÚNIOR, M. M. Da Fazenda Caiçara, nos “Sertões do Norte”, à cidade média de Sobral: reconstruindo espacialmente o processo de expressão regional. *In*: FREITAS, N. A. (Org.). **Múltiplos olhares sobre a cidade e o urbano**: Sobral e Região em Foco. Sobral: UECE/UVA, 2010.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Núcleo de Geografia Urbana da UFMG, 2006.

MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARTINS, S. Crítica à Economia Política do Espaço. *In*: DAMIANI, A. L. (Org.). **O espaço no fim do século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, F. de. **Noiva da revolução**: elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, Planejamento e conflitos de classes. São Paulo: Boitempo, 2008.

OSMONT, A. Modelo de urbanização para a cidade, totalidade funcional do desenvolvimento econômico e social. *In*: MILANI, C. (Org.). **Democracia e governança mundial**: que regulações para o século XXI? Porto Alegre: Ed. Universidade, 2002.

SOBRAL, Prefeitura Municipal de. **Manual Para Investir em Sobral**. Secretaria de Desenvolvimento Econômico/PMS, Sobral, 2002.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teórico-metodológicos da geografia. São Paulo: HUCITEC, 1988.

SILVA, F. A. dos S. **Desenvolvimento urbano em Sobral (CE)**: uma análise sobre a instrumentalização do espaço. Relatório Final da Pesquisa de Iniciação Científica. Universidade Vale do Acaraú. FUNCAP, 2019.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2018.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. *In*: ARANTES, O. (Org.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.



IV SEMINÁRIO REGIONAL DE COMÉRCIO, CONSUMO E CULTURA NAS CIDADES

Teresina – PI, 12 a 14 de junho de 2019

INDÚSTRIA, CONSUMO E REESTRUTURAÇÃO NO CEARÁ: a indústria têxtil e suas dinâmicas econômicas na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)

Marcos Vinícius Vieira do Nascimento¹

Vitória Valentim de Oliveira²

José Valdecy Alves Gomes Júnior³

Resumo: A história da indústria do Ceará tem suas raízes ainda no século XIX, onde ao longo do século XX sofreu diversas transformações, adentrando na década de 1980 em uma fase de desenvolvimento oriunda de um processo de reestruturação produtiva que afetou a economia cearense como um todo. As fábricas têxteis apresentam uma relevância importantíssima na economia, tendo em vista seus impactos no espaço urbano cearense. Nesse sentido, esse estudo foi desenvolvido com o objetivo de compreender essas mudanças econômicas que impactam dentro e fora da indústria têxtil, onde uma indústria específica do ramo foi analisada de forma a refletir a respeito desse processo intenso que é a economia têxtil cearense. A dinâmica analisada neste presente trabalho viabiliza importantes reflexões sobre o processo de industrialização, seus impactos nas relações sociais e no contexto urbano.

Palavras-chave: Reestruturação produtiva. Economia têxtil. Espaço urbano.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado final de uma pesquisa realizada durante a disciplina de Geografia da Energia e das Indústrias, do curso de Geografia da Universidade Federal do Ceará, onde uma análise a respeito das dinâmicas sobre a indústria têxtil foi necessária para se compreender a dimensão desse setor na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

De forma a seguir uma linha cronológica mais coesa, uma análise mais ampla será abordada de forma inicial, onde a contextualização da industrialização cearense será abordada, sendo de suma importância para se compreender os processos que a perpassaram ao longo dos últimos séculos. Refletir sobre a reestruturação produtiva no espaço cearense, sobretudo na RMF, é essencial para se discutir as inúmeras mudanças que aconteceram, até chegar no que hoje é um dos principais polos industriais do Brasil.

Por fim, uma análise a respeito da indústria têxtil será colocada em questão, onde uma abordagem histórica será necessária para entender a importância dela na consolidação da industrialização cearense. Para que se tenha uma noção mais precisa dessa consolidação, uma indústria têxtil da capital cearense foi analisada (descrita como S.B. de forma a preservar a

¹ Graduando no curso de Geografia pela Universidade Federal do Ceará, E-mail: viinivn@gmail.com

² Graduanda no curso de Geografia pela Universidade Federal do Ceará, E-mail: vvalentim98@gmail.com

³ Graduando no curso de Geografia da Universidade Federal do Ceará, E-mail: jose.valdecy1@gmail.com

imagem da mesma), de forma que se possa entender essa consolidação a partir da caracterização, produção e dinâmicas presentes na mesma, visando uma visão total a respeito do setor têxtil no Ceará.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO CEARENSE

Espaço e indústria no Brasil e no Ceará

O processo de industrialização brasileiro se insere no contexto de reestruturação do global do capitalismo, a nível de Brasil, isso vai se expressar nas constantes desindustrializações ocorridas em vários setores por várias partes, bem como nas mudanças de eixos de produção, que migram entre sul, sudeste e nordeste a depender de demandas físicas (disponibilidade hídrica, parque industrial, clima favorável) a fatores econômicos (desonerações fiscais, investimentos empresariais localizados, mão de obra barata e em grande volume). No caso do Ceará, este território já foi palco de diversas fases de industrialização e também, numa medida uniforme de desindustrialização. Ocorreram tais fatos numa relação bastante recíproca entre investimentos de capitais público e privado. Isso se deu em períodos diversos e com variações nas matrizes econômicas e produtivas. A grosso modo estas fases são divididas, segundo Amora (2005), em três: Fase 1- Final do séc. XIX até 1950; Fase 2- 1960 até meados da década de 80; Fase 3- De 1980 até os dias de hoje.

A primeira fase se caracteriza pela implantação de indústrias têxteis (beneficiamento de algodão e produção de tecidos), óleos vegetais (mamona), além de couros e peles, caracterizado assim pela abundância de matéria prima como o algodão e da agropecuária. A caracterização espacial de relevância se insere entre Fortaleza e algumas cidades médias do interior, já que são pontos de fluxos de mercadorias e produção em pequena e média escala de diversos bens de consumo.

A segunda fase ganha força com a criação e ampliação da SUDENE que migra fluxos de capitais para a região nordeste e a transforma num polo de atração de indústrias. Neste período o setor têxtil é reanimado com inovações tecnológicas.

A terceira fase se dá entre a década de 80 e 90 num contexto de reestruturação da economia a nível mundial, onde as indústrias migram para o terceiro mundo e os governos estaduais assimilam tais mudanças e tomam a frente das questões econômicas a partir de alianças políticas com as elites oligárquicas locais (AMORA, 2007). O desenvolvimento, neste período, ocorre através das “guerras fiscais” onde a atuação dos investimentos se volta para o turismo, o agronegócio, os setores têxteis (aqui cabe destacarmos a empresa S.B.,

objeto de nosso estudo em questão), os vestuários, o ramo calçadista em geral, os *comodities* de exportação. De maneira mais hodierna, entra em cena, por sua produção e pelo grande alavanque que gerou na economia cearense, o polo portuário do Pecém.

O espaço e a indústria, portanto, constituem um mesmo tema de debate, já que são categorias que se autodeterminam e complementam, a indústria se esboça num espaço determinado e sempre sofre uma ampla transformação antrópica, social e econômica que a originam e a traduzem.

No caso determinado da região metropolitana de Fortaleza, à guisa de exemplo, a industrialização exerceu um papel central em sua constituição e desenvolvimento, tanto no quesito de aumento de densidade populacional, no aumento de renda per capita (colocar dados), bem como no aumento das mazelas sociais oriundas da expansão urbana, isso tudo pelo aumento abrupto do fluxo migratório advindo das camadas sociais proletárias em busca de emprego e renda.

Este cenário se modificou, nos últimos 50 anos, onde tanto na RMF (Região Metropolitana de Fortaleza), bem como em Fortaleza mesmo, vemos e diagnosticamos um grande processo de industrialização que gerou uma significativa transformação espacial no setor das adjacências de Fortaleza, e nas cidades circunvizinhas, favorecendo o acúmulo de bairros operários em seus entornos e uma rápida modificação das dinâmicas sócio espaciais destes lugares (aumentando linhas de transportes, número de habitações, comércios de baixo e médio porte).

Mais recentemente Fortaleza despontou como centro consumidor e local onde se escoava a produção avinda das regiões metropolitanas vizinhas e dos centros têxteis e polos industriais. Conforme Muniz (2011, p.19):

A mais rápida circulação planetária dos fluxos de trocas significa uma mobilidade maior de capital, tecnologia e força de trabalho e uma dispersão geográfica da produção. Ocorrendo a fragmentação e a integração com a regulação final do processo produtivo.

Assim com a expansão da malha viária, o papel do estado em beneficiar diretamente e de forma expressiva concessões e benefícios fiscais, além de elaborar projetos que incentivam a expansão e fixação das indústrias nos espaços periféricos de Fortaleza, na RMF e em algumas cidades médias (como Juazeiro, Pecém e Sobral), transformando-as em polos de produtores das mais diversas categorias. O fator de beneficiamento fiscal foi e é um grande atrativo para setores como agronegócio e siderurgia que se instalaram e ocasionam muitas

mudanças ambientais, populacionais e energéticas no local de seu estabelecimento e numa grande área ao seu redor.

Como exemplo temos a SUDENE que na década de 1980 exerceu o papel de principal fomentador do distrito industrial de Maracanaú. Desta forma, os fluxos de movimentações de pessoas e produtos se intensificou naquela região aumentando significativamente as demandas por moradias, aumentando de igual maneira a especulação imobiliária, aumentaram as necessidades de saneamento e deslocamento. Assim a industrialização é um dos principais vetores da expansão da metropolização. E neste interim, o Estado preparou o terreno cearense para as investidas de disputas de grandes investidores seja na especulação e apropriação fundiárias, seja nas disputas intraburguesas por produção industrial.

Reestruturação produtiva e modificações na produção urbano-rural

A reestruturação produtiva no modelo estado-capital, onde o Estado é o principal financiador das estruturas físicas, espaciais e fiscais dos grandes capitalistas foi se firmando nos últimos 30 anos com o avanço do neoliberalismo em todos os setores da economia e tendo como peça principal de transmissão as mudanças nos modelos de produção oscilando entre o fordismo e o toyotismo, mas tendo em comum a financeirização da economia e a produção e circulação de mercadorias em nível mundial. Logo, os mercados de disputas oscilam entre o circuito superior que forja em grande escala os produtos para consumo em massa, e o circuito inferior que se sustenta na esteira do circuito anterior e reaproveita os produtos e cria uma rede de subserviços que traça uma economia informal, mas bastante diversificada e popular.

Nos setores rurais, a relação campo-cidade foi completamente alterada por diversos fatores, onde diversos setores de economias variadas e disformes se entrelaçaram. Fatores como a urbanização massiva advinda do constante êxodo rural (devido ao desestímulo governamental na produção familiar e fatores climáticos, bem como conflitos agrários, a mudança estrutural que sofreu o campo advindo da mecanização e produção em larga escala de monoculturas pelo agronegócio, a absorção de mão de obra campesina que antes sobreviviam em áreas antes de cultivo familiar, o forte de incentivo do governo em firmar políticas de permanência do homem do campo em seu território, o foco do governo em aliança com o empresariado na produção agro industrial fez crescer as distâncias entre a pequena produção de subsistência e a megaprodução de monoculturas, porém numa medida inversa, fez findar as diferenças entre trabalhador rural e urbano.

A reestruturação industrial e rural carregam consigo as mesmas características no que concerne ao recebimento de grandes auxílios e pacotes de benefícios fiscais oriundos dos

governos federais, estaduais e municipais (vejamos, no caso do Ceará, a criação de imensos e extensos canais de irrigação que ligam açudes, lagoas e riachos para suprir tanto a demanda do agronegócio nas chapadas cearenses, como manter a siderúrgica e a termelétrica no Pecém), e suportes financeiros e tecnológicos de parcerias público-privada.

A atração de zonas industriais se apresenta como um meio do Estado adquirir lucros e aumentar suas formas de renda, bem como gerar empregos e receita. Entretanto, como no caso da zona industrial do Pecém, Caucaia e Tabuba (mais recentemente) essas indústrias geram de um lado receita líquida para os municípios onde estão instalados, geram também novos negócios na região, e fazem aumentar a competitividade turística e fundiária da região. Contudo, acarretam grandes impactos ambientais de grande envergadura, modificando as condições de moradia e os modos de vida dos habitantes desapropriados, danificando as estruturas de biomas que ali estavam, eliminando mananciais e gerando uma demanda hídrica não suportável.

É nesta dialética entre criar receitas, gerar renda e utilizar de forma insustentável e desmedida os recursos naturais destas regiões que se assentam os novos modelos produtivos das indústrias no Ceará. Tendo como exemplo o a região do Pecém, percebemos ali o seu enquadro no modelo mercadológico global, onde os produtos chegam pelo porto, são transportados de forma mecânica as indústrias e ali são beneficiados, e logo em seguida, grande parte retorna ao porto para ser escoado para os mais diversos países.

A agricultura industrial desde a década de 1960 e 70, no caso do Brasil (com a revolução verde e a expansão das fronteiras agrícolas) sofreu uma reestruturação significativa assumindo um grande espaço no mercado de commodities pra exportação e gerou relevantes números para o PIB brasileiro se instalando como um dos principais produtos no sustentáculo da crescimento do números dos governos que se sucederam até os anos 2000 (destaca-se aqui os fortes incrementos gestados nos governos FHC, Lula e Dilma).

Cabe identificar os quatro últimos governos como correias de transmissão entre a renda da terra e o lucro almejado pelos latifundiários do agronegócio. Os governos neoliberais brasileiros cumpriram o papel de arar a terra para a expansão das sementes do agronegócio. De forma peculiar o Nordeste, e dentro deste, o Ceará cumprem papel de destaque, pois mesmo estando no localizados no semiárido brasileiro garantiram enormes cifras para os lucros dos megaempresários da terra, com o aval e as concessões dos gerentes dos Estados.

Para tanto, recordamos da criação da SUDENE e do DNOCS (Departamento Nacional de obras contra as secas) como organismos oficiais do estado que prepararam a

megaexploração (carregando consigo do discurso do desenvolvimento para áreas atrasadas e de modernização) as terras e mananciais nordestinos. No que concerne a criação dos perímetros irrigados, as empresas de fruticultura localizadas nas mais diversas áreas geográficas do Ceará se quintuplicaram em escalas geométricas no espaço e redesenharam as paisagens e os cenários cearenses. Neste estado os impactos ocasionados são visíveis e alarmantes conforme Muniz (2016). Nos perímetros irrigados do Ceará são principalmente as atividades voltadas a fruticultura irrigada, onde se revela o desenvolvimento do agronegócio.

Ainda conforme Muniz (2016), em 2013 os lucros do agronegócio bateram escalas de superávit enormes, ao passo que na medida contrária a crise hídrica se agravou geometricamente, além da expulsão de pequenos de suas terras. O Conflito fundiário e de modelos de produção (em larga ou pequena escala, e com ou sem uso de defensivos agrícolas) é o rosto do modelo de reestruturação no campo nordestino.

A estrutura espacial dentro do capitalismo é pensada em termos de valor produtivo. Nos últimos séculos a industrialização foi a forma que o capital encontrou de se firmar como modelo econômico, social e hegemônico de produção de bens em variados espaços e transformar pessoas em consumidores, e o espaço mundial no maior shopping a céu aberto do mundo.

O modo de produção capitalista reproduz o fenômeno urbano com características peculiares, o modo de produção capitalista transforma o conteúdo do urbano. O capitalismo tende a potencializar a aglomeração. As massas humanas ficam amorfas e desintegradas (CARLOS, 2001, p.45).

A cidade é o lugar que se gestou para atrair a força bruta que transforma a natureza em materiais em forma de bens de consumo. A cidade como localização espacial se transforma numa grande máquina que, numa grande engrenagem que serve aos interesses da reprodução dos capitais. Nas pegadas de Fani, a cidade passa a ser controlada pelos agentes privados e por uma burocracia centralizada que busca viabilizar, com suas ações, o processo de acumulação do capital.

A INDÚSTRIA TÊXTIL NO CEARÁ: ANÁLISE E PERSPECTIVAS LOCAIS

O Ceará e a Indústria Têxtil

Adentrando no foco principal da análise desse trabalho, a indústria têxtil tem sua gênese no primeiro período da industrialização cearense, favorecida principalmente pela matéria-prima: o algodão, que tinha uma disponibilidade abundante no território cearense e foi essencial durante a Guerra de Secessão (1861-1865), onde o Ceará abriu as portas para a

exportação desse material para o território americano, possibilitando assim uma consolidação desse ramo. A vantagem de uma industrialização têxtil se dá pelo seu processo produtiva muito diversificado, como Muniz (2014, p.35) revela ao descrever suas etapas: fiação, tecelagem, acabamento e confecção, etapas estas que estão presentes na indústria que será abordada mais à frente. Essa diversificação possibilitou que a mesma crescesse de forma exponencial no Ceará, tendo em vista que esses processos englobaram diversas áreas do conhecimento que se atrelavam a economia do algodão. Para além disso, a indústria têxtil cearense tem ligação com o espaço cearense, causando longas transformações socioespaciais ao longo dos anos.

Muniz (2016) revela que atualmente o Ceará vem se destacando cada vez mais no setor têxtil brasileiro, com tendência de deslocamento regional de grandes empresas, onde o estímulo de incentivos fiscais e de infraestruturas fornecidas pelo Governo estadual são cada vez mais presentes. O estado se constitui como o terceiro maior polo têxtil do País, destacando-se em todo o processo de produção. A mesma autora também comenta que o atual estágio de desenvolvimento da indústria cearense resultou da descentralização da indústria nacional, com enfoque na metrópole.

Fortaleza se destaca por apresentar uma produção têxtil bastante concentrada, onde mais da metade das indústrias desse ramo estavam localizadas em sua região metropolitana, que assimila uma diversidade de empresas e polos industriais e internamente e em seus arredores um mercado competitivo de larga escala do primeiro ao terceiro setor. Em vários de seus bairros encontramos fábricas de médio a grande porte que fazem uma produção das mais variadas, destacando-se o setor têxtil como uma série de empresas e sub-empresas (facções) que dinamizam a economia e diversificam marcas e produtos. Visando analisar essas transformações significativas no contexto mais específico, foi realizado uma atividade de campo em uma determinada indústria de grande porte, visando compreender sua funcionalidade com base no referencial tratado anteriormente.

Caso analisado em Fortaleza

Surgindo primeiramente com o intuito de revolucionar e popularizar a moda praia, a empresa S.B. foi fundada na década de 80, onde Aragão (1989) revela que esse período se caracteriza pela chamada “geração empresarial” ou a quarta fase do desenvolvimento têxtil no Ceará, que se estende até os dias atuais.

Na década de 1980, como relata Amaral Filho (2003, p. 337), dentre as principais políticas públicas do Governo Estadual está ‘a nova política industrial, que introduz uma

racionalidade industrial e espacial à concessão de incentivos financeiros, além de incluir um vetor dedicado ao apoio e à indução ao desenvolvimento industrial” (MUNIZ, 2016, p. 433).

Esse era um momento na qual o Ceará com o “Governo das Mudanças” de Tasso Jereissati, ganha notoriedade da política industrial com os incentivos à industrialização via Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI), através de isenção e prorrogação de incentivos fiscais, com o objetivo a implantação, modificação, ampliação e realocação de indústrias.

Segundo Amora (2007), o período em que a S.B. é fundada, configura-se num “terceiro período” da trajetória da industrialização no Ceará. Momento em que a SUDENE perde força, a intervenção do estado federal é reduzida e os governos estaduais, com alianças as elites econômicas e políticas locais, começam a conduzir ações voltadas para o desenvolvimento.

Com a reestruturação produtiva ocorrem continuidades e rupturas na dinâmica industrial cearense. Os setores de produtos alimentares, têxtil, vestuário, calçados, artefatos de tecidos são ainda predominantes no perfil industrial do estado. (AMORA, 2007, p. 337).

A empresa se consolidou nos últimos 30 anos, contando com mais de 10 lojas espalhadas por todo o Brasil, sendo que a mesma apresenta três marcas que a consolidam nas diversas áreas da moda. Na fábrica visitada, as vendas são em forma de atacado para franqueados, contando com mais de 500 funcionários. Pequenas facções da localidade fornecem serviços terceirizados para a fábrica, como confecção de jeans, mochilas, bonés, óculos e outros acessórios.

A dinâmica da produção voltada primeiramente para um público específico do surf demonstra uma opção produtiva um mercado consumidor específico, mas ao decorrer do tempo e com o aumento da produção, a expansão da marca (agregando valor de mercado) e a necessidade de melhorias nas máquinas, a empresa diversificou seu público, hoje produzindo em uma mesma indústria de roupas sociais a roupas de frio e estampas de praia, informações estas que revelam a expansão da indústria têxtil no Ceará, que possibilita que empresas desse ramo cresçam de forma exponencial devido aos benefícios governamentais.

É perceptível que a indústria se insere nas disputas industriais, conforme se observa um alinhamento do modelo produtivo do toyotismo, fordismo e de acumulação flexível, segundo Harvey (2012). Nesta indústria percebemos que a produção é diversificada e varia de setor para setor, seguindo quase que como antigamente a velha linha de montagem das indústrias fordistas (estoque, estamparia, corte, costura etc.), até setores mais sofisticados que pensam novas estampas (setor intelectual), setor de qualidade que avalia os moldes

produzidos e o andamento do processo e setores que trabalham por produção com no caso da costura (aumentando a competitividade interna entre os trabalhadores , aumentando a produção e o lucro na mesma medida). A mesma se insere de maneira direta no modelo de acumulação flexível, segundo Harvey, quando trabalha com a eliminação de peças com defeitos, logo primando pela qualidade para a melhoria de seus produtos, quando insere aos indivíduos de diversos setores múltiplas tarefas, quando transformou os trabalhadores em colaboradores e corresponsáveis (trabalhando com roupas mais informais, e tendo descontos no vestuário, fruto de sua produção), e quando inova o maquinário para assimilar um modelo de aceleração de produção.

A relação do trabalho e da produção na fábrica foi vista como dinâmica, já que a maquinaria oscilava entre novas e antigas, onde máquinas de valor bastante alto auxiliava os processos de sofisticação do produto. O tempo, apesar de não ser padronizado em alguns setores, é bastante lembrado e explorado no setor da costura, onde podemos encontrar um relógio em cada seção e a frente do relógio central no meio do galpão a gerente de produção.

A relação da fábrica com a alteração do espaço e os usos que se faz deste é bastante relevante, onde encontramos uma área enorme dividida em dois galpões que se subsetorizam em setores produtivos, com uma localização espacial geográfica bastante favorável ao escoamento da produção, localizando-se próximo a avenidas de grande envergadura que se ligam a estradas importantes de vazão dos produtos para o mercado exterior.

O processo de produção

Os dois galpões presentes na fábrica viabilizam uma experiência com passo a passo da produção das roupas comercializadas nas lojas espalhadas pelo país. Notadamente percebe-se uma maior presença de homens no galpão 1, destinado ao armazenamento do tecido e confecção das partes das peças que serão levados para o galpão 2, que é o setor de costura, predominantemente feminino. As ideias de confecção são idealizadas por uma equipe de designers, que irão avaliar os desenhos proposto pelos estilistas. São eles que irão decidir os tecidos utilizados na roupa, que posteriormente serão levados para as máquinas, que com o auxílio dos funcionários, irão operar no corte.

As poucas mulheres presentes no galpão 1 serão responsáveis na revisão das peças cortadas. Outros funcionários trabalham com a modelagem, onde será escolhido o tamanho da peça, e também com o risco, que é o desenho que no qual o tecido será cortado. No setor de aviamento são feitos os zippers, as etiquetas e até mesmo os botões que serão modelados nas roupas. Os tecidos cortados serão direcionados para o setor de serigrafia, onde ocorrerá a

sublimação. Nesse setor a máquina carrossel, uma espécie de equipamento que possibilita que os tecidos sejam sublimados e girados rapidamente, é protagonista na pintura das peças, mostrando o quanto a empresa se preocupa na obtenção de tecnologias de ponta que facilitam a produção imediata das peças. Daqui os tecidos são levados para o setor de bordado, onde uma máquina é operada para trabalhar nos desenhos ornamentais do tecido. Feito isto, o galpão 2 é o destino onde as roupas são costuradas e engomadas.

O galpão 2 se caracteriza por apresentar diversas atividades, sendo a costura a mais representativa em quantidade. Aqui a costura, a engenharia de qualidade e o acabamento trabalham juntos, sem nenhum tipo de divisão de infraestrutura, tornando o galpão bastante barulhento e quente. Os funcionários não usam nenhum tipo de material de segurança, como luvas, máscaras e protetores de ouvido.

O setor de costura é dividido em grupos femininos, onde cada grupo possui uma instrutora que as lideram na produção de partes específicas da peça, levando em conta que todas as costureiras têm habilidades para produzir todos os tipos de peças. É bastante visível a desorganização no setor, as máquinas ficam muito próximas umas das outras fazendo com que não haja nenhum conforto para as costureiras, os materiais em desuso ficam acumulados em mesas e no chão dificultando a circulação.

Em um espaço próximo ao setor de costura, se encontra o setor da Engenharia de Qualidade do Produto, onde uma encarregada informou que nele é onde ocorre o controle de produção, onde é calculado o tempo em que as costureiras têm para produzir a parte da peça em que seu grupo está encarregado de fazer. Fato que se tornou bem relevante para o entendimento da configuração da produção da indústria, pois os grupos de costureiras têm tempos estipulados e contados por cronômetros que ficam instalados em murais de cada grupo, fazendo com que assim a produção das peças seja controlada. Ou seja, há a existência do fordismo, onde o trabalhador é responsável pela realização de trabalhos repetitivos em um sistema de produção em massa.

Como “justificativa” dessa alta produção em massa, a indústria paga “prêmio de produção” para os grupos que conseguirem alcançar as metas diárias e mensais definidas pelo setor de Engenharia de Qualidade do Produto. Em outro ponto do galpão, perto da saída onde se encontra um dos portões que possibilitam ventilação do local, fica o último setor do sistema de produção da indústria, o setor de acabamento. O setor é todo formado por homens que são responsáveis por engomar, embalar e enviar as peças no ponto de serem vendidas

para o setor de exportação. Os funcionários deste setor são expostos a elevadas temperaturas vindas dos ferros de engomar e mesmo assim também não usam nenhum tipo de proteção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise bibliográfica e da visita feita a indústria, foi possível refletir e discutir a respeito das dinâmicas frutos dos processos que a indústria têxtil cearense passou ao longo das décadas, com o enfoque pós-reestruturação produtiva na década de 1980. Foi mergulhando na história da indústria têxtil que foi possível compreender a importância da mesma para o Ceará, que vai se consolidando cada vez mais nesse setor.

À luz de Muniz (2014), observam-se os processos que englobam a industrialização com uma visão mais ampla, onde uma análise mais crítica se estabeleceu ao unir isso com a prática de conhecer esses processos dentro de uma fábrica, como a demanda por trabalhadores com baixa qualificação, a racionalização da produção e a flexibilização das relações.

É perceptível a partir das informações obtidas com a empresa anteriormente se consolidou num período onde a industrialização cearense se potencializava, tanto economicamente quanto produtivamente, ocasionando uma melhor interação com a economia local. Foi visto que essa relação com a economia cearense é corroborada nas exportações baixas que não prejudicam a estruturação da empresa. Dessa forma, é necessária uma visão espacial a respeito de um funcionamento de uma indústria pois, assim, é possível entender um pouco daquilo que se aprende teoricamente a respeito da história e evolução da economia cearense, sobretudo a têxtil.

Sendo assim, o trabalho foi de suma importância para a formação dos autores envolvidos, já que a Geografia é uma ciência crítica que analisa e discute as diversas relações inseridas no espaço geográfico. Analisar e compreender os processos industriais com um olhar geográfico nos leva a observar coisas além do que se está vendo, refletindo sobre o papel que a industrialização teve na consolidação da Ceará, sobretudo da metrópole cearense.

REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, J. do. Ajustes estruturais, novas formas de intervenção pública e novo regime de crescimento econômico no Ceará. *In*: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos Antônio; GALVÃO, Antônio Carlos (Org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: ANPUR/Editora da UNESP, 2003.

AMORA, Z. B. Indústria e espaço no Ceará. *In*: SILVA, J. B. da; CAVALCANTE, T. C.; DANTAS, E. W. C. (Org.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 22. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

MUNIZ, A. M. V. O Ceará e a indústria têxtil no espaço-tempo. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 36, n. 3, p. 420-443, set./dez., 2016.

MUNIZ, Alexandra M. Vieira; SILVA, José Borzacchiello da; COSTA, Maria Clélia Lustosa. Reestruturação Produtiva, trabalho e transformações no espaço metropolitano de Fortaleza. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 31, p. 1-25, 2011.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro, 1979.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1989.



IV SEMINÁRIO REGIONAL DE COMÉRCIO, CONSUMO E CULTURA NAS CIDADES

Teresina – PI, 12 a 14 de junho de 2019

LOCALIZAÇÃO DO SETOR DE VAREJO SUPERMERCADISTA E OS EIXOS DE ADENSAMENTOS NO ESPAÇO URBANO DE FORTALEZA – CE

Tiago Fernando Gomes Barbosa¹

Resumo: O presente estudo tem como objetivo analisar as estratégias de localização dos supermercados nos principais eixos de adensamento na cidade de Fortaleza – CE. A metodologia utilizada baseou-se em uma pesquisa de cunho exploratório, estruturada em três eixos de operacionalização: realização de pesquisa bibliográfica documental, caracterização de dados estatísticos e trabalho de campo, na qual se utilizou de um roteiro de campo com o mapa das principais rotas sequenciais de eixos de adensamento que nos permitiu reconhecer as redes de varejo supermercadista e sua manifestação geográfica em diversas escalas de atuação. A partir da análise dos dados obtidos na pesquisa, foi possível identificar que as empresas não se diferenciam apenas em relação ao número de estabelecimentos que possuem no espaço urbano da cidade, mas outros indicadores mostram a existência de uma relação direta entre esse indicador quanto às estratégias de localização, seja em eixos de circulação ao número de estabelecimentos e ao porte.

Palavras-chave: Estratégia de localização. Supermercados. Eixos de adensamento.

INTRODUÇÃO

O estudo que envolve geografia do comércio, sobretudo do setor de varejo supermercadista na cidade de Fortaleza – CE, ganha relevância a priori por se caracterizar como um importante elemento de (re)produção do espaço urbano. No que tange aos aspectos quantitativos, segundo a ACESU² (2017), a cidade apresenta um número superior a 300 supermercados associados na cidade, sendo responsável por uma parcela significativa de empregos gerados no comércio varejista de alimentos, além de se destacar na dinâmica comercial não só de gêneros alimentícios pela população, como também nos mais variados bens de consumo, a exemplo dos produtos: vestuário, cama, mesa, banho, calçados; produtos eletrônicos - computadores, notebook, aparelhos de som, eletrodomésticos, entre outros. Nesse aspecto, os supermercados são responsáveis pela criação de um novo padrão de consumo, criando marcas, principalmente com a introdução de novas variedades de produtos consumidas na cotidianidade dos diversos segmentos da sociedade brasileira.

Em relação os aspectos qualitativos, o setor de varejo supermercadista de Fortaleza denotam duas características bastante complexa: a primeira diz respeito a diferenciação espacial dos supermercados quanto à localização nos principais eixos de adensamento, que

¹ Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, E-mail: tiago.fernando@aluno.uece.br

² Associação Cearense de Supermercados. Fonte: <http://www.acesu.com.br/novo/>. Acesso em: 27/06/2017.

variam de acordo com o porte e a segunda está relacionada a estrutura física da cidade de Fortaleza que é plana e definida através de grandes avenidas que se entendem de áreas centrais até as periféricas circundando toda a cidade, no qual são dotadas de vias largas e pavimentadas que concentram grande fluxos de automóveis, pessoas, comércio e serviços. Diante disso, o objetivo do estudo é identificar e analisar a relação do setor de varejo supermercadista com os principais eixos de adensamento nesta referida cidade.

O recorte da pesquisa é a cidade de Fortaleza, estado do Ceará (Figura 1), que por sua representatividade econômica estabeleceu-se como locus preferencial de especulação, atuação e expansão das grandes redes de varejo de supermercados. Com isso, nota-se a presença de grupos empresariais com atuação multiescalar a exemplos das multinacionais, bem como grupo de alcance regional, estadual e também local, compondo um quadro bastante heterogêneo no que se refere ao perfil dos estabelecimentos pesquisados. A cidade de Fortaleza possui 119 bairros e apresenta uma população de aproximadamente 2.643.247¹, segundo IBGE² (2018). Em relação aos dados voltados para a economia, esta apresenta o maior Produto Interno Bruto (PIB) per capita (por habitante) entre as capitais nordestinas, com um valor de aproximadamente R\$ 23.045,09 e o 10º maior PIB entre todas as capitais do Brasil, em comparação à participação na economia brasileira em 2016, com um volume de R\$ 60,1 bilhões, concentrando 45% do PIB de todo o estado de acordo com o IBGE³.

Nesse aspecto, visto que Fortaleza possui uma economia de grande porte, ou seja, com o décimo maior PIB do Brasil, segundo o IBGE⁴ (2016), vislumbra-se que haja um comportamento sistemático em relação à entrada e saída das principais empresas varejistas de supermercados, levando estas a analisarem as estratégias espaciais de atuação e as transformações urbanas, uma vez que as cidades brasileiras situadas no contexto metropolitano, como Fortaleza, alcançaram um perfil de vendas de varejo extremamente dinâmico, surgindo, assim, um novo padrão de consumo no setor.

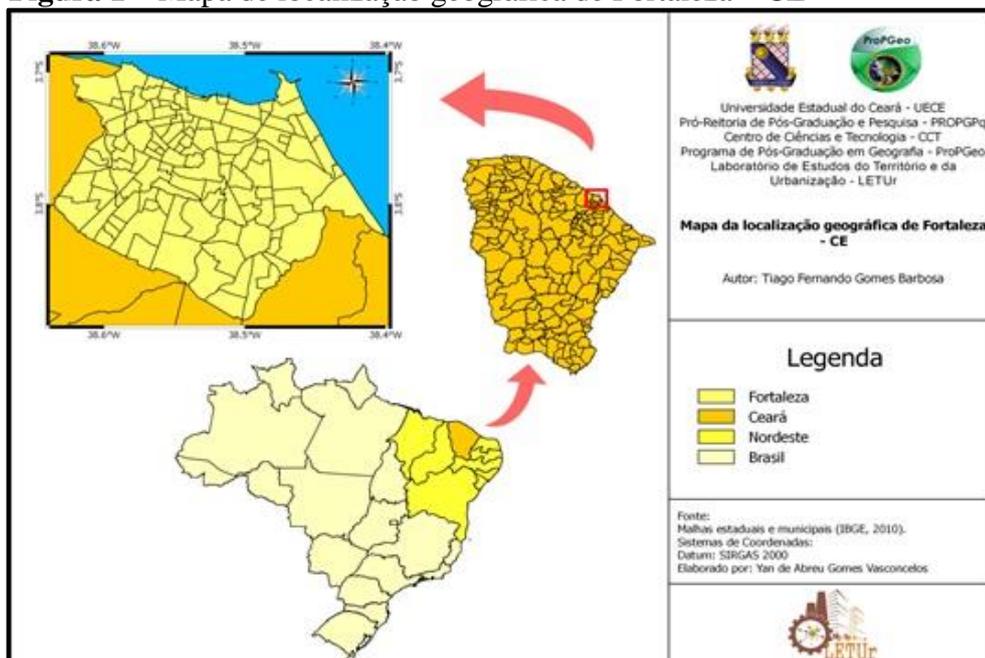
³ População estimada: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2017. Acesso em 28/06/2017.

⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁵ Produto Interno Bruto dos Municípios - IBGE (2014). Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=230440&idtema=162>. Acesso em: 27/06/2017.

⁶ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2016). Produto Interno Bruto dos Municípios – 2016. Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/fortaleza/pesquisa/38/46996>. Acesso em: 27/06/2017.

Figura 1 – Mapa de localização geográfica de Fortaleza – CE



Fonte: Organizado pelo autor (2017).

O procedimento metodológico, aplicado à organização prática da pesquisa está estruturado em três eixos de operacionalização.

Primeiro eixo de operacionalização: a realização de pesquisa bibliográfica documental, conforme (GIL, 2008, p. 57) “a pesquisa bibliográfica utiliza fundamentalmente das contribuições de vários autores sobre determinado assunto”. Nesta etapa teórica da pesquisa, pautada em leituras relacionadas aos conceitos e temas sobre o varejo supermercadista, localização, dinâmica urbana, comércio e consumo, buscando analisar a relação existente entre as estratégias de localização do varejo supermercadista e sua conformidade com os eixos de adensamento no espaço urbano de Fortaleza.

O segundo eixo está pautado na caracterização de dados estatísticos e, por fim, o trabalho de campo. Os dados empíricos obtidos nos permitiram identificar algumas variáveis relacionadas à distribuição dos supermercados nos eixos de adensamentos ligados diretamente as estratégias espaciais de localização do setor supermercadista de Fortaleza e seus rebatimentos nos aspectos relacionados à dinâmica urbana na cidade.

AS LÓGICAS DA ESPACIALIZAÇÃO DOS SUPERMERCADOS EM FORTALEZA-CE

A geografia do comércio é um ramo da ciência geográfica caracterizada por possuir um relevante embasamento teórico, desenvolvido no decorrer do tempo, tendo apresentado nos últimos anos uma relação progressiva de estudos e perspectivas bastante diversificadas,

seja no plano teórico como metodológico, cujo objetivo central desses tem sido o entendimento da complexa realidade da sociedade de consumo mundial bem como seus rebatimentos na produção do espaço urbano.

Analisar as formas comerciais possibilita, sobretudo, compreender a dinâmica do espaço e suas complexidades, observar as mudanças na sociedade, na estrutura urbana e na evolução de suas relações. Para a Geografia, os estudos voltados para a geografia do comércio possibilita compreender a organização da sociedade e o modo de (re)produção da cidade, pois a localização espacial das atividades comerciais sempre demandou situações estratégicas, isto é, suas funções expressam e contêm centralidade, pois conforme Corrêa (2004), a cidade é o lugar onde vive grande parte da população, onde se aplicam os maiores investimentos de capital, seja em atividades distribuídas na cidade, como também no próprio espaço urbano. Neste sentido, Pintaudi (2004) afirma que para análise das formas comerciais é necessário também desvendar o tempo do cotidiano, pois é nele que as contradições da sociedade se apresentam com sua maior potência.

Contudo, é no espaço geográfico, essas materializações modificaram o sistema produtivo. Através da presença quase maciça de equipamentos como supermercados e hipermercados, de *shopping centers*, de empresas multinacionais de *fast food*, de redes de franquias, de varejo em geral, de novos sistemas de acessibilidade viária que dão acesso aos grandes estabelecimentos comerciais, geralmente localizados às margens de grandes avenidas, surgiram diferentes formas de apropriação do espaço.

Um dos principais aspectos que justificam a diferenciação espacial dos supermercados quanto à localização, diz respeito aos traçados das principais vias de circulação. A estrutura física da cidade de Fortaleza é plana e definida através de grandes avenidas que se entendem de áreas centrais até as periféricas circundando toda a cidade, no qual são dotadas de vias largas e pavimentadas que concentram grande fluxos de pessoas, comércio e serviços.

Segundo Sposito (2001), essa concentração faz surgir grande fluxo de pessoas em busca de trabalho, de lazer, de consumo etc., provocando um aumento de veículos e de transeuntes, tornando-o caótico. Apoiada por mudanças estruturais na sociedade, tais como: o aumento dos rendimentos familiares, a crescente integração da mulher ao mercado de trabalho, o aumento do uso de veículos automotores e as mudanças nos padrões de consumo, tem-se o surgimento de grandes superfícies comerciais, o rompimento de tradicionais padrões de localização espacial do comércio e de gestão desses empreendimentos, além de uma

relação mais afinada do espaço de venda com o consumidor, haja vista que de meros espaços de troca, os estabelecimentos tornam-se espaços mercadorias de experiência de consumo.

De acordo Pintaudi (1999), os supermercados tendem a se localizar ao longo dos principais corredores de circulação, essa nova espacialização dos supermercados se deu em decorrência do papel do automóvel. Nesse contexto, são destacados no espaço urbano de Fortaleza 21 eixos de adensamento, caracterizados pela forte presença de supermercados como mostra o Quadro 1.

Quadro 1 – Caracterização dos eixos de adensamento pesquisados

EIXOS DE CIRCULAÇÃO/RUAS E AVENIDAS	ÁREA DE ABRANGÊNCIA	Nº DE EIXOS
Avenida Engenheiro Santana Junior, Avenida Washington Soares, Avenida Oliveira Paiva, Avenida Dr. Silas Munguba, Rua Gomes Brasil, Avenida Fernandes Távora, Avenida Mister Hall, Avenida Bezerra de Menezes.	Localiza-se na parte Norte/Leste da cidade, orientado pela Av. Washington Soares.	8
Avenida 13 de Maio, Avenida Pontes Vieira, Avenida Aguanambi, Avenida Antônio Sales, Avenida Santos Dumont.	Localiza-se na parte Norte da cidade, orientado pela Av. Antônio Sales.	5
Avenida Godofredo Maciel, Avenida General Osório de Paiva.	Localiza-se na parte Sudoeste da cidade, orientado pela Av. General Osório de Paiva.	2
Avenida dos Expedicionários, Avenida Bernardo Manuel, Avenida João Araújo Lima.	Localiza-se na parte Sul-Sudoeste da cidade, orientado pela Av. Bernardo Manuel.	3
Avenida Professor Heribaldo Costa, Avenida Frei Cirilo, Rua José Hipólito.	Localiza-se na parte Sul-Sudeste da cidade, orientado pela Av. Professor Heribaldo Costa.	3
TOTAL DE EIXOS PESQUISADOS		21

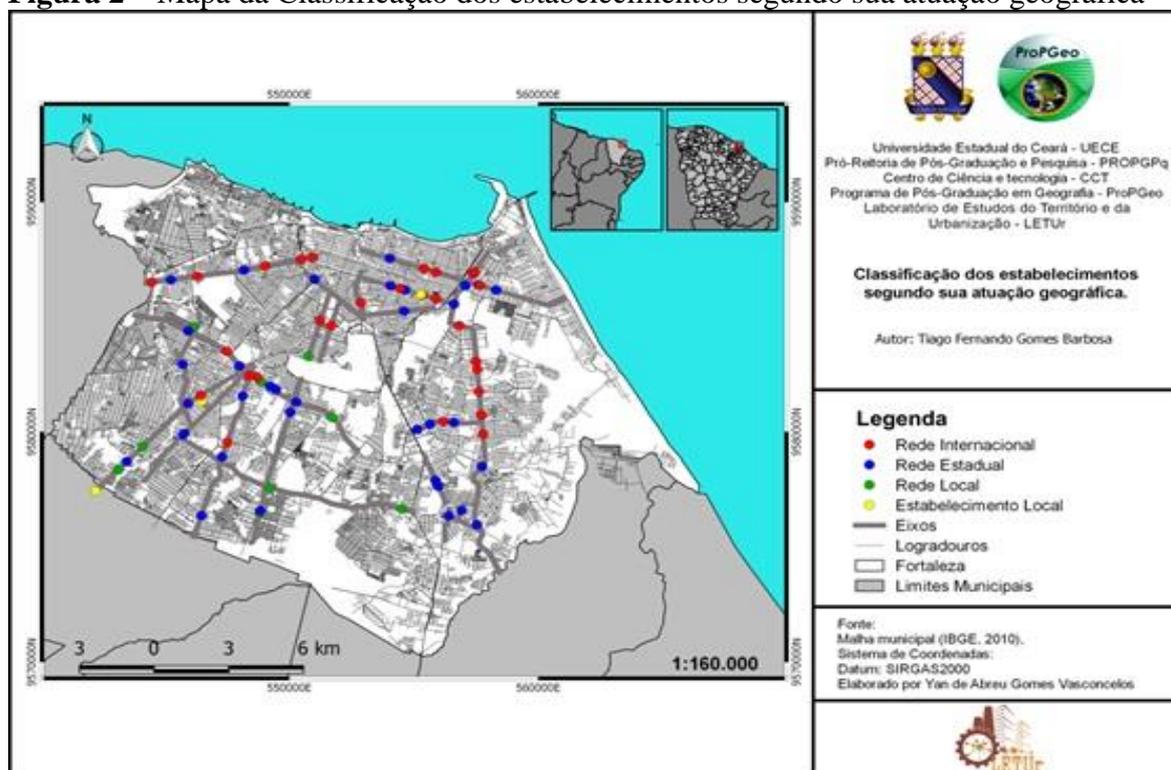
Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Conforme a Tabela 1, delimitada a partir da pesquisa de campo, foram trabalhados 21 eixos de adensamento (representado pelas grandes avenidas), nos quais estão estabelecidos grande parte dos supermercados da cidade. Tais eixos são caracterizados por apresentar grandes fluxos de veículos, pessoas, localização de comércio e serviços, por integrar os bairros centrais e periféricos de Fortaleza, apresentando-se como importantes corredores de acesso, e por apresentar forte adensamento de supermercados, pois as grandes avenidas foram principalmente os locais mais requisitados para a implantação dos supermercados, particularmente nas cidades de maior porte e nas metrópoles (PINTAUDI, 1981).

A morfologia urbana da cidade e o traçado dos principais eixos de circulação são de grande importância para o entendimento da espacialização dos supermercados em Fortaleza e das diferentes características existentes nos mesmos, no momento em que o traçado das ruas e avenidas vem atender à lógica do automóvel, em nome da circulação e da fluidez do capital.

A atuação dos supermercados pesquisados na cidade se caracteriza a partir da atuação geográfica (Figura 2) em escala local: no qual o estabelecimento possui apenas uma loja na cidade; estadual: com atuação geográfica em mais de um município do estado; regional: com lojas em mais de um estado da região NE; Nacional: com atuação em vários estados do país e internacional, com atuação geográfica a nível nacional e internacional, caracterizado por grupos que atuam nos Estados Unidos e na Europa.

Figura 2 – Mapa da Classificação dos estabelecimentos segundo sua atuação geográfica



Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Contudo, ressalta-se a inserção de redes internacionais de supermercado (Carrefour, Wal-Mart, Grupo Pão de Açúcar/CASINO e Cenconsud), bem como a predominância e a evolução de redes regionais com sede na cidade (Super Rede, Rede Uniforça, Super, Nossa, dentre outras) Quadro 2.

Quadro 2 – Classificação dos estabelecimentos segundo sua atuação geográfica

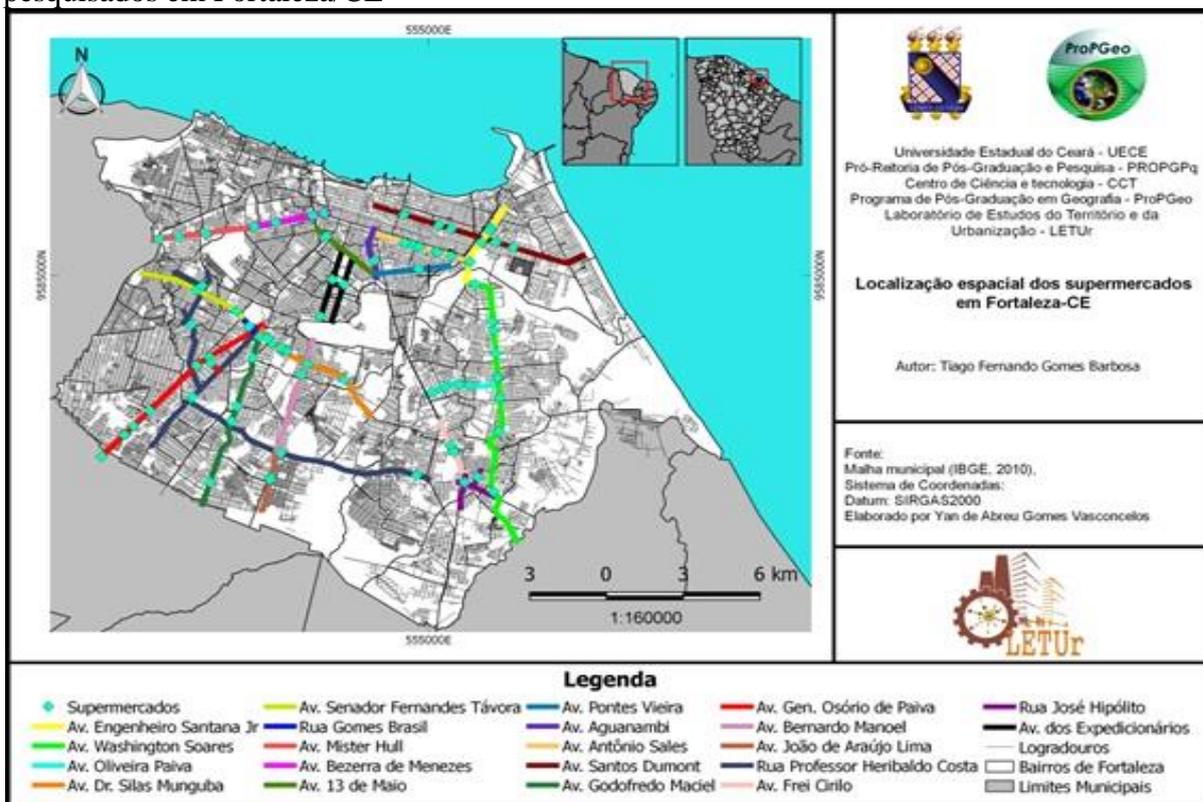
ESTABELECIMENTO LOCAL	REDE LOCAL	REDE ESTADUAL	REDE INTERNACIONAL
Mercadinho Japonês	Baratão supermercados	Cometa supermercados	Carrefour (Hipermercado e Supermercado)
Mercantil Pinheiro	Carnaúba supermercados	Mercadinhos São Luiz	Walmart (Hiper Bompreço, Sam's Club, Maxxi Atacado)
	Super do Povo supermercados	Pinheiro supermercados	Cencosud (G Barbosa)
Super Vilton supermercados	Supermercados Guará	Super Lagoa supermercados	Grupo Pão de Açúcar/Casino (Pão de Açúcar, Extra Hipermercados e Supermercados, Assaf Atacados)
	Supermercados Nidobox	Supermercados Compremax	
	Varejão Supermercados	Super Frangolândia	
	Varejão Supermercados	Supermercado Mesa Farta	
		Supermercados Wanderbox	

Fonte: Organizado pelo autor (2017).

Em suma, coletivamente, as formas comerciais dão ensejo à análise das diferenças. Segundo a ACESU, atualmente, o setor de varejo supermercadista é bastante concorrido principalmente na capital cearense. Basicamente, o mercado é dividido entre os grandes grupos e as pequenas redes de atuação local e regional, contribuindo para a dinâmica econômica do setor na cidade, sobretudo em grandes avenidas caracterizadas por apresentar grande fluxo de veículos e pessoas, presença de estabelecimentos comerciais e de serviço. Decidiu-se então pensar a distribuição dos estabelecimentos comerciais do varejo supermercadista em Fortaleza, de modo a identificar os fatores de localização espacial utilizado pelos estabelecimentos e seus rebatimentos no espaço urbano da cidade.

Diante desse fenômeno, as grandes avenidas representadas por eixos de circulação e expansão, tornaram-se principalmente locais mais pretendidos para a implantação dos supermercados representados pelos pontos vermelhos, destacados na Figura 3.

Figura 3 – Mapa da Localização espacial dos estabelecimentos de varejo supermercadista pesquisados em Fortaleza/CE



Fonte: Organizado pelo autor (2017).

O delineamento dos principais eixos de circulação observado no mapa acima é de suma importância para a compreensão das estratégias de espacialização dos supermercados na cidade e das diferenciações existentes entre cada estabelecimento, no instante em que o traçado das ruas e avenidas vem atender, sobretudo, a lógica do automóvel, em nome da circulação e da fluidez do capital.

Diante do exposto, concorda-se com Pintaudi (1999), sobre essa configuração da espacialização dos supermercados, em decorrência do papel do automóvel.

Por sua vez, o automóvel, que a partir de meados da década de 60 passou a ser adquirido pelos estratos de rendimento médio da população, deu maior autonomia aos seus proprietários, liberando-os das compras restritas aos limites do bairro. Nesse momento, ampliou-se o número de famílias que adquiriram também um segundo automóvel e quem começou a fazer uso do segundo veículo da família foi à mulher, organizadora do cotidiano da unidade familiar. Com o automóvel, ela teve a chance de ampliar territorialmente o raio de alcance dos membros da família dentro de um mesmo período de tempo. O espaço passa, então, a ser concebido de acordo com as pressões do automóvel, certamente um dos principais responsáveis pela redefinição do local de compras. Nesse momento, coincidentemente expandiram-se os supermercados (PINTUADI, 1999, p.152).

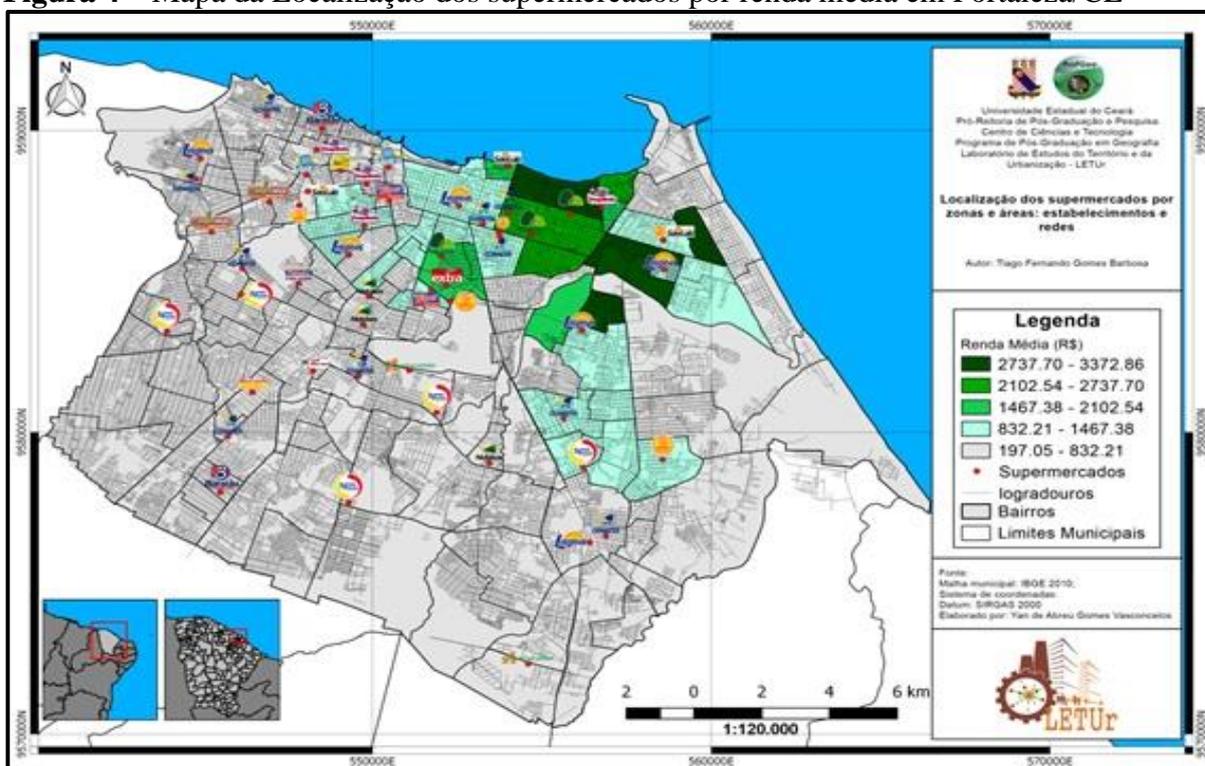
Os estabelecimentos não se localizam apenas em áreas centrais da cidade, como também em sua área de influência, ou seja, entendem-se mais para a periferia acompanhando,

como são tendência geral de localização, os eixos de maior circulação como as grandes avenidas e os subcentros comerciais.

Como aponta a pesquisa de campo (2017), os estabelecimentos supermercadistas não se localizam apenas em áreas centrais da cidade, como também em sua área de influência, ou seja, entendem-se mais para a periferia acompanhando, como são tendência geral de localização, os eixos de adensamento de maior circulação como as grandes avenidas e os subcentros comerciais. Algumas delas (as redes internacionais e nacionais), pois, ficam junto à porção do mercado consumidor de mais altos rendimentos Figura 4 como os bairros localizados na porção norte/nordeste da cidade, mas a maior parte, principalmente as menores redes, situa-se em áreas onde o rendimento familiar é menor comparado aos bairros centrais.

Já a atuação geográfica das redes estaduais, locais e com estabelecimento apenas local, estão localizadas na porção noroeste se distribuem pelas porções sudeste da cidade, como mostra o mapa abaixo. Corrêa (2001, p. 126) denomina esse processo de descentralização, afirmando que ele “implica em uma diminuição relativa da acessibilidade da Área Central, e aumento relativo da acessibilidade de outros locais, à qual está associado o desenvolvimento dos meios de transporte intra-urbanos mais flexíveis [...]”.

Figura 4 – Mapa da Localização dos supermercados por renda média em Fortaleza/CE



Fonte: Organizado pelo autor (2017).

Pode-se inferir que, vinte e dois estabelecimentos supermercadistas estão instalados nos bairros com renda média familiar entre R\$ 2.737,70 a R\$ 3.372,86. Segundo a PMF¹ (2015), os bairros mais ricos (com renda média entre R\$ R\$ 2.737,20 e R\$ 1467,38) se concentram em uma única Secretaria Executiva Regional da capital.

Ainda de acordo com os dados expostos no mapa, as Redes Internacionais Walmart, Cenconsud e Casino, estão localizadas em bairros centrais da cidade, no qual possui um mercado consumidor privilegiado caracterizado por maior renda familiar, pois, como aponta Corrêa (2001), a área central expressa uma característica da metrópole moderna. É uma localização privilegiada, onde se aglomeram atividades de comércio e de serviços, bem como uma gama de estruturas básicas, a fim de minimizar o tempo e de aumentar os lucros.

Alguns estabelecimentos (redes internacionais) caracterizam-se por sua opção de se estabelecer nos locais onde se concentram a população com maior renda. A maior parte, principalmente as menores redes, situa-se em áreas no qual o rendimento familiar é menor comparado aos bairros centrais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste contexto conclui-se o referido trabalho afirmando que, a espacialização dos supermercados na cidade de Fortaleza/CE está fortemente atrelada aos seguintes aspectos: traçados das vias de acesso e renda média por bairro; esses aspectos resultam na atual espacialização dos supermercados em vinte e um grandes eixos de adensamento, o que auxilia na compreensão das lógicas que estruturam a espacialização dos estabelecimentos supermercadista na cidade de Fortaleza.

Salienta-se que as empresas não se diferenciam apenas quanto ao número de estabelecimentos que possuem, mas outros indicadores mostram a existência de uma relação direta entre esse indicador (número de estabelecimentos) e o porte, ou seja, área de venda, estacionamento, depósitos, itens comercializados e mão-de-obra, por exemplo.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2004.

¹ Prefeitura Municipal de Fortaleza. Fonte: mapas.fortaleza.ce.gov.br/. Acesso em: 30/06/2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PINTAUDI, S. M.. **Os supermercados na Grande São Paulo**: contribuição ao estudo da transformação do comércio varejista de gêneros alimentícios nas grandes metrópoles. 1981. Dissertação (Mestrado em geografia). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1981.

_____. A cidade e as formas de comércio. *In*: Carlos, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 143-159.

_____. Para uma leitura das formas de comércio varejista na cidade. **Revista Cidades**, v. 7, n. 11, 2004.

SPOSITO, M. E. **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: 2001.



IV SEMINÁRIO REGIONAL DE COMÉRCIO, CONSUMO E CULTURA NAS CIDADES

Teresina – PI, 12 a 14 de junho de 2019

O COMÉRCIO E OS NOVOS USOS DO/NO ESPAÇO: o caso da praça do trabalhador em Teresina – PI

Emilson Oliveira dos Santos¹

Resumo: O presente artigo analisa os novos usos do/no espaço da Praça do Trabalhador no município de Teresina – PI, oriundos da chegada de vários estabelecimentos comerciais atraídos pela instalação de uma empresa do ramo *Contact Center*. Constituindo como uma parte da análise que integrará a dissertação de mestrado intitulada *Contact Centers* em Teresina-PI: Impactos Sociais e Transformações Espaciais no Espaço Urbano, este artigo objetiva analisar como as práticas comerciais modificaram o uso do espaço da praça do trabalhador pelos moradores do bairro Dirceu Arcoverde, buscando destacar como o comércio contribuiu para alterar a dinâmica local quanto à movimentação de pessoas, de produtos e de capital. Tendo abordagem quantitativa, esta pesquisa se utilizará de questionários e entrevistas para atingir seus objetivos. Justifica-se por contribuir para a compreensão das transformações do espaço urbano da capital do Piauí pela chegada de grandes terceirizadas do ramo de telecomunicações.

Palavras-chave: Consumo. Espaço Urbano. *Contact Centers*. Teresina-PI.

INTRODUÇÃO

Entender a cidade enquanto sistema é percebê-la como um conjunto de elementos que se relacionam, gerando resultados contraditórios e complementares, seja de forma perceptível quanto imperceptível na paisagem urbana. Santos (1989) destaca que o espaço urbano se define como um sistema de ações contraditório. Na contemporaneidade, onde o sistema capitalista se alastra pelo globo definindo a economia das nações, o espaço das cidades torna-se ainda mais complexo, fragmentado e hierarquizado.

Vivemos hoje uma era do consumo e da generalização da mercadoria. A cidade virou palco de interesses de pequenos e grandes atores que exercem suas funções no jogo econômico onde o objetivo principal é o acúmulo de capital. Nessa perspectiva, a atividade comercial destaca-se como fator que possibilita a transformação do espaço, gerando e potencializando contradições ao mesmo tempo em que modifica os seus usos.

As atividades comerciais e a cidade desde sempre estiveram intrinsecamente ligadas. Na antiguidade, o comércio possibilitou o nascimento e o crescimento de muitos centros populacionais. No mundo pós século XX onde o capitalismo se firmou como modelo econômico, as práticas comerciais modificaram-se gerando alterações no uso do espaço e diversas transformações na organização espacial de grandes, médias e pequenas cidades.

¹ Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia de Universidade Federal do Piauí. E-mail: emi_som_oliver@hotmail.com

O presente artigo, objetiva analisar as alterações no uso do espaço a partir do estabelecimento de atividades comerciais. Para isso tomamos o espaço da cidade como elemento principal e como categorias para sua análise as atividades comerciais e o consumo. Nesse estudo, assumimos o espaço urbano como resultado e condição, produto de relações sociais e local de contradições, assim como Lefebvre (2000).

Esta pesquisa compõe um estudo maior que objetiva compreender as transformações espaciais no município de Teresina-PI a partir da instalação de grandes empresas terceirizadas do ramo *Contact Center*. Estas corporações se deslocam dos seus países (desenvolvidos) para outros (em desenvolvimento) em busca de incentivos fiscais e diminuição de custos. Nos novos locais, estas empresas se tornam elementos atrativos para atividades comerciais, pois, vários pequenos comerciantes se instalam nos arredores das empresas, onde até então inexistia focos de comércio, para vender seus produtos aos trabalhadores.

Nessa ótica partimos da hipótese de que a chegada destes comerciantes modifica o uso do espaço a partir da inserção de uma nova dinâmica: a comercial. O nosso local de estudo é a praça dos trabalhadores, localizada no bairro Dirceu Arcoverde, zona sudeste do município de Teresina, capital do estado piauiense. Para a construção deste artigo partimos de uma pesquisa bibliográfica na busca do entendimento sobre a relação comércio – espaço urbano e da pesquisa de campo para verificar *in loco* as transformações do espaço e as modificações no seu uso a partir do exercício de práticas comerciais. Tendo como abordagem quanti-qualitativa, esta pesquisa tem caráter descritivo-exploratório possuindo como técnicas entrevistas e questionários aplicados aos comerciantes.

Dessa forma essa pesquisa está estruturado em mais três seções. Na primeira seção apresentamos uma discussão teórica sobre a relação entre comércio, consumo e espaço geográfico buscando destacar como as atividades comerciais podem influenciar na alteração dos usos do espaço. Na segunda seção, demonstramos os resultados da pesquisa de campo através da utilização e interpretação de figuras, fotografias, gráficos, quadros e tabelas e da reflexão a cerca das respostas dos questionários com os sujeitos desta pesquisa. Por fim, na última seção, apresentamos as conclusões do nosso trabalho.

A ATIVIDADE COMERCIAL E A TRANSFORMAÇÃO NOS USOS DO/NO ESPAÇO

Em nenhum outro momento histórico foi visto o mundo mudar tão rapidamente. A velocidade da informação comprimiu o tempo e o espaço, transformando ao mesmo tempo as paisagens urbanas e as relações sociais. “Cada lugar está sempre mudando de significação,

graças ao movimento social” (SANTOS, 1994, p. 2) num cenário onde a sociedade molda o espaço para suprir suas necessidades. Dessa forma em cada momento histórico existirá novas carências e outras formas de utilizar o espaço como produto da demanda social.

O capitalismo alterou de forma irreversível o fluxo de mercadorias e de informações, exercendo influência direta na geração e manutenção dos desejos da sociedade atual, cada vez mais consumista. A cidade é palco do consumo, pois também é consumida, de diversas formas, por diferentes classes sociais. Nesse cenário, comércio, consumo e cidade se entrelaçam, pois, “é o comércio que promove a existência da cidade, justifica uma boa parte da sua organização interna e explica inúmeros movimentos que se desenvolvem no seu interior” (ORTIGOZA, 1996, p. 18), por outro lado o consumo é produto das ações sociais e também é a causa de inúmeras transformações no/do espaço citadino.

Para Ortigoza (1996) a atividade comercial é de suma importância na (re)definição dos lugares e dos espaços e se constitui como importante elemento na leitura das características das práticas comerciais e suas dinâmicas. O pensamento da autora nos leva a crer e a defender a atividade comercial como causa-efeito de transformações no espaço e na modificação dos seus usos. Levando em consideração os diferentes momentos históricos, cada espaço é utilizado – consumido - de diferentes maneiras a partir dos desejos de uma sociedade que muda constantemente.

Um determinado espaço pode sofrer alteração no tocante ao seu uso se uma ou várias atividades passarem a ser exercidas no seu interior. Isso deriva da transformação da cidade em mercadoria, onde o valor de troca sobrepõe o valor de uso num espaço moldado e dotado de normas, técnicas, infraestrutura e equipamentos (SÁNCHEZ, 2005). Diante disso os usos são modificados, devido às novas demandas surgidas em um cenário composto por rápidas mudanças. A globalização aproximou o local e o global, homogeneizando e fragmentando o espaço (CARLOS, 1996).

É nesse espaço tendencioso a sofrer fragmentações e homogeneizações que a atividade comercial se transforma, a fim de atrair novos investimentos dando vida ao consumo desenfreado de mercadorias, mão-de-obra e de espaço. Parker (1998, p. 51) diz que o “comércio é, possivelmente, a função urbana mais passível de mudanças. Conta com essa capacidade de mudança como força impulsionadora, ao procurar oferecer novos produtos, de formas diferentes, em novos ambientes, a antigos e novos clientes”.

Ao se transformar, as atividades comerciais modificam o espaço geográfico, moldando-o de acordo com os seus objetivos, dotando-o com novas formas, novas funções,

em um processo passível de alterações. Essas características estão relacionadas ao avanço do processo de globalização que gesta espaços de consumo concomitantemente ao processo de consumo do espaço. A dispersão do capitalismo permitiu a existência do global no local e vice-versa. Os hibridismos no lugar proporcionaram a ocorrência de múltiplas relações sociais e embates entre o público e privado; entre o valor de troca e valor de uso; e a materialização de novas culturas a partir de novos padrões de consumo.

Sobre isso, Carlos (1996, p. 27) diz que passamos por “[...] um momento em que o espaço torna-se amplamente mercadoria; os espaços antes fora do universo do mercado e da mercadoria, destinado exclusivamente ao uso, se transformam em mercadoria entrando na esfera da comercialização” e assim o seu uso também é modificado, pois a atividade comercial é capaz de alterar o modo em que as pessoas consomem o espaço, ou seja, o utilizam. Assim, Ortigoza (2001) nos lembra da importância de considerar os novos conteúdos e as novas contradições do tempo já que sua aceleração redefine a vida urbana.

O comércio revela a (re)estruturação do espaço urbano e das práticas de consumo da sociedade (PINTAUDI, 2002). Pensemos agora em uma praça pública que por anos passou a ter sua função principal voltada para o lazer. Crianças, jovens e adultos consumiam o espaço a fim de se divertirem durante toda a semana. De uma hora para outra todo o espaço da praça se ver tomado por comerciantes em seus *trailers*, objetivando vender produtos alimentícios a trabalhadores de uma empresa que se instalou nas proximidades da praça.

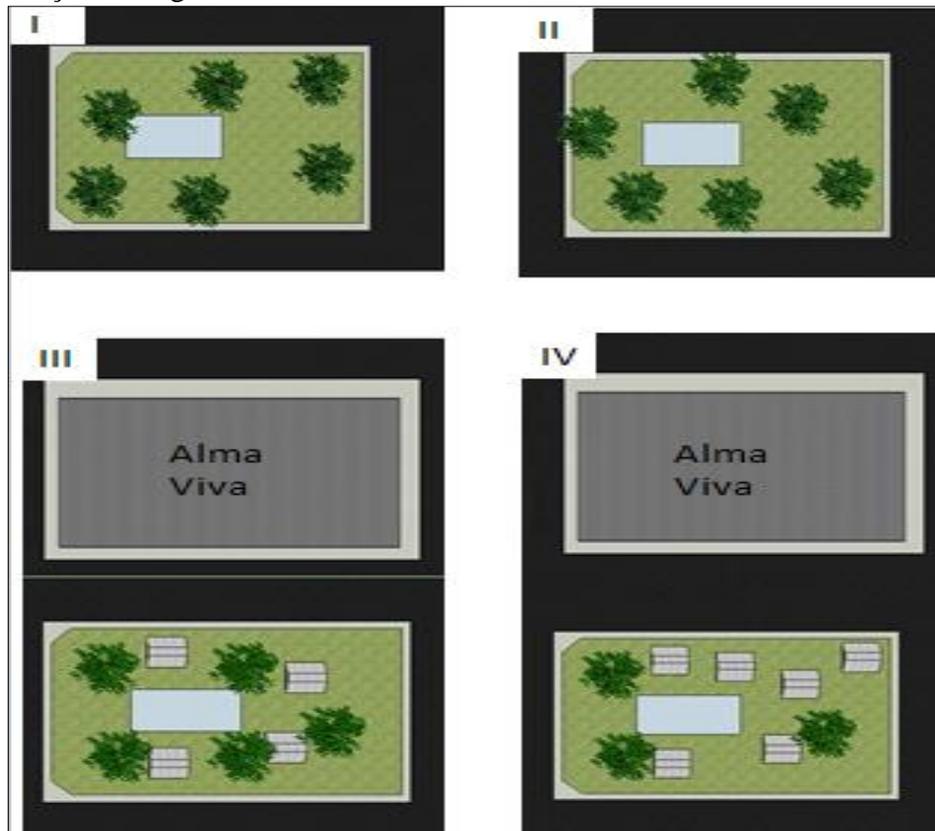
A atividade comercial modificou os usos do espaço? Quais contradições podem ser percebidas? A relação comunidade – praça foi alterada?

A PRAÇA DO TRABALHADOR EM TERESINA-PI E SUAS TRANSFORMAÇÕES SOB A ÓTICA DAS ATIVIDADES COMERCIAIS

Na especificidade do nosso trabalho buscamos enfatizar como o espaço da praça do trabalhador sofreu alterações a partir da chegada do comércio, mostrando as transformações na paisagem urbana; as novas relações entre a comunidade e a praça, para atingir o nosso principal objetivo que é demonstrar como a atividade comercial pode provocar modificações no uso – consumo - do espaço.

Localizada no bairro Dirceu Arcoverde, zona sudeste de Teresina – PI, a praça do trabalhador, conhecida popularmente como Praça dos Correios, ajuda a contar a história do bairro, através das transformações em seu interior e o crescimento da atividade comercial na região. A praça é dividida pela Rua Martinho de Sena Rosa. A nossa área de estudo, é a parte sul da praça, que fica entre a Maternidade Wall Ferraz e a empresa Alma Viva do Brasil.

Figura 1 – As transformações espaciais na praça do trabalhador em relação à chegada das atividades comerciais



A atividade comercial na praça do trabalhador decorreu da chegada de uma *Contact Center*: Alma Viva do Brasil, no ano de 2015 no bairro Dirceu Arcoverde. Anteriormente ao começo das atividades da empresa, a praça era uma área de lazer para a comunidade que consumia aquele espaço no intuito de fugir das pressões diárias do mundo do trabalho, característica da sociedade capitalista. Com quadra de esporte que era utilizada pela juventude durante toda a semana e brinquedos pelas crianças, em sua maioria nos fins de semana; a praça teve estes equipamentos substituídos por 22 trailers que passaram a vender produtos alimentícios aos trabalhadores desta e perdeu totalmente a sua função de lazer pela desativação da quadra de esportes, hoje abandonada pelo poder público e esquecida frente ao conglomerado de comerciantes que se instalaram ao seu redor. Lendo a imagem a cima percebe-se o aumento do número de trailers e a diminuição das árvores para suas construções o que retrata a transformação espacial da área pelo exercício das atividades comerciais.

As *Contact Centers* são resultados da globalização, em sua maioria são empresas estrangeiras, que se deslocam de seus países em direção a outros continentes em busca de mão-de-obra barata e incentivos fiscais. No Brasil, os primeiros *Call Centers* se instalaram nas grandes metrópoles e logo migraram para a região nordeste levando novas formas e

funções ao espaço geográfico, permitindo o estabelecimento de novos fixos e fluxos, alterando totalmente a dinâmica local.

Uma empresa do ramo de telecomunicações traz consigo novas demandas para a cidade, para o bairro ou para a rua aonde se fixam, seja pela necessidade de mais ônibus para atender a quantidade de trabalhadores, que saem de todas as áreas da cidade com o destino a um mesmo ponto do sítio urbano em horários específicos; seja pela demanda de lugares para os trabalhadores que possuem veículos próprios estacionarem ou de estabelecimentos para comprarem suas refeições.

Isso se dá pelo fato de uma *Contact Center* ofertar milhares de postos de trabalho, como é o caso da empresa Alma Viva do Brasil localizada na zona sudeste da capital piauiense, que conta com quase duas mil pessoas no seu quadro de funcionários e mantém suas atividades durante vinte e quatro horas, todos os dias da semana. A criação de fixos produtivos gera fluxos que por sua vez exigem novos fixos para dar apoio aos mesmos. No espaço geográfico, essa dinâmica permite a formação, a (re)estruturação, o nascimento e a manutenção de redes, oriundas das ações humanas a partir de relações econômicas (neste caso, comerciais), políticas, sociais e culturais que modificam o uso do espaço quando uma determinada atividade que até então não existia ali passa a ser exercida.

Teresina desde 2013 vem se tornando um ponto de atração para as empresas de *Contact Center*, principalmente por ter vasta mão-de-obra qualificada e barata quando comparada aos grandes centros brasileiros; e políticas municipais de incentivos e isenções fiscais. Ao mesmo tempo em que este setor formal é atraído por estes motivos, estas corporações agem como forças centrípetas, ou seja, de atração e formação de um setor informal nos seus arredores caracterizado pela existência dos comerciantes autônomos.

Como já mencionado anteriormente, a praça do trabalhador hoje, conta em seu interior com 22 trailers que comercializam artigos alimentícios de consumo rápido, como salgados, sucos, pasteis e pequenas refeições chamadas de arrumadinho que combinam com a rotina de dentro da *Contact Center*, pois os trabalhadores tem apenas uma pausa de vinte minutos para fazer suas refeições.

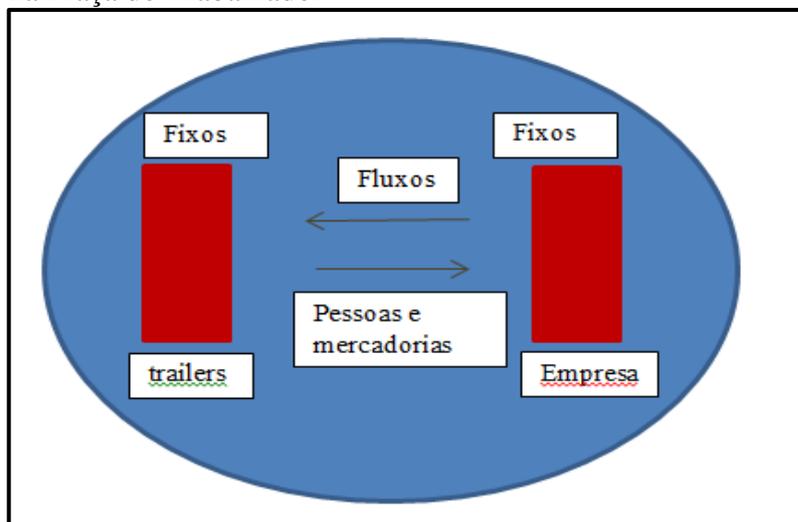
Se antes as pessoas iam até a praça e passavam horas e horas consumindo aquele espaço através do lazer e da contemplação das áreas verdes; hoje, com a atividade comercial, a relação mudou completamente. Os trabalhadores substituíram os residentes do bairro e diariamente vão até a praça somente para comprarem suas refeições e fazê-las de forma rápida, não pelo lazer e sim pela necessidade imposta pelo capital.

Ortigoza (2001) ressalta que é a reprodução das relações de produção que nos dá a base de nossa problemática. Isto porque os lugares da alimentação, além de serem um espaço do consumo, passam a provocar o consumo do espaço. Isso se revela pelo fato de o espaço da praça ter sido o palco para a construção dos trailers através do corte de algumas árvores e da impermeabilização do solo, pois alguns comerciantes construíram calçadas ao redor dos seus estabelecimentos.

A dispersão de empresas transnacionais levou consigo novas formas de consumo, aflorando contradições e a dualidade das relações entre o novo e o velho. “O novo não consegue se impor sem um atrito, pois o que já existe muitas vezes resiste, exigindo uma transformação dos lugares, de modo sucessivo” (ORTIGOZA, 2001, p. 56). O espaço urbano como produto e condição das relações sociais de produção está ligado a fatores de desigualdades socioeconômicas e espaciais, assim como às particularidades dos atores locais e do contexto regional de implantação, sempre considerando a pressão do global nos lugares.

O capitalismo global agindo no local cria uma rede de fixos e fluxos que funciona diariamente seguindo a lógica da generalização da mercadoria, funcionando como um sistema, onde a circulação de capital é a regra primordial. A fluidez do capital é retratada pela ausência da forma física do dinheiro, já que todos os comerciantes aceitam como pagamento o vale refeição dos trabalhadores. No âmbito desta pesquisa, essa rede é definida pelos fixos (trailers e empresa) e fluxos (as pessoas e as mercadorias vendidas pelos comerciantes). A atividade comercial ajuda a alicerçar uma nova estrutura econômica no âmbito do local (Figura 2).

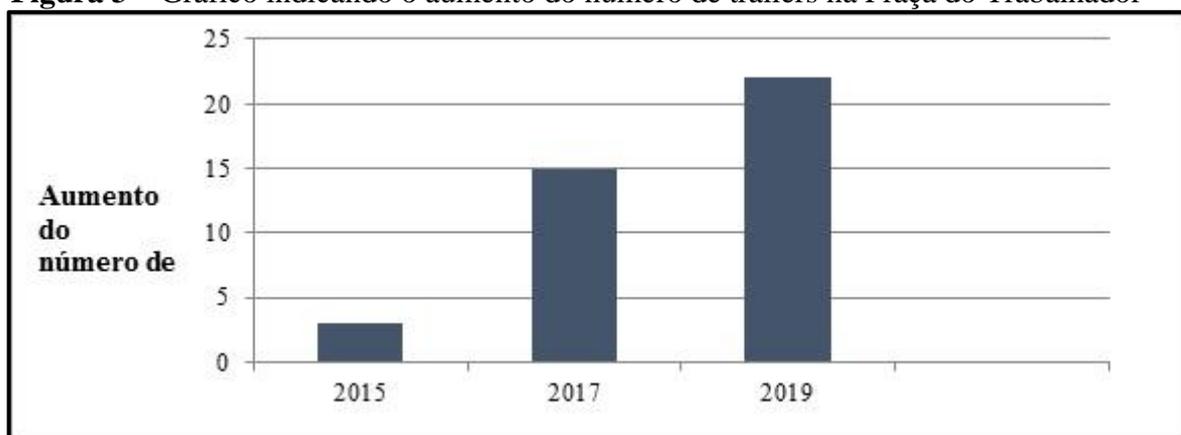
Figura 2 – Fixos e fluxos oriundos das atividades comerciais na Praça do Trabalhador



Fonte: autor (2019).

A dinâmica imposta pelo capital controla o espaço, transformando-o em mercadoria e moldando-o conforme os seus desejos. Ver-se então a popularização do comércio e do consumo em uma área onde o uso baseava-se apenas no lazer e isso muda a partir do exercício das atividades comerciais e do crescimento do setor de serviços no interior e arredores da praça do trabalhador. O aumento do número de trailers e vendedores cresceu com o passar dos anos influenciado ao crescimento da operação da *Contact Center*.

Figura 3 – Gráfico indicando o aumento do número de trailers na Praça do Trabalhador



Fonte: autor (2019).

Observa-se que há um salto de três trailers, em 2015, ano em que a empresa de telecomunicações se instalou nas proximidades da praça, para vinte e dois trailers em 2019. A chegada e permanência dos comerciantes se deu de forma aleatória e sem fiscalização nos primeiros seis meses; com o aumento de vendedores e trailers a prefeitura exigiu a apresentação de alvarás de funcionamento, o que levou a necessidade de os próprios vendedores se organizarem e criarem normas para quem decidisse comercializar seus produtos na praça.

O espaço se revela como um instrumento de poder e de contradições entre o que antes era público e o que agora se torna privado, pois os comerciantes se tornaram proprietários de pequenas parcelas de terreno de uma praça pública. Nesse jogo podemos perceber como a generalização da mercadoria transforma a paisagem urbana por meio da substituição da vegetação por construções de metais, o aumento do número de veículos e pessoas no local.

Figura 4 – Mudanças na paisagem da praça do trabalhador com a chegada das atividades comerciais



As mudanças também são retratadas quando analisamos as falas dos moradores sobre como a instalação da empresa Alma Viva e dos comerciantes na praça provocaram as alteração na relação comunidade – praça.

Quadro 1 – A relação comunidade – praça, frente a ação comercial

Sujeito A	A gente costuma levar os nossos filhos pra brincar nos fins de semana (...) tinha uns jovens que jogava bola na praça antigamente, mas hoje não dá pra fazer nada, tá tudo tomado por essas vendas.
Sujeito B	As pessoas daqui do bairro sempre iam pra praça, ficava lá sentados horas e horas, mas hoje quase não tem mais bancos, só os dos trailers mesmo.
Sujeito C	É visível que tudo mudou depois que a Alma Viva chegou aqui (...) É um vai e vem de pessoas, mas quem é mesmo aqui do bairro só vai agora na praça pra comprar comida e vai embora. Ninguém fica muito tempo ali, mas toda hora tem gente porque a alma viva empresa milhares de pessoas.

Fonte: Autor (2019).

A análise da fala dos residentes do bairro demonstra como a atividade comercial modificou a relação que a comunidade mantém com a praça do trabalhador. Nota-se que antes do comércio se instalar na área, o uso se baseava completamente no lazer, após o crescimento das atividades comerciais o consumo do espaço voltou-se para o modelo capitalista do compra e vende. A dinâmica foi reestruturada, a comunidade passou também a ser consumista dos produtos a partir de uma nova necessidade imposta na região. A atividade comercial cria novas necessidades de consumo, transforma o espaço e modifica os seus usos.

CONCLUSÃO

O espaço geográfico no mundo contemporâneo é utilizado para atender os desejos de uma sociedade capitalista que tem o consumo, uma das suas principais características.

O espaço consumido se torna também o espaço do consumo e mostra-se pelas transformações espaciais e modificações no seu uso pela lógica capitalista. A partir dos nossos estudos concluímos que a atividade comercial é de suma importância para a vida econômica das cidades, contribuindo para a fluidez, circulação e acumulação do capital e alterações na paisagem urbana.

Portanto, as análises na área de estudo proporcionou identificar que o uso do espaço da Praça do Trabalhador sofreu mudanças com o exercício das atividades comerciais, pois antes destas práticas, o consumo do espaço da praça do trabalhador se resumia no lazer e foi substituído por outra(s) forma(s) de consumo: o das mercadorias vendidas pelos comerciantes.

REFERÊNCIAS

CARLOS, A. F. A. **O Lugar no/do mundo**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

ORTIGOZA, S. A. G. **As franquias e as novas estratégias do comércio urbano no Brasil**. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 1996.

_____. **O tempo e o espaço da alimentação no centro da metrópole paulista**. 2001. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 2001.

PARKER, A. J. **Um olhar sobre as transformações no comércio: teoria e prática**. In: BARATA SALGUEIRO, T. (Org.). **Globalização e reestruturação urbana**. Lisboa: Universidade de Lisboa/CEG, 1998. p. 51-64.

PINTAUDI, S.M.; FRUGOLI, H. **Shopping-Centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras**. São Paulo: EDUNESP, 1992.

SANCHÉZ, Fernanda. O urbano no mundo da mercadoria. In: CARLOS, A. F.A., LEMOS, A. I. G. (Org.) **Dilemas Urbanos: Novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo, Contexto, 2005.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio-técnico científico informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1994.



IV SEMINÁRIO REGIONAL DE COMÉRCIO, CONSUMO E CULTURA NAS CIDADES

Teresina – PI, 12 a 14 de junho de 2019

O COMÉRCIO NO CENTRO TRADICIONAL DE ALAGOA GRANDE-PB: transformações, persistências e potencialidades

Rubens Martins Marques¹

Kátia Cristina Ribeiro Costa²

Resumo: O Centro Tradicional de Comércio de Alagoa Grande-PB apresenta atualmente uma dinâmica comercial que compreende um amplo número de estabelecimentos comerciais e de serviços. Os objetivos dessa pesquisa são analisar o processo reprodução do espaço tendo como elementos as transformações econômicas ocorridas, compreender as persistências comerciais presentes e repensar a realidade atual de acordo com potencialidades locais. Para isso, utilizamos o método regressivo-progressivo proposto por Henri Lefebvre. Constatamos com a pesquisa que 12 ruas, contando com 251 estabelecimentos delimitam este Centro Tradicional de Comércio. Sua origem parte do pequeno comércio que cresce a partir da produção do algodão, cana-de-açúcar e do agave, que ocasionou a chegada da linha ferroviária, atraindo indústrias, casas comerciais e crescimento urbano. Hoje o comércio é sustentado pela renda econômica pautada principalmente nos serviços da administração pública e seu potencial está na memória cultural, reproduzida na visão do potencial turístico da terra de Jackson do Pandeiro.

Palavras-chave: Centro Tradicional. Comércio. Reprodução do espaço. Alagoa Grande-PB.

INTRODUÇÃO

O Centro Tradicional de Comércio apresenta-se como o espaço principal do oferecimento de bens de consumo e serviços para a população dentro do Espaço Urbano de Alagoa Grande, município localizado na Região Imediata de Campina Grande e microrregião do Brejo da Paraíba. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Alagoa Grande possui uma população de 28.479 mil habitantes de acordo com o último censo realizado em 2010, sendo deste total, 61,56% corresponde à população residente na zona urbana e 38,44% à população residente da zona rural.

O objetivo dessa pesquisa tem como enfoque analisar a reprodução do Centro Tradicional de Comércio de Alagoa Grande (CTAG) a partir do estudo de transformações ocorridas no contexto econômico do município, buscando compreender as persistências comerciais presentes e repensar a realidade do presente de acordo com potencialidades que remetem ao futuro.

¹ Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Campina Grande e Graduando no Curso de Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande, E-mail: rhuens.m.marques@gmail.com

² Prof.^a Dr.^a da Unidade Acadêmica de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande, E-mail: katiacristinaribeirocosta@gmail.com

A metodologia de análise que nos auxilia a atingir tais objetivos é pautada no método regressivo-progressivo da *transduction*, proposto por Lefebvre (1958). Logo, essa abordagem “constrói um objeto virtual a partir de informações, atingindo as soluções com base em seus fundamentos, ou seja, vai do real para o possível” (COSTA, 2003, p. 2).

O referido método é dividido em três momentos distintos, mas que se complementam entre si. O primeiro momento chamado descritivo constitui a descrição do visível, que remete às observações feitas em campo na apreensão da paisagem e coleta de dados quantitativos para construir uma espacialização do Centro de Comércio em estudo. O segundo momento da pesquisa, o analítico-regressivo, nos remete ao passado do nosso objeto de estudo, a fim de compreender as relações de surgimento e as mudanças ocorridas que permanecem no presente. Utilizamos da revisão bibliográfica e documental para análise da produção do espaço, a partir dos estudos históricos locais. Na última etapa, o histórico-genético, constitui o retorno ao presente já descrito e apreendido nas temporalidades, no qual buscamos compreender a reprodução do espaço, utilizando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pesquisa de campo na coleta de dados com questionários a comerciantes e entrevistas a órgãos competentes.

DESCRIÇÃO DO VISÍVEL DO CENTRO TRADICIONAL DE COMÉRCIO EM ALAGOA GRANDE: delimitação espacial e formas de comércio

O Centro Tradicional de Alagoa Grande (CTAG) foi delimitado a partir do reconhecimento, em pesquisa de campo, de 12 ruas tradicionais de comércio, cujas formas comerciais estão apresentadas como lojas, boxes, galerias, quiosques, ambulantes em calçadas, casas, armazéns e outros pontos comerciais. Essas ruas são identificadas por: Rua Presidente João Pessoa, Rua Mariano Rodrigues da Silva, Rua Padre Belísio, Rua Cônego Firmino Cavalcante, Rua Siqueira Campos, Rua Vidal de Negreiros, Rua Ernesto Cavalcante, Rua Horácio de Albuquerque, Rua Apolônio Zenaide, Rua Getúlio Vargas, Rua Francisco Lino Cavalcanti de Miranda e Rua Dr. Francisco Montenegro.

Buscamos extrair a partir destas ruas uma delimitação do Centro onde a realidade descrita apresentasse o afloramento das formas comerciais de acordo com o tempo de atuação dos estabelecimentos comerciais. Estas ruas que compõe o Centro Tradicional apresentam ramos e sub-ramos comerciais, atendendo diversas necessidades dos frequentadores, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Número de estabelecimentos comerciais e de serviços por Rua no Centro Tradicional de Comércio em Alagoa Grande

NOME DA RUA	Nº. DE ESTABELECEMENTOS (Comércio e Serviços)	%
Rua Presidente João Pessoa	12	5,0%
Rua Mariano Rodrigues da Silva	12	5,0%
Rua Padre Belísio	10	4,0%
Rua Cônego Firmino Cavalcante	39	15,0%
Rua Siqueira Campos	14	5,0%
Rua Vidal de Negreiros	15	6,0%
Rua Ernesto Cavalcante	15	6,0%
Rua Horácio de Albuquerque	23	9,0%
Rua Apolônio Zenaide	27	11,0%
Rua Getúlio Vargas	12	5,0%
Rua Francisco Lino Cavalcanti de Miranda	04	2,0%
Rua Dr. Francisco Montenegro	68	27,0%
TOTAL	251	100%

Fonte: autores (2017).

Assim, foi observada e constatada, em pesquisa de campo, a presença de 251 pontos comerciais no CTAG, distribuídos entre comércio e prestação de serviços. As principais ruas e mais tradicionais são: Rua Cônego Firmino Cavalcante, Rua Apolônio Zenaide e Rua Dr. Francisco Montenegro. Estas três ruas têm forte relação tempo-espço, ou seja, elas surgiram com a formação da cidade e se manteve ao longo de todo seu dinamismo comercial, bem como maior número de estabelecimentos comerciais.

A Rua Cônego Firmino (Figura 1) se apresenta hoje como a principal Rua do CTAG, pois concentra as principais instalações comerciais e de serviços que dão ao consumidor uma variação de ramos comerciais e de serviços, tais como: supermercados, bancos, farmácias, vestuário feminino, masculino, infantil e de calçados, loja de material de construção, móveis e eletrodomésticos, postos de combustíveis e serviços da administração pública.

Podemos contar com um total de 27 lojas em ramos comerciais e 8 são os locais que oferecem prestação de serviços como a Agência do Banco do Brasil, correspondente Pague Fácil, Salão de beleza e outros. O número de instalações se completa com os equipamentos urbanos de serviço e administração pública, no qual podemos encontrar uma escola estadual

de Ensino Fundamental I, o Fórum Eleitoral da 9ª Zona, como também a sede da Prefeitura Municipal de Alagoa Grande.

Figura 1 – Rua Cônego Firmino Cavalcante no Centro Tradicional de Comércio



Fonte: Marques (2017).

A Rua Apolônio Zenaide, trecho que oferece um menor número de estabelecimentos em relação às demais aqui descritas, mas que apresenta dinamismo e importância para esse centro. A rua aqui descrita que se alinha as praças públicas da cidade, se tornou um local que se destaca pelo ramo da alimentação, contendo 9 estabelecimentos, sendo duas pizzarias e restaurantes, casa de bolo, lanchonete de açaí. Existem também 6 boxes que servem de pequenas lanchonetes e bares. Estes boxes são heranças do pequeno e antigo terminal rodoviário que ali se localizava. Mesmo com a transferência do terminal para outro local, o espaço ainda se denomina como “Rodoviária Velha”, contendo esses pontos comerciais.

Além do ramo alimentício encontramos lojas franquizadas como a loja de vestuário da Henrrero Moda Masculina e a perfumaria O Boticário, uma galeria comercial com 7 salas comerciais, loja de tecidos, variedades e importados, farmácias e serviços como consultório odontológico, laboratório de análises clínicas, cartório, pousada e uma Agência dos Correios. Os equipamentos de serviços e administração pública ficam a cargo da Câmara Municipal de Vereadores, do Sindicato de Produtores Rurais e do Memorial de Jackson do Pandeiro, este último instalado em um dos casarões históricos da rua observada, administrado pela Prefeitura Municipal de Alagoa Grande.

A última Rua do CTAG que merece destaque e que encerra a descrição do nosso estudo é a Rua Dr. Francisco Montenegro, considerada a mais tradicional do comércio de Alagoa Grande, no que diz respeito ao tempo de atuação de seus comerciantes, bem como

pelo considerável número de estabelecimentos, conforme visto na Tabela 1. Esta Rua possui o maior número de pontos comerciais e de serviços, sendo um total de 68 instalações que são divididas entre os seguintes ramos comerciais: vestuário, alimentício, como supermercados e mercadinhos, padarias, casas de bolo, hortifrutigranjeiros, sorveterias, entre outros, lojas de variedades, móveis e eletrodomésticos, bem como outros estabelecimentos de serviços.

Dentro da análise do visível de um Centro Tradicional como o de Alagoa Grande, percebemos que o mesmo não é formado apenas por ruas que abrigam os espaços físicos de comércio por longas datas, mas também das pessoas inseridas, do fluxo de mercadorias, movimentos e dinâmicas intrínsecas nele que o leva a resistir frente às novas modalidades de comércio. Em Alagoa Grande, o seu Centro Tradicional no presente, ainda está ligado ao vivo espaço que ainda reproduz o capital e o social, tornando-se um lugar que exerce importância relativa para toda a cidade que necessita da sua oferta de bens e serviços.

Uma análise regressiva da produção do espaço

A produção do espaço urbano alagoa-grandense está fortemente relacionada aos proprietários dos meios de produção no que se refere ao cultivo e exportação do algodão, produção de derivados da cana-de-açúcar na Usina Tanques e em engenhos, e do agave beneficiado dos quais adquiriram grande escala de crescimento no início do século XX. Diante o crescimento da produção algodoeira de Alagoa Grande e região, a instalação da linha ferroviária em 1901 surge como um primeiro marco de transformação e progresso econômico para o município.

A acessibilidade no espaço urbano e minimização do tempo de deslocamento são vistos por Corrêa (1989), como gênese da área central. Na sua concepção, a intensidade dos fluxos de pessoas, mercadorias e capitais ampliou a quantidade de transportes inter-regionais através dos terminais ferroviários a partir da segunda metade do século XIX. Esses terminais acabaram trazendo para perto as atividades comerciais e industriais que se instalaram a fim de minimizarem os custos de transporte.

Corrêa (1989, p. 39) afirma, “a acessibilidade, por sua vez, atraiu as nascentes lojas de departamentos [...] e de outros gêneros do comércio varejista, bem como numerosas atividades instaladas em escritórios”. Essas lojas, ainda segundo Corrêa (1989), visavam distribuir uma gama enorme de produtos industrializados para um mercado consumidor formado por assalariados, provenientes das atividades dos novos setores urbanos.

Nesse sentido, os transportes inter-regionais e trazendo essa colocação para o início do século XX (época em que se detêm a pesquisa), sua configuração no território pode

possibilitar diversos condicionamentos na dinâmica de atratividade no que diz respeito à instalação de estabelecimentos a partir do seu ponto final ou de encontro com o espaço urbano, como nos acrescenta Corrêa (1989) acerca dos terminais dos transportes ferroviários:

Próximas a estes terminais, vão se localizar aquelas atividades, muitas delas então nascentes ou em ampliação, voltadas para o mundo exterior à cidade, o comércio atacadista, depósitos, escritórios, e a indústria: a localização junto aos terminais de transporte era essencial, significando diminuição de custos (CORRÊA, 1989, p. 39).

Corrêa (1989) afirma que se estabelecer próximo aos terminais ferroviários significava a diminuição de custos, ou seja, as despesas com o transporte dos produtos até os vagões do trem, ou das mercadorias para os estabelecimentos. Assim, gerava maior facilidade quanto à acessibilidade. Trazendo essa colocação para a pesquisa percebemos que ao identificar a localização de indústrias de beneficiamento, outras fábricas e armazéns, estas vieram a se estabelecer nas ruas onde se delimita o centro da cidade ou em suas adjacências, próximas a estação do trem. Corroborando tal colocação do autor citado, Luna (1995 apud FREIRE, 2002, p. 94-95) assim fala sobre o espaço próximo do terminal em Alagoa Grande e as relações socioeconômicas:

O final da linha de ferro, no entanto, deu mais vida ao lugar, além de ter contribuído para o desenvolvimento do seu comércio, facilitando o intercâmbio entre as firmas locais e grandes empórios da capital da Paraíba e de Pernambuco. Trens de carga deixavam a estação, todos os dias, levando os produtos manufaturados e voltavam abarrotados de mercadorias. [...] Alagoa Grande até aí, desconhecia a recessão, o desemprego e não havia fome e miséria em seu território.

Outro fato importante é que atuação destas indústrias cria uma gama de emprego e renda para a população, o que ocasionou a atração e o crescimento do comércio na área central, o tornando um Centro Tradicional. A partir desse momento, Alagoa Grande é considerada como um polo econômico de grande importância para o interior da Paraíba, exercendo centralidade para a região do Agreste. Porém, crises econômicas, mudança da matéria-prima natural usada pelas fábricas importadoras pelo uso dos derivados do petróleo resultou na diminuição da produção do algodão e do agave a partir dos anos de 1960, até sua erradicação em 1975. O declínio de um século por inteiro dedicado e fixado a luz de uma economia forte ruiu e não criou outras raízes para sustentar-se, levando a cidade à estagnação.

PERSISTÊNCIAS COMERCIAIS E POTENCIALIDADES ECONÔMICAS DE ALAGOA GRANDE

Para Freire (2015), a partir do final dos anos 1980, Alagoa Grande passa por uma nova transformação econômica advindo de um intervencionismo estatal. Para essa nova fase,

destaca-se o número significativo de aposentados e pensionistas da zona urbana, incluindo as previdências sociais nos âmbitos federal e estadual, como também o significativo crescimento do número de funcionários públicos ativos nos âmbitos municipal, estadual, federal.

A relação do tempo de atuação dos estabelecimentos comerciais concentrados no Centro Tradicional mostra a dinâmica no oferecimento de seus produtos, fazendo entender as relações de persistência do Comércio, frente à situação que o município se encontra atualmente. Assim, de acordo com a pesquisa de campo, através dos questionários podemos observar a seguinte composição temporal da instalação dos estabelecimentos (Figura 2).

Figura 2 – Gráfico do tempo de estabelecimento no Centro Tradicional de Comércio em Alagoa Grande



Fonte: autores (2017).

Diante da amostra da pesquisa realizada, podemos ver que 17 estabelecimentos possuem de 10 a 20 anos de instalação no CTAG. Verificamos assim, que o número mais expressivo de estabelecimentos surge a partir da época de maior crise econômica municipal em 1997, com o fechamento da Usina Tanques. Dos estabelecimentos mais antigos, 10 possuem de 21 a 30 anos de instalação e 5 possuem mais de 35 anos, no qual vivenciaram ainda o fim dos ciclos do algodão, do agave e dos Engenhos.

Quanto a chegada de estabelecimentos mais novos ao Centro Tradicional de Comércio, sendo estes os que possuem de 5 a 9 anos, bem como os que possuem menos de 5 anos de instalação, podemos explicar através de Costa (2003), que as formas espaciais dos Centros Tradicionais são resultados da produção e reprodução do espaço, a partir das novas formas de comércio. Então podemos considerar através da mesma autora que:

Essas formas, por sua vez criam e recriam necessidades de consumo do e no espaço, renovando-as com novas imagens. Os Centros Tradicionais de Comércio das cidades

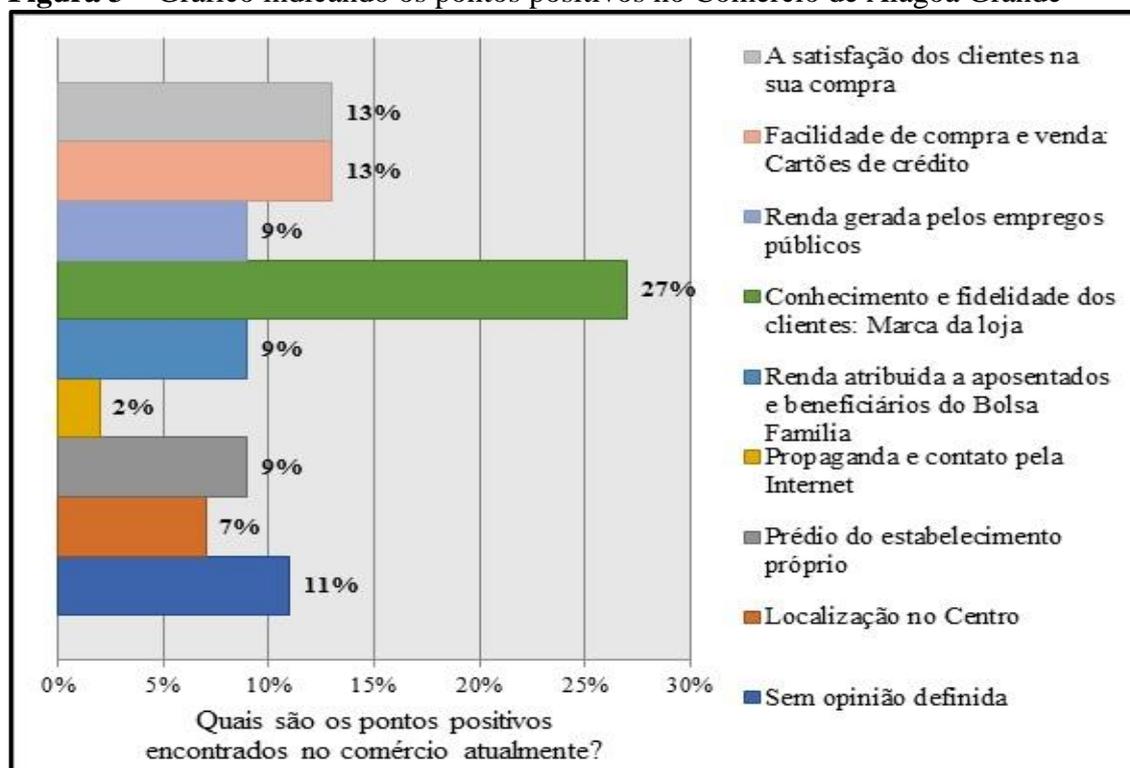
se reproduzem a partir de uma nova imagem, criada pelas novas formas de comércio para sociedade urbana atual (COSTA, 2003, p. 7).

Freire (2015, p. 4) diz que a nova fase econômica pautada no capital estatal aliada a outras rendas da população tem despertado a nova geração de comerciantes e outros empresários na atuação das atividades de serviços à população, nos setores de alojamentos e alimentação, como: bares, restaurantes, pousadas, lanchonetes, pizzarias, churrascarias e espaços de lazer. Com uso de recursos próprios ou empréstimos bancários.

Outros serviços atendem as novas necessidades da população, como: escritórios de advocacia e contabilidade, clínicas médicas e odontológicas, laboratórios, espaços de beleza, academias, assistência funerária, correspondentes bancários e o setor de Tecnologia da Informação, como: provedores de internet, estabelecimentos técnicos em informática, serviços de copiadora e impressão, como também concertos de celulares e *smartphones*.

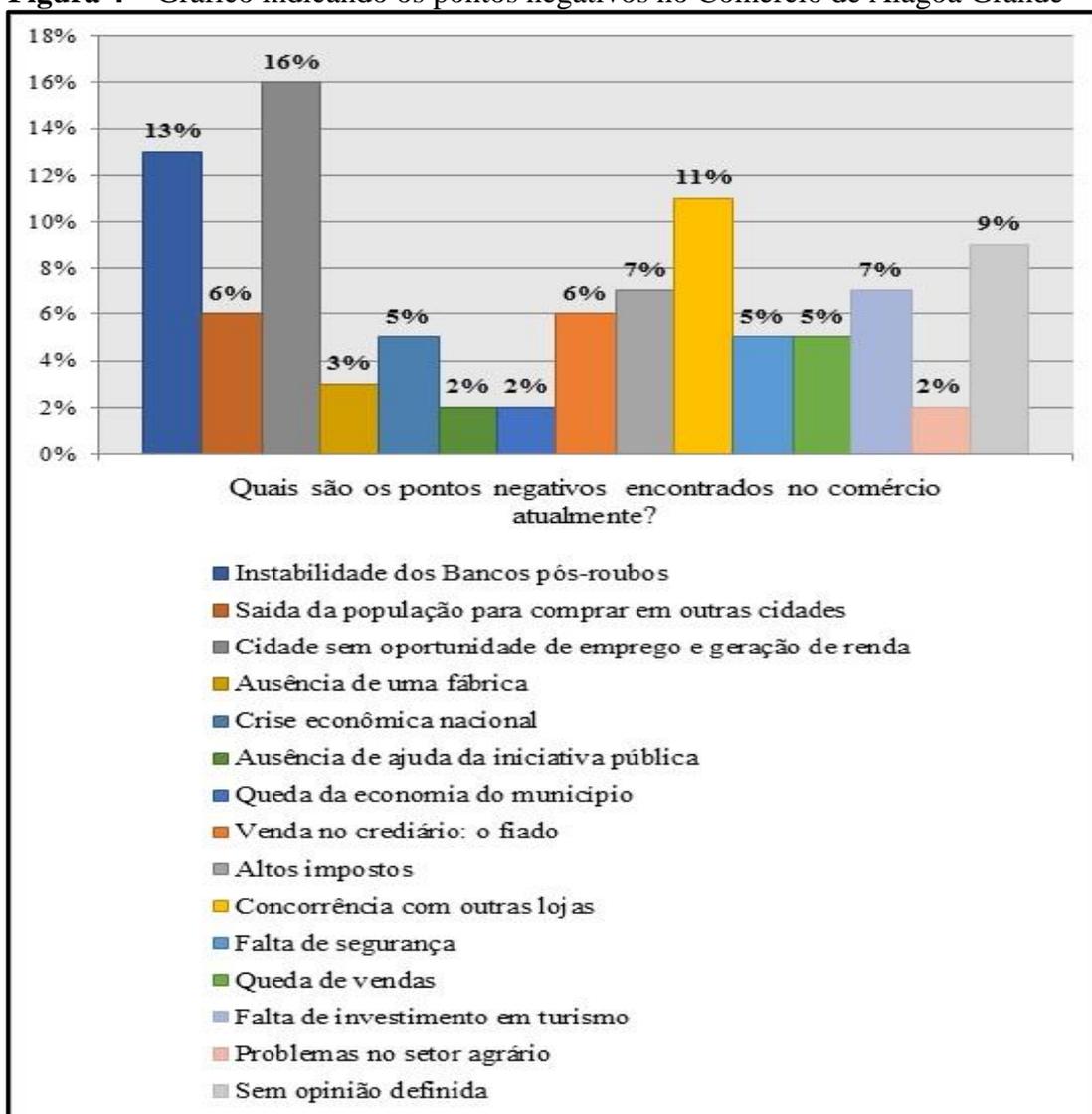
Voltando aos dados da pesquisa em questionários com os comerciantes, propomos que os mesmos apontassem pontos positivos (Figura 3) e negativos (Figura 4) encontrados no comércio de Alagoa Grande atualmente. Pontos esses que nos ajudarão a entender a fragilidade e as dificuldades que o Centro Tradicional de Comércio vem enfrentando, como também os fatores que tem contribuído para a resistência dos mesmos.

Figura 3 – Gráfico indicando os pontos positivos no Comércio de Alagoa Grande



Fonte: autores (2017).

Figura 4 – Gráfico indicando os pontos negativos no Comércio de Alagoa Grande



Fonte: autores (2017).

O gráfico da Figura 3 mostra os pontos positivos que foram apontados na pesquisa em relação ao comércio e ao CTAG hoje. Analisamos através dos dados que a fidelidade dos clientes em sempre comprar no mesmo local, atingiu 27% das opiniões relatadas pelos comerciantes como positividade para o comércio. Outros pontos positivos averiguados foram referentes à satisfação do cliente ao adquirir seu produto desejado e a facilidade de compra e venda através dos cartões de crédito, representando 13% das opiniões. Ainda merecem relevância a entrada financeira referente à renda pública, a estrutura do estabelecimento próprio, isentando o pagamento de alugueis. Estes dois pontos representam 9% das opiniões, como também a localização do estabelecimento no CTAG, onde existe o fluxo de pessoas, representando 7% das opiniões.

Por outro lado, a insatisfação dos comerciantes para com a situação comercial de Alagoa Grande está disposta em 14 diferentes pontos de vista que tem prejudicado as vendas e apresentado outras dificuldades encontradas no CTAG, apontadas conforme vimos no gráfico da Figura 4. Com 16% das opiniões relatadas pelos comerciantes, Alagoa Grande sofre por não ter oportunidades de emprego para sua população, o que acarreta a não geração de renda para o comércio. Alguns pontos negativos que foram observados servem de causa para a porcentagem maior anterior, como a ausência de uma fábrica (3%), a ausência de ajuda da iniciativa pública (2%), a queda da economia do município no passado (2%).

Um segundo ponto negativo que atingiu 13% das opiniões é a instabilidade dos bancos quando sofrem explosões aos caixas eletrônicos (que destroem também a estrutura do banco). Tudo isso acarreta um prejuízo tanto aos bancos como para a população que necessita deles para sacar seus salários. Salários estes que são utilizados no comércio. Como consequência disso, outro ponto negativo acarreta a saída desses assalariados para sacar seu dinheiro em cidades maiores (Guarabira e Campina Grande) e acabam fazendo suas compras no mesmo lugar, esse ponto corresponde a 6% dos comerciantes questionados.

A concorrência entre os estabelecimentos de mesmo ramo também foi apontado como ponto negativo em meio à conjuntura que o CTAG vem passando, no qual atingiu 13% das opiniões. Em se tratando desse assunto, os comerciantes que apontaram essa dificuldade, relataram que há a disparidade de pequenos comércios para maiores, como exemplo, mercadinhos aos supermercados e disparidades de preços, como exemplo, lojas de confecções de artigos melhores às de preço popular.

Outros pontos que merecem destaque como negativos revelados na pesquisa são: compra e venda a crédito, mais conhecido como o “fiado” (6%), a cobrança de altos impostos (7%), a falta de segurança pública, principalmente relacionado aos bancos (5%), e a falta de incentivo ao turismo da cidade (7%) que tem prejudicado o comércio de Alagoa Grande.

A fim de buscar alternativas para solucionar os problemas, perguntamos aos comerciantes opiniões de como os Órgãos Públicos e/ou a Iniciativa Privada devem agir para ajudar a melhorar o comércio de Alagoa Grande economicamente com a geração de renda. Os mesmos além dessas possibilidades, elencaram algumas outras necessidades do CTAG.

Constatamos na pesquisa que 30% dos comerciantes sugerem a instalação de fábricas e indústrias na cidade como solução para a melhoria econômica do comércio, pois abriria oportunidades no mercado de trabalho em favor da população desempregada. Percebemos nas falas dos mesmos que a memória coletiva dos tempos áureos da economia de Alagoa Grande,

quando esta detinha esse tipo de atividade no meio urbano é viva principalmente dos que viveram essa época, como também dos mais novos que tem conhecimento do crescimento econômico que essas empresas trouxeram em benefício a este espaço.

O segundo ponto de vista em destaque, abrangendo 22% das opiniões da amostra, dialoga com o ponto anterior, em que haja alternativas no incentivo para que se estabeleça a geração de empregos e renda para a população desempregada partindo destes órgãos. Uma terceira possibilidade que surte proeminência com 15% das colocações da pesquisa é o investimento no turismo da cidade. Segundo os comerciantes, havendo esse incentivo criaria a oportunidade de atrair mais turistas, que consomem na cidade. Além das possibilidades, algumas necessidades também puderam ser apontadas, como: segurança pública (5%), redução de impostos (7%), apoio para que a população compre na cidade (7%), assistência ao meio agropecuário (3%) e outros.

Diante do exposto pelos comerciantes em pesquisa, podemos considerar o turismo de Alagoa Grande como uma virtualidade, ou seja, uma existência potencial para o lugar, pois a mesma possui além de pontos turísticos naturais e culturais, é conhecida nacionalmente como “a terra de Jackson do Pandeiro”. Alagoa Grande aposta nesse novo potencial turístico, voltado a uma cultura do consumo do lugar pela memória do passado preservado no presente e a reprodução do lugar a partir do nome do cantor e compositor Jackson do Pandeiro, que deixou um legado cultural em todo o país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se discutir a reprodução deste espaço em Alagoa Grande, tendo em vista que o mesmo pode ser considerado como um polo fundamental para a economia da cidade.

Observa-se que os Centros das cidades ainda se constituem espaços de representatividade na articulação do espaço urbano das cidades brasileiras na atualidade, principalmente em pequenas localidades como Alagoa Grande, frente às novas formas de centralidade comercial, a exemplo dos shoppings centers.

Constatamos que o Centro Tradicional de Comércio se incorpora como o lócus de um cotidiano do fluxo de pessoas cercados por uma diversidade de tipos de comércio e outros estabelecimentos no oferecimento de serviços, bem como local que se localizam os prédios de serviços da gestão pública e privada ligados pelo capital. É a principal forma de acesso dos moradores aos produtos, encontrados em supermercados, farmácias, papelarias, lojas de variedades, móveis e eletrodomésticos. Além disso, é um ponto de encontro frequente ou casual nos restaurantes, bares, cafés, lanchonetes e padarias.

As relações econômicas incorporadas no passado refletem um presente de rupturas, permanências e resistências de um Centro fortemente ligado aos agentes sociais produtores do seu espaço. Mesmo com as dificuldades, as reproduções de novas formas de comércio são encontradas no CTAG, visando o momento atual da sociedade.

Como potencial econômico para uma revitalização desse Centro de comércio, o turismo se insere como virtualidade tendo em vista o seu valor cultural construído durante o passado e a memória de grandes nomes que permitem o consumo do e no lugar.

REFERÊNCIAS

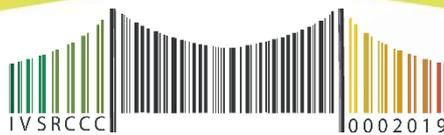
CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

COSTA, Kátia Cristina Ribeiro. **O centro de Recife e suas formas comerciais: transformações e persistências**. 2003. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 2003.

FREIRE, José Avelar. **Alagoa Grande: aspectos econômicos e fatos outros de sua história**. João Pessoa: Idéia, 1996.

_____. **Alagoa Grande: sua história de 1625 a 2000**. João Pessoa: A União, 2002.

_____. Uma interessante viagem (na locomotiva do tempo) pela economia e por fatos históricos do município. **Alagoa Grande em Revista**, p. 4-6, 2015.



IV SEMINÁRIO REGIONAL DE COMÉRCIO, CONSUMO E CULTURA NAS CIDADES

Teresina – PI, 12 a 14 de junho de 2019

O PAPEL DO ENSINO SUPERIOR NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Breno de Abreu Lopes¹

Luiz Antônio Araújo Gonçalves²

Virgínia Célia Cavalcante de Holanda³

Resumo: Presenciou-se no país o crescimento da educação superior na década de 2000. Expansão baseada em investidas de realocação do país no rumo da democratização do ensino. Aliado, ocorreram implicações nas cidades e no funcionamento dos territórios. Esse estudo teve objetivo analisar as principais implicações do ensino superior em uma cidade média. O embasamento empírico é a cidade Sobral no Noroeste do Estado do Ceará, vista como centro importante de oferta de atividades terciárias e serviços educacionais. A metodologia baseou-se no levantamento de obras e artigos que discutem o ensino superior no Brasil e em Sobral, mais problematizações da vivência no ambiente de ensino pelo trabalho de campo. As conclusões indicam que Sobral é centro irradiador desse ensino, um espaço urbano modificado e dinamizado em função das atividades estudantis. As instituições são responsáveis por parte da centralidade que a cidade exerce, pois articulam pessoas, investidores e interações espaciais com outros centros urbanos.

Palavras-chave: Ensino Superior. Desenvolvimento Regional. Cidades Médias. Sobral.

INTRODUÇÃO

A reflexão neste texto está ancorada com debates sobre a expansão da educação superior vivenciada no Brasil na primeira década dos anos 2000, sobre as perspectivas nesse cenário e o movimento de interiorização desse ensino para o Estado do Ceará.

O contexto educacional brasileiro vivenciou nesse período mudanças pensando-se em novos rumos pedagógicos, políticos e sociais. Foram investidas para inserir o país em um patamar de nação desenvolvida que pudesse “competir” com outras, aliado também com outras demandas sociais e históricas. A maneira como a Educação brasileira se dispersou, em especial neste trabalho a Educação Superior, foram movidas por medidas e políticas de Governo destinadas à sua expansão. Como consequência significativa, maior contingente populacional adentrou em um nível de ensino que era considerado como elitista e excludente.

Como discutem Dantas e Clementino (2014), o ensino superior brasileiro passou por momentos de expansão social e estrutural nas instancias federais e estaduais durante os anos 2000. Universidades e institutos dessa natureza cresceram em quantidades e pontos distintos

¹Aluno do Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (MAG-UVA),
E-mail: breno.abreu@hotmail.com

²Prof. Dr. do Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (MAG-UVA), E-mail: geoluiz@hotmail.com

³Profa. Dr. do Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (MAG-UVA), E-mail: virginiaholland@hotmail.com

do território brasileiro e, assim, trouxeram níveis de desenvolvimento regional diferenciado nas regiões localizadas.

Nesse contexto, a educação e o Ensino Superior são tratados por considerável parcela da sociedade como novo ideário a ser alcançado para o desenvolvimento da profissionalização. Nossas hipóteses partem de que esse fortalecimento tenha ocorrido devido medidas governamentais implantadas pelo Governo brasileiro, principalmente, durante a década de 2000. Essas medidas implantadas rumando a expansão da Educação Superior contribuíram para o aumento do número de instituições e vagas dessa natureza pelos Estados e, aliado ao fortalecimento do sistema, cooperaram para a expansão associada de modernizações no território e no sistema de cidades.

Não se contesta que o Ensino Superior atua como agente de transformação particular de um indivíduo, forma um novo profissional para o mercado e, ainda, o atribui chances de alcançar um nível intelectual que possa fugir ao senso comum. Entretanto, não se deve entender essa discussão somente a partir desse viés, pois, as dimensões modificadas pelas implicações estabelecidas pelo Ensino Superior atingem o nível material e espacial da cidade.

Santos e Silveira (2000) analisam a geografia do Ensino Superior brasileiro e avaliam essa variável como elemento que contribui para novos padrões de relacionamentos da população com a Educação. Uma das principais decorrências são as modernizações e densidades técnicas inseridas no território. O relacionamento entre educação, população e território contribui para transformações no espaço urbano das cidades e na vida de relações que as mesmas exercem. Sendo assim, compreende-se esse nível de ensino como um potencial no tocante as modernizações do território e nos costumes da população com esse mesmo território.

Partindo-se desse contexto, o estudo empírico corresponde à cidade de Sobral inserida na região Noroeste do Estado do Ceará. A presença de instituições de ensino superior interfere na dinamização urbana e fortalece outros relacionamentos regionais com as cidades do entorno. O papel que o ensino superior desempenha representa um elemento importante para o desenvolvimento regional e assegura a cidade em posição de centralidade.

No presente, porta-se como núcleo urbano de importância no conjunto de cidades médias do Estado devido comércios, serviços e bens específicos ofertados para região. Com este texto, pretende-se discutir a presença do Ensino e da Universidade em uma cidade média e algumas implicações atreladas entre ensino, desenvolvimento regional e atuação local.

Construiu-se esse artigo baseando-se em leituras de livros e obras que trabalham o território brasileiro a partir do Ensino Superior e as transformações devido sua expansão. Também, analisou-se discussões da cidade de Sobral e o movimento de interiorização da Educação Superior para o Ceará. Após, partimos para a dimensão empírica com trabalho de campo para compreendermos traços da dinâmica urbana da cidade frente ao Ensino Superior, registros fotográficos, na busca do entendimento dos relacionamentos imbricados nessa dinâmica entre cidades médias e pequenas.

DA UNIVERSIDADE PARA AS CIDADES

Segundo a perspectiva de Santos e Silveira (2000) o território brasileiro está preenchido por níveis de densidades técnicas influenciadas pelo período técnico-científico-informacional. Elementos como ciência, técnica e informação são constitutivos do território brasileiro que atuam no seu funcionamento. Desse modo, o Ensino Superior e suas implicações correspondem a uma resposta desencadeada pela inserção da ciência, de novas técnicas e informação introduzidos nas relações e nas diferentes áreas de conhecimento. Disso, a população é levada a buscar cursos e instituições superiores em razão, principalmente, de necessidades de mercados.

Na busca de compreender o delineado da geografia do Ensino Superior brasileiro, percebe-se as transformações nesse cenário. Processuais transformações partem dos primeiros sinais no século XIX com a Família Real, ao século XX com a implantação da Universidade. Destaca-se principalmente as modificações robustas que aconteceram na década de 1990 e 2000 com a promulgação da mais atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, nº 9394/96 (AMORIM, 2010).

Em seus primórdios o comportamento dessa educação superior brasileira, em todos os seus níveis, era notadamente seletivo e excludente. Isso ocorria devido não ser oferecida a população de maneira equiparada nem suas instituições estarem localizadas em pontos estratégicos de maior acesso. As primeiras instituições que ofereciam esse serviço se concentravam em cidades imponentes do ponto de vista econômico como as capitais dos Estados. Sinalizava-se o caso de uma educação seletiva espacialmente que não conseguia alcançar muitos espaços, tampouco, um contingente maior de pessoas.

Entretanto, foram necessárias ações acentuadas para que as instituições e vagas oferecidas aumentassem e se descentralizassem pelas cidades do Brasil. Considerando o cenário recente, a seletividade histórica antes citada é “atravessada” por medidas governamentais de apoio e amparo ao crescimento educacional. Essas políticas no campo das

Universidades e Institutos públicos e crescimento da rede particular, apoiado também nas ações de governo, foram implantadas principalmente na década de 2000. Todavia, cabe esclarecer que essas medidas ainda não conseguiram consolidar o amplo acesso como se esperava. O padrão de dispersão espacial dessas instituições não garantiu ampla abertura nem equiparação do número desses equipamentos nas regiões brasileiras. Em essência, a característica seletiva e excludente do seu primórdio permanece com novos moldes, principalmente, quando se considera a seletividade espacial do ensino superior que se anuncia como caminho de aprofundamento.

Algumas principais ações governamentais propostas durante a década de 2000 em favorecimento da expansão da Educação Superior no Brasil foram: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); Programa Universidade para Todos (PROUNI); Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Essas medidas promoveram um movimento de expansão, possibilitando que algumas instituições se realocassem em locais antes não inseridos no desenho da rede superior de educação.

Nesse movimento de expansão, as capitais dos estados que antes detinham da localização dessas instituições presenciaram o crescimento de outras IES em regiões diferentes dos grandes centros. Determinadas instituições começaram a se instalar em cidades médias brasileiras e, assim, induziram que maior parcela da população de outras cidades adentrasse nos bancos das universidades. De acordo com Amorim (2010) e Freire (2011), devido a criação de novas instituições e dispersões de algumas precedentes, um contingente de população começou a não necessitar se deslocar de cidades pequenas para grandes centros urbanos como era de costume. Com isso, população proveniente de camadas menos favorecidas também ingressaram em maior número em instituições desse porte.

Destaca-se que essa instalação de instituições fora dos grandes centros urbanos não interferiu somente nos níveis de escolaridade e nas estatísticas do quantitativo de matrículas. Os estudos científicos passaram a não se restringir somente as linhas de pesquisa das instituições já consagradas dos grandes centros. Com isso, o ensino e a pesquisa tenderam a se inovar e, paulatinamente, ganharam caráter regional, ligados a desvendar situações específicas de regiões antes não vistas pelos pesquisadores. Concordando com esse pensamento, Dantas e Clementino (2014, p. 230) propõem que “é inquestionável a importância das universidades na produção da ciência, no processo de inovação tecnológica e na formação de recursos humanos.”. Na mesma proporção que essas IES cresceram, começaram a surgir repercussões

estruturais no espaço urbano das cidades, na economia, comércio e na acentuação das dinâmicas relacionais entre núcleos urbanos vizinhos.

Baumgartner (2015) discute a relação entre a presença do Ensino Superior e as Cidades, “[...] as Universidades contribuem para o desenvolvimento (econômico, político e cultural) urbano e regional, dinamizando cidades, suas bases econômicas, sua morfologia e mesmo suas imagens na rede urbana global” (BAUMGARTNER, 2015, p. 94).

Recentemente, percebe-se a disseminação das IES pelos estados brasileiros. Algumas instituições foram criadas em tempo mais recente e outras conseguiram se “desafixar” de pontos antes rígidos do território. A descentralização das IES das capitais para regiões mais “a dentro” dos Estados, principalmente cidades médias, ajudam na fluidez do território e na constituição de implicações no espaço urbano dessas cidades. Algumas das principais implicações decorrentes: incentivo ao setor imobiliário, de comércios, serviços, fluidez urbana e desenvolvimento regional, dentre outros. Essas implicações, ou decorrências, são importantes para as atividades estudantis, para a formação de um corpo qualificado para o mercado científico e tecnológico, dando impulsos para o desenvolvimento regional.

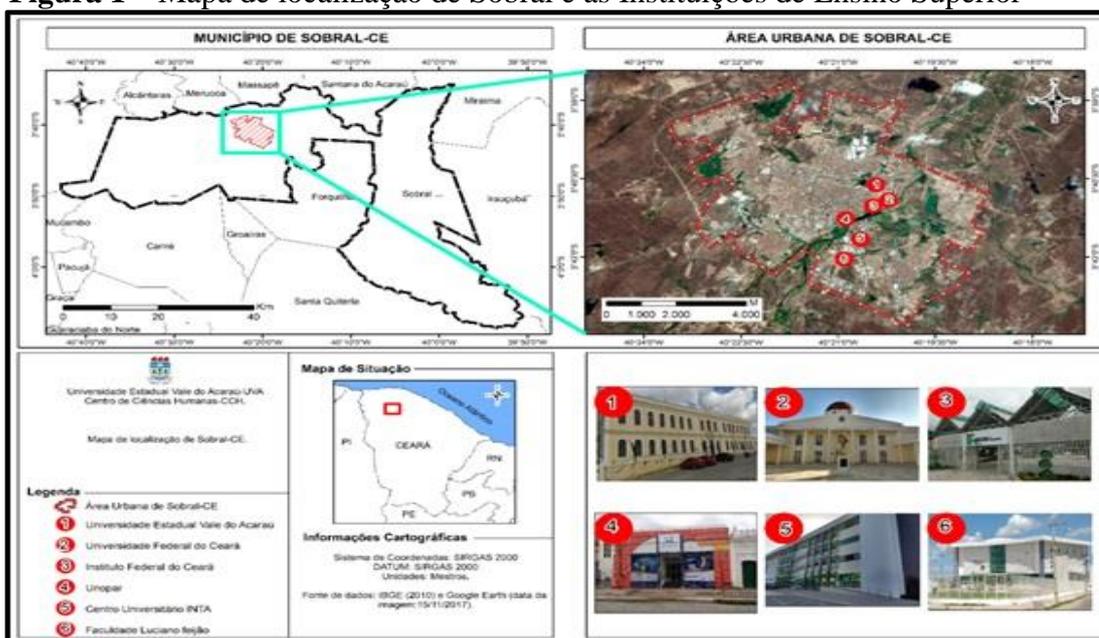
É o caso da cidade de Sobral na região Noroeste do Estado do Ceará que, atualmente, se comporta como polo educacional nessa região do Estado. Nesse caso, existe oferta a um número significativo de pessoas e diferentes cidades de serviços de educação, tanto de nível básico como o superior.

SOBRAL/CE E SUAS IMPLICAÇÕES LIGADAS AO ENSINO SUPERIOR

Os processos urbanos e sociais que trazem transformações para o cotidiano e a morfologia de Sobral/CE são processados por forças de agentes governamentais e de empresas privadas. Essa atuação modifica a economia, as relações que desempenha no Estado, no relacionamento com população de outros núcleos urbanos. Nela concentram-se um conjunto de atividades ligadas ao setor de serviços e comércios que atraem novas modernizações para a cidade e pessoas em busca de usufruí-los. A educação superior é uma atividade ligada ao setor terciário da economia, sendo, portanto, considerada como serviço prestado a sociedade que desencadeia a Sobral posição diferenciada de destaque em relação a cidades pequenas que a circundam.

No presente, conta com uma instituição pública estadual e duas federais de importância (UVA; UFC e IFCE, respectivamente), faculdade e centros universitários privados (FLF e UNINTA, respectivamente) e polos de apoio presencial de instituições a distância (Figura 1).

Figura 1 – Mapa de localização de Sobral e as Instituições de Ensino Superior



Fonte: Autores (2019).

Inúmeros institutos particulares se disseminaram pela cidade com intuito de oferecerem cursos de graduação e pós-graduação. Essas instituições possuem uma quantidade representativa de cursos distintos que diversifica a oferta e o número de vagas para a população local e vizinha.

O crescimento das Universidades e dos Institutos públicos e privados, federais e estaduais, no Brasil tem repercutido no Estado e Sobral. Dantas e Clementino (2014) entendem que essa ampliação causou uma interiorização desse ensino para estados brasileiros como o Ceará. O processual movimento de interiorização citado também atinge a cidade de Sobral. Essa interiorização foi inicialmente delineada por instituições públicas e estaduais.

A primeira investida na educação superior foi proposta por medidas locais e estaduais para a criação do primeiro aparelho educacional. A fundação da Universidade Estadual Vale do Acaraú ainda 1994 foi a ação pioneira que trouxe representatividade do ensino superior para essa região. Posteriormente, em 2000 presenciou-se a implantação do REUNI no país que trouxe um novo *campus* da Universidade Federal do Ceará para Sobral. A antiga Faculdade de Tecnologia CENTEC (FATEC/Sobral) foi transformada em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia por mão desse programa. Ainda na década de 2000 percebe-se a implantação de instituições privadas como o Centro Universitário UNINTA e a Faculdade Luciano Feijão, crescimento de institutos privados e de instituições a distância.

As buscas de especializações assentadas na educação superior são movidas pela competitividade de um mercado de trabalho em ascensão que, portanto, demandam e exigem

da população brasileira níveis estudantis mais desenvolvidos para darem conta das novas competências tecnológicas de mercado (FREIRE, 2011).

No caso da cidade de Sobral, as necessidades de formação ocorrem da existência de postos de trabalho em cargos da Administração Pública como hospitais, escolas e demais repartições. A iniciativa privada e empresas de ramos específicos, muitas de origem externa ao Estado, demandam formação superior da população local em cargos de gestão, chefia, dentre tantas outras situações, que absorvem parte de alunos egressos dessas instituições.

A rede de instituições insere nesse território um aparato técnico e científico importante para formação de recursos humanos qualificados. Sabe-se que a presença de algumas fábricas, clínicas e hospitais, lojas varejistas e de atacado, e tantos outros espaços de Sobral, necessitam de pessoas minimamente qualificadas. Essas atividades são alguns dos motivos que levam a população local e vizinha a buscarem formação na cidade e incentivarem o incremento correlato da expansão da rede de ensino. Interessante destacar que esse ensino é considerado um tipo de serviço de natureza rara (CONTEL, 2010) que se traduz na influência que essa cidade média realiza sob outras cidades pequenas dentro de sua malha urbana cearense.

No recorte espacial deste trabalho há presença de implicações diretas e indiretas que transformaram a cidade em ambiente favorável ao desenvolvimento das atividades estudantis.

Cita-se o conjunto de pessoas que adquirem formação acadêmica, a nível de graduação e pós-graduação, que poderão regressar para a própria cidade e contribuir com o mercado de trabalho local. Em outra situação, podem permanecer em Sobral impelidos por um mercado de emprego de maior expressão, capaz de absorver esses egressos. Cabe ressaltar que Freire (2011), quando discute o uso desse território pela presença de IES, destaca a contribuição dessas instituições na formação de recursos humanos qualificados e no desenvolvimento de novas tecnologias que promovem o incremento do desenvolvimento regional.

Alguns dos sujeitos que participam da vivência estudantil de Sobral permanecem na mesma durante os períodos semanais ou semestrais de aulas devido serem oriundos de cidades adjacentes. Dessa situação, uma implicação é a participação dessas instituições no fomento ao setor imobiliário com a locação de residências para composição de “repúblicas” de estudantes. Devido as variadas necessidades de alunos, professores e funcionários se aloquem em função de seus ritmos e horários de estudos e trabalho, o mercado imobiliário nas proximidades dessas instituições tende a se dinamizar e se adensar dentro de um ponto de vista estrutural.

Outro implicante é o estímulo do comércio. Alguns pontos comerciais como supermercados, bares, restaurantes e outros que atendam necessidades básicas desse público

são dinamizadas. No horário de início e término de aulas as vias de circulação também se adensam devido o fluxo de transportes universitários de outras cidades.

Destaca-se o pensamento de Baumgartner (2015) ao debater os estímulos a economia e as modificações dos espaços urbanos das cidades devido a esses aparelhamentos demandados pela educação superior. Discute-se:

Nas cidades onde se instalam, as universidades demandam diretamente espaço para suas atividades de ensino e pesquisa, bem como moradia. Indiretamente, induzem, em função das especificidades e dos anseios dos professores e estudantes, uma série de atividades de lazer, de comércios e serviços (BAUMGARTNER, 2015, p. 98)

As ações de Estado para expansão do ensino superior desenvolveram em paralelo uma sólida rede de educação a distância em Sobral. Nessa encontra-se polos de instituições originais de outros estados do país que, atendendo também a lógica de mercado, viram possibilidades de dilatação de negócio. Um dos motivos da aceitação desse perfil de IES pela população regional é conectada ao fato do aluno se dirigir presencialmente a instituição somente uma ou duas vezes na semana. Essa “facilidade” é uma medida para alunos que necessitam conciliar atividades de trabalho, domésticas com os estudos. Desse modo, uma das implicações é essa consolidação de polos de apoio presenciais de cursos de graduação e pós-graduação de outras regiões e de institutos privados.

A participação da cidade de Sobral/CE na rede urbana cearense através desses serviços é outra implicação importante. Cidades vizinhas que enviam diariamente estudantes consideram Sobral como polo de educação salutar devido os diferenciados cursos de graduação e pós-graduação, cursos técnicos, idiomas, profissionalizantes e escolas da educação básica. Esses são alguns componentes que imprimem no cotidiano da cidade funções de cidade coletora de estudantes e irradiadoras de profissionais.

A mobilidade pendular, assim proposta por Dantas e Clementino (2014), é um elemento importante para entendimento das relações urbanas entre diferentes cidades. Nesse caso, o movimento pendular diário de pessoas entre Sobral e demais cidades atendidas por seu ensino constrói interações socioespaciais na rede urbana. Um mesclado de municípios ligados em função do ensino que cria em Sobral função bem estruturada de centro de educação.

A participação na rede urbana cearense é favorecida por esses serviços educacionais já citados, sendo, portanto, uma variável importante quando se refere a centralidade que a cidade desempenha. Sendo isso, Freire (2011, p.69) explica que:

Em Sobral, percebemos novos usos conferidos ao seu território, favorecendo sobremaneira a expansão dos serviços de educação superior, atraindo cada vez mais

pessoas e investimentos, aumentando a sua condição de centralidade frente à região Norte do Ceará.

Sobral desempenha um papel de comando diferenciado a nível regional (Nordeste do Ceará) devido conseguir atrair estudantes e professores de outras cidades distintas com periodicidades distintas. Alguns chegam e voltam da cidade diariamente ou semanalmente e, em alguns casos, optam por estadia permanentemente. Esses sujeitos que participam dos nexos entre as cidades vizinhas a Sobral impelidos pelos serviços educacionais trazem impactos para a economia do espaço intraurbano da cidade. Surgem necessidades de alojamento, compra de livros, serviços gráficos, alimentação, deslocamento, comunicação e *internet*, dentre outros. Todos esses engendrados por funções do ensino superior que ocasionam uma movimentação financeira importante para a economia local da cidade.

Salienta-se que as instituições de ensino superior trazem impulsos no comércio, aos serviços, transportes, habitações, reconhecendo que a própria dinâmica urbana da cidade se volta em função das necessidades e das permanências da comunidade estudantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse breve estudo entende-se que as implicações causadas pela presença de instituições de ensino superior em Sobral decorrem de iniciativas governamentais para expansão, anseios da população em conseguir um título acadêmico e de lógicas de mercado. Todos esses fatores confluem a um mesmo ritmo de desenvolvimento citadino e também regional dentro de sua localização do Estado.

Características geográficas são percebidas pela expansão do modelo atual de educação superior. Em paralelo ao aumento do nível de instrução da população também se presencia as modificações no espaço urbano da cidade em função das atividades que são demandadas e subordinadas a variável educacional. Sendo assim, são acrescentados nesse cenário uma expansão de pontos de comércio, de espaços de lazer, habitação e locomoção dos sujeitos que se sujeitam a participar da rede de ensino.

Essas implicações discutidas brevemente são ocasionadas pela instalação e funcionamento de IES em uma cidade média como Sobral. A oportunidade de qualificação local traz para essas instituições um número representativo de estudantes. Considera-se também nessa situação o aumento do número de estudantes locais que, após a conclusão do curso, poderão atuar nesse mercado regional, não excluindo também os impactos sociais e pedagógicos da educação que já se conhece.

As instituições de ensino superior alojadas em Sobral são autoras de parte da centralidade regional que a cidade exerce, uma vez que articulam pessoas, investidores, interações espaciais e diferentes dinâmicas urbanas. A presença desses equipamentos estudantis é um argumento de modernização e desenvolvimento da cidade.

Os campos públicos e particulares do Ensino Superior conseguiram expandir-se e trouxeram em seu bojo implicações sociais, econômicas e espaciais que se traduziram no espaço urbano das cidades. Conclui-se que o desenvolvimento dos aparelhamentos da educação superior pelos diferentes Estados e cidades acometem um número grande de pessoas, são esses alunos, professores e investidores, que buscam este nível de ensino e outras atividades demandadas neste processo e, por fim, refletem como argumentos do desenvolvimento regional da cidade.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Cassiano C. **O uso do Território brasileiro e as Instituições de Ensino Superior**. 2010. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

BAUMGARTNER, Wendel H. Universidades públicas como agentes de desenvolvimento urbano e regional de cidades médias e pequenas: uma discussão teórica metodológica e empírica. **GeoTextos**, v. 11, n.1, p. 91-111, 2015.

CONTEL, Fabio B. Rede urbana e cidades médias no Brasil: abordagens clássicas, abordagens contemporâneas. *In*: HOLANDA, Virgínia C. C; AMORA, Zenilde B. (Org.). **Leituras e saberes sobre o urbano: cidades do Ceará e Mossoró no Rio Grande do Norte**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2010. p. 15-40.

DANTAS, Joseney R.Q.; CLEMENTINO, Maria L. M. A expansão do ensino superior e as cidades médias: um estudo sobre a atuação da UERN/Campus de Pau dos Ferros. **Política e Planejamento Regional**, v. 1, n. 2, jul./dez.; 2014, p. 227-236.

FREIRE, Heronilson P. **O uso do Território de Sobral-Ceará pelas Instituições de Ensino Superior**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Ensino Superior Público e Particular e o Território Brasileiro**. Brasília: ABMES, 2000.



IV SEMINÁRIO REGIONAL DE COMÉRCIO, CONSUMO E CULTURA NAS CIDADES

Teresina – PI, 12 a 14 de junho de 2019

RACIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO: transformações nas espacialidades e funcionalidades comerciais de Sumé-PB

Gustavo dos Santos Costa¹

Lincoln da Silva Diniz²

Resumo: O centro comercial enquanto espaço síntese das diversas racionalidades, marcado pela relação entre o tradicional e o contemporâneo, apresentam inúmeras particularidades materiais e simbólicas, próprias da localidade e da dinâmica em que estão inseridos. Nesta perspectiva, o presente texto, resultante de pesquisa PIBIC/CNPq/UFCG, objetivou mapear e caracterizar as formas comerciais e sua dimensão espacial, em diálogo com a dinâmica econômica e a produção do espaço. Para tanto, inicialmente, foram realizados dois mapeamentos e caracterizações das ruas principais na qual a feira se dinamiza, sendo utilizado imagens de 2012 via o Street View e uma pesquisa in loco, registrando a configuração atual. Gerando um banco de dados, mapas temáticos e gráficos que, constaram que historicamente, o centro comercial convive com um constante processo de racionalização do seu espaço, manifestando-se a partir da paisagem, por sua vez, constituída como forte mecanismo para reprodução das atuais lógicas de produção, afetando as práticas tradicionais.

Palavras-chave: Feira de Sumé. Comércio. Mapeamento. Ruas comerciais.

INTRODUÇÃO

No atual momento histórico, inédito pelo desenvolvimento técnico, pelas possibilidades de comunicação e pela competitividade sistêmica, caracterizando as relações comerciais nas pequenas cidades pela inserção de uma nova lógica de consumo: o consumo de massa. De acordo com Salgueiro e Cachinho (2009), o consumo de massa teve algumas amostras locais em outras temporalidades e com localizações bem focais. No entanto, o início de sua concretização só foi possível após a Segunda Guerra Mundial que conduziu uma nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT), complementada após a década de 1970 pelos processos de descentralização industriais e das modalidades modernas de consumo de produtos duráveis e não duráveis.

Neste contexto, para Santos (2016), a feira-livre e o comércio de pequena dimensão buscam se adaptar as novas exigências de consumo, posta pela nova configuração do capital. Assim desenvolvendo um processo de reprodução da racionalidade capitalista a partir da imitação das formas comerciais, podendo identificar severas transformações na paisagem, mas que não significam mudanças nas relações sociais dos trabalhadores envolvidos.

¹ Graduando no curso de Geografia pela Universidade Federal de Campina Grande, E-mail: costagustavo632@gmail.com.

² Professor Adjunto III no Curso de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande, E-mail: Lincoln.ufcg@gmail.com.

As feiras-livres do Nordeste Brasileiro são caracterizadas pelo seu caráter local/regional, apesar de perpassarem por consideráveis transformações mediante a especialização, como as feiras de confecções espalhadas por toda a região Nordeste. Desse modo, tendo grande participação na construção da imagem ontológica do sujeito nordestino e da cultura regional, por outro lado, esta modalidade comercial fora responsável pela dinamização econômica e espacial do vasto interior nordestino, durante os últimos séculos.

De acordo com Moreira e Targino (1997), desde o início da ocupação do interior Nordestino até a metade do século XX, a dinamização espacial do interior era, em quase sua totalidade, agrária. Mantida pela produção de bens do setor alimentício, como milho, feijão e a criação de animais. Marcada pelo uso de técnicas rudimentares e pela fragilidade econômica decorrente dos períodos de estiagem. É durante esta configuração espacial que o fenômeno das feiras se expande por toda a região, consolidando-se como principal instrumento para o abastecimento destas populações e o escoamento de seus excedentes de produção.

Segundo Pintaudi (2006), as feiras livres têm sua gênese associada às sociedades agrárias, nas quais o fenômeno da urbanização era bastante raro e havia dificuldades no abastecimento das cidades. Assim a maior parte das localidades eram abastecidas por mercados públicos temporários, e os raros mercados permanentes concentravam-se nos centros de grande proporção. No entanto, as feiras livres perduram até os atuais. De acordo com a autora “isto certamente se deve ao fato de poderem dialogar com outras formas comerciais mais modernas” (PINTAUDI, 2006, p. 3).

Na contemporaneidade, o arranjo espacial aponta outros desdobramentos, partindo do fato que a maior parte da população vive em cidades, ocupando-se com atividades econômicas de produção e comercialização de bens duráveis dos quais os mesmos não têm acesso, assim desenvolvendo maiores necessidades de consumo. Tal como aponta Salgueiro e Cachinho (2009, p. 8), “A instalação de grandes superfícies comerciais contribuiu, por sua vez, para alterações nos hábitos de compras e uma outra organização urbana [...]”. A existência de um movimento dialético entre os hábitos cotidianos e o espaço urbano, emergindo a cultura ora como fator e ora como consequência, traz para reflexão o papel das formas espaciais como mecanismos de reprodução das relações de produção.

Todavia, a atual racionalidade que estrutura as novas formas comerciais busca fazer uma inversão da lógica das relações sociais, substituindo o valor de cooperação pelo de competitividade, tendo a paisagem como o principal instrumento coercitivo. Bem como aponta Diniz (2011), o surgimento dos centros urbanos e das ruas comerciais das cidades

nordestinas estão associados a existência das feiras livres e do pequeno comércio, contudo, através do surgimento das formas comerciais de maior dimensão como os supermercados, os complexos de lojas e os shoppings centers, fortalecidos pelo atual conjunto técnico, as atividades comerciais tradicionais perdem sua predominância e passam a ter um papel secundário, servindo como espaço de *consumos complementares* que, devido á mudanças configuração espacial dos centros e o surgimento dos sub-centros de bairros, passam a competir pelas classes populares.

AS PARTICULARIDADES DA DINÂMICA DO SETOR TERCIÁRIO EM SUMÉ – PB

O município de Sumé situa-se na Região Intermediária de Campina Grande, no interior da Paraíba, assim como na Região Imediata de Sumé (IBGE, 2017). Esta regionalização tem como critério a rede urbana, a relação dialética entre as cidades com os seus diferentes portes, cada qual com sua importância e função dentro da dinâmica regional. Consolida-se enquanto uma tentativa nacional de identificar as localidades mais dinâmicas em termos de fluxos espaciais e, conseqüentemente, com base material mais diversificada.

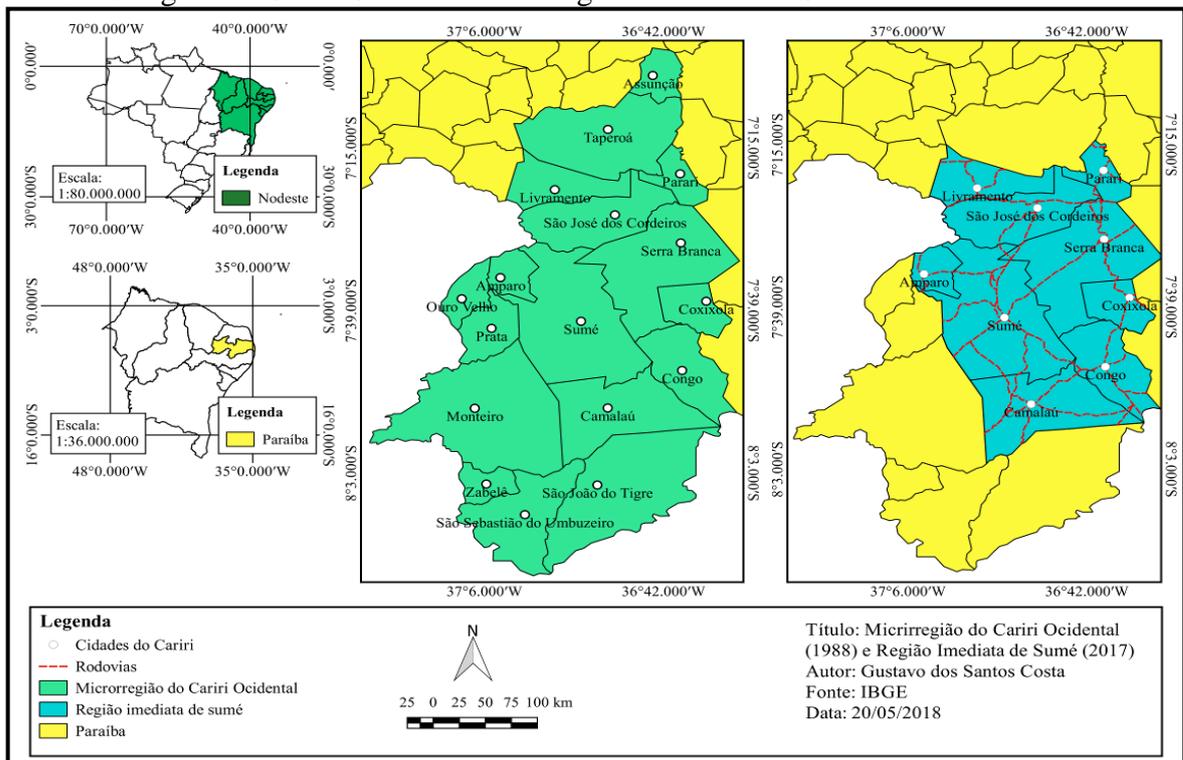
De acordo com a antiga divisão do governo federal utilizada pelo IBGE, os critérios adotados estavam relacionados com os aspectos agrários de cada unidade estadual da federação em Mesorregiões e Microrregiões. Os aspectos agrários eram compostos por uma série de elementos como o nível técnico, as culturas produzidas, a articulação na comercialização, os aspectos sociais, as políticas públicas entre outros.

De acordo com a classificação anterior, o município de Sumé estava inserido na Mesorregião da Borborema e Microrregião do Cariri Ocidental. Sua Mesorregião era marcada pela localização geográfica, encontrava-se sob o Planalto da Borborema, a economia resumia-se a policultura mista e bovinocultura. Entretanto, constituída por realidade socioespaciais heterogêneas. Reduzindo a escala para a Microrregião do Cariri Ocidental, apresentava-se como a unidade menos povoada da Paraíba, com os menores níveis sociais, distinguido pelo predomínio da caprinocultura sob a bovinocultura (Figura 1).

Evidencia-se a forma como a localização geográfica do Município nas duas classificações é estratégica, em virtude de sua centralidade, mantendo proximidades muito semelhantes com todos os municípios circunvizinhos, sobretudo com a presença da malha rodoviária que os interliga, BR 412. Visto que os fluxos em ambas as regionalizações se agruparam ao longo da referida rodovia. Por sua vez, este fato contribuiu para concentrar políticas públicas e atividades terciárias em seu entorno, destacando a essas políticas no

Município de Sumé. Tal como apontam Costa e Diniz (2016) e Neco (2010), o fator localização influenciou, diretamente, o surgimento das formas comerciais, pois a cidade de Sumé sempre foi repartida por estradas que ligavam Campina Grande à estação ferroviária de Sertânia e ao sertão de Pernambuco, utilizada, principalmente, por tropeiros e comerciantes que, por sua vez, pousavam para descansar e estabelecer relações de troca em mercados abertos.

Figura 1 – Mapa das regionalizações do território paraibano evidenciando a configuração da Microrregião do Cariri Ocidental e da Região Imediata de Sumé



Fonte: Costa (2018).

Ao longo do século XX, principalmente, após a década de 1950 com a emancipação municipal, com a consolidação de uma economia agrícola produtiva, após a construção do açude municipal e a distribuição de lotes no campo, pertencente ao primeiro projeto de lei. Diante da lógica higienista da produção do espaço urbano, introduzida na Paraíba pelo prefeito de Campina Grande-PB Vergniaud Wanderley, foi realizado uma espécie de setorização ou zoneamento na qual, foram definidos por zonas, o planejamento da cidade. Identificando as direções para expansão da malha urbana e a função de cada zona, assim, criando: a residencial, industrial, comercial e o próprio limite da malha para que fossem delimitadas as políticas públicas (SILVA, 2011).

Ainda no referido período, fora planejado um largo, para que a BR 412 não passasse pela zona residencial e em seu entorno fora planejado a Avenida 1º de Abril, havendo a construção da Prefeitura Municipal e do Mercado Público Municipal de Sumé, assim como a distribuição de solo urbano para que os comerciantes se deslocassem de seus antigos estabelecimentos para essa nova área central/comercial (Figura 2).

Figura 2 – Transformações sócio-espaciais entre as décadas de 1940 e 1970



Feira-livre de Sumé na década de 1940 (1); Largo da Av. 1º de Abril e Prefeitura Municipal de Sumé (2); Produção de tomate nos perímetros irrigados e os novos fluxos (3).
Fonte: Silva (2011).

Em menos de duas décadas, as atividades comerciais estavam todas concentradas entorno do mercado público, período em que, através das políticas do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) fora instalado o Perímetro Irrigado de Sumé (PIS), após uma nova redistribuição e terras. Para Mendonça (2010), com a instalação do PIS houve uma reestruturação econômica que ultrapassou os limites dos lotes de irrigação, toda a cidade se voltou a dinâmica exercida pela produção de Tomate, surgindo restaurantes, oficinas mecânicas, borracharias, postos de gasolina e a construção de rodovias asfaltadas. Paralelo ao crescimento econômico gerado pelos perímetros, houve a inserção do automóvel, modificando a lógica do comércio e do consumo a partir das novas alternativas de locomoção.

No Final da década de 1980, o açude municipal chegou ao nível morto e as irrigações foram interrompidas, mais uma vez trazendo instabilidade econômica. Contudo, os fluxos gerados pelas irrigações deixaram grandes marcas no espaço urbano, como a estruturação do centro comercial e de serviços. Sem dúvidas os capitais gerados foram nos períodos de maior estabilidade foi o pressuposto base para que novas formas comerciais fossem introduzidas, diversificando as atividades terciárias e a economia local.

Em meados dos anos 2000, ainda por princípios higienistas e pela própria competitividade, houve o processo de relocação da feira livre e do mercado público municipal para um bairro residencial, com algumas dificuldades de acesso (NECO, 2010). Em 2009, as atividades do setor terciário ganham novos moldes com a introdução do Centro de

Desenvolvimento do Semiárido (CDSA), campus da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Os impactos gerados por estes dois últimos eventos apresentam-se mais evidentes na realidade dos dias atuais, com influência direta com as observações realizadas em campo, desta forma, serão melhor analisadas no próximo tópico.

CONFIGURAÇÃO ATUAL DO CENTRO COMERCIAL DE SUMÉ

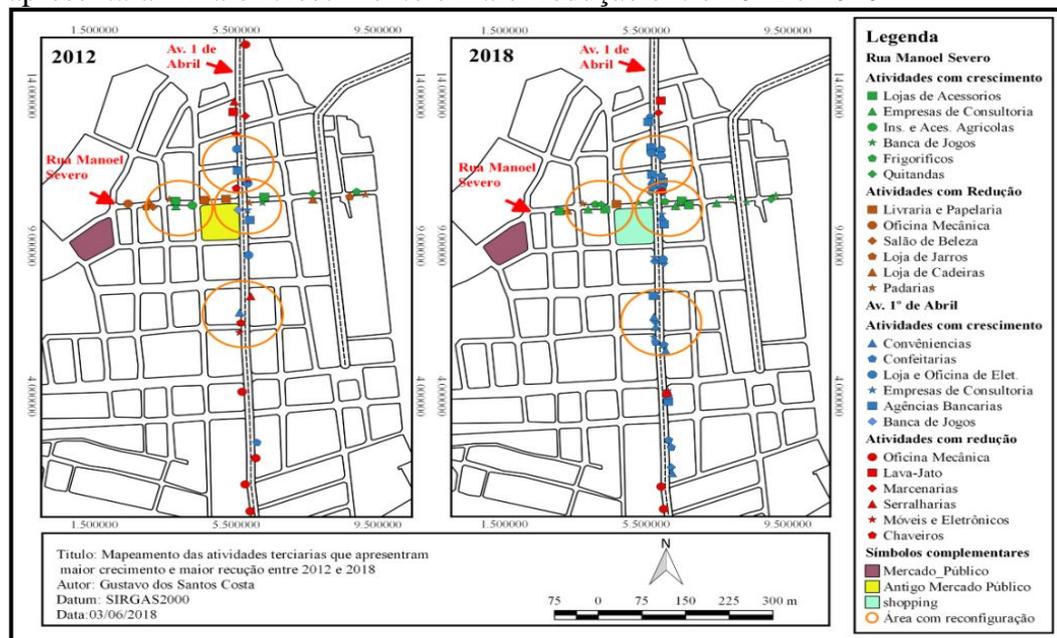
O processo de anulação do espaço pelo tempo, ou como diria Santos (1997), o novo meio técnico-científico-informacional, impõe através da competitividade uma mobilidade espacial, social, cultural e paisagística, incorporada, principalmente, pelas formas comerciais, novos hábitos de consumo e de sociabilidade. Sendo assim, curtos períodos de tempo, apresentam grandes transformações socioespaciais, relativas, diretamente, ao papel incisivo das instituições e do Estado e pelas relações sociais que sustentam as novas formas espaciais. Entretanto, o segundo elemento não anula o papel das instituições no estímulo ao consumo e na reprodução das relações de produção. O Estado torna-se atuante neste contexto, com políticas públicas para reformação do espaço seguindo critérios claramente parciais.

A partir da análise comparativa entre as principais ruas comerciais que concentram as relações sociais da feira livre de Sumé: Avenida 1º de Abril e a Rua Manoel Severo, entre os anos de 2012 e 2018. Fora observado relativas transformações em localidades próximas ao antigo mercado público municipal, decorrente tanto do planejamento realizado na metade do século passado, destacado no tópico anterior, assim como pelo próprio reconhecimento da população local. Entretanto, não havia uma esclarecida divisão interna ao centro comercial, em virtude da distribuição de terras, todo e qualquer interessado tinha o direito de receber um pedaço de terra para erguer seu empreendimento. Desde que garantisse sua construção o quanto antes, impedindo qualquer tipo de especulação (SILVA, 2011).

Analisando a Figura 3, é possível perceber algumas permanências desta configuração no centro comercial da cidade, principalmente na referência a configuração espacial de 2012, na qual as atividades terciárias tradicionais como pequenos comércios, marcenarias, relojoarias, barbearias entre outros empreendimentos em que a própria família tem a responsabilidade de gerir, o caráter pré-capitalista ainda se mantinha predominante. Entretanto, estas formas espaciais comparadas à configuração atual, apresentaram relativa redução em ambos os logradouros. Observando os gráficos, é possível perceber que as formas comerciais que apresentam maior redução possuem algumas características em comum. Referem-se às atividades com menor nível técnico-informacional, com práticas rudimentares

como as oficinas mecânicas, que apesar de estarem associadas à operacionalidade capitalista, são considerados agentes atuantes na poluição dos ambientes.

Figura 3 – Dinâmica comercial entre 2012 e 2018: atividades terciárias que apresentaram maior crescimento e maior redução entre 2012 e 2018



Fonte: Costa (2018).

Por outro lado, outras atividades passaram a receber maior destaque, concentradas, principalmente, na Avenida Primeiro de Abril, se destacam pela adoção dos elementos de uma paisagem planejada de acordo com os moldes da contemporaneidade. Tratando-se da localização, como pode ser visto no mapa 2 e 3, apesar de os dados referentes a 2018 apresentarem algumas áreas com maior concentração, a atual espacialização se destaca por sua dispersão e pela nova distribuição horizontal dos pontos de consumo.

A partir dos dados coletados a respeito das atividades que apresentaram maior expansão nos dois logradouros analisados, identifica-se que são resultados da racionalização das novas formas espaciais. Pois, as atividades em que houve maior crescimento apresentaram maior adesão aos novos instrumentos técnicos-científicos-informacionais, como lojas e oficinas de aparelhos células, agências bancárias, bancas de jogos em rede e empresas de consultoria. Majoritariamente, dispõe-se de uma paisagem de acordo com os novos moldes (Figura 4).

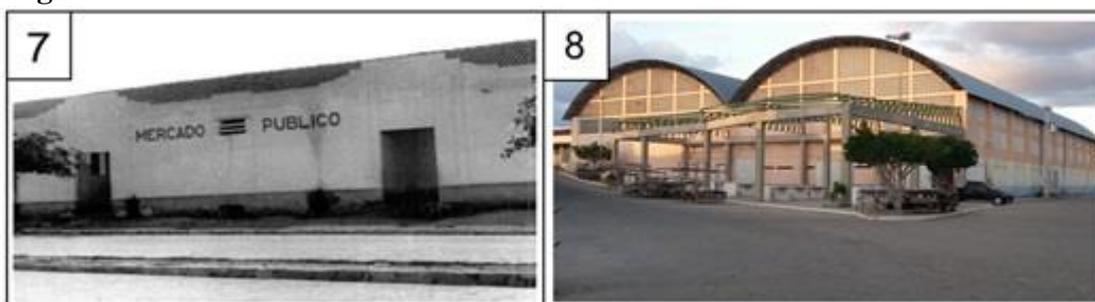
Figura 4 – Atividades comerciais em Sumé



Farmácia recém instalada da Av. 1º de Abril (4); Shopping Center construído com recursos do município (5); Galeria da Rua Manoel Severo (6).
Fonte: Costa (2018).

Tratando do caso da feira-livre de Sumé, observa-se que entre 2010 e 2018 houve um aumento do número de feirantes, ao mesmo tempo em que há um consenso coletivo de que os fluxos no recinto reduziram consideravelmente. Passando de 245 feirantes em 2010 para 261 em 2018 [não há levantamentos anteriores], Neco (2010) destaca que processo de decadência da feira-livre, ocorreu em virtude de sua relocação no início dos anos 2000. De acordo com o mesmo, o processo foi resultado de um projeto de lei que consistiu na construção de um novo Mercado Público, em um bairro fora do centro comercial, em pouco tempo apresentou fortes quedas atividades encontradas nas feiras (Figuras 5 e 6).

Figura 5 – Estabelecimentos comerciais em Sumé



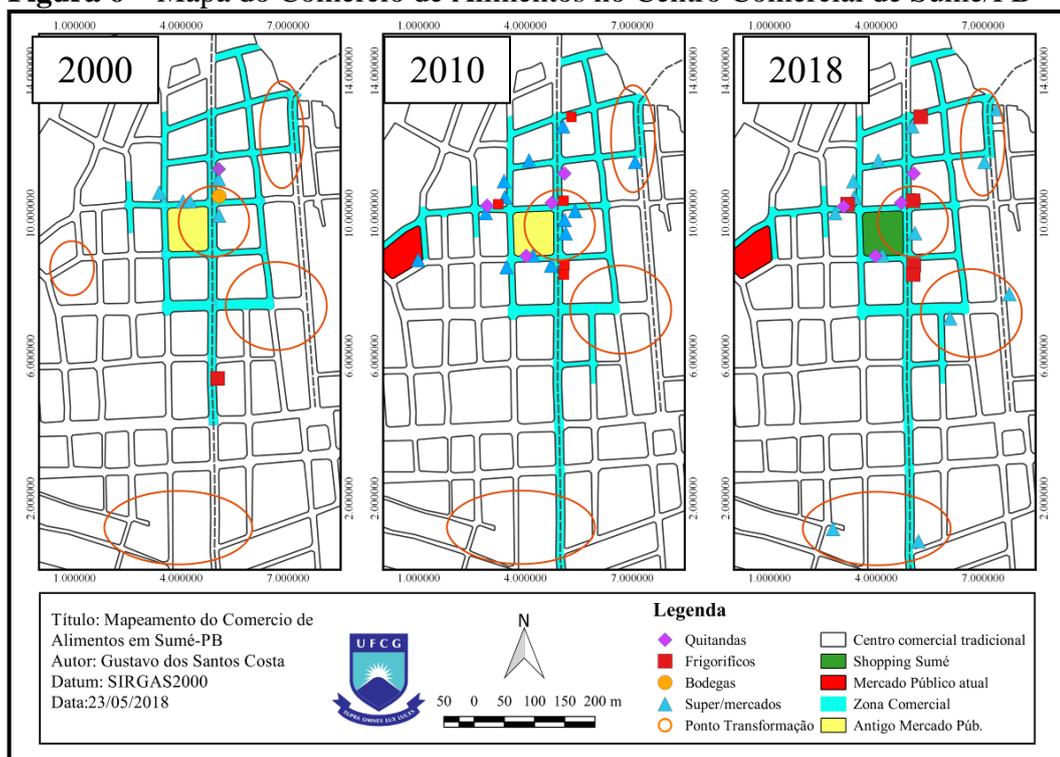
Mercado Público de Sumé na década de 1980 (7); Mercado Público de Sumé em 2018 (8).
Fonte: Costa (2018).

Apesar das características peculiares da nova localização, distintas do perfil comercial na qual sua localização anterior estava inserida, o atual prédio não possui uma distância considerável. Cabe observar que a localização não é o principal, tão pouco o único condicionante para a queda na circulação dos capitais, o fator concorrência mostra-se tão incisivo quanto à localização. Levando a concluir que o processo de relocação apenas agravou um processo que se desencadeou com a expansão nas novas formas de comércio associada aos novos desejos de consumo. De acordo como o IBGE, entre os anos 2000 e 2015 houve

um crescimento do Produto Interno Bruto do município e, simultaneamente, um aumento da renda Per Capita. O que resultou em um aumento do poder de barganha, todavia, foi neste período que Neco (2010) constatou a queda nos fluxos comerciais da referida feira-livre.

A partir da caracterização das atividades e dos tipos de comércios encontrados na Feira-livre Municipal foi identificado, como mostra o gráfico a seguir, que 55% das atividades encontradas na feira estão relacionadas com o comércio de alimentos. Este fato realça sua função enquanto fornecedora de suprimentos básicos para a comunidade circunvizinha, bem como mecanismo de escoamento da produção local destes, ao mesmo tempo que indica alternativas para a compreensão de seu esfacelamento em virtude da competitividade, decorrente da expansão dos pontos de consumo de bens não-duráveis similares aos encontrados nas feiras, contudo, de origens distintas.

Figura 6 – Mapa do Comércio de Alimentos no Centro Comercial de Sumé/PB



Fonte: Costa (2018).

Através de dados da Prefeitura Municipal de Sumé sobre os empreendimentos do setor alimentício entre os anos 2000 e 2018, como Bodegas, Supermercados/mercados, Quitandas e frigoríficos, foi possível observar não só o crescimento quantitativo de alguns tipos de empreendimento, mas também os aspectos qualitativos da distribuição espacial destes mecanismos de consumo, tal como a quebra dos pequenos núcleos concentração e a dissolução – descentralização - destes instrumentos, imprescindíveis para reprodução das

novas lógicas das relações de produção, por todo o centro comercial, aparentemente dispersos, pois não há formação de aglomerados e sim uma distribuição em busca de locais estratégicos.

A relocação do Mercado Público e da Feira-livre, resultou em transformações para além da referida forma espacial, observando-se uma reconfiguração de todo o centro, incluindo novas ruas e tendo sua expansão para novos rumos. A hipótese levantada é que esta reconfiguração resultou do aumento da concorrência entre as demais formas de comércio que objetivaram ocupar os “vazios” deixados pela feira através de pequenos monopólios, das redes de lojas entre outras formas de cooperação. Viabilizada pela intervenção do Estado com o objetivo de criar um espaço mais “interessante” para os comerciantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre a produção espacial dos centros comerciais das pequenas cidades é uma tarefa lenta e cautelosa, pois estas localidades são caracterizadas pela reduzida velocidade de seus processos em virtude de seu próprio caráter remanescente ao agrário pré-capitalista. Contudo, nos últimos anos estão sendo incorporadas as novas racionalidades do capitalismo, da qual recebem infinitudes de influências a partir dos novos meios técnicos, majoritariamente, confundido como desenvolvimento, ao mesmo tempo em que não indica parâmetros econômicos e políticos para tanto. Ao inverso, resultam em uma distorção/confusão na economia local.

Este processo de expansão das novas formas de comércio, em detrimento do pequeno comércio e dos comércios periódicos ganham nos últimos anos novas formas espaciais mediante novas espacializações – observando, principalmente, o caso da descentralização dos supermercados. Por outro lado, ainda se destacam algumas concentrações espaciais dessas formas comerciais, especificamente no entorno do antigo Mercado Público Municipal, atualmente, o “Shopping Center Sumé”. Estas duas formas de espacialização se caracterizam pela busca de alternativas que visam absorver os fluxos da Feira-livre, a primeira pela descentralização e proximidade de outros bairros e a segunda pela formação de aglomerados comerciais com maior racionalização do espaço, de acordo com os moldes hegemônicos, gerando o consumo do espaço e da paisagem, conseqüentemente, o consumo material.

Todavia, o dia da feira-livre, segunda-feira, ainda se constituiu como principal dia para execução das atividades comerciais, em virtude do aumento dos fluxos, caracterizados pela relação campo-cidade, atualmente, projetadas para além das feiras livres. Dessa forma, nota-se que a relação entre as ruas comerciais, inseridas no centro comercial, e a feira-livre, situada fora do referido centro, ora é de concorrência, ora é de complementariedade.

O uso do mapeamento, para comparações espaço-tempo, mostrou-se como metodologia bastante eficiente, apesar de pouco utilizada neste tipo de estudo. Assim, fora possível concluir que o mapeamento das atividades comerciais para compreensão da dinâmica das pequenas consiste enquanto uma metodologia de suma importância para análise de um objeto de estudo tão caro a ciência geográfica, a cidade.

REFERÊNCIAS

- COSTA, Gustavo dos Santos; DINIZ, Lincoln da Silva. Feiras livres regionais: estudo de caso a cerca das transformações comerciais na feira de Sumé/PB. *In: SEMINÁRIO REGIONAL COMÉRCIO, CONSUMO E CULTURA NAS CIDADES*, 3., 2017, Sobral. **Anais eletrônicos** [...]. Sobral, 2017.
- DINIZ, Lincoln da Silva Diniz. **As bodegas da cidade de Campina Grande: dinâmicas sócio-espaciais do pequeno comércio**. 2. ed. Campina Grande: EDUFCG, 2011.
- IBGE. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- MENDONÇA, José Ricardo Nunes. **Do oásis à miragem: uma análise da trajetória do Perímetro Irrigado de Sumé - PB no contexto das políticas de desenvolvimento para o Nordeste**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2010.
- MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Universitária, 1997.
- NECO, Ivanildo Ribeiro. **A Transferência da Feira Livre de Sumé-PB e as Redefinições Territoriais da Cidade**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2010.
- SALGUEIRO, Tereza Barata.; CACHINHO, Herculano. As relações cidade-comércio: dinâmicas de evolução e modelos interpretativos. *In: CARRERAS, C.; PACHECO, S. M. M. (Org.) Cidade e comércio: a rua comercial na perspectiva internacional*. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2009.
- SANTOS, Claudio Ressurreição dos. **Shopping popular Feiraguai: estudos sobre a produção de um espaço de comércio em Feira de Santana – BA**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 2016.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo/razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- SÍLVA, Sonielson Juvíno. **Das coisas que me precederam: histórias da cidade de Sumé/PB**. João Pessoa: EDUFPB, 2011.
- PINTAUDI, Maria Silvana. Os mercados públicos: metamorfoses de um espaço na história urbana. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v.10, n.218, Barcelona, 2006.



IV SEMINÁRIO REGIONAL DE COMÉRCIO, CONSUMO E CULTURA NAS CIDADES

Teresina – PI, 12 a 14 de junho de 2019

FORMAÇÃO DE SUBCENTROS EM TERESINA E AS DE FRANQUIAS DE *FAST-FOOD*

Orleando Leite de Carvalho Dias¹

Cleonice Carvalho Silva²

Antonio Cardoso Façanha³

Resumo: Este artigo tem como objetivo geral compreender a formação dos subcentros em Teresina considerando a instalação das franquias do ramo de alimentação, mais precisamente os *fast-food*. O referido trabalho buscou identificar os principais subcentros existentes na capital para possibilitar a partir de então a análise da existência destes estabelecimentos. A metodologia se pautou em pesquisa bibliográfica realizada em livros, artigos científicos, dissertações e teses e em *sites* específicos que abordam o tema em questão e da elaboração de mapas e quadros a fim de mostrar com maior clareza os resultados. Como resultado, destaca-se a presença de bairros com oferta de bens e serviços muito além de outros bairros, e a implantação e funcionamento das franquias é uma peça chave para identificar como facilidade quais são estes bairros que se sobressaem.

Palavras-chave: Subcentros. Franquias. *Fast-food*. Consumo.

INTRODUÇÃO

Chamaremos de subcentros as aglomerações comerciais que se deslocam para os mais diversos bairros da cidade para atender a demanda populacional, que por meio de políticas habitacionais são direcionadas para áreas mais distantes do centro tradicional da cidade, o que de forma geral provoca uma mudança tanto na malha urbana como na mobilidade urbana. A respeito dos subcentros, de acordo com Corrêa (1989, p. 51), “o subcentro regional constitui-se em uma miniatura do núcleo central. Possui uma gama complexa de tipos de lojas e de serviços, incluindo uma enorme variedade de tipos, marcas e preços de produtos”.

Como lugar de nosso estudo, a cidade de Teresina, capital localizada ao norte do Estado do Piauí tem como principais atividades o comércio e os serviços, muito embora a agricultura, a pecuária, a indústria, o extrativismo vegetal e mineral, também contribuam com a economia do Estado e da Capital, mas conforme a Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação (SEMPPLAN), os setores primário e secundário possuem participação inexpressiva, sendo o setor terciário o com melhor desempenho.

¹Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Piauí, E-mail: orleandocarvalho@gmail.com

²Mestra em Geografia pela Universidade Federal do Piauí, E-mail: kleonyce.kleo@bol.com.br

³Prof. Dr. do Curso de Geografia da Universidade Federal do Piauí, E-mail: facanha@edu.com.br

No comércio são diversos os segmentos que contribuem para a economia teresinense, principalmente os relacionados à comercialização de alimentos, vestuários, calçados, escolas, concessionárias, dentre outros. Nos serviços, identifica-se o abastecimento de água, assistência social, saúde, educação pública, turismo, cultura, lazer, segurança pública, entre outros. Essa temática é importante porque as atividades do comércio e dos serviços estão atualmente imersas nas cidades brasileiras, efetivando-se como dinâmicas modeladoras do espaço geográfico.

Apresenta-se inicialmente o processo de transferência da capital Oeiras para Teresina, em seguida seu processo de urbanização e a importância do comércio na sua consolidação, onde é apontado as atividades comerciais e de serviços como consolidadoras desse processo, o qual que vem ocorrendo nos grandes aglomerados urbanos.

No terceiro momento é apresentado o comércio de Teresina como agente produtor do espaço, uma vez que ao agregar inúmeras atividades comerciais, entre elas a que é objeto do nosso estudo as franquias – em particular de *fast-food* – gera novas centralidades.

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E A IMPORTÂNCIA DO COMÉRCIO NA SUA CONSOLIDAÇÃO

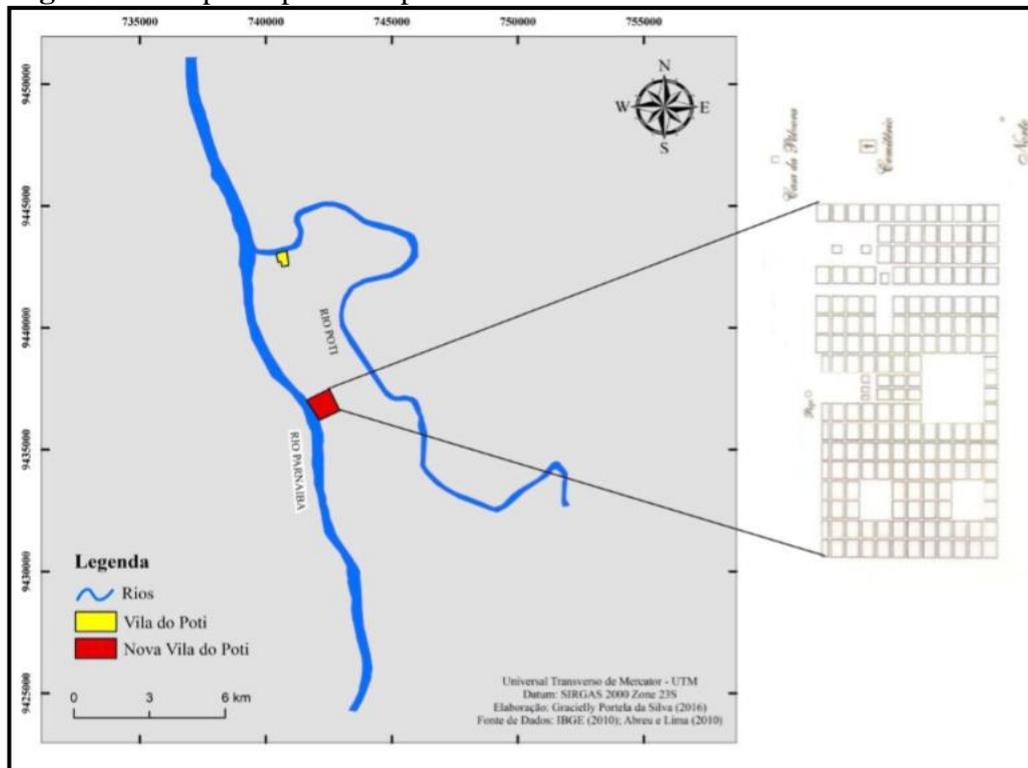
Teresina foi planejada para ser a capital do Estado, teve como motivação maior as relações comerciais possíveis de se estabelecerem com Caxias – MA, já que este era um importante centro de comércio na época. No entanto, não somente isso impulsionou a mudança da capital, a navegabilidade do Rio Parnaíba facilitava o escoamento da produção e também a malha viária colocavam Teresina como uma área privilegiada para ser capital. Por tais razões, após esforços de Conselheiro Saraiva, em 1852 a Vila do Poti é elevada à categoria de cidade com o nome em homenagem a Teresa Cristina, esposa de Dom Pedro II.

A área delimitada para abrigar o sítio urbano de Teresina pertencia à sesmaria denominada "Data Covas", e o seu traçado inicial foi definido pela Miniatura do Plano da cidade, contando com 100 quarteirões para abrigar as Igrejas, os prédios públicos, comerciais, residenciais e, ainda, algumas praças. Fora desse limite urbano inicial de Teresina, foram reservadas áreas para outros logradouros, como o Cemitério, a Cadeia e um poço (LIMA, 2002, p. 2-3)

A Figura 1 retrata a área pertencente ao primeiro perímetro urbano da cidade e que constitui hoje o centro tradicional e histórico da capital. Conforme Lima (2002), em dois anos a cidade já contava com cerca de 8.000 habitantes, sendo este o resultado do aforamento dos terrenos situados nas ruas planejadas, o qual muitas famílias ficaram com a área de uma quadra inteira para construção de suas casas.

A área apresentada no mapa e retratada no texto de Lima (2002) demonstra o centro tradicional e histórico da cidade onde começaram a ser instalados os primeiros prédios públicos, serviços à população e atividades ligadas ao comércio em geral.

Figura 1 – Mapa do primeiro perímetro urbano de Teresina



Fonte: Abreu e Lima (2000). Elaboração: Silva (2017).

Demandou tempo e investimentos para que a cidade conseguisse crescer economicamente, isso ocorreu por meio dos programas de habitação, por meio dos investimentos industriais e pela ação do Estado. Além destes, as atividades comerciais e a oferta de serviços foram “[...] setores que se desenvolveram em aliança com a própria expansão da cidade. O surgimento de novas favelas, vilas e bairros na cidade contribuiu para a ampliação de núcleos de comércio e serviço” (FAÇANHA, 2003, p. 7).

Considerando a atividade comercial, destaca-se o grande progresso que o setor de comércio e serviços foi alcançando, aumentando cada vez mais sua participação na economia deste município. A esse respeito, Façanha (2003, p. 5) afirma que “[...] intensificou-se o processo de descentralização do comércio, na década de 1980, ocasionando um espraiamento em todas as direções da cidade”.

A partir da década de 1960, surgem os primeiros conjuntos habitacionais denominados Tabuleta, Primavera I e Monte Castelo e o conjunto Parque Piauí, todos localizados na Zona Sul da Cidade, exceto o conjunto Primavera que se localiza na Zona Norte. O certo é que de

1966 a 1990, por meio de investimentos do governo federal foram criados 42 conjuntos habitacionais e entre 1995 a 1998 por meio de recursos estaduais mais 22 conjuntos habitacionais.

Em função do rápido crescimento e da constante descentralização da cidade, foram necessárias medidas por parte do poder público que vieram a partir de 1969 com a implantação do primeiro plano diretor da cidade e que foram sendo substituídos por outros planos. Após alguns outros planos em diferentes anos foram sendo estabelecidas estratégias para organizar este espaço, a partir dos anos 2000, precisamente em dezembro de 2006, com a justificativa de colocar serviços mais próximos da população, a prefeitura de Teresina cria quatro áreas, chamadas de Superintendências de Desenvolvimento Urbano.

Na Tabela 1 visualizam-se dados sobre estas quatro zonas, considerando o número de bairros, a área territorial de cada zona, a população que ali reside e a densidade demográfica.

Tabela 1 – Classificação das Superintendências de Desenvolvimento Urbano de Teresina

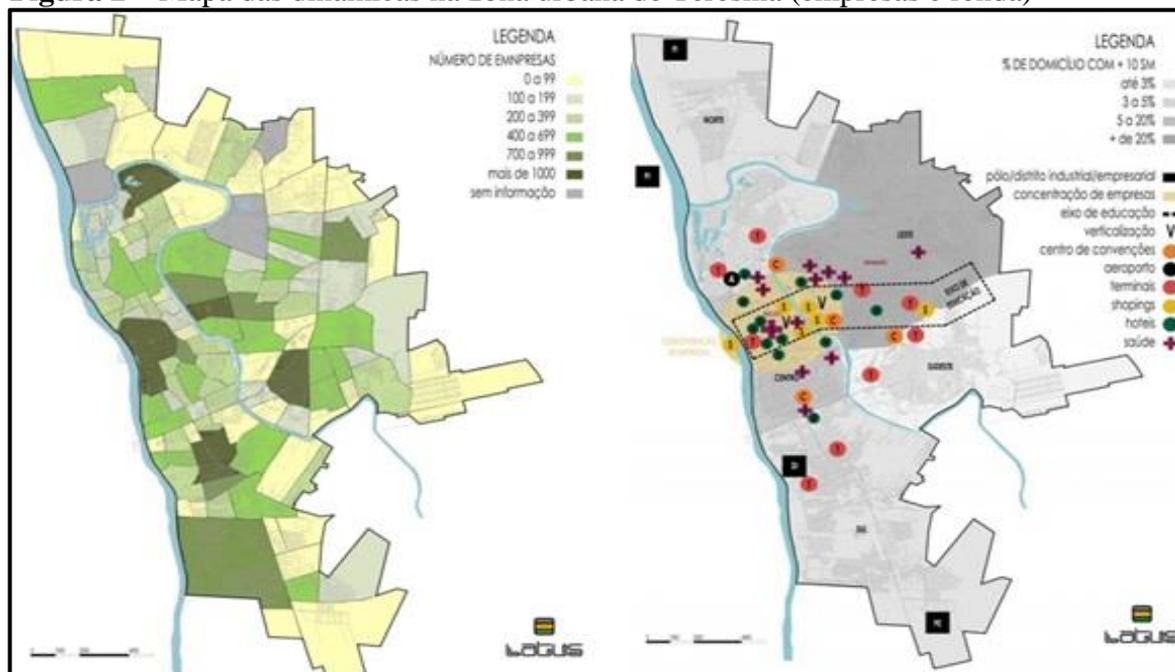
SDUs	Nº de Bairros	Área territorial	Pop. Residente	Dens. Demográfica
Centro-Norte	40	71,51 Km ²	228.906	3.201 hab./Km ²
Leste	29	62,87 Km ²	167.443	2.663 hab./Km ²
Sudeste	19	36,69 Km ²	134.119	3.655 hab./Km ²
Sul	35	68,88 Km ²	237.059	3.441,62 hab./Km ²

Fonte: Teresina (2015).

A Tabela 1 demonstra um crescimento acentuado em direção as regiões Norte e Sul da cidade sem muitas disparidades entre uma e outra, na SDU-Leste é onde se nota a menor densidade demográfica, fato que pode ser justificado pelo valor do terreno, uma vez que essa é a região mais “elitizada” da cidade, por concentrar uma população com maior poder aquisitivo (Figura 2).

Já a SDU-Sudeste é onde se percebe a maior densidade demográfica, mesmo com uma área territorial inferior que todas as outras regiões da cidade. Na Figura 2 estão distribuídas pelo perímetro urbano o número de empresas segundo cada bairro, e a porcentagem do rendimento por domicílio de cada SDU.

Figura 2 – Mapa das dinâmicas na zona urbana de Teresina (empresas e renda)



Fonte: SEMPLAN (2017).

Pela concentração de empresas teríamos a formação de alguns subcentros em bairros distintos pelas regiões da cidade. Na SDU- Centro-Norte o centro e o bairro Mocambinho como os de maior representatividade, na SDU-Sul Parque Piauí, SDU-Sudeste Itararé e SDU-Leste o de maior representatividade com pelo menos três bairros principais, em primeiro lugar Jóquei, sendo os bairros de Fátima e São Cristóvão como segundo. É necessariamente nas proximidades com o centro tradicional e desses três bairros localizados na SDU-Leste que se encontram os polos de crescimento, aos quais é demonstrado no mapa uma mancha amarelada onde há concentração de empresas, traços contínuos demarcando onde estão as faculdades e escolas particulares, formando um eixo de educação, e também é nesse aglomerado onde se concentram os shoppings.

Na cidade de Teresina ainda é muito presente a figura do centro tradicional como local de comércio e da oferta de serviços, principalmente por sediar os órgãos principais do governo. No entanto, com a expansão considerável da malha urbana, uma mobilidade urbana precária e inúmeros outros fatores, as avenidas de grandes bairros por meio da inserção de determinadas atividades comerciais e de prestação de serviço, nesta ou naquela avenida provocam um fenômeno de descentralização.

Corrêa (1989) argumenta que a descentralização como forma espacial que deixa o espaço urbano mais complexo gerando núcleos secundários, sendo o aparecimento destes

núcleos secundários representativamente de atividades comerciais, importante por produzir economia de transporte e tempo, o que pode segundo o autor induzir para um maior consumo.

A descentralização, no que se refere ao comércio e serviços, gerou um complexo conjunto de núcleos secundários[...]. Os núcleos hierarquizados são uma réplica intra-urbana da rede regional de localidades centrais. O subcentro regional constitui-se em uma miniatura do núcleo central. Possui uma gama complexa de tipo de lojas e de serviços, incluindo uma enorme variedade de tipos, marcas e preços de produtos (CORRÊA, 1989, p. 51).

Percebe-se que a partir do momento em que ocorre a descentralização, há condições para que se crie uma nova centralidade. Na Figura 3 são demonstrados os subcentros que se formaram pela presença de avenidas e da oferta de serviços e comercialização de produtos nestas.

Segue portanto, as características da quantidade de empresas que se concentram em maior unidades nos bairros Mocaminho, Parque Piauí, Itararé, no entanto, como na SDU-Leste possuem três bairros de maior concentração de empresas o critério foi o que se encontra mais afastado no centro tradicional e dos shopping centers, já que isso influencia na concentração do número de empresas, por esse critério o bairro São Cristovão foi visto como um subcentro assim como os demais aqui citados.

Analisando estas características pertinentes a cidade de Teresina que iremos a seguir demonstrar como as franquias do segmento de alimentação em particular de *fast-food* tem se especializado pela cidade. Trata-se de uma análise inicial, o que suscita o interesse em investigar em trabalhos posteriores os meandros desse processo de espacialização pela cidade.

O SISTEMA DE FRANQUIAS

São inúmeros as estratégias de comércio que vão se estabelecendo ao longo dos anos, entre estas, estão as franquias que conforme Ortigoza (1996, p. 72), “[...] se estabelece e se fortalece dentro de uma nova maneira de atuar no comércio varejista, através de um sistema de parceria, que envolve dois atores principais: o franqueador e o franqueado”. Esta relação está sujeita a diversas regras, e a rigidez no cumprimento delas é que determina o sucesso do empreendimento. Sobre o início desta forma de comércio Ortigoza (1996, p. 54) afirma que:

O ano de 1954 é considerado um marco do desenvolvimento do SF; sob nova modalidade, passou a ocorrer a preocupação com a padronização do negócio como um todo. Isso se deu com a introdução do *Mc Donald's* no sistema e, desde então, a velocidade nesse tipo de negócio aumentou sobremaneira. Apesar dessa empresa ter sido a precursora dos negócios de franquias formatados, nos EUA isso se disseminou logo, e a concorrência foi se tornando acirrada. Novas estratégias de expansão foram necessárias e o mundo foi o limite.

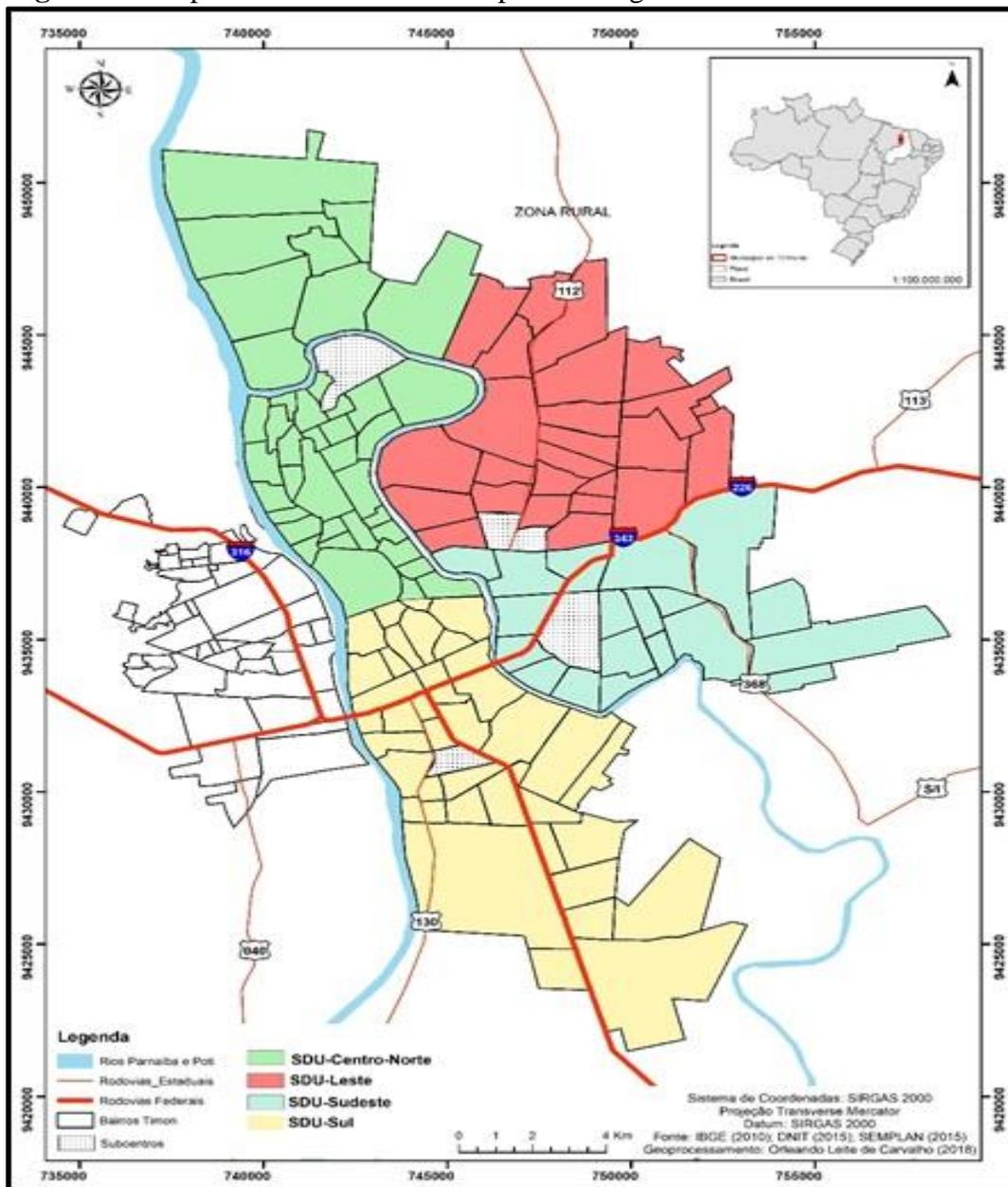
As franquias são consideradas importantes na consolidação e formação de mercados mais competitivos e consolidados, tendo em vista que possuem um padrão de excelência tornando mais cômodo e seguro o investimento. A franquia, por sua vez, “[...] não é nada mais, nada menos, que a privatização de um conhecimento ou de uma competência, patenteados sob um nome de uma marca cujo uso é alugado a empresa que os utiliza. A firmamãe continua como única proprietária [...]” (GORZ, 2007, p. 45).

À medida que o sistema de franquias crescia ganhava cada vez mais adeptos, algo que não ficou restrito somente a uma região, embora fosse predominante e mais presente na Região Sudeste do Brasil. O que correu, na verdade, foi uma ampliação considerável e cada vez maior dentro do país e uma mudança nos hábitos de consumo da população, bem como no próprio modo de organizar o espaço urbano, dado pelo incremento de infraestrutura que deu novo sentido a produção-circulação-consumo. Por estas modificações ocorridas após a segunda guerra mundial, as franquias encontraram terreno firme para se consolidar, como por exemplo:

[...] ter uma massa de consumo potencial mínimo (essa exigência varia de empresa para empresa), contar com mais recursos, tais como: infra-estruturas urbanas adequadas (rodovias, anéis viários de rápido acesso, serviço de transporte coletivo, serviços de saneamento básico) e poder de atratividade regional, entre outros” (ORTIGOZA, 1996, p. 82)

Neste aspecto, analisamos a inserção de alguns destes investimentos na cidade de Teresina, que como apresentado no início do texto, desde a sua criação para que fosse a nova capital do Estado, sempre desempenhou funções importantes no que diz respeito ao setor terciário. Nota-se que além de ser um polo de atração para as diferentes cidades do Estado, em termos de serviços, pela prestação de serviços na área de saúde e educação, tanto públicos quanto privados.

Figura 3 – Mapa dos subcentros das respectivas regiões da cidade de Teresina



Fonte: Teresina (2015).

No intra urbano desta cidade percebe-se a maneira como se configura a malha urbana, no que se refere a atuação das empresas na cidade, entre estas, as franquias do ramo de alimentação (*fast-food*) as quais visam se instalar nos subcentros que surgem na cidade. Temos no espaço urbano a atuação cada vez maior de grandes marcas, que tem um crescimento expressivo.

Para Porto Sales (2014, p. 112), “com o aumento da oferta incessante e excessiva de bens e serviços no mercado, as marcas possuem o papel de estabelecer uma distinção entre os produtos, sendo assim, um elemento fundamental para a orientação do comportamento do consumidor”. E levando em conta este aspecto, a atuação das franquias do segmento de

alimentação mais precisamente do *fast-food* possuem na sua marca o sucesso. Em primeiro lugar, pela certeza do retorno dado ao investimento e segundo, pelo símbolo que representa no mundo globalizado, através da “mundialização dos gostos”.

Considerando este critério de ser do segmento de alimentação e ser uma franquia mundial, em Teresina podemos apresentar as de maior destaque e atuação na cidade: McDONALD’S, Subway e Bob’s. Em relação a primeira conforme dados disponíveis no *site* da empresa¹ está presente em 119 países, possui na sua rede mais de 36 mil restaurantes. De forma semelhante o Subway tem atuação em 110 países e conta com um pouco mais de 42.000 estabelecimentos². Em relação a Bob’s é uma marca criada no Brasil com investimento de um tenista americano, iniciando no Brasil em 1952 este ramo de *fast-food*, até então desconhecido no Brasil, no entanto, sua projeção ainda é incipiente se comparada as duas anteriores que são marcas estrangeiras, possui um pouco mais que 1.100 lojas espalhadas por todo o país e com atuação em apenas dois países, Chile e Angola³.

No Nordeste estas são as três maiores em numero de unidades conforme a ABF (2018), em primeiro lugar a Subway (373), depois McDONALD’S (287) e por último Bob’s (208). Na Figura 4 pode ser visualizado como se distribui pela cidade estes empreendimentos. A presença destas franquias pela cidade revela uma característica interessante a respeito da descentralização, por priorizar regiões da cidade onde há um centro em ascensão, ou seja, os subcentros.

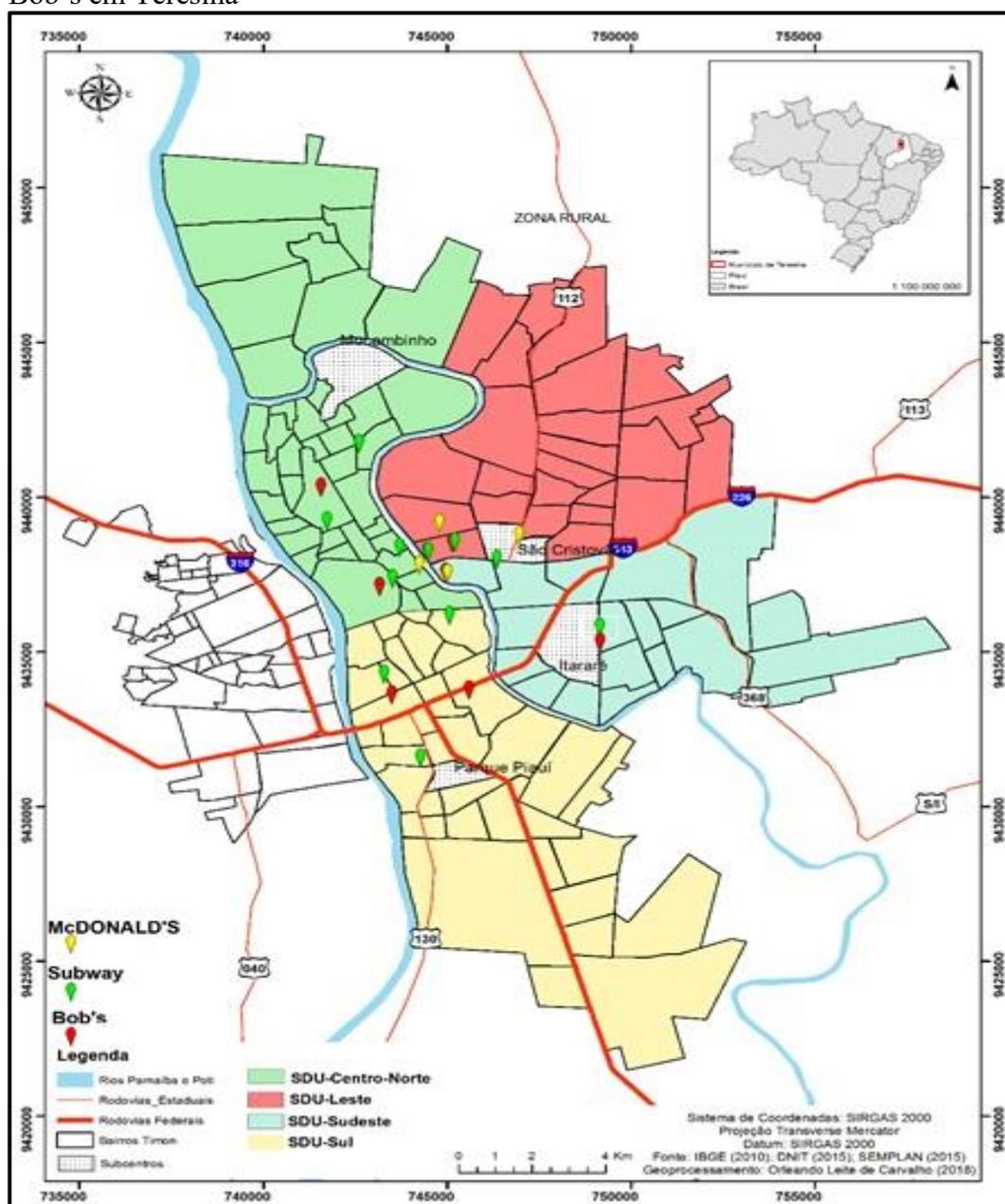
A tendência que se nota é instalação destes empreendimentos em locais privilegiados da cidade, diferente do que se possa imaginar, estas franquias podem até ser formadores de centralidades por atrair um público com potencial para consumo, no entanto, não é assim que se configura. Das três franquias em destaque, diríamos que a mais ousada é a Subway que possui 11 estabelecimentos divididos assim: 4 na SDU-Centro-Norte, 3 SDU-Sul, 2 SDU-Sudeste e 2 SDU-Leste. Em seguida vem o Bob’s com x, mas que por atuar com quiosques, se distribui de forma diferente. O McDONALD’S em Teresina atua de forma restrita, com localizações bem estratégicas, os quiosques de venda de shakes só são encontrados nos shopping centers, diferente da atuação do Bob’s que além dos shoppings possuem quiosques em supermercados e na rodoviária.

¹ Disponível em: <https://www.mcdonalds.com.br/company/mcdonalds-brasil>. Acesso em: 25 abr. 19.

² Disponível em: <http://www.subwaypt.com/pt/subway/historia.html>. Acesso em: 26 abr. 19.

³ Disponível em: <http://cherto.com.br/esse-sucesso-nao-e-por-acaso-bobs/>. Acesso em: 25 abr. 19.

Figura 4 – Mapa com a espacialização das franquias Mc Donald’s, Subway e Bob’s em Teresina



Fonte: SEMPLAN (2015).

O que se pode concluir a partir destas primeiras análises é que o espaço urbano passa ser vista como um cenário onde a obtenção do lucro passa a ter o papel principal, e por isso quanto mais representatividade, quanto mais dinâmica é uma região ou bairro, mais possibilidades e investimentos podem se concretizar, em diferentes formas e modos,

Neste caso em específico, verificaram-se as franquias McDONALD’S, Subway e Bob’s dos inúmeros motivos para se escolher estas os principais foram o fato do segmento de alimentação ser o que possui maior quantidade de franquias estrangeira e a que mais fatura.

Cabem inúmeras outras observações, que aqui não foram contempladas, mas que suscita a investigação para trabalhos posteriores.

CONCLUSÃO

Este trabalho sugere uma discussão acerca do setor terciário e do seu papel para a consolidação de novas centralidades dentro do espaço urbano, o que representa um olhar cauteloso para compreender as modificações que vão sendo re-desenhadas na malha urbana. A difusão do capitalismo sugere uma relação desigual, que é medida pela força econômica e hierárquica que exerce, quanto maior sua força, maiores são os investimentos. Seria essa a ideia de se estudar a cidade pela dinâmica do comércio, a cidade contemporânea pensada como *locus* da reprodução capitalista inserida na lógica dos negócios, que faz com que a atuação dos agentes ocorra de forma conjunta, porém em diferentes espaços.

A cidade passa ser vista como um cenário onde a obtenção do lucro passa a ter o papel principal, e por isso quanto mais representatividade, quanto mais dinâmica e viva esta cidade é, mais possibilidades ela pode trazer. Logo vem a necessidade em dar condições para que a cidade esteja preparada para novas reconfigurações espaciais, e com isso são necessárias medidas para suprir tais demandas como ampliação de avenidas, duplicação de pontes, transporte público rápido e eficiente, ações essas visíveis na cidade, porém que torna cada vez mais a cidade fragmentada, já que não ocorre de forma uniforme, uma vez que priorizam determinados espaços.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Franchising – ABF. **50 maiores franquias do Brasil**. Disponível em: <https://www.abf.com.br/wp-content/uploads/2019/01/50-maiores-franquias-do-brasil-coletiva-2019.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

FAÇANHA, Antonio Cardoso. A evolução urbana de Teresina: passado, presente e ... **CEPRO**, Piauí: Teresina, v.22, n.1, jan./jun. p.59-69, 2003.

LIMA, Iracilde Moura Fé. Teresina: urbanização e meio ambiente. **Revista do Instituto Camillo Filho**. Teresina: ICF, v. 1, n. 2, p. 181-206, 2002.

LIMA, Paulo Henrique Gomes de. **A ocorrência de policentralidade em Teresina-PI: a formação de um subcentro na região sudeste**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 2011.

ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarnieri. **As franquias e as novas estratégias do comércio urbano no Brasil**. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1996.

TERESINA, Prefeitura Municipal de. **Plano Diretor de Teresina**. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação – SEMPLAN. Teresina, 2017.

PORTO SALES, Andréa Leandra. **A situação espacial de franquias na América do Sul: morfologia e centralidade urbanas em cidades médias da Argentina, Brasil e Chile**. 2014. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2014.

SILVA, Gracielly Portela da. **Expansão do espaço urbano recente de Teresina (PI): uma análise do setor habitacional**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2017.



IV SEMINÁRIO REGIONAL DE COMÉRCIO, CONSUMO E CULTURA NAS CIDADES

Teresina – PI, 12 a 14 de junho de 2019

AGRICULTURA URBANA NA REGIÃO NORTE DE TERESINA: importância socioeconômica, características e modalidades

Francisco Wesley Marques Brandão¹

Espedito Stanley Marques Brandão²

Joana Aires Silva³

Resumo: A cidade e o campo por muitos séculos foram estudados como pontos opostos da sociedade. Com a dinâmica da sociedade e a produção do espaço urbano se tornando cada vez mais complexa novas práticas passam a ser incorporadas dentro das cidades, uma dessas práticas é denominada Agricultura Urbana. O relatório da FAO(2008) sistematiza Agricultura Urbana como sendo um conjunto de atividades tipicamente rurais realizadas em âmbito urbano. Como objetivo geral da pesquisa tem-se: Analisar as práticas agrícolas existentes na região norte da cidade de Teresina. A metodologia escolhida foi: Documental, Bibliográfica e de Campo. A região Norte de Teresina conta com um grande amplitude de atividades notoriamente rurais dentro de um espaço urbano tais como: Hortas, Vazantes, Hortas comunitárias, Criação de animais de médio e pequeno porte. Essas atividades representam além de um resgate da identidade dos moradores também é uma importante fonte de renda para muitas famílias que a usam como complemento ou como única renda.

Palavras-chave: Agricultura Urbana. Região Norte de Teresina. Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

A agricultura urbana de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO (1996) pode ser definido com um conjunto de atividades agrícolas ou atividades tipicamente rurais realizadas na cidade ou no seu entorno. Sendo uma pratica bastante utilizada como fuga do desemprego e objetivando uma alimentação saudável cada vez mais atividades agrícolas se incorporam ao espaço urbano unindo contraditoriamente dois pontos que antes eram vistos como opostos, campo e cidade.

A atividade da agricultura urbana passa a ser discutida a partir da década de 1980 onde as temáticas ambientais entram em destaque e práticas que remetem a sustentabilidade e políticas contra a fome passam a ganhar evidência no Brasil.

Brand (2007) nos afirma que a partir da década de 1970 o espaço urbano e rural passam a não ser observados mais como opostos e sim como um ecossistema. Dessa forma a partir das interações entre campo e cidade algumas práticas características de do rural passam a ser incorporadas na cidade e vice-versa dependendo das necessidades da sociedade.

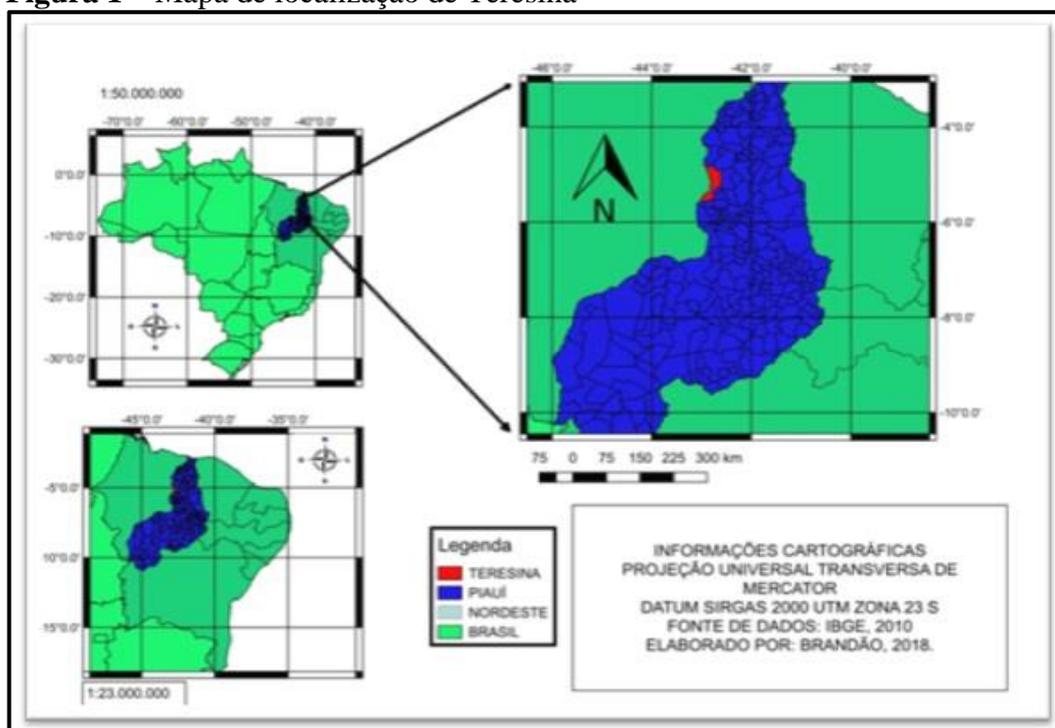
¹ Graduando no curso de Geografia pela Universidade Estadual do Piauí, E-mail: wesley131@outlook.com.br

² Graduando no curso de Economia pela Universidade Federal do Piauí, E-mail: det100mais@gmail.com

³ Prof. Dr. do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Piauí, E-mail: joaninhaaires@hotmail.com

Teresina, capital do Piauí, município que conta com uma população acima de 880 mil habitantes de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019) tem como uma das suas principais marcas a presença de dois rios de grande porte acima de 500 km de extensão e com grandes bacias hidrográficas, Parnaíba e Poti. A presença dos rios aliado ao processo de urbanização que ocorreu na cidade ocasionou a criação de hortas comunitárias localizadas em vários pontos de Teresina (Figura 1).

Figura 1 – Mapa de localização de Teresina



Fonte: Brandão (2018).

A região norte da cidade, cercada por cerca de 30 lagoas (CAMPELO, 2005) e nas proximidades da confluência dos rios Parnaíba e Poti tem em suas raízes práticas agrícolas que remontam a fundação de Teresina em 1852, sendo na época a região o município mais agrícola do estado do Piauí (LEAL JÚNIOR, 2014).

Dessa forma com a fundação de Teresina na atual área central da cidade a região norte com suas características ambientais e sociais possuía já um processo de atividades agrícolas anteriores a própria construção das hortas comunitárias. Muitas dessas práticas ainda persistem no tecido urbano da região Norte da cidade e são objeto de estudo deste trabalho.

A partir do que foi proposto anteriormente tomou-se como base as seguintes questões norteadoras da pesquisa: Quais atividades tipicamente rurais existem na região norte da cidade e como elas se relacionam com o modo de vida dos moradores da região?

Como objetivo geral pensou-se: Analisar as práticas agrícolas existentes na região norte da cidade de Teresina. Os objetivos específicos adotados são: Identificar as atividades agrícolas existentes na região norte de Teresina, caracterizar a infraestrutura socioespacial e econômica da região norte de Teresina, descrever a importância de práticas agrícolas dentro do contexto urbano da região norte de Teresina.

As metodologias utilizadas para a obtenção dos resultados são as seguintes: bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica objetivou temas como: Espaço urbano e Agricultura Urbana. A pesquisa documental foi realizada no banco de dados da Secretária de Planejamento e Prefeitura Municipal de Teresina.

A pesquisa de campo foi feita na região norte de Teresina, local da pesquisa onde foram realizados registros fotográficos, mapeamentos e sistematização de dados sobre as práticas agrícolas encontradas na região e sua importância para as comunidades do local.

AGRICULTURA URBANA

Quando se fala de Agricultura Urbana alguns pontos são elencados por aqueles que defendem essa prática como alternativa a uma série de problemas urbanos e sociais. Entre esses autores tem-se Moreira (2008) esse autor define a importância dessa atividade como forma de meio para sobrevivência de operários pobres e camponeses desterrados.

Quando a cidade nega as famílias dos trabalhadores uma série de direitos como alimentação, saúde, bem estar esse grupo de pessoas passa a traçar novas estratégias e formas de viver nesses locais, fazendo da agricultura uma estratégia de vida (MOREIRA, 2008).

Para Aquino e Assis (2007) essas práticas ganham espaço dentro das atividades urbanas e despertam o interesse tanto da comunidade acadêmica como de governantes, instituições e passam a integrar agendas públicas a nível nacional e internacional.

Dresher (2000) reflete a importância da agricultura urbana ao ser induzida pela crise e através dela as populações mais pobres conseguem se inserir dentro do sistema econômico.

Conforme relatório da FAO (1996), alguns fatores são responsáveis pelo surgimento e propagação da Agricultura Urbana: o aumento da urbanização no mundo, deterioração da vida urbana, guerras, degradação ambiental e escassez de comida. Esses fatores possibilitam que as comunidades que vivem nas cidades passem a buscar formas de sobreviver no espaço urbano.

Outro autor que trabalha a Agricultura Urbana como forma de inserção econômica é Oliveira (2001) ele afirma que muitos pobres urbanos que tem origem rural manejarem pequenos pedaços de terra para a criação de animais e produção de vegetais.

Moldakov (2001) ao referir-se ao termo diz que deve se referir mais aos produtores do que as atividades em si. Essa visão é importante pois muitas vezes os autores focam apenas na produção e comercialização esquecendo os atores, seus aspectos culturais dentro da produção.

De modo geral Agricultura Urbana neste trabalho baseia-se na proposta de Cittadini (2002) esse autor definiu como sendo um processo amplo que compreende desde produção vegetal, criação de animais até atividades de sustentabilidade de reutilização de resíduos sólidos e líquidos dentro das cidades.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como dito anteriormente Agricultura Urbana é uma prática que cada vez mais passa a fazer parte do cotidiano de muitos cidadãos, aliando práticas tipicamente rurais dentro do espaço urbano. Essas atividades passam a ganhar mais notoriedade e atenção do poder público a partir da construção da horta localizada na região do grande Dirceu, a partir dela novas hortas comunitárias foram sendo criadas. Na região Norte são encontradas algumas dessas hortas, como mostra o Figura 2.

Figura 2 – Horta comunitária localizada no bairro Mafrense – Teresina



Fonte: Brandão (2019).

A produção do espaço na região norte da cidade é anterior a construção de Teresina, muitas práticas rurais já eram realizadas no local quando a cidade foi planejada e passou a funcionar como sede administrativa e principal polo econômico, essas atividades permaneceram sendo utilizadas pelos moradores de região, não apenas através de hortas, outro cultivo bastante comum encontrado no local é a presença de vazantes (Figura 3).

Figura 3 – Vazante localizada no bairro São Joaquim – Teresina



Fonte: Brandão (2018).

Vazantes são tipos de agricultura que se beneficiam de rios, lagoas e dos seus leitos. No caso das vazantes encontradas dentro na região norte a maioria delas pode ser encontrada nas lagoas da região, formadas de modo artificial pela interferência antrópica ou de modo natural resultado do próprio regime fluvial do rio Parnaíba.

De acordo com Carmo e Moraes (2016) é através dessas práticas que englobam tanto atividades de agricultura, artesanato, pesca que as comunidades da região norte dialogam diretamente com seus modos de vida. Indo além de aspectos culturais sendo importantes marcadores históricos e sociais da forma que eles vivem.

Nessa perspectiva ao realizar atividades agrícolas sejam em vazantes, hortas comunitárias ou quintais de casa esses moradores a utilizam também como uma forte carga cultural e importante para marcar a identidade da comunidade.

Como exposto anteriormente a produção agrícola na região norte é realizada de duas formas principais, hortas comunitárias e localizadas nos quintas das casas e vazantes localizadas próximo as lagoas e a margem do rio Parnaíba.

As características rurais encontradas na região não se restringem apenas a produção de vegetais, observando-se a criação de animais de pequeno, médio e grande porte. As frutas de acordo com Pereira (2017) são produzidas principalmente nas coroas localizadas no rio Parnaíba, como forma de coibir os furtos desses produtos. Portanto a grande produção realizada nas vazantes e hortas são verduras e leguminosas, especialmente os quiabos que ocupam grandes áreas entre a margem do rio Parnaíba e a avenida Boa Esperança (Figura 4).

Figura 4 – Vazante de quiabos na região Norte de Teresina



Fonte: Brandão (2019).

Os animais de pequeno porte do local são principalmente aves em especial galinhas (*Gallus gallus domesticus*). Criados principalmente nos quintais das casas em gaiolas (Figura 5). Os animais de médio porte que podem ser encontrados na região são criação de porcos (*Sus scrofa domesticus*) estes, são criados de modo livre, na rua e nas proximidades de lagoas. Foi observado também durante um das excursões a campo a criação de gado na área, embora em um número bem inferior as demais espécies de animais encontrados na área.

Figura 5 – Galo sendo criado na Avenida Boa Esperança, Teresina/PI



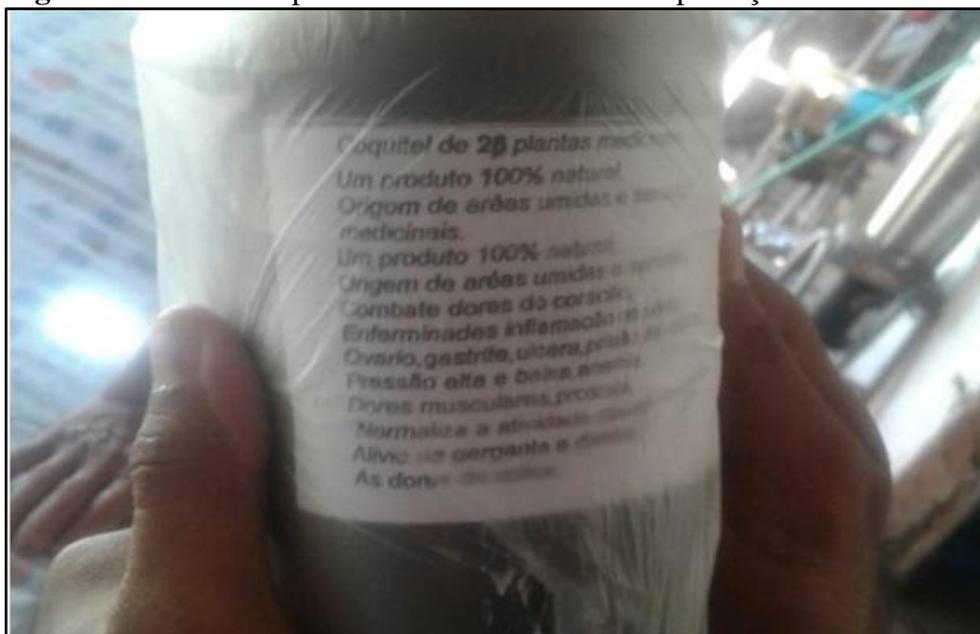
Fonte: Brandão (2019).

Para Pereira (2017), as frutas são produzidas principalmente nas coroas localizadas no rio Parnaíba, como forma de coibir os furtos desses produtos. Portanto a grande produção realizada nas vazantes e hortas são verduras e leguminosas, especialmente os quiabos que ocupam grandes áreas entre a margem do rio Parnaíba e a avenida Boa Esperança.

Grande parte desses produtos é comercializado na própria região, em quitandas e pequenos comércios ou na Central de Abastecimento do Piauí (CEAPI).

Dentro da área de estudo as práticas agropecuárias não se restringem apenas a plantações de frutas e verduras, criação de animais são encontrados também nos quintas ao fundo de algumas casas ervas medicinais que são utilizadas para fazer garrafadas que combatem uma série de doenças. Essas garrafadas (Figura 6) são preparadas na própria comunidade e comercializadas sobre encomenda, por pessoas que sofrem problemas cardíacos, diabetes, hipertensão.

Figura 6 – Garrafada produzida na Avenida Boa Esperança



Fonte: Brandão (2019).

Ao realizarem atividades economias agropecuárias essas comunidades não apenas a utilizam como uma alternativa de alimentação mais saudável, renda extra, essas práticas remetem ao próprio passado da região, a comunidade e seus antigos modos de viver. Percebe-se então que essas atividades não são puramente econômicas, agregam valores culturais e da própria identidade dos cidadãos e seus antepassados.

CONCLUSÃO

Como pratica a Agricultura Urbana vem se tornando nos últimos 30 anos uma das atividades que buscam a sustentabilidade dentro das cidades, aliando uma busca por alimentação saudável, fuga ao desemprego e práticas de características rurais dentro do âmbito urbano. O reconhecimento dessa atividade já se faz através do próprio ministério do Meio Ambiente (2018) com a produção de cartilhas sobre a pratica, nessa cartilha são ensinados técnicas e a importância de ser realizado esses plantios dentro das cidades.

A práticas agroecológicas no entanto não se restringem apenas a produção de vegetais, dentro das cidades existem também a criação de animais como galinhas, patos, porcos, cabras.

Em Teresina, cidade que recebeu um grande fluxo de imigrantes oriundos do campo desde sua fundação em 1852 essas atividades são realizadas tendo o aval da própria Prefeitura Municipal através da construção de Hortas comunitárias objetivando ocupar uma parte da população que se encontra desempregada e evitando ocupações em terrenos de risco.

A região norte da cidade que desde seu início foi um local com amplas características de produção rural mesmo diante do processo de urbanização que ocorreu em Teresina manteve essa característica. Quando surgiram as primeiras hortas comunitárias na região (década de 1980) esses locais já eram plantios de moradores onde muitos tiravam grande parte de sua renda.

Como foi exposto dentro da região norte de Teresina as práticas de Agricultura Urbana não são apenas visando questões econômicas, são práticas que remetem ao próprio passado e ancestralidade da comunidade, sendo marcados de identidade de um povo que vive de uma relação sustentável com o meio ambiente em que estão inseridos, respeitando o regime do rio e aproveitando do lençol freático da região como forma de retirar da natureza e suas potencialidades seu sustento. Por aliar fatores econômicos, sociais e culturais as práticas agropecuárias da região são de suma importância para o bem estar dos nortenhos de Teresina.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de. Agricultura Orgânica em Áreas Urbanas e Periurbanas com Base na Agroecologia. **Ambiente & Sociedade**, v.10, n.1, p. 137-150, jan./jun. 2007.

BRAND, Peter; MUÑOZ, Edwin. Cultivando ciudadanos: agricultura urbana desde una perspectiva política. **Cadernos IPPUR**, v. 21, n. 1, p. 47-70, jan./jul. 2007.

CARMO, F. D S.; MORAES, M. D. C. Povos de terreiros na cidade em reedição (Religiões de matrizes africanas e o Programa Lagoas do Norte em Teresina-PI). In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS, 1., 2016, Teresina. **Anais eletrônicos** [...]. Teresina, 2016.

CAMPELO, C. **Estudo urbanístico e paisagístico para a região das Lagoas do Norte: estudo para a Prefeitura Municipal de Teresina.** Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação – SEMPLAN. Teresina, 2005.

CITTADINI, N. **La agricultura urbana como herramienta ante el proceso de marginacion y exclusion en la ciudad de Mar Del Plata, Argentina.** In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL, 4., 2002, Porto Alegre. **Anais eletrônicos** [...]. Porto Alegre, 2002.

DRESCHER, A. W. Seguridad Alimentaria Urbana; Agricultura Urbana, uma resposta a la crisis? **La Revista Agricultura Urbana**, v.1, 2000.

FAO – COMITÉ DE AGRICULTURA. **Select issues: Urban agriculture: an oxymoron?** *In: The state of food and agriculture. Food security: some macroeconomic dimensions.* Rome: FAO, 1996.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros em 01.04.2019.** IBGE, 2019.

LEAL JUNIOR, José Hamilton. **Expansão Urbana, planos urbanísticos e segregação urbana: o caso de Teresina-PI.** 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

PEREIRA, L. C. **Os reis do quiabo: meio ambiente, intervenções urbanísticas e constituição do lugar entre vazanteiros do médio Parnaíba em Teresina/Piauí.** 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade de Brasília. Brasília, 2017.

MOLDAKOV, O. Apoio à agricultura urbana precisa de mais integração em San Petersburgo. **Lá revista agricultura urbana**, v.4, 2001.

MOREIRA, Crispim. Trajetórias contemporâneas da agricultura urbana. *In: HISSA, Cássio Eduardo Viana (Org.). Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar.* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. p. 243-281.



IV SEMINÁRIO REGIONAL DE COMÉRCIO, CONSUMO E CULTURA NAS CIDADES

Teresina – PI, 12 a 14 de junho de 2019

A IMPORTÂNCIA DO MONUMENTO FLORESTA FÓSSIL PARA A CIDADE DE TERESINA-PI

Danielle Pereira de Oliveira¹

Edileia Barbosa Reis²

Francisco Wellington de Araujo Sousa³

Resumo: O Monumento Natural da Floresta Fóssil do rio Poti constitui uma importante unidade de conservação, localizado nas margens direita e esquerda do rio Poti, na zona urbana da cidade de Teresina, Piauí. Esse sítio natural possui um grande valor científico, educacional, e para a prática do turismo na capital piauiense. Diante dessa importância, objetiva-se com essa pesquisa discutir a relevância do Monumento Natural da Floresta Fóssil para o espaço urbano de Teresina e destacar o atual estado de conservação do mesmo. A metodologia adotada nesse trabalho constou de revisão bibliográfica, incursões a campo e análise de imagens de satélite. Portanto, a Floresta Fóssil necessita de muitos cuidados, devendo ser incluída de fato no planejamento e na gestão ambiental urbana, pois a mesma apresenta muitos benefícios para a cidade, dentre eles a proteção do patrimônio paleontológico, o incentivo a realização de atividades ao ar livre, prática turística, contemplação da natureza e, principalmente, o desenvolvimento de práticas de educação ambiental.

Palavras-chave: Áreas verdes urbanas. Sítio paleontológico. Floresta Fóssil.

INTRODUÇÃO

Devido ao crescimento das cidades, que muitas vezes ocorre de forma desordenada, a preocupação em manter áreas com relevante potencial ecológico e científico, torna-se um dos pontos essenciais para a manutenção de uma qualidade ambiental nos centros urbanos. Desse modo, uma das medidas essenciais diante desse cenário, é a criação de unidades de conservação, que tem como uma das funções proteger e conservar os ambientes naturais.

Como um exemplo de unidades de conservação em áreas urbanas tem-se o Monumento Natural da Floresta Fóssil da cidade de Teresina. Com uma área de cerca de 33 ha, a Floresta fóssil possui um grande valor científico e educacional, além de um potencial turístico, devido ser a única do Brasil à apresentar afloramento de troncos fossilizados em posição de vida, sendo vestígios de uma floresta que existiu há mais de 250 milhões de anos, localizada na zona intertropical do planeta.

¹ Mestra em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Piauí, E-mail: danielleoliveira1@hotmail.com

² Mestra em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Piauí, E-mail: edileia-reis@hotmail.com

³ Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Piauí, E-mail: wellingtongeo88@gmail.com

Diante da importância da Floresta Fóssil para o ambiente urbano de Teresina, para a comunidade científica e para a paisagem da cidade, surgiu a necessidade de ampliar as discussões sobre essa unidade de conservação e seu relevante papel turístico, ambiental e educacional para a capital piauiense. Desse modo, o objetivo do trabalho é discutir a relevância do Monumento Natural da Floresta Fóssil para o espaço urbano de Teresina, destacando o atual estado de conservação do seu ambiente e dos vestígios fossilizados.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Áreas verdes em espaços urbanos

A aproximação da sociedade urbana com as áreas verdes pode ajudar a despertar para a importância desses ambientes. Essas áreas estão sendo pressionadas pelas ações antrópicas presentes nas cidades. Visto que a população muitas vezes não tem desempenhado um papel de agente conservador do ambiente natural. A problemática ambiental urbana necessita de amparos que promovam essas transformações.

Nesse sentido, as áreas verdes passaram a representar um símbolo de preservação do meio ambiente nos centros urbanos, podendo ser conceituadas como locais onde há vegetação arbórea, o que inclui praças, jardins públicos e os parques urbanos. Além disso, podem denominar-se áreas verdes os canteiros centrais e os trevos e rotatórias de vias públicas (LOBODA; ANGELIS, 2005).

Conforme Bartalini (1986) as áreas verdes urbanas podem desempenhar funções que estão desde aos valores visuais e paisagísticos, como aqueles relacionados aos valores recreativos e aos valores ambientais, sendo este último de significativa importância para esta pesquisa. Além disso, as mesmas apresentam como função conservar os resquícios da vegetação em suas mais diversas formas na cidade (RUBIRA, 2016).

As áreas verdes urbanas em seu valor ambiental desempenham um papel significativo para a conservação dessas áreas, pois, mantêm o equilíbrio e proporcionam a qualidade de vida da sociedade, além de fornecer conhecimento histórico e científico. Em vista disso, como tentativa de garantir a conservação das áreas naturais, não só no Brasil, mas mundialmente, as autoridades competentes começaram a instituir as primeiras áreas naturais protegidas ou Unidades de Conservação (UC), percebendo que esta política representa uma das formas mais adequadas para garantia da conservação da natureza (MARTINS; PITTMOM, 2011).

No Brasil o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, instituído pela Lei nº 9.985/2000 entende por UC:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as áreas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção [...] (BRASIL, 2006, p. 8).

Desse modo, as unidades de conservação podem ser divididas em dois grupos, as Unidades de Proteção Integral, que inclui a Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural e; Refúgio de Vida Silvestre. As outras categorias são as Unidades de Uso Sustentável, constituído pela Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e Reserva Particular do Patrimônio Natural (BRASIL, 2000).

Entre uma das mais importantes do contexto da cidade chama-se atenção ao Monumento Natural. Esta que pertence ao grupo de proteção integral tem como função ambiental de preservar “sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica” (BRASIL, 2000).

METODOLOGIA

Área de estudo

O Monumento Natural Floresta Fóssil localiza-se nas margens direita e esquerda do rio Poti, na zona urbana do município de Teresina, capital do Estado do Piauí (Figura 1). A Área que abrange a margem direita do Poti está inserida no bairro dos Noivos, enquanto da margem esquerda localiza-se no bairro Ilhotas. A cidade de Teresina situa-se às margens do rio Parnaíba, com coordenadas de 5°05'12" S e 42°48'42" W (VIANA; LIMA, 2017). Grande parte da sua área urbana está na área chamada de Médio Parnaíba e Baixo Poti (VASCONCELOS; LIMA; MORAES, 2016).

Figura 1 – Mapa de Localização do Monumento Floresta Fóssil



Fonte: *Google Earth* (imagem de 16 de julho de 2018). Organização: autores (2019).

Procedimentos metodológicos

O presente trabalho desenvolveu-se a partir dos seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, incursões a campo e análise de imagens de satélite. O levantamento bibliográfico constou com leituras de artigos, dissertações, livros e outros arquivos que abordam a temática fundamentada no trabalho.

Posteriormente realizou-se uma pesquisa de campo que possibilitou observar a situação atual da referida unidade de conservação no que se refere à sua paisagem, e as alterações antrópicas que estão presentes no ambiente da Floresta Fóssil. Os materiais de apoio que auxiliaram nessa etapa metodológica foram: máquina fotográfica e caderneta de anotações, sendo realizada no ano de 2018 e 2019.

A última etapa metodológica consistiu na análise de imagens de satélites do software *Google Earth*. Com o programa desenvolveu-se um mapa de localização da área de estudo, e, além disso, foi realizada uma análise de sua paisagem no contexto do espaço urbano da cidade de Teresina.

Caracterização da área de estudo

Esse sítio paleontológico trata-se de uma reserva natural, Patrimônio Cultural conforme o Art. 2º do Cap. I da Lei Estadual de nº 4.515 de 09 de novembro de 1992 (PIAUÍ, 1992). Ele possui cerca de 33 hectares, onde são encontrados em torno de 60 troncos com características de petrificação. Contudo, o processo que concedeu a fossilização dessa antiga flora foi devido à permineralização, que é a substituição das células presente na madeira

vegetal por carbono a partir da incorporação de minerais silicosos, contribuindo para a preservação do lenho.

Esses fósseis vegetais são datados do período Permiano da formação Pedra de Fogo há mais ou menos 280 milhões de anos atrás. Segundo Lima e Caldas (1988) e Sousa (1994) a formação Pedra de Fogo foi proposta por Plummer (1946) e é caracterizada por sedimentação cíclica, característica de um período marcado por regressão e transgressão marinha. É principalmente constituída de arenitos amarelados, calcários, folhelhos esverdeados, siltitos e argilitos (CORREIA FILHO, 1997).

Por esse motivo, pode-se afirmar que essa antiga flora de Teresina tem idade anterior aos dinossauros, com o surgimento dos primeiros répteis. As evidências encontradas a partir desse patrimônio permitiram ainda o conhecimento a cerca do paleoambiente, a exemplo do paleoclima e caráter geológico local e mundial.

Visto que, essa flora demonstra que em Teresina existia uma exuberante floresta tropical característica de climas úmidos. Há ainda testemunhos fósseis em material geológico próprios de ambientes marinhos como os fósseis de estromatólitos (Figura 2) encontrados em plena malha urbana da capital.

Esses fatores contribuem para justificar o dinamismo tectônico que afetou todo o planeta, e defender a teoria de que os continentes há milhões de anos possuíam outra localização que difere da atual. Uma vez que a preservação de caráter fossilífero dos lenhos de Teresina é resultado desses intensos dinamismos, visto que sofreram soterramentos na acumulação e formação da Bacia Sedimentar do Parnaíba sendo esta de origem tectônica.

Figura 2 – Estromatólitos de ambiente marinho na Floresta Fóssil



Fonte: Barros (2014).

Os troncos fósseis da Floresta Fóssil de Teresina afloram nas margens e na planície aluvial do rio Poti se estendendo pelas margens direita e esquerda do rio. Esses possuem altura e diâmetros variados não ultrapassando 70 cm de altura segundo Sousa (1994),

atingindo até três metros de diâmetro, o que permite a “observação de anéis concêntricos silitificados e de porções externas semelhantes a cascas de árvores” (AVELINO *et al.*, 2008, p. 134) como pode ser observado na Figura 3.

Figura 3 – Troncos fossilizados de gimnospermas no interior da área de estudo



Fonte: Oliveira (2018).

Segundo Quaresma e Cisneros (2014, p. 2) “a presença de troncos fósseis em Teresina foi, primeiramente, notada por Lisboa em 1914”. Para Mendes (1982) eles só começaram a ser estudados por volta de 1934 por Euzébio de Oliveira, tendo trabalhados escritos sobre eles somente alguns anos após, por volta de 1936.

A flora dos lenhos fósseis encontrados em Teresina são em grande maioria das espécies de gimnospermas, tendo também, alguns fragmentos fósseis do grupo das pteridófitas (DIAS-BRITO *et al.*, 2007). A singularidade desse sítio paleontológico está no fato de que alguns dos troncos que afloram em Teresina encontram-se ainda *in situ*, ou seja, em posição vertical que se refere ao local de seu crescimento (Figura 4).

Figura 4 – Tronco em posição de vida na área de estudo



Fonte: Oliveira (2018).

Além desses que ainda se encontram no seu local de origem, existem outros mais dispersos, rolados ou tombados devido ação natural do tempo ou da dinâmica do rio Poti e até mesmo ação antrópica. São contabilizados conforme pesquisas do IPHAN (2013), DPNC

(1998), em torno de 60 troncos fossilizados, além dos variados fragmentos que podem ser facilmente encontrados no interior desse Monumento, principalmente nas margens do rio Poti.

Por esses motivos, a contagem dos lenhos fósseis encontrados pode variar, podendo até ocorrer alguns outros fósseis ainda submersos no rio. Outra importância significativa dessa floresta petrificada foi que os estudos desses fósseis presentes em Teresina, permitiu que fosse revelada uma nova espécie de flora gimnospérmica, que foi denominada *Teresinoxylon eusebioi* que significa “tronco de Teresina” em homenagem à cidade e ao Dr. Eusébio de Oliveira responsável pelos estudos sobre as plantas paleozóicas na região (AVELINO *et al.*, 2008, p. 134).

Há ocorrência de vestígios de florestas fósseis em outras regiões do estado do Piauí como a recente descoberta dos fósseis encontrados no município de Altos, denominado de Sítio Paleobotânico São Benedito (CONCEIÇÃO; CISNEROS; IANNUZZI, 2016), no município de Antônio Almeida (VASCONCELOS; LIMA; MORAES, 2016). Assim como também no estado de Tocantins no município de Filadélfia, em que há o denominado Monumento Natural das Árvores Fossilizadas, sendo que este último em pesquisa recente por Conceição, Cisneros e Iannuzzi (2016) é descrito na formação Motuca.

Entretanto, ao contrário da Floresta Fóssil em Teresina, neles não são encontrados troncos *in situ*, o que torna esse sítio de Teresina ainda mais particular somado ainda pelo fato de que está localizado em zona urbana de uma capital.

Tendo em vista a importância geológica e paleontológica que esse sítio natural apresenta tanto para a história local como mundial, foram instituídas bases legais em âmbito Municipal, Estadual e Federal que buscam através de suas diretrizes salvaguardá-lo.

A princípio, a área em estudo foi constituída através do Decreto Municipal nº 2.195 como Parque Municipal Floresta Fóssil. Tendo em 1994 a sua área efetivamente delimitada através do Decreto Municipal nº 2.704. Outra medida foi aplicada no intuito de melhor preservação desse sítio foi sua elevação como Patrimônio Estadual e posteriormente Nacional. Tendo, a partir disso, seu perímetro tombado a nível estadual pela Secretaria do Estado da Cultura (SECULT) no ano de 1994, e somente a nível Nacional em setembro de 2008 pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), dando ênfase ao então parque como Patrimônio Nacional devido ao notável interesse científico e paleontológico do mesmo (IPHAN, 2013).

Ele ainda é enquadrado como uma UC na categoria de Proteção Integral conforme a lei de nº 2.195 de 08 de janeiro de 1993 em que a presença do homem nessas áreas onde

afloram os troncos fossilizados deve ser monitorada de acordo com as leis nela estabelecida. É incluído também como Área de Preservação Permanente (APP) do rio Poti (curso hídrico interestadual), pois, sua localização está a 100m de um leito de um rio conforme Lei Federal do novo Código Florestal de nº 12.651 de 25 de maio de 2012.

Contudo, a área onde aflora os vegetais fósseis passou por alterações até chegar no perímetro que corresponde atualmente. No ano de 2007 uma nova área do parque foi delimitada, através da publicação do Decreto Municipal nº 7.444 de 31 de outubro pela prefeitura de Teresina, dando nova redação ao Art. 1º (IPHAN, 2013). Em 8 de março de 2016 pelo Decreto Municipal 15.778 foi demarcada uma nova área para o até então parque, promovendo a unificação do mesmo com outros parques municipais situados dentro do perímetro do espaço tombado pelo IPHAN: o Parque Urbano Ilhotas e Parque Regional dos Noivos. Essa unificação tinha o intuito de uma melhor gestão para o mesmo, passando a possuir a partir disso cerca de 33 hectares (TERESINA, 2016).

No Entanto, em janeiro de 2018 esse sítio passa por uma nova reavaliação através do Decreto Municipal de nº 17.426, que o enquadra como “Monumento Natural da Floresta Fóssil do Rio Poti”, tendo em vista sua relevância ambiental. O Decreto ainda ressalta em seu Art. 2º os objetivos previstos:

Disciplinar o processo de urbanização da região no entorno, a vigilância da unidade e a pesquisa científica da fauna e da flora; proteger a sua beleza cênica; o estabelecimento de parcerias com organizações governamentais e não governamentais para o seu manejo; além de outros previstos no Plano de Manejo da Unidade.

Todavia, se observa nesse ambiente protegido grande pressão urbana, uma vez que, se prioriza as “necessidades urbanísticas” no investimento e aberturas de vias urbanas nas áreas de amortecimento dessa UC e marginais do rio Poti, e que se comparado aos investimentos previstos para a revitalização e infraestrutura esperadas para serem construídas desde o ano de 2012, as prioridades são outras. Mais ainda, porque esse patrimônio paleontológico faz parte de uma APP em que nessas áreas devem possuir uma largura mínima de 100 (cem) metros, para os cursos d’água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura (BRASIL, 2012), como é o caso do Monumento em questão.

Monumento Floresta Fóssil: geoconservação e importância para o ambiente urbano de Teresina

Em meio ao espaço construído de Teresina, o Monumento Natural da Floresta Fóssil representa uma forma de valorização do ambiente natural, oferecendo inúmeros benefícios à

população, ao promover no seu espaço uma qualidade de vida, devido principalmente o contato com a natureza. O mesmo pode ser utilizado para realização de atividades ao ar livre, como por exemplo, caminhadas.

No entanto, observa-se a necessidade de uma revitalização do ambiente, relativo à infraestrutura, segurança, formas de acesso ao local e outras medidas para que de fato o local seja valorizado e assim se torne um espaço de grande relevância para o turismo na cidade de Teresina. Uma vez que, os espaços naturais proporcionam aos turistas um recurso de lazer, fuga do cotidiano urbano, acompanhado da proteção e conservação do meio ambiente quando estes fazem de forma sustentável, que além de usufruir racionalmente do ambiente natural, asseguram a sua integridade física do ponto de vista conservacionista, como é o caso do turismo de natureza.

Esse tipo de turismo pressupõe a necessidade de proteção do meio ambiente natural. Nesse sentido, considerando que o turismo é uma atividade econômica como aborda (CRUZ, 2003), sua prática ocasiona impactos no meio ambiente, sendo de grande valor não só para o desenvolvimento econômico de um lugar, mas também para a proteção do mesmo, pois esta fornece subsídios de aproximação entre o homem e a natureza.

Desse modo, é de suma importância pensar na geoconservação da Floresta Fóssil, pois esse sítio natural apresenta uma exclusividade em relação aos fósseis encontrados, devido ser a única que apresenta troncos fósseis em posição de vida localizada na zona intertropical do planeta, o que garante um grande potencial turístico e científico.

Nesse sentido, a conservação em relação ao patrimônio geológico é necessária, pois os troncos fossilizados fazem parte dos sedimentos que constituem a formação geológica Pedra de Fogo, ou seja, são vestígios que são datados de mais de 250 milhões de anos. Portanto, os fósseis registram a história geológica do local, como do planeta Terra.

Degradação ambiental do monumento floresta fóssil

Mesmo apresentando uma relevante importância científica e turística, a Floresta Fóssil apresenta atualmente alguns impactos negativos que comprometem os vestígios fósseis localizados na área. Situada na malha urbana do município de Teresina, a degradação observada no local é devida principalmente as atividades antrópicas realizadas no seu ambiente. Entre as atividades pode-se destacar a pesca.

Desse modo, chama a atenção desse Monumento Natural a atual situação de mal preservação com que se encontra o acervo dos vegetais fósseis, bem como o descaso e degradação ambiental e patrimonial que nele ocorre, como pode ser visto na Figura 5.

Figura 5 – Degradação ambiental na área de estudo



Fonte: Oliveira (2018-2019).

Esses fatores permitem refletir que tais medidas de preservação não são efetivadas quando desenvolvidas isoladamente, sendo necessárias outras atividades que complementem essas ações em prol da preservação. Atividades essas que possam despertar a sensibilização das pessoas, principalmente aquelas residentes em bairros próximos ou oriundas de outros bairros, como os visitantes que fazem uso indevido desse patrimônio quando se considera as citadas leis, como é o caso dos pescadores evidenciados por Oliveira (2016).

Assim, a Educação Ambiental e Patrimonial funcionam como ferramentas no que diz respeito à sensibilização da sociedade na conservação e preservação de áreas protegidas. Pois, pelo fato do objeto em epígrafe tratar-se de uma área de proteção tombada, é necessário um controle no que diz respeito à entrada de visitantes e “[...] deve ser objeto permanente de monitoramento ambiental/paleontológico [...]” (IPHAN, 2013, p. 22), pois de acordo com 2º parágrafo do Artigo 6 da Lei Estadual 4. 515 de 1992 (PIAUI, 1992), não é permitido em áreas de tombamento o uso/ocupação que possam causar dano ou ameaçar o bem tombado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, o Monumento Floresta Fóssil que atualmente encontra-se em estado de abandono e de degradação ambiental, apresenta alguns impactos negativos, dentre os quais se destacam a ocorrência de fogueiras, a pichação dos troncos fossilizados e o despejo indevido de resíduos sólidos, evidenciando na área uma situação muito problemática. Associado a esses impactos, está à falta de uma infraestrutura mínima como trilhas e sinalização, e principalmente segurança pública, o que tem afastado pesquisadores e visitantes.

Nesse sentido, a Floresta Fóssil de Teresina necessita de muitos cuidados, devendo ser incluído de fato no planejamento e na gestão ambiental urbana, pois o mesmo apresenta muitos benefícios para a cidade, dentre eles a proteção do patrimônio paleontológico, o incentivo a realização de atividades ao ar livre, prática turística, a contemplação da natureza e, principalmente, o desenvolvimento de práticas de educação ambiental.

REFERÊNCIAS

AVELINO, B. F. C.; MOURA, L. S.; DAMASCENO, A. C. G.; VENTURA, B. S.; FÉ, S. M. Parque Floresta Fóssil de Teresina. **FAPesquisa**, v.1, n.1, jan. /dez., 2008.

BRASIL. **Constituição Federal 5 de outubro de 1988**. Dispõe de leis constitucionais e dá outras providências. Biblioteca digital da câmara dos deputados. Brasília, 2012.

_____. **Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da natureza e dá outras providências. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2006.

_____. **Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e dá outras providências. Biblioteca digital da câmara dos deputados. Brasília, 2012.

BARTALINI, V. Áreas verdes e espaços livres urbanos. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, v. 1, n. 2, p.49-56, 1986.

CONCEIÇÃO, D. M., CISNEROS, J. C., IANNUZZI, R. Novo registro de uma floresta petrificada em Altos, Piauí: relevância e estratégias para a geoconservação. **Pesquisas em Geociências**, v. 43, n.3, set./dez. 2016, p. 311-324.

CORREIA FILHO, F. L. **Projeto avaliação de depósitos minerais para a construção civil PI/MA**. Teresina: CPRM, 1997.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2003.

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL – DPNC. **Proposta de tombamento floresta fóssil do rio Poti**. Teresina: 1998.

DIAS-BRITO D; R. R; CASTRO J. C.; DIAS R.R.; RÖSSLER R. **Floresta Petrificada do Tocantins Setentrional**. Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos, Brasília. 2007.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Plano de Gestão, Conservação e Manejo da Floresta Fóssil do rio Poti**: Estruturação do Planejamento. Teresina, 2013. 82 p.

LIMA, F. P. F.; CALDAS, E. B. Ocorrência de uma Floresta Petrificada no Permiano da Bacia do Parnaíba. **Carta CEPRO**, v.13, n.1, jan. /jun.,1988.

LOBODA, C. R; ANGELIS, B. L. D. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Ambiência**, v.1 n.1, p. 125-139, jan./jun., 2005.

MARTINS, L. T. R.; PITTON, S. E. C. Áreas Naturais Protegidas: A percepção Ambiental dos Residentes do Entorno do Parque Ambiental de Teresina/PI. *In*: PITTON, S. E. C.; ORTIGOZA, S. A. G. (Org.). **Diferentes olhares sobre a geografia de Teresina – PI**. Rio Claro: IBGE/UNESP, 2011. p. 113-145.

MENDES, J. C. **Paleontologia Geral**. 2. ed. Rio de Janeiro: S. A., 1982.

OLIVEIRA, D. P. **Educação Ambiental como instrumento de sensibilização para conservar e preservar o Parque Municipal Floresta Fóssil do rio Poti – Teresina / PI**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2016.

PIAUI, Governo do Estado do. **Lei nº 4. 515 DE 09 de novembro de 1992**. Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Cultural do Estado do Piauí e dá outras providências. Diário Oficial nº 215, de 13 nov. 1992.

QUARESMA, R. L. S; CISNEROS, J. C. O Parque Floresta Fóssil do Rio Poti como ferramenta para o ensino de Paleontologia e Educação Ambiental. **Terrae**, v. 10, 2013.

RUBIRA, F. G. Definição e diferenciação dos conceitos de áreas verdes/espços livres e degradação ambiental/impacto ambiental. **Caderno de Geografia**, v.26, n.45, 2016.

SOUSA, C. A. V. O Parque Municipal Floresta Fóssil do Rio Poti. **Cadernos de Teresina**, n.17, 1994. p. 25 – 28.

TERESINA, Prefeitura Municipal de. **Decreto Municipal nº 2.704 de 17 de agosto de 1994, que delimita a área do Parque Municipal da Floresta Fóssil do Rio Poti**. Teresina: PMT, 1994.

_____. **Decreto municipal nº 7.444 de 17 de agosto de 2007, que dá nova redação ao Decreto municipal de nº 2.704/1994**. Teresina: PMT, 2007.

_____. **Projeto de implementação do Parque Municipal Floresta Fóssil**. Teresina: PMT, 2016a.

_____. **Decreto nº 15.778, de 28 de março de 2016**. Cria o Conselho Gestor da Floresta Fóssil, e dá outras providências. Diário Oficial nº 1.887, 2016. Disponível em: <http://dom.teresina.pi.gov.br/admin/upload/DOM1887-31032016.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2018b.

_____. **Decreto de nº 17.426, de 17 de março de 2018**. Reavalia o “Parque Municipal da Floresta Fóssil do Rio Poti”, para “Monumento Natural da Floresta Fóssil do Rio Poti”. Diário Oficial nº 2.196, 2018. Disponível em: <http://dom.teresina.pi.gov.br/admin/upload/DOM1887-31032018.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2018.

VASCONCELOS, M. V. de; LIMA, I. M. de M. F; MORAES, M. V. A. R. Floresta Fóssil do rio Poti em Teresina, Piauí: porque não preservar? **Equador**, v. 5, n. 3, 2016.

VIANA, A. I. G.; LIMA, I. M. M. F. Parques ambientais urbanos de Teresina, Piauí: ambiente, conservação e uso pela população local. *In*: PEREZ FILHO, A.; AMORIM, R.R. (Org.). **Os Desafios da Geografia Física na Fronteira do Conhecimento**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2017.



IV SEMINÁRIO REGIONAL DE COMÉRCIO, CONSUMO E CULTURA NAS CIDADES

Teresina – PI, 12 a 14 de junho de 2019

REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE DE SOBRAL/CE

Antonia Helaine Veras Rodrigues¹

Resumo: O enfoque acerca da produção do espaço e dos agentes produtores do espaço urbano proporciona a compreensão da organização do espaço urbano da cidade de Sobral, que apresenta desde o final dos anos 90 novos espaços de moradias, além de refletir de maneira mais intensa a partir de 2010, maior expansão do perímetro urbano. Realizou-se, sobretudo, um estudo teórico sobre os agentes produtores do espaço urbano, bem como traçamos um olhar sobre estes para a cidade de Sobral. Vale mencionar, que este trabalho é resultante de pesquisa de mestrado sobre a dinâmica urbana da cidade média de Sobral, Ceará. Para tanto, consideramos como elementos fundamentais em nossa análise, a atuação dos agentes imobiliários e a contribuição do poder público no processo de expansão urbana.

Palavras-chave: Produção do espaço. Cidade. Sobral.

INTRODUÇÃO

As reflexões traçadas neste texto fazem parte das discussões teóricas desenvolvidas na dissertação de mestrado intitulada: Especulação imobiliária na cidade de Sobral, Ceará: um estudo dos loteamentos Morada do Planalto e Rosário de Fátima, que foi apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará.

Nesse recorte, as reflexões de cunho teórico versaram sobre a produção do espaço com base em Carlos (2008; 2005), e os papéis dos agentes produtores do espaço urbano pautado nos estudos de Corrêa (1995). Desse modo, foi possível uma melhor análise de como ocorre a atuação dos agentes produtores do espaço urbano na cidade de Sobral. Merecem considerações também os estudos de Lefebvre (1999; 2001; 2008) e Harvey (1980).

ANÁLISE SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A produção do espaço vem sendo amplamente abordada pela ciência geográfica como elemento de significativa relevância nos estudos do urbano na contemporaneidade, em função da complexidade dos objetos e agentes envolvidos que integram e realizam a dinâmica da produção heterogênea do espaço urbano.

Nesse sentido, a fim de se construir uma análise sobre o urbano, buscamos uma base teórica acerca da produção do espaço. Enveredamos em reflexões sobre a análise geográfica

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará. E-mail: helainegeo@gmail.com

na explicação e apreensão dos fenômenos da realidade urbana que desde o princípio envolve diversos agentes sociais na produção do espaço.

Ao longo da história, o espaço se concretiza como dinâmico, reflexo e condicionante dos agentes sociais que o produzem. A produção do espaço urbano vem sendo amplamente discutida no âmbito da Geografia, ganhando maior relevância na abordagem entre os diversos agentes que integram e realizam a produção e organização do espaço urbano como um todo.

Discutir sobre o conceito de espaço na Geografia compreende complexidades e polêmicas, pois cada sociedade compreende o seu espaço de maneira particular e a organização deste está associada às suas relações sociais e culturais que integram a sociedade configurando a produção do espaço urbano.

Vale salientar ainda que, a produção do espaço urbano é constituída por inúmeros fatores que se processam no modo de produção capitalista. São aqueles fenômenos e processos que se relacionam e que atribuem singularidades às formas-conteúdos urbanos. São movimentos de pessoas, ações e relações entre pessoas em movimento, sujeitos que se movimentam para o trabalho, lazer e consumo, dentre outros. Estes constituem o espaço, pautado em intrínsecas relações.

Para Carlos (2001), o processo de produção do espaço urbano requer a justaposição de momentos diferenciados da reprodução da sociedade. Desse modo, a cidade se reproduz a partir do processo de valorização gerado pelo capitalismo, visando à produção, distribuição, circulação, troca e consumo. Permite ainda, o desenvolvimento do ciclo do capitalismo, sua continuidade, produção e reprodução.

É importante compreender que a produção do espaço urbano perpassa pelo cotidiano dos sujeitos envolvidos, pois o último é elemento essencial na construção do espaço das cidades que se revelam nas estruturas urbanas que por sua vez são dinâmicas e transformáveis pela sociedade.

Para Corrêa (1995, p. 26) “o espaço é concebido como lócus da reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade”. Na mesma perspectiva Lefebvre (1999, p. 39) afirma que, “quem diz ‘produção’ diz também ‘reprodução’, ao mesmo tempo, física e social: reprodução de um modo de vida”. Ou seja, enquanto produção material, se (re) produz também um modo de vida, que abriga ideias, sonhos, desejos etc. pois o espaço é sobretudo, dinâmico e heterogêneo.

Lefebvre (1999, p. 142) salienta ainda que “hoje, o espaço inteiro entra na produção como produto através da compra, da venda, da troca de parcelas do espaço”. Porém, a

produção do espaço sempre foi realizada por agentes e grupos que atuam sobre o espaço configurando a paisagem de determinadas áreas urbanas. Assim, Lefebvre (1999) reforça que na produção do espaço há intencionalidades, há formas de produzir e reproduzir espaços desiguais que dão variadas formas-conteúdos ao espaço produzido, apropriado e dominado.

O espaço da sociedade capitalista é respectivamente fragmentado e articulado. Este apresenta diversas áreas distintas, pois é o reflexo da sociedade sendo constituído por áreas residenciais segregadas refletindo a complexa estrutura social que a compõem. Nesse sentido Corrêa (1995, p.11) afirma que a sociedade atual considera:

O espaço urbano capitalista – Fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem. A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infraestrutura e mudança coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade.

Embora seja comum a produção heterogênea da paisagem urbana, é nesse espaço fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, que a cidade emerge como centro de atração de pessoas, mercadorias e serviços. Daí a necessidade de se entender quem são os agentes sociais que fazem e refazem a cidade e, que ações desempenham neste processo de produção da paisagem urbana.

Todavia, a produção da paisagem urbana está extremamente ligada aos interesses dos grupos sociais envolvidos no processo de transformação da paisagem de acordo com suas necessidades e/ou interesses. Nessa perspectiva, os grupos detentores do capital e do solo contribuem no processo de uma urbanização excludente e segregadora em que os interesses pela reprodução e valorizações do espaço se manifestam de maneira cada vez mais nítida no urbano das cidades médias brasileiras. Nesse sentido, Carlos (2008, p. 22) analisa que:

O espaço produzido pelo capital fundamenta-se na apropriação privada [...] se produz a partir da contradição entre sua produção socializada e apropriação individual. Essa contradição aparece no uso do solo, pois para viver o indivíduo ocupa determinada parcela do espaço.

Ainda nesse contexto, Carlos (2008) reforça que as modificações realizadas pela sociedade no espaço geográfico implicam em transformações na própria sociedade, pois o espaço é o reflexo da organização e produção da sociedade. Há uma articulação necessária

entre sociedade e espaço. Não é somente a produção de bens para satisfação de suas necessidades materiais, sejam as relações sociais, econômicas, políticas ideológicas, jurídicas; mas a articulação destas relações numa totalidade espacial que configura o espaço de cada momento histórico.

De acordo com Harvey (1980) há várias maneiras pelas quais podemos pensar o espaço, de tal forma que:

O ambiente produzido pelo o homem ganha significado para seus habitantes [...] a estrutura e a forma estão intimamente relacionadas com a natureza da ordem e dos processos sociais que o levaram a ter a configuração atual [...] o espaço social é complexo, não homogêneo [...] a compreensão do espaço em toda sua complexidade depende de uma apreciação dos processos sociais (HARVEY, 1980. p. 21- 26).

A produção do espaço resulta das ações da sociedade. É um produto da história e em todos os níveis de produção se faz necessário compreendê-lo enquanto resultante de fenômenos sociais e políticos. Como afirma Lefebvre (2008) para se depreender sobre a produção do espaço é importante considerar que:

A produção do espaço não pode ser comparada à produção deste ou daquele objeto particular, desta ou daquela mercadoria. E, no entanto, existem relações entre a produção das coisas e a produção do espaço para geri-lo, para explorá-lo (LEFEBVRE, 2008. p. 62).

Compreender o conceito de espaço no contexto do modo capitalista de produção é, sobretudo, perceber que o espaço tem um valor econômico e político que está sempre articulado, pois o espaço capitalista é resultante das ações humanas engendradas no processo de realização da configuração espacial por meio da ação dos agentes produtores do espaço.

Nesse sentido, o debate acerca da produção do espaço urbano em cidades médias vem se consolidando ao longo dos últimos anos no âmbito dos estudos da comunidade geográfica. Para Corrêa (1989), de maneira geral, tanto nas metrópoles ou nas cidades médias ou mesmo pequenas, a produção do espaço urbano é orientada por fatores e agentes que tomam decisões, realizam ações e fazem suas escolhas que contemplam a produção imobiliária da cidade, a qual se dá no bojo do modo de produção capitalista. Com isso, atendendo quase sempre a interesses políticos e/ou econômicos dos diversos agentes produtores do espaço.

Na sociedade capitalista, o espaço é considerado como uma mercadoria, cujo objetivo é a obtenção de lucro, possuindo um valor de troca através da compra e venda da terra, constituindo a sua produção um jogo de interesses entre os agentes envolvidos e tornando-se um jogo de contradições de classes que envolvem interesses e necessidades diversas.

Os agentes produtores do espaço urbano estão inter-relacionados produzindo um espaço heterogêneo, determinando a produção diferenciada do espaço em função das ações dos agentes que o moldam conforme seus interesses através da materialização do trabalho.

TRAÇOS DOS AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO URBANO: UM BREVE OLHAR PARA A CIDADE DE SOBRAL

As delimitações apresentadas inicialmente nessa seção apoiam-se em Corrêa (1995), ao apresentar os agentes diferenciados que produzem o espaço urbano. Ele destaca em seu clássico livro “Espaço urbano” cinco agentes: proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado e os grupos sociais excluídos.

Os proprietários dos meios de produção incluem grandes proprietários industriais e as empresas comerciais, que necessitam de terrenos amplos e com preços baixos, que satisfaçam requisitos locacionais pertinentes às atividades da empresa. Desse modo, de um lado gera especulação fundiária e custos com terrenos amplos e baratos e de outro, aumenta os preços dos imóveis, resultante do aumento do preço da terra.

Os proprietários fundiários atuam para obterem a maior renda fundiária de suas propriedades, interessados, dessa forma, no valor de troca e não no valor de uso da terra.

Atuam no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades, interessando-se em que estas tenham o uso que seja o mais remunerador possível, especialmente uso comercial ou residencial de status. Estão particularmente interessados na conversão da terra rural em terra urbana, ou seja, tem interesse na expansão do espaço da cidade na medida em que a terra urbana é mais valorizada que a rural. [...] Os promotores de bairros localizadas, valorizadas por amenidades físicas, como o mar, lagoa, sol, sal, verde, etc., agem pressionando o Estado visando à instalação da infraestrutura urbana [...] Tais investimentos valorizam a terra [...] Campanhas publicitárias exaltando as qualidades da área são realizadas, ao mesmo tempo que o preço da terra sobe constantemente. [...] Estas terras da periferia de amenidades destinadas à população de status. Como se trata de uma demanda solvável, é possível aos proprietários fundiários tornarem-se também promotores imobiliários; loteiam, vendem e constroem casas de luxo. Criam-se assim bairros seletivos em setores de amenidades (CORRÊA, 1995, p. 16 – 18).

Os promotores imobiliários são quem tomam as decisões de localização, qualidade do prédio, tamanho das unidades, construção do imóvel, comercialização, entre outras. Tais atuações se fazem de modo desigual, contribuindo para maior valorização de algumas áreas que outras, reforçando, assim, a segregação espacial.

Conforme Corrêa (1995) em uma sociedade onde parte ponderável da população não tem acesso à casa própria ou mesmo não tem condições de pagar aluguel, a estratégia dos promotores imobiliários é dirigir-se, em primeiro lugar, à produção de residências para satisfazer a demanda solvável, ou seja, atender pessoas que têm condições de pagar suas

dívidas. Nesta categoria, verificamos em Sobral a produção de imóveis de luxo, visando a atender aqueles que dispõem de recursos.

De acordo com Corrêa (1995), a estratégia dominante de produzir habitações para a população que constitui a demanda solvável tem um significativo rebatimento espacial, pois a ação dos promotores imobiliários se faz correlacionada ao preço elevado da terra e alto status do bairro, amenidades naturais ou socialmente produzidas. Estas características tendem a valorizar diferencialmente certas áreas da cidade, que se tornam alvo dos promotores imobiliários, amparados em maciça propaganda.

Para Corrêa (1995), os promotores imobiliários são ainda responsáveis pela incorporação, pelas mudanças no uso da terra, transformando-a em mercadoria; o financiamento, o investimento visando à compra do terreno e à construção do imóvel; o estudo técnico, visando a verificar a viabilidade da obra dentro de parâmetros definidos e à luz do código de obras; a construção do imóvel e por fim a comercialização, em que os corretores, os planejadores de vendas e os profissionais de propaganda são os responsáveis por esta operação.

Corrêa (1995) enfatiza que “na gênese do promotor imobiliário verificam-se desde o proprietário fundiário que se transformou em construtor e incorporador, ao comerciante próspero que diversifica suas atividades junto à promoção imobiliária”. Pelo viés das estratégias dos promotores imobiliários, há uma convergência de interesses em produzir habitações com inovações com valor de uso superior às antigas, obtendo-se, portanto, um preço de venda cada vez maior, o que amplia a exclusão das camadas populares. Em síntese, a atuação espacial dos promotores imobiliários se faz de modo desigual, criando e reforçando a segregação residencial que caracteriza a sociedade capitalista.

O Estado exerce a função de provedor de implantação de serviços públicos, tais como o sistema viário, calçamento, água, esgoto, iluminação, coleta de lixo, mas seu desempenho espacial é desigual, tendo uma ação marcada pelos interesses de diferentes membros da sociedade de classes, tendendo a privilegiar os interesses de segmentos da classe dominante, objetivando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista. Assim, a atuação do Estado acaba por contribuir com o aumento da segregação espacial e social.

Para Corrêa (1995), o Estado é um dos principais agentes envolvidos na organização espacial da cidade, pois ele, por muitas vezes age como proprietário fundiário e como promotor imobiliário, sendo ao mesmo tempo um agente de regulação do uso do solo urbano. A elaboração de leis e normas vinculadas ao uso do solo, entre outras as normas de

zoneamento e o código de obras, constituem outro atributo do Estado no que se refere ao espaço urbano.

Nesse sentido, Corrêa (1995) reforça que a atuação do Estado se faz, geralmente, visando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, isto é, condições que viabilizem o processo de acumulação das classes sociais. Assim, a segregação residencial pode resultar também de uma ação direta e explícita do Estado através do planejamento, pois ele é um agente modelador do espaço urbano capitalista.

Finalmente, os grupos sociais excluídos que, em grande parte, não têm acesso para comprar ou alugar imóvel, mas que se transformam também em agentes modeladores do espaço, produzindo habitações precárias em terrenos em alguns casos públicos e em outros privados. Na maioria das vezes, as áreas são fisicamente e socialmente periféricas.

Todavia, a produção do espaço urbano reflete-se na expansão territorial urbana, o que se faz por meio de incremento de novas áreas do tecido urbano da cidade. É no âmbito da dinâmica de expansão territorial urbana que se desenvolvem, por muitas vezes, simultaneamente, fenômenos urbanos como a segregação socioespacial, as práticas imobiliárias especulativas, além do surgimento de novos espaços de consumo próximos a áreas densamente ocupadas e/ou ocupadas por segmentos de padrões de consumo elevados.

É tendência da urbanização sobralense o surgimento de novas formas de habitar na cidade, os condomínios horizontais fechados, edifícios de alto padrão arquitetônico, alterando a estrutura da cidade, complexificando-a, além de marcar a expansão e descontinuidade do espaço urbano.

Tais mudanças na estrutura das cidades partem dos interesses de diversos agentes e trazem diversas repercussões para a vida nas cidades médias, entre elas: as mudanças nas práticas socioespaciais dos cidadãos. Neste sentido, as características da urbanização no período atual assumem novas formas, acentuando ou surgindo novas dinâmicas urbanas. Enfatizamos, principalmente neste estudo, a atuação dos promotores imobiliários e do Poder Público na configuração da produção do espaço urbano da cidade média de Sobral.

Os agentes imobiliários junto com o a gestão pública criam diferentes estratégias para permitir uma constante reprodução do capital. Muitos dos bairros que compõem a cidade de Sobral foram criados a partir de ocupações irregulares, sem a formalização inicial por parte do governo municipal. Esse sistema de ocupações irregulares, abrange principalmente pessoas de baixa renda, que se apropriaram, sobretudo nas décadas de 1980, 1990 de terras de grandes fazendeiros, a exemplo do Bairro Cidade José Euclides Ferreira Gomes, conhecido

popularmente como Terrenos Novos em que grande “leva” de pessoas passaram a residir no local, indo em busca de trabalho e melhores condições de vida.

Este fenômeno das ocupações irregulares revela uma característica determinante da produção do espaço, que é a produção de raridades e particularidades de paisagens distintas no espaço urbano. Esta criação de raridades de terras gera um conflito permanente entre os especuladores, promotores e a população local. O bairro Padre Palhano também passou por processo semelhante. Nesses casos, há ainda a atuação do Poder Público que interfere na produção do espaço, estabelecendo normas de regularização fundiária, restringindo áreas irregulares.

O poder público considera que há carência de terras para a habitação popular, pois os valores das terras urbanas são elevados. A secretária de planejamento urbano e meio ambiente, em entrevista realizada por ocasião da pesquisa, destaca a maneira como o Estado vem atuando na estruturação do espaço urbano, no que consiste ao setor de habitação:

Nós trabalhamos em cima da carência de habitação popular, a substituição de habitações subnormais por outras dignas de alvenaria [...] há necessidade de casas para pessoas de 0 a 3 salários e há necessidade da classe média e da classe alta. Todos os cidadãos precisam se contemplar dentro da cidade, cada um dentro do seu poder aquisitivo. A carência de imóveis é excessivamente grande em todas as classes.¹

Embora seja comum a produção heterogênea da paisagem urbana, em suas diferentes abordagens, a produção urbana reflete as diversas classes sociais inseridas. Os novos espaços que surgem nestas cidades médias ora são resultantes das formas de descentralização, ora apresentam as necessidades de expansão urbanas, e devido ao aumento populacional.

Nesse sentido, a chegada da Fábrica Grendene em 1993, na cidade de Sobral, impulsionou a migração do campo e de municípios vizinhos, devido principalmente, à grande quantidade de empregos oferecidos. Este processo se intensificou nas décadas dos anos 90 e 2000, elevando a taxa de urbanização, promovendo um crescimento de maneira aparentemente desordenada.

As pessoas mais carentes que chegam à cidade geralmente não têm condições de morar em um local com boa infraestrutura urbana. Com isso, áreas pouco atrativas e periféricas passaram a ser ocupadas, gerando um acesso desigual dos bens de consumo coletivos e ocupações de áreas irregulares, entre outras.

¹ Entrevista realizada com a secretária da Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente – SPLAM, em 21.06.2011.

Contudo, este processo impulsiona o poder público a estabelecer normas e leis que definam o parcelamento, uso e ocupação do solo urbano que contemple as particularidades de cada área do espaço. Para isso, há a lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de Sobral, que apresenta as diversas formas de regulação do solo urbano.

Na fala do construtor e promotor imobiliário, podemos identificar que a questão imobiliária na cidade reflete preocupações em relação ao déficit habitacional:

O mercado imobiliário em Sobral vem tendo um crescimento constante, a cada ano a especulação imobiliária aumenta em torno de 100%. A vinda de estudantes de fora, realmente houve um destaque que Sobral é o interior do Estado que está crescendo muito e a procura por imóveis tanto por empresários para colocarem empresas aqui, quanto para estudantes aquecem o mercado imobiliário tanto a procura de imóveis para alugueis e compra é excessivamente grande. [...] Com isso a procura se torna maior que a oferta e a expectativa para os próximos anos no mercado imobiliário é se manter aquecido, embora no momento atual esteja havendo uma intensa especulação imobiliária.¹

Nesse contexto, é importante interpretar os estudos de Amora e Costa (2007). As autoras destacam que as cidades médias são consideradas polos de serviços, comércios e empregos, além de polarizarem muitos municípios do seu entorno. Tanto as pessoas que chegam como as oriundas dos municípios vizinhos demandam novos equipamentos urbanos em áreas descentralizadas, como por exemplo, shoppings centers, supermercados, entre outros, que necessitam de grandes áreas para se fixarem.

Entretanto, mesmo diante da diversidade da produção do espaço urbano, o Estado é favorável à criação de áreas de expansão urbana, utilizando-se de estratégias que favorecem a reprodução do capital.

Desta forma, notamos em Sobral os interesses de transformação da terra rural em urbana e principalmente da iniciativa dos promotores imobiliários. No período de 2004 a 2012 foram criados cinco novos bairros: Nações, Jardim, Cachoeiro, Renato Parente e Nossa Senhora de Fátima. Muitos destes possuem infraestrutura urbana incipiente.

Os bairros Renato Parente e Nossa Senhora de Fátima (foco da pesquisa de mestrado) onde se localizam os loteamentos, Morada do Planalto e Nossa Senhora de Fátima, passaram por um rápido e concentrado processo de construção de residências, principalmente, através do Programa Minha Casa Minha Vida. Após a adoção do Programa, a cidade apresentou uma nova configuração espacial, cujo processo se esclarece na expansão da mancha urbana como momento do processo de reprodução do capital em Sobral.

¹ Entrevista realizada com Promotor e Corretor Imobiliário (A) da cidade de Sobral em 02.08.2011.

Assim, Sobral se apresenta como um espaço de considerável expansão habitacional por iniciativa dos promotores imobiliários, sendo indispensável à compreensão do processo de produção deste espaço como objeto das ações de diferentes agentes produtores do mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Sobral as modificações que a sociedade engendra no espaço geográfico acarretam em transformações na própria sociedade, pois o espaço é o reflexo da organização e produção da sociedade.

Assim, a dinâmica da utilização do solo conduz à redistribuição do uso de áreas já ocupadas, levando a um deslocamento de atividades e ou habitantes, e de outro, à incorporação de novas áreas urbanas e novas formas de valorização do espaço urbano.

Em síntese, os agentes produtores do espaço são fatores que contribuem para a dinâmica espacial da cidade média de Sobral, que desde o final dos anos 90 tem apresentado acelerado processo de expansão urbana, surgimento de novos espaços de moradia e novas formas de morar.

REFERÊNCIAS

AMORA, Zenilde Baima, COSTA, Maria Clélia Lustosa. Olhando o mar do sertão: a lógica das cidades médias no Ceará. *In*: SPOSITO, M. Encanação Beltrão. **Cidades médias: espaços em transição** (Org.) São Paulo: Expressão Popular, 2007.

CARLOS, A. F. A. **A (Re)Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. A reprodução da cidade como negócio. *In*: CARLOS, A. F. A.; CARRERAS, C. (Org.). **Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole**. São Paulo: Contexto, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1995.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

LEFEBVRE, Henry. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: E. UFMG, 2008.

_____. **O direito a cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.



IV SEMINÁRIO REGIONAL DE COMÉRCIO, CONSUMO E CULTURA NAS CIDADES

Teresina – PI, 12 a 14 de junho de 2019

IMPACTOS AMBIENTAIS DA ATIVIDADE INDUSTRIAL: estudo do bairro Distrito Industrial na zona Sul de Teresina – PI

Núbia Araújo Sena¹

Karoline de Sousa Almeida²

Bruna de Freitas Iwata³

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar os impactos ambientais no entorno das indústrias de médio e grande porte no bairro Distrito Industrial, em Teresina. A metodologia utilizada foi baseada em pesquisa bibliográfica e eletrônica em fontes digitais de informação, como anais de eventos, revistas científicas, bem como levantamento dos dados das indústrias, verificação da situação cadastral das empresas, espacialização das indústrias por meio do geoprocessamento, pesquisa documental das leis municipais, atividade de campo e registro fotográfico. Constataram-se diversos impactos no meio físico, urbanístico, infraestrutura e qualidade de vida, a citar, ocupação irregular do solo por moradores em área de proteção ambiental, resíduos sólidos e pontos de queimada, geração de tráfego, ponto de água servida acumulada e esgoto irregular. Conclui-se que, é necessária atenção por parte do Poder Municipal na adoção de medidas mitigadoras e compensatórias a cerca dos impactos ambientais que interferem diretamente na qualidade de vida dos moradores.

Palavras-chave: Indústrias. Meio Ambiente Urbano. Qualidade de Vida.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a temática ambiental tem sido palco de debates no que diz respeito à necessidade de mudanças de percepção em diversos setores da sociedade, inclusive no setor industrial. O crescimento e consequente desenvolvimento urbano das cidades através das atividades econômicas impactam no meio ambiente, interferindo na qualidade deste e refletindo na população que nele habita.

Os estudos de impacto ambiental não são, na prática, limitados às repercussões físicas e ecológicas dos projetos de desenvolvimento, mas incluem também suas consequências nos planos econômico, social e cultural. Tal entendimento faz bastante sentido quando se pensa que as repercussões de um projeto podem ir além de suas consequências ecológicas (SÁNCHEZ, 2008). O autor ainda sintetiza o conceito de impacto ambiental como sendo “alteração da qualidade ambiental que resulta da modificação de processos naturais ou sociais provocada por ação humana”.

¹ Graduanda no curso de Geoprocessamento pelo Instituto Federal do Piauí, E-mail: nubia.sena@live.com

² Graduanda no curso de Geoprocessamento pelo Instituto Federal do Piauí, E-mail: almeidakarol300@gmail.com

³ Prof.^a. Dr.^a. do DIASPA do Instituto Federal do Piauí, E-mail: iwata@ifpi.edu.br

Dessa forma, é possível afirmar que impacto ambiental é uma consequência que engloba as diferentes permutações, tanto no meio natural, afetando a fauna, a flora e qualidade do ar, como também o meio social, com a geração de mão de obra, ascensão da renda de um determinado lugar e aumento do fluxo de veículos e de pessoas.

Assim, faz-se necessário analisar os impactos ambientais nas áreas industriais no meio urbano, tendo em vista que, as atividades econômicas propiciam interações socioambientais diversificadas e a manutenção da qualidade ambiental é um aspecto importante, uma vez que, reflete diretamente na qualidade de vida.

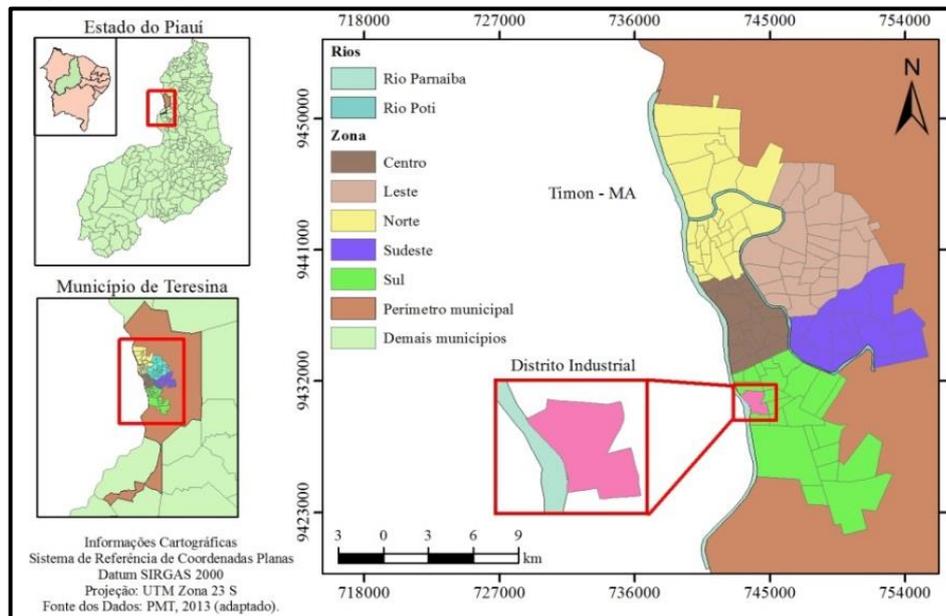
A zona sul da cidade de Teresina, capital do estado do Piauí, é a zona que mais possui indústrias dos mais diversos segmentos. Vale destacar que a referida zona possui bairros e áreas voltados especificamente para a atividade industrial, a citar o bairro Distrito Industrial. As indústrias de grande e médio porte produzem impactos significativos em seu entorno que inferem diretamente na qualidade de vida dos seres vivos.

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar os impactos ambientais no entorno das indústrias de médio e grande porte no bairro Distrito Industrial em Teresina. Dentre os objetivos específicos tem-se: I - Levantar os dados das indústrias de médio e grande porte do bairro; II – Espacializar as indústrias por segmento; III – Verificar os impactos ambientais decorrentes da atividade industrial das grandes e médias empresas.

METODOLOGIA

O estudo foi realizado na zona urbana da cidade de Teresina – PI (Figura 1), no bairro Distrito Industrial. Foi realizado primeiramente um levantamento dos dados das indústrias na zona Sul de Teresina por meio de análise documental do cadastro das indústrias da Federação das Indústrias do Estado do Piauí – FIEPI, ano 2013/2014, disponível *online* para consulta.

Figura 1 – Mapa de localização do município de Teresina e do bairro Distrito Industrial



Fonte: SEMPLAN (2013), adaptado. IBGE (2018). Elaboração: autoras (2019).

Feito o levantamento do cadastro das indústrias da zona Sul de Teresina, foi realizado a consulta e emitido o comprovante de inscrição e de situação cadastral no site da Receita Federal para verificar o porte de cada empresa e se esta se encontra ativa.

De acordo com a explicação no site da Receita Federal, somente as naturezas jurídicas 206-2 (Sociedade Empresária Limitada), 207-0 (Sociedade Empresária em Nome Coletivo), 208-9 (Sociedade Empresária em Comandita Simples), dentre outras, exigem o enquadramento de porte da empresa. Para estas naturezas jurídicas, o porte pode ser “ME” ou “EPP”. Para o restante das naturezas jurídicas, o porte deve ser “Demais” (RECEITA FEDERAL, 2018; IBGE, 2014). Dessa forma, entende-se como porte “Demais” as empresas que antes eram classificadas como médio e grande porte.

Em seguida, obtiveram-se as coordenadas planas de cada empresa, utilizando o nome e o endereço no software *Google Earth Pro*, e com isso, foi realizada a espacialização das indústrias em um mapa por meio um Sistema de Informação Geográfica – SIG. Após esse procedimento, escolheu-se como área de estudo o bairro Distrito Industrial, e para a análise dos impactos ambientais, uma área com raio de 300 metros das indústrias classificadas com porte “Demais”.

Para a avaliação dos impactos ambientais, utilizou-se a matriz de impactos do trabalho de Molina Junior, Lollo e Stanganini (2012), onde aponta os impactos no meio físico, nos aspectos urbanísticos, na infraestrutura e na qualidade de vida (Quadro 1).

Quadro 1 – Matriz para análise dos impactos ambientais

		Natureza (Positivo/Negativo)	Ordem (Direta/Indireta)	Magnitude (Alto/Médio/Baixo)	Duração (Permanente/Temporário)
Meio Físico	Solo e rocha				
	Relevo				
	Paisagem Natural				
	Vegetação				
	Ocupação e uso do solo				
	Água de Superfície				
	Água Subterrânea				
Aspectos Urbanísticos	Adensamento Populacional				
	Adensamento Urbano				
	Valorização Imobiliária				
	Ventilação e Iluminação				
	Paisagem Urbana				
	Patrimônio Cultural				
Infraestrutura	Geração de tráfego				
	Demanda por transporte				
	Rede de água				
	Rede de Esgoto				
	Rede de Drenagem Pluvial				
	Rede Elétrica				
	Estacionamento				
	Alteração no Sistema Viário				
Qualidade de Vida	Ruídos				
	Resíduos Sólidos				
	Geração de emprego				

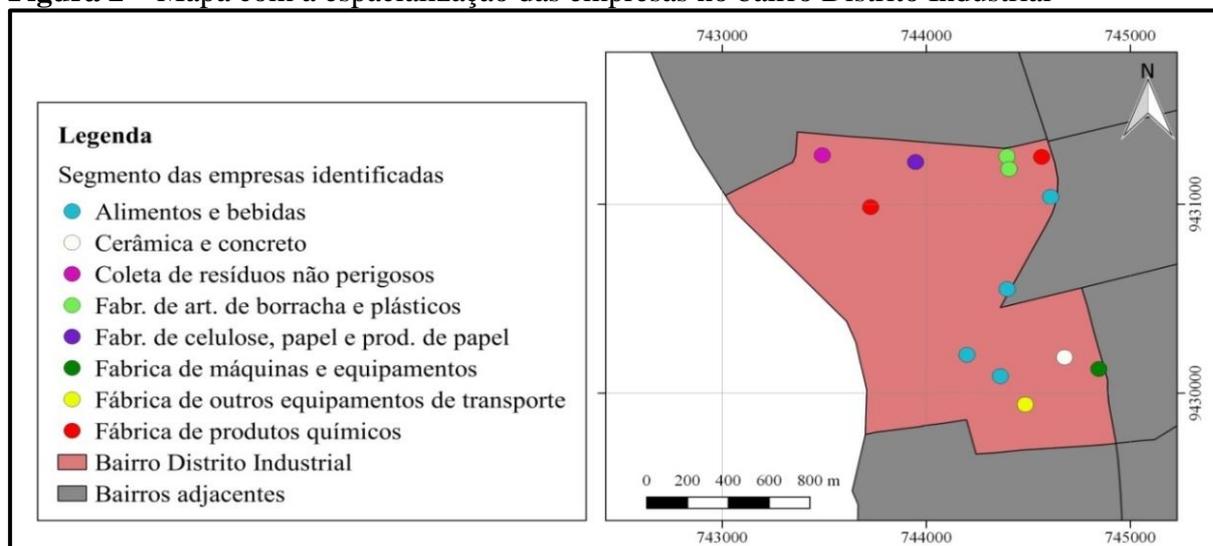
Fonte: Molina Junior, Lollo e Stanganini (2012).

A escolha da matriz como referência na identificação e classificação dos impactos foi baseada na dimensão dos impactos que a mesma abrange.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram encontradas 14 indústrias classificadas como porte “Demais” pela Receita Federal, sendo que uma empresa não foi possível localizá-la com seus dados de FIEPI, conforme se observa na Figura 2.

Figura 2 – Mapa com a espacialização das empresas no bairro Distrito Industrial



Fonte: SEMPLAN, 2013. Elaboração: autoras (2019).

Percebe-se que no bairro Distrito Industrial há presença de grandes empresas do segmento de alimentos e bebidas. De acordo com Lima *et al.* (2011), a chegada de diversas indústrias a um local levam à criação de áreas industriais, de maneira que a chegada e também a saída de uma indústria de um determinado local modela a cidade e interfere na localização dos outros usos da terra, gerando também relações de emprego diversas.

A industrialização de uma área nem sempre traz a urbanização no sentido da qualidade (infraestrutura e melhoria da qualidade de vida da população), mas traz o conceito de urbanização em sentido quantitativo (no sentido do aumento da população urbana em detrimento da rural) (LIMA *et al.*, 2011).

Sobre os impactos ambientais analisados em campo através da matriz, que por sua vez foram divididos em quatro segmentos (meio físico, aspectos urbanísticos, infraestrutura e qualidade de vida), constataram-se os seguintes impactos no segmento meio físico, conforme mostra o Quadro 2.

Quadro 2 – Impactos identificados no meio físico no bairro Distrito Industrial

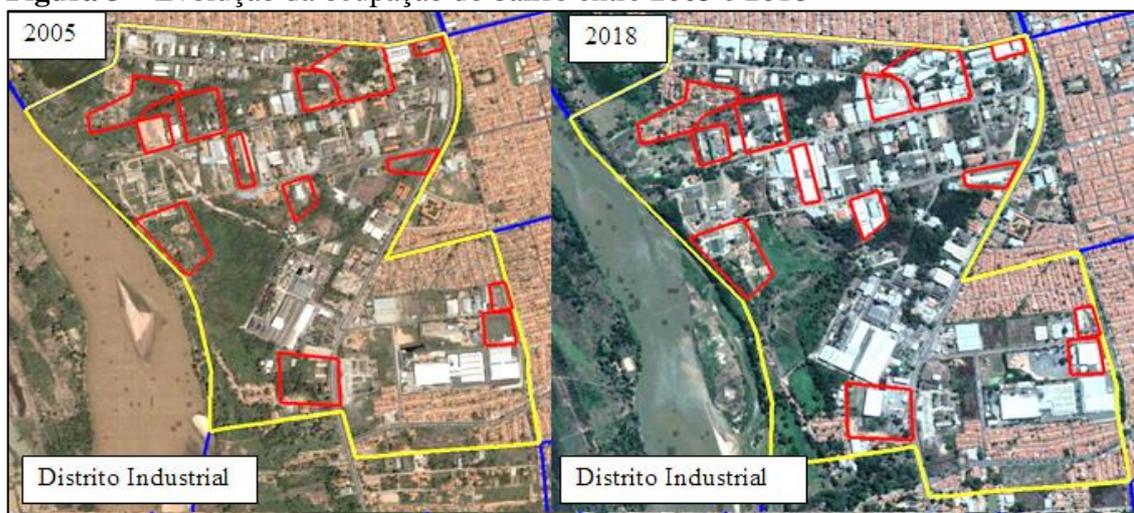
Meio Físico				
Impactos	Classificação			
	Natureza (Positivo/Negativo)	Ordem (Direta/Indireta)	Magnitude (Alto/Médio/Baixo)	Duração (Permanente/Temporário)
Solo e rocha	Negativo	Direta	Alto	Permanente
Relevo	Negativo	Direta	Alto	Permanente
Paisagem Natural	Negativo	Direta	Alto	Permanente
Vegetação	Negativo	Direta	Alto	Permanente
Ocupação e uso do solo	Positivo	Direta	Alto	Permanente

Fonte: Pesquisa direta (2018).

A cerca dos impactos no solo e rocha, relevo, paisagem natural e vegetação, são nítidos ao analisar eles em uma escala de tempo de mais ou menos 10 anos. De acordo com Teobaldo Neto, Santos e Brito (2007), em seu estudo sobre impactos ambientais no entorno de um distrito industrial em Uberaba, constataram que as atividades industriais representaram um forte impacto sobre os recursos ambientais: ar, água, vegetação e solo, sob as diversas formas de poluição.

No decorrer dessa escala de cerca de 10 anos, observa-se a ocorrência de várias mudanças no bairro, pois estes expandiram suas áreas de uso do solo (Figura 3). Não foi possível verificar os impactos de água na superfície e água subterrânea.

Figura 3 – Evolução da ocupação do bairro entre 2005 e 2018

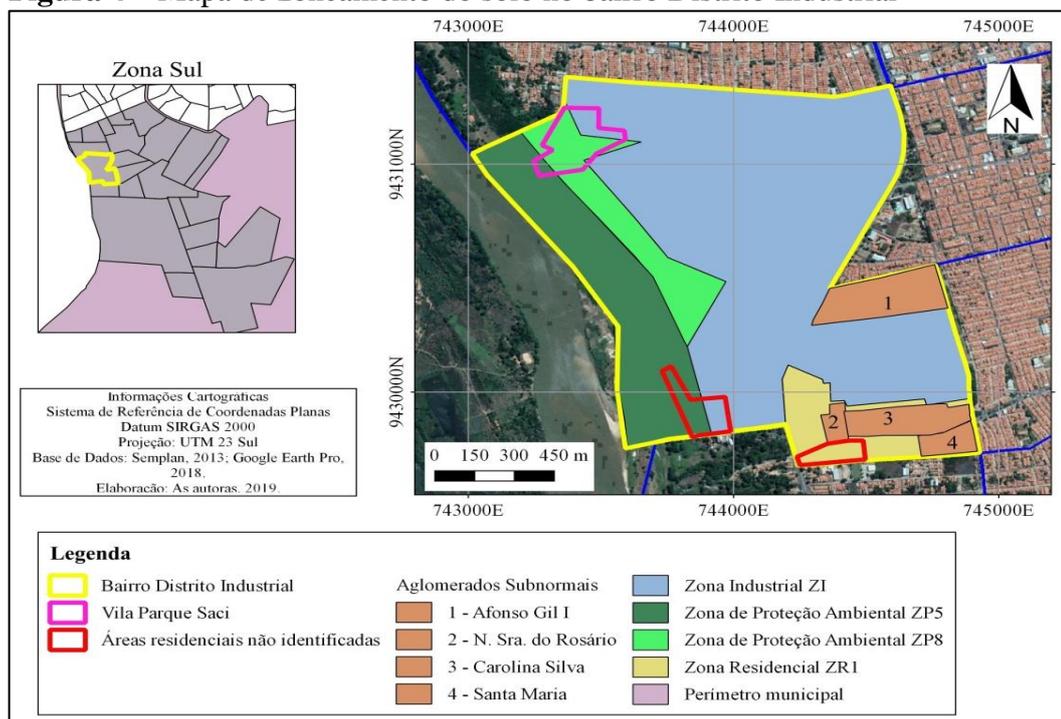


Fonte: Google Earth Pro, 2018. Org.: autoras (2018).

Foi possível verificar através da imagem, várias áreas que antes eram ociosas, ou seja, não ocupadas e áreas pouco ocupadas que atualmente ocupam um maior espaço. Isso é justificado no crescimento das atividades industriais e consequente expansão da área urbana através da lei de incentivos fiscais.

Conforme explica Gonçalves (2010) a criação dos vazios urbanos podem ser consideradas causa e consequência da especulação imobiliária e da busca incessante da valorização de terras urbanas. Essas questões, interdependentes, nos fornecem um perfil da produção da cidade, que ao longo da definição dos espaços de usos coletivos ou privados, evidencia a força dos seus agentes produtores e reprodutores. A Figura 4 espacializa a ocupação e uso do solo por áreas residenciais no bairro Distrito Industrial.

Figura 4 – Mapa de zoneamento do solo no bairro Distrito Industrial



Fonte: SEMPLAN (2013); Google Earth Pro (2018). Elaboração: autoras (2019).

Analisando o mapa acima, observa-se que existem duas áreas residenciais que estão ocupando as Zonas de Proteção Ambiental ZP5 E ZP8, o que deve ser visto com atenção pelo Poder Público municipal para tomar as devidas decisões cabíveis. Somente uma área com residências está dentro do espaço de zoneamento residencial. Ainda observa-se que o aglomerado subnormal Afonso Gil I, está dentro da área de zoneamento industrial.

Conforme a lei complementar n° 3.561 (Teresina, 2006), que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano do município de Teresina, na Zona de Proteção Ambiental ZP5 não é permitido o parcelamento do solo e na Zona de Proteção Ambiental ZP8, é permitido, porém com restrição, apenas para o desenvolvimento de atividades agropecuárias, culturais, de recreação e de lazer e para a implantação de estações de tratamento de esgotos sanitários.

O Quadro 3 mostra os impactos analisado no que se refere aos aspectos urbanísticos como adensamento urbano e populacional, valorização imobiliária ventilação e iluminação, paisagem urbana e paisagem cultural.

Quadro 3 – Impactos identificados no aspecto urbano no bairro Distrito Industrial

Aspetos Urbanísticos				
Impactos	Classificação			
	Natureza (Positivo/Negativo)	Ordem (Direta/Indireta)	Magnitude (Alto/Médio/Baixo)	Duração (Permanente/Temporário)
Adensamento Populacional	Negativo	Direta	Baixo	Permanente
Adensamento Urbano	Positivo	Direta	Alto	Permanente
Valorização Imobiliária	Positivo	Direta	Alto	Permanente
Ventilação e Iluminação	Positivo	Direta	Alto	Permanente
Paisagem Urbana	Positivo	Direta	Alto	Permanente

Fonte: Pesquisa direta (2018).

Acerca dos impactos de adensamento urbano e populacional, foram possíveis constatá-los nas figuras anteriormente mencionadas. Conseqüentemente, esses impactos (adensamento urbano e populacional) gera demanda por ventilação e iluminação, interferindo também na paisagem urbana que fica mais harmoniosa e valorizada. A área do bairro em estudo não possui patrimônio cultural. A Figura 5 mostra registros da valorização imobiliária.

Figura 5 – Placas de aluguel e venda de pontos, casa e terreno



Fonte: autoras (2018).

Com o adensamento populacional e urbano, modificando a paisagem urbana, é conseqüente o impacto da valorização imobiliária. Tais anúncios nesse local são justificados na circulação frequente dos transportes de produtos das indústrias e na circulação de pessoas.

O Quadro 4 mostra os impactos identificado na infraestrutura, como a geração de tráfego, demanda por transporte, rede de água, rede de esgoto, rede elétrica, estacionamento, alteração do sistema viário.

Quadro 4 – Impactos identificados na infraestrutura do bairro Distrito Industrial

Infraestrutura				
Impactos	Classificação			
	Natureza (Positivo/Negativo)	Ordem (Direta/Indireta)	Magnitude (Alto/Médio/Baixo)	Duração (Permanente/Temporário)
Geração de tráfego	Negativo	Direta	Baixo	Permanente
Demanda por transporte	Positivo	Direta	Alto	Permanente
Rede de água	Positivo	Direta	Alto	Permanente
Rede de Esgoto	Positivo	Direta	Alto	Permanente
Rede Elétrica	Positivo	Direta	Alto	Permanente
Estacionamento	Positivo	Direta	Médio	Temporário
Alteração no Sistema Viário	Positivo	Direto	Médio	Temporário

Fonte: Pesquisa direta (2018).

Em relação ao sistema viário e geração de tráfego na área das empresas, durante as observações foi possível constatar veículos com frequência média trafegando em alta velocidade, possivelmente por conta da ausência de pedestres no local, o que requereu uma atenção maior por parte das autoras durante o campo. As Figuras 6 e 7 mostram registros de estacionamentos e pontos de água servida acumulada.

Figura 6 – Estacionamentos



Fonte: autoras (2018).

Figura 7 – Pontos de água servida



Fonte: autoras (2018).

É importante destacar que nas áreas dos pontos de água servida e esgotos irregulares encontrados, tinha-se um forte odor, o que causou incômodo durante a pesquisa de campo.

Por último, foram identificados e analisados os impactos na qualidade de vida da vizinhança, que foram os ruídos, resíduos sólidos e geração de emprego, conforme mostra o Quadro 5.

Quadro 5 – Impactos identificados na qualidade de vida nos bairros Distrito Industrial

Qualidade de Vida				
Impactos	Classificação			
	Natureza (Positivo/Negativo)	Ordem (Direta/Indireta)	Magnitude (Alto/Médio/Baixo)	Duração (Permanente/Temporário)
Ruídos	Negativo	Direta	Baixo	Temporário
Resíduos Sólidos	Negativo	Direta	Alto	Temporário
Geração de emprego	Positivo	Direta	Alto	Temporário

Fonte: Pesquisa Direta (2018).

O impacto de geração de emprego é eminente no processo de instalação de uma empresa. Conforme Linard, Khan e Lima (2015), em seu estudo com quatro indústrias de cerâmica, constataram que geraram até outubro de 2010 o equivalente a 345 empregos diretos. Ainda de acordo com os autores, entre os impactos positivos mais relevantes foram apontados a geração de emprego e renda e o desenvolvimento local do município do Crato.

Os ruídos encontrados no local foram devido ao tráfego de veículos dos mais diversos tipos, não foram encontrados ruídos incômodos vindos das indústrias. Em contrapartida, foram encontrados próximos as indústrias, resíduos sólidos e entulho, conforme se vê nas Figuras 8 e 9.

Figura 8 – Resíduos sólidos



Fonte: autoras (2018).

Figura 9 – Entulhos



Fonte: autoras (2018).

Os resíduos sólidos e entulhos podem trazer consequências sérias para a qualidade de vida da população e para o meio físico, a exemplo de mau cheiro, e em períodos de chuva, tais resíduos e entulhos podem obstruir esgotos e bueiros, colaborando para a formação de áreas

alagadas. Oliveira (2006) em seu estudo monográfico encontrou cerca de sete empresas industriais que deixam seus resíduos sólidos jogados a céu aberto. Um detalhe que chamou atenção foram os diversos pontos de queimadas de lixo, como mostra a Figura 10.

Figura 10 – Pontos encontrados de queima de lixo



Fonte: autoras (2018).

De acordo com o artigo 47 da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), a queima a céu aberto ou em recipiente, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade, é uma forma proibida de destinação ou disposição final dos resíduos sólidos ou rejeitos (BRASIL, 2010).

A queima de lixo traz consequências graves e em um raio de alcance considerável, tendo em vista que polui o ar e isso, impacta imediatamente na qualidade de vida da população podendo causar irritações nas vias respiratórias, dores de cabeça ou até mesmo doenças.

Vê-se que a prática de queima de lixo a céu aberto, é comum em empresas de segmento industrial, a citar Oliveira (2006), que em seu estudo, constatou que aproximadamente 30% das empresas queimam resíduos em seu próprio empreendimento ou nas proximidades.

Com relação ao impacto de geração de emprego, foi bem notório pois em campo, foi possível constatar a circulação de pessoas com fardamentos das respectivas empresas deslocando-se para o local de trabalho, além de ter sido observado estacionamentos de diversos veículos próximo a entrada das empresas.

CONCLUSÃO

Com base nos resultados apresentados, conclui-se que a aplicabilidade das ferramentas do geoprocessamento é de fundamental importância para a espacialização por meio de mapas temáticos de uso e ocupação do solo, visto que, essa visualização espacial possibilita um melhor entendimento da abrangência dos impactos ambientais e de áreas de ocupação irregular, servindo como uma ferramenta suporte para a tomada de decisões.

É necessária atenção por parte do Poder Municipal na adoção de medidas mitigadoras e compensatórias a cerca dos impactos ambientais que interferem diretamente na qualidade de vida dos moradores, a exemplo dos canais de água servida, esgotos irregulares e deposição de resíduos sólidos e sua respectiva queima e das áreas de proteção ambiental que estão ocupadas por residências.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986**, que dispõe sobre as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para o uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, DF, 1986.

_____. **Lei n. 12.305 de 02 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a lei n.9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília: 2010.

Federação das Indústrias do Estado do Piauí – FIEPI. **Cadastro Industrial do Piauí**. Teresina, 2013/2014. 308 p. Disponível em: <<https://novo.fiepi.com.br/images/editor/cadastroindustrial-completopdf.pdf>> Acesso em: 22. set. 2018.

GONÇALVES, L. M. Os vazios urbanos como elemento estruturador do planejamento urbano. In: CONGRESSO LUSO BRASILEIRO PARA O PLANEJAMENTO URBANO, REGIONAL, INTEGRADO, SUSTENTÁVEL, 4., 2010. Faro (Portugal). **Anais eletrônicos** [...]. Faro (Portugal), 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Tabela de natureza jurídica 2014**. Disponível em: < <https://concla.ibge.gov.br/estrutura/natjur-estrutura/natureza-juridica-2014>>. Acesso em 18. nov. 2018.

LIMA, L. C; SILVEIRA, R. M. C; SILVA, B. L; PEDROSA, L. P. D; COSTA, A. A. Espaço urbano e indústria: uma análise da dualidade locacional da SAMS e da COATS Corrente na região metropolitana de Natal. In: SEMANA DE HUMANIDADES, 19., 2011, Natal. **Anais eletrônicos** [...]. Natal, 2011.

LINARD, Z. U. S. A; KHAN, A. S; LIMA, P. V. P. S. Percepções dos impactos ambientais da indústria de cerâmica no município de Crato estado do Ceará, Brasil. **Economía, Sociedad y Territorio**, v.15, n.48, p.397-423, 2015.

MOLINA JUNIOR, V. E; LOLLO, J. A de; STANGANINI, F. N. Estudo de Impacto de Vizinhança: metodologia para caracterização de impactos causados por supermercados em Ribeirão Preto – SP. In: SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA URBANA, 3., 2012, Maringá. **Anais eletrônicos** [...]. Maringá, 2013.

OLIVEIRA, C. **Impactos ambientais derivados de atividades industriais: o caso do CILO IV em Londrina**. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

RECEITA FEDERAL. **Porte da Empresa**.

<https://www38.receita.fazenda.gov.br/cadsincnac/jsp/coleta/ajuda/topicos/Porte_da_Empresa.htm> Acesso em: 28. set. 2018.

SÁNCHEZ, L. E. **Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

TEOBALDO NETO, A; SANTOS, D. G; BRITO, J. L. S. Os impactos ambientais urbanos no entorno do Distrito Industrial – 1, em Uberaba (MG). **Caminhos de Geografia**, v. 8, n. 24, 2007.

TERESINA, Prefeitura Municipal de. **Lei Complementar n° 3.560, de 20 de outubro de 2006**: Define as diretrizes para o uso do solo urbano do Município e dá outras providências. Teresina: PMT, 2006.

_____. **Lei Complementar n° 3.561, de 20 de outubro de 2006**: Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano do Município de Teresina e dá outras providências. Teresina: PMT, 2006.

_____. **Mapa de Zoneamento Urbano**. Teresina: PMT, 2013.



IV SEMINÁRIO REGIONAL DE COMÉRCIO, CONSUMO E CULTURA NAS CIDADES

Teresina – PI, 12 a 14 de junho de 2019

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NAS PEQUENAS CIDADES DO NORDESTE: um estudo em Capitão de Campos - PI

Raquel Henrique Aires¹

Telma Bessa Sales²

Resumo: O presente trabalho está relacionado a uma pesquisa em andamento vinculado ao Mestrado Acadêmico em Geografia (MAG). Surge da necessidade de compreender como se desenvolve a produção do espaço urbano, e como se dá a produção e gestão de resíduos sólidos nos centros urbanos das pequenas cidades nordestinas, com ênfase no município de Capitão de Campos - PI. Apresenta como objetivo geral analisar o processo de produção do espaço urbano e a gestão dos resíduos sólidos nas pequenas cidades do Nordeste, sobretudo no município de Capitão de Campos. Essa pesquisa tem relevância, pois pode-se apontar os desdobramentos ocorridos pelo novo padrão de consumo na qual as cidades foram submetidas em tempos recentes, bem como está sendo gerenciado os resíduos nestas pequenas cidades como indicado por Antonio e Gomes (2008). A pesquisa trata-se um estudo qualitativo, será realizada através de levantamento bibliográfico, pesquisa de campo, realização de entrevistas, e registros fotográficos.

Palavras-chave: Resíduos sólidos. Impactos socioambientais. Espaço urbano.

INTRODUÇÃO

O espaço urbano, palco das relações sociais, econômicas e espaciais, é resultado das ações que a sociedade exerce sobre a natureza para melhorar suas condições de sobrevivência. O mesmo vem sofrendo novas mudanças na sua configuração, as estruturas socioespaciais são modeladas a partir da capacidade técnica adotada pelo homem, portanto, a produção do espaço está ligada as atividades humanas produzidas sobre a natureza, através das técnicas. Assim, foi por meio da interação do homem-natureza que tem sido influenciado no modo de produção e reprodução do espaço urbano.

Com a chegada da Revolução Industrial do século XIX, ocorreram grandes transformações no meio urbano e, sobretudo, nos meios de produção. Com isso, ampliou-se o consumo excessivo de mercadorias e serviços, foi exatamente neste período em que se deu a intensificação dos problemas ambientais, ou seja, por um lado por conta da busca de matéria prima para suprir as demandas do consumo, por outro, a geração de resíduos sólidos. Com esses fatores torna-se pertinente entender como se dá a dinâmica da produção do espaço urbano, considerando a questão da gestão dos resíduos sólidos e o comportamento da

¹ Mestranda no curso de Pós Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú; E-mail: raquelaires23@hotmail.com

² Doutora em História pela Universidade Católica de São Paulo-PUC; E-mail: _telmabessa@hotmail.com

sociedade em relação ao manejo de tais resíduos e seus impasses. Portanto, é nesse contexto que se insere a produção do espaço urbano, envolvendo as transformações quanto ao despejo inadequado de resíduos sólidos no meio ambiente urbano. Apresenta como objetivo geral analisar o processo de produção do espaço urbano e a gestão dos resíduos sólidos nas pequenas cidades do Nordeste, tendo como referência o município de Capitão de Campos.

Nesse contexto, destaca-se o município de Capitão de Campos, onde o despejo inadequado de lixo tem provocado uma mudança na dinâmica do espaço urbano e rural da cidade, sobretudo a partir da magnitude do avanço da geração de resíduos nesse território. A presente pesquisa trata-se um estudo qualitativo, e será realizada através de levantamento bibliográfico, pesquisa de campo, realização de entrevistas, e registros fotográficos.

REFERENCIAL TEÓRICO

A produção do espaço urbano está vinculada ao processo de reprodução das relações socioespaciais, em que ocorre a apropriação, transformação e produção destes espaços pela ação do homem. Dessa forma, o urbano surge como um cenário que abriga as relações sociais, que recombina e reconfigura o espaço geográfico, priorizando as necessidades da sociedade que estão relacionados à questão da sobrevivência.

É nesse contexto que o espaço urbano vai avançando e levando consigo mudanças sobre vários aspectos, dentre os quais se podem destacar a produção e despejo de resíduos sólidos nos centros urbanos das pequenas cidades do Nordeste. Sendo assim, para muitos gestores municipais evidencia-se que o gerenciamento desses rejeitos, vem apresentando dificuldades em relação ao seu manejo correto. Segundo Dias (2012, p. 18):

A temática dos resíduos sólidos urbanos (RSU), hoje constitui um desafio importante para a gestão em direção à sustentabilidade. Entretanto, os fenômenos e os impactos relacionados à prevenção, geração, coleta, disposição e reaproveitamento dos RSU tem sido tratados setorialmente, de maneira desarticulada, obstruindo uma visão sistêmica do problema e refletindo-se em políticas públicas fragmentadas.

Nos centros urbanos brasileiros, a gestão de resíduos sólidos, tem impulsionado inúmeros questionamentos tanto entre a sociedade como ao poder público. Todavia, as cidades, vêm enfrentando sérios problemas relacionados à gestão correta do lixo, assim, a falta de alternativas para a disposição desses materiais tem gerado consequentes transtornos para o meio urbano.

Para tais fatores torna-se pertinente entender como se dá a dinâmica da produção do espaço urbano, considerando a questão da gestão dos resíduos sólidos urbanos e o

comportamento da sociedade em relação ao manejo destes e seus possíveis impasses. No Brasil, a produção de resíduos tem causado grandes preocupações, tem-se presenciado o despejo de lixo em locais inadequados, ocasionando grandes transformações nas áreas urbanas, dentre as quais se destacam degradação no espaço das cidades, poluição do ar, das águas entre outros fatores.

Na atualidade se percebe que a questão dos resíduos sólidos urbanos nas pequenas cidades do Nordeste, tem se tornado um grande desafio para os gestores públicos, tendo em vista que a sociedade vem consumindo cada vez mais e descartando produtos que não possuem mais serventia, automaticamente essa prática incorreta e excessiva, permite que grandes quantidades de lixos sejam despejadas em lugares impróprios, causando prejuízos.

Os resíduos sólidos surgem como um problema, principalmente nos centros urbanos, que além do grande aumento e concentração da população, nem sempre contam com um sistema de gerenciamento adequado, sendo que, muitas vezes, a sua destinação final é feita em áreas sem controle e ou/ tratamento (ANTONIO; GOMES, 2008, p. 112).

Neste aspecto, cabe enfatizar que o atual padrão de consumo da sociedade tem influenciado no aumento da geração de rejeitos, pela adoção de hábitos de consumo desordenados. No Brasil, a produção de resíduos sólidos nos espaços urbanos, tem sido um problema que vem se agravando durante anos, nesse sentido toneladas de rejeitos (resíduos) é produzida diariamente no país. “A quantidade e a composição dos resíduos sólidos produzidos nas cidades variam de acordo com seu nível de desenvolvimento econômico, com sua população e seus diferentes níveis sociais” (PAULO, 2013, p.137). Para tanto, essa situação se encontra bastante precária, pois a maioria dos domicílios só conta com a coleta normal, ou seja, (coleta regular do lixo).

Nesse contexto, tais municípios passam por uma realidade alarmante, priorizando seus recursos financeiros da cidade em outros setores, deixando de lado o setor da gestão de resíduos sólidos. Assim, o setor da limpeza, pode ser considerado como uma área que está interligada ao desenvolvimento de um meio urbano mais preservado.

A cidade de Capitão de Campos - PI, tem em seu espaço geográfico e o modelo de cidade que passa por alguns impasses no que refere a dinâmica dos resíduos no seu meio urbano. Essa dinâmica tem influenciado no modo de produção do espaço do referido município ocasionando mudanças no campo e na cidade efetivados através da má gestão dos resíduos em Capitão de Campos. Para tanto, existem meios e técnicas que facilitam para uma gestão de qualidade, que possa auxiliar nas possíveis soluções de tratamento e preservação do espaço urbano.

Em virtude disso, é fundamental a busca por alternativas que priorizem a questão da produção do lixo e seus respectivos impasses, bem como as transformações socioespaciais e socioterritoriais que ocorrem na área urbana e rural da cidade.

Conforme Gouveia (2012, p.1), “busca-se contribuir para a reflexão sobre o impacto da gestão adequada dos resíduos sólidos no meio ambiente e no urbano, e como discutir caminhos para o enfrentamento dessa questão, privilegiando ao mesmo tempo a inclusão social”. Logo com o desenvolvimento de transformações sociais, está é uma maneira de criar alternativas para combater e controlar a produção de lixo urbano e rural.

A preocupação para com o tratamento destes ainda se encontra precária, pois em municípios de pequeno porte os rejeitos são lançados a céu aberto, nos chamados lixões, provocando danos no espaço urbano e meio ambiente.

Assim, o espaço urbano tem-se tornado um cenário de grande produção de resíduos sólidos, pelo o aumento da produção e consumo desordenado e avanço dos meios tecnológicos. A gestão adequada de resíduos sólidos nas pequenas cidades de forma adequada é um grande desafio para a sociedade, sobretudo quando se trata das formas de tratamento como: coleta seletiva, acondicionamento, aterro sanitário dentre outras formas de tratamento. De acordo com Carlos (2007, p.13) é preciso entender que:

Surtem novos padrões e formas de adaptação decorrentes da imposição de um novo modo de apropriação do espaço da cidade. Assim nos deparamos com formas cada vez mais mutantes em um tempo cada vez mais efêmero, produto de uma nova racionalidade imposta por profundas mudanças no processo de acumulação.

Diante da problemática, é evidente que a sociedade deve ser consciente das obrigações de preservação do espaço urbano, adotando políticas eficientes que solucionem ou minimizem os impactos causados pelo homem no meio urbano, consistindo-se em um processo de equilíbrio de uma cidade mais sustentável.

A dinâmica de produção dos resíduos sólidos está relacionada com a relação de produção de mercadorias e consumo da sociedade no meio urbano, sendo assim, a sociedade exerce papel fundamental, na responsabilidade de manter os espaços urbanos preservados. No que diz respeito à função da sociedade e dos gestores públicos acerca do lixo urbano, devem assumir sua obrigação sobre a geração e o destino final adequado dos mesmos, evitando consequências danosas para as cidades.

É importante ressaltar que o espaço urbano é o espaço das relações de produção e consumo das atividades diárias da humanidade, que expressam funções e formas ao longo do tempo, a partir disso, surge à necessidade e interesses em fazer uso de recurso retirados dos

espaços urbanos e da natureza, que estão relacionados às questões de sobrevivência, tornando-se objetos de consumo em larga escala sendo descartáveis que serão despejados em locais inadequados. Em razão disso, percebe-se que a produção de resíduos sólidos e seus respectivos impasses nos centros urbanos, estão associados à dinâmica das relações sociais de produção da sociedade capitalista.

Nesse contexto, evidencia-se que os espaços urbanos das pequenas cidades do Nordeste vêm sendo palco de grandes transformações pelo despejo incorreto de resíduos sólidos em áreas urbanas provenientes das atividades humanas. Nessa perspectiva conforme o pensamento do autor Sissino (2003) a disposição desses rejeitos em muitos municípios se encontra deficitária, devido à maioria não dispor de uma infraestrutura de qualidade, que solucione o problema, se valendo destacar que:

Para que um resíduo tenha destino adequado, é necessário que ele seja classificado de acordo com as normas brasileiras. A NBR 10.004 – Classificação de resíduos (ABNT, 1987c) classifica os resíduos em três classes: classe I – perigosos; classe II – não- inertes; classe III – inertes. Essa classificação baseia-se na presença de certas substâncias perigosas, relacionadas na norma, e em testes laboratoriais complementares, nos quais vários parâmetros químicos são analisados nos extratos lixiviados e solubilizados dos resíduos (SISINNO, 2003, p. 370).

Em algumas cidades a coleta seletiva de lixo, já começa a melhorar por conta da chegada e introdução de empresas de reciclagem, então a seleção de alguns matérias para correto descarte, como por exemplo alumínio, cobre e aço, são realidades do dia a dia, mas contudo é apenas uma parte pequena do lixo urbano.

Segundo Pereira (2013, p.114) “é comum ouvirmos as expressões ‘lixo’ ou ‘resíduo’ quando alguém quer se referir a substâncias ou bens utilizados em alguma atividade, e que foram, posteriormente, descartados”. Assim a definição dos mencionados termos, é um fator de grande relevância, pois além de conhecer os materiais que estão inseridos em sua composição, isso possibilitará compreender a periculosidade desses rejeitos.

Para tanto, mudar alguns hábitos incorporando pequenas atitudes que envolvem consciência ambiental pode ter um grande impacto na preservação do urbano (cidade). Um exemplo disso é a separação lixo doméstico. No começo, pode parecer trabalhoso, pois envolve uma mudança de postura e um cuidado diferencial no destino ambientalmente correto desses materiais. Quando a sociedade torna-se ciente do seu poder e seu dever de separar os resíduos, passa a contribuir mais altamente, no desenvolvimento das cidades.

No Brasil, a gestão de resíduos sólidos tem provocado grandes discussões no meio urbano, especialmente no que concerne a transformação dos lugares pela intervenção humana

permeada pelo consumo acelerado de mercadorias, deixando assim marcas nas áreas urbanas pela falta de uma gestão correta de resíduos sólidos.

Muitas cidades brasileiras passam por conflitos em relação aos locais de despejo do lixo, que em geral são depositados em lixões a céu aberto sem nenhum tratamento ambiental. Nesse contexto, comprova-se que no Brasil os desafios para gerenciar os resíduos vão envolver inúmeros fatores como: políticos, econômicos e culturais. “O lixo é responsável por um dos mais graves problemas ambientais e responsável pela transformação do urbano, quando depositado de modo incorreto nos grandes centros urbanos” (SEIBERT, 2014, p. 21).

Os gestores municipais tem o papel administrar os rejeitos de forma eficiente, porém a situação é totalmente diferente, na medida em que muitos municípios a gestão ainda se encontra precária. Portanto, “os municípios precisam reorganizar sua estrutura legal do município para se adequar as determinações da PNRS [...]” (EL-DEIR, 2014, p. 22).

A sociedade tem modificado o espaço urbano através da apropriação dos bens naturais em grande escala, levando a degradação das áreas urbanas pela disposição de resíduos nesses locais. “Considerada um dos setores do saneamento básico, a gestão dos resíduos sólidos não tem recebido a atenção necessária por parte do poder público e outros órgãos” (LUCENA, 2016, p. 20).

Os resíduos sólidos revelam-se como um fator negativo para a produção dos centros urbanos onde a dinâmica de produção desses resíduos está relacionada à sociedade capitalista. Logo, para compreender a dinâmica dos resíduos sólidos, é preciso entender a relação (Sociedade-Natureza-Espaço). Sendo assim, “é preciso pensar a natureza na sua globalidade e dinâmica, considerando a diversidade social e as formas pelas quais a sociedade a transforma e produz o espaço” (ANTONIO; GOMES, 2008, p. 112). Dentre as formas de disposição e tratamento de resíduos sólidos nas cidades, as mais conhecidas são: lixões, aterros sanitários e aterro controlado.

Conforme Lucena (2016, p. 23) “Os lixões são geralmente locais afastados dos centros das cidades nos quais são depositados no solo e a céu aberto, todos os tipos de resíduos coletados são depositados nestes locais sem nenhuma preocupação com seletividade dos materiais”. Já o aterro controlado, é um local onde são despejados no solo e coberto por uma camada de material inerte, mas esse método pode prejudicar os lençóis freáticos por não haver sistema de impermeabilização, essa ideia é defendida pelos autores Portella e Ribeiro (2014), quando ele destaca:

Aterros controlados: a disposição dos resíduos sólidos é feita da mesma maneira que nos aterros comuns, ou lixões; no entanto, os resíduos são cobertos com material inerte ou terra, não existindo, contudo, nenhum critério de engenharia ou controle ambiental (PORTELLA; RIBEIRO, 2014, p. 125).

Estes aterros por muitas vezes não possuem um controle eficiente de impacto ambiental podem ocasionar problemas para sociedade, como a proliferação de doenças e também a poluição de lençóis freáticos e disseminação de animais considerados em sociedade como pragas, tendo como exemplo o rato.

Conforme Menezes (2014, p. 18) “O aterro sanitário é um o processo para disposição de resíduos sólidos no solo, principalmente o lixo domiciliar.” Para tanto, esse local de disposição deve estar apto para minimizar a grande quantidade de rejeitos produzidos pela população com o intuito de reduzir os impactos socioambientais. Portanto, “a pior destinação que pode ser dada a um resíduo é o lixão, depósito a céu aberto, que não apresenta a proteção ao meio ambiente ou à saúde pública” (CARIJÓ, 2016, p. 11).

Nesse contexto, para promover uma gestão do lixo eficiente, cabe à prefeitura municipal dos centros urbanos garantir mecanismos e técnicas de controle, proporcionado à escolha de locais adequados para o tratamento e manipulação desses rejeitos.

Em razão disso, evidencia-se que em muitos municípios nordestinos não possuem planos de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos (PGRSU), pode-se dizer que pela falta desses documentos, tais municípios enfrentam consequências graves no ato de gerenciar a quantidade de rejeitos de uma determinada localidade. De acordo, com o Guia de Orientação PNGS (2012):

Ainda que seja obrigação do município manter os espaços urbanos limpos, essa não é das tarefas mais fáceis e normalmente não são bem conhecidas nem reconhecidas pela sociedade, apesar de consumir vultosos recursos que, além de escassos, também são demandados em outros setores de serviços mais valorizados pelo município (BRASIL, 2012, p. 37).

Tais fatores acarretaram um entrave para o desenvolvimento do setor de limpeza urbana de uma cidade ou país. “No geral o que se vê é a má gestão dos recursos e a falta de investimento no setor [...] a manutenção e gestão destes sistemas muitas vezes é precária e ineficiente” (MORAIS, 2015, p. 33-34).

Assim sendo, “na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve-se observar a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos” (BRASIL, PNRS, 2012, p. 12). Na região Nordeste a realidade da gestão dos resíduos sólidos ainda vivência uma situação crítica, pois em muitas cidades nordestinas ainda fazem uso de lixões como destino final para

os resíduos, essa prática tem causado consequências graves para o meio urbano, sobretudo para as pessoas que residem próximas a esses locais de despejo.

Nesse processo, percebe-se que a produção dos resíduos sólidos nos espaços urbanos tem contribuído na formação de novos arranjos, e assim, modificando a estrutura das áreas urbanas através da ação dos agentes produtores no despejo de resíduos no ambiente urbano.

Assim sendo, “na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve-se observar a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos” (BRASIL, PNRS, 2012, p. 12). Na região Nordeste a realidade da gestão dos resíduos sólidos ainda vivência uma situação crítica, pois em muitas cidades nordestinas ainda fazem uso de lixões como destino final para os resíduos. Essa prática tem causado consequências graves para o meio urbano, sobretudo para as pessoas que residem próximas a esses locais de despejo.

Nesse processo, percebe-se que a produção dos resíduos sólidos nos espaços urbanos tem contribuído na formação de novos arranjos, e assim, modificando a estrutura das áreas urbanas através da ação dos agentes produtores no despejo de resíduos no urbano e meio ambiente. “O uso deixa marcas profundas no espaço, cria traços que organizam comportamentos, determinam gestos, explicitando-se através das formas de apropriação dos lugares da metrópole enquanto microcosmo que ilumina a vida” (CARLOS, 2007, p. 14).

Deste modo, a intensa produção de resíduos nas zonas urbanas, sobretudo nos centros das cidades, tem provocado agressões nesses espaços. (O aumento dessa produção acarretará um entrave para o desenvolvimento do setor de gestão e gerenciamento de resíduos urbano de uma cidade ou país). É nesse contexto que se insere a produção do espaço urbano, envolvendo as transformações quanto ao despejo inadequado de resíduos sólidos no meio ambiente urbano. Nesta perspectiva, destaca-se o município de Capitão de Campos, no qual o despejo inadequado de lixo tem provocado uma mudança na dinâmica do espaço urbano e rural da cidade, sobretudo a partir da magnitude do avanço da geração de resíduos nesse território.

Portanto, é de fundamental importância tentar compreender a relação que resíduos sólidos têm com o urbano, sociedade e o meio ambiente, visando contribuir na adoção de uma gestão dos resíduos sólidos urbanos de qualidade para as pequenas cidades do Nordeste, dando ênfase ao município de Capitão de Campos - PI.

Daí a importância de enfatizar sobre a gestão dos resíduos sólidos e as transformações socioespaciais ocorridas nos espaços urbanos. Sendo assim, através da ciência geográfica será possível possibilitar entender a relação do homem com os resíduos sólidos e as

transformações no que se refere ao uso dos territórios e assim, diante disto, espera-se contribuir na organização de um modelo de gestão que possibilite a valorização dos espaços urbanos e do meio ambiente adotando assim novas formas de tratamento e destinação para os rejeitos produzidos pela sociedade nas cidades.

METODOLOGIA

O presente trabalho está relacionado a uma pesquisa em andamento vinculado ao Mestrado Acadêmico em Geografia (MAG). Essa pesquisa trata-se um estudo qualitativo, e será realizada através de levantamento bibliográfico, pesquisa de campo, além de realização de entrevistas ao gestor municipal, administrador do departamento de limpeza e registros fotográficos. O objetivo da pesquisa será analisar a produção do espaço urbano e os principais problemas ambientais e sociais decorrente do manejo incorreto de resíduos sólidos no espaço urbano das pequenas cidades do Nordeste, destacando o município de Capitão de Campos.

O grande desafio para os gestores municipais é encontrar alternativas capazes de minimizar geração de lixo. Nesse contexto para o tratamento dos resíduos sólidos urbanos há uma série de diversidade que devem ser compreendidas como: hábitos de consumo sustentável, geração, reutilização dos resíduos entre outros.

Portanto, com o desenvolvimento dessa pesquisa se destaca que deve haver uma maior participação ativa da população para gestão e controle dos resíduos (lixo), juntamente com o poder municipal, desta forma se promove a conscientização sobre os danos causados pelos resíduos sólidos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para uma melhor análise da questão dos resíduos sólidos e suas consequências para a produção de um espaço urbano mais preservado a sociedade deve gerenciar diversas ações de controle e fiscalização, percebe-se que as mudanças nos padrões de consumo implicam diretamente no aumento da produção dos resíduos e conseqüentemente gera mais um fator complicador da vida urbana.

Desta forma, faz-se necessário analisar os principais impactos socioambientais pela má gestão de resíduos sólidos no espaço urbano das pequenas cidades nordestinas, dando ênfase, sobretudo no município de Capitão de Campos. Tendo como técnicas de avaliação desses impactos a avaliação da coleta seletiva de lixo, a participação social das pessoas no correto descarte de lixo, a participação das entidades fiscalizadoras através de eventos e a avaliação do ensino onde as crianças aprendem a importância da reciclagem. Através das

análises que serão realizadas para a obtenção de informações sobre o presente estudo, pôde-se perceber que o grande desafio que se impõe para uma boa gestão de resíduos sólidos é a destinação ambientalmente adequada correta desses materiais sendo feito seu despejo em locais inadequados.

Na Figura 1, revela-se que o referido município vem enfrentando problemas com relação ao gerenciamento e disposição final de rejeitos. Esses espaços de descartes podem ocasionar grandes transformações no espaço urbano das cidades brasileiras. Diante disso, os problemas dos aterros sanitários principalmente nas pequenas cidades brasileiras, tem sido uma questão recorrente. Essa prática de despejo de resíduos considerados tóxicos no solo tem causado grandes prejuízos, pois em muitos casos não existem qualquer tipo de controle, ou preparação do solo para receber esses tipos de materiais perigosos.

Figura 1 – Fotografia da praça de Capitão de Campos



Fonte: Acervo Pessoal (2018).

Para tanto, vários fatores e informações são necessários para um perfeito conhecimento e planejamento do gerenciamento de resíduos urbanos.

A temática da gestão dos resíduos sólidos envolve uma série de conflitos para os gestores das cidades de pequeno porte, em muitas cidades brasileiras a gestão dos resíduos sólidos urbanos, tem sido tratado de forma desarticulada, ou seja, não priorizam a prevenção, coleta e destino final do lixo.

Nesse contexto, evidencia-se que os espaços urbanos das pequenas cidades do Nordeste vêm sendo palco de grandes transformações pelo despejo incorreto de resíduos sólidos em áreas urbanas provenientes das atividades humanas.

Conforme a Figura 2, na perspectiva, a disposição desses rejeitos em muitos municípios se encontra deficitária, devido à maioria não dispor de uma infraestrutura de qualidade, que solucione o problema.

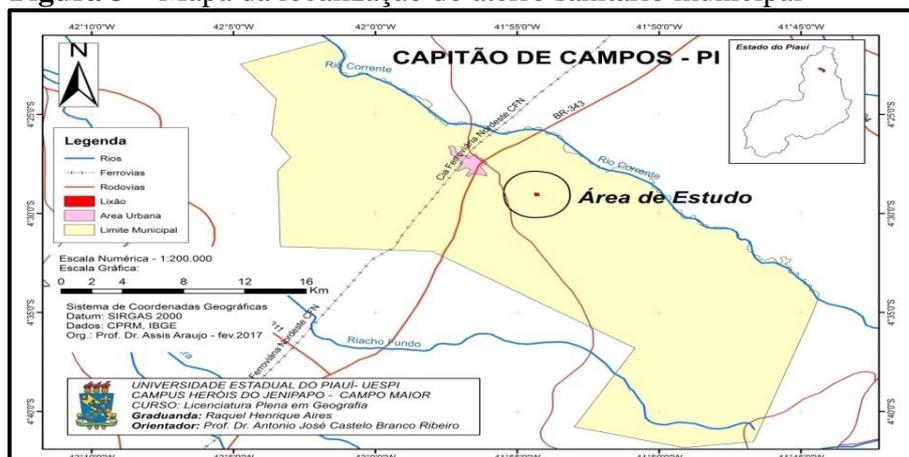
Figura 2 – Aterro sanitário municipal de Capitão de Campos



Fonte: Acervo Pessoal (2018).

Na Figura 3, segue destacado o local onde se encontra o aterro sanitário para descarte do lixo urbano na cidade de Capitão de Campos.

Figura 3 – Mapa da localização do aterro sanitário municipal



Fonte: IBGE (2017).

O presente estudo constata-se que no município de Capitão de Campos - PI, não há uma gestão dos resíduos sólido urbano eficiente. Para tanto, observou-se que no mencionado município é realizado a coleta dos resíduos de simples, sendo recolhidos sem a devida

separação, assim o lixo orgânico e inorgânico é colocado nos caminhões sendo transportado para o lixão municipal.

A cidade está com um projeto para implantação de um aterro sanitário, se constituindo em uma estratégia para a disposição final ambientalmente adequada para os resíduos.

Nesse sentido, há necessidade de se implantar um modelo de gestão do lixo que priorize a adoção de métodos de tratamento para o lixo urbano, é ideal que o gestor municipal elabore metas cabíveis para um o gerenciamento de qualidade, faz-se necessário mencionar que a comunidade também tem um papel importante na preservação do meio ambiente.

Observa-se que a gestão pública do município vem passando por problemas em gerenciar esses resíduos e fazer a despejo ambientalmente correta. Cabe enfatizar que é papel do gestor público gerenciar o lixo urbano de forma segura, porém a população deve-se conscientizar em preservar o meio ambiente evitando o despejo inadequado de resíduos em locais impróprios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa integra um estudo em andamento do mestrado acadêmico em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú, e pretende analisar como ocorre a produção e organização do espaço urbano e como se procede a gestão dos resíduos sólidos nas pequenas cidades nordestinas.

Onde o mesmo é objeto de estudo no município de Capitão de Campos, localizado no Estado do Piauí, e assim fará uma análise de como está ocorrendo a produção do espaço urbano e a gestão dos resíduos sólidos nas pequenas cidades do Nordeste, considerando fatores econômicos, sociais e culturais presentes na sua gestão e tratamento.

Conclui-se que a gestão eficiente diante do descarte correto do lixo e sua organização para evitar impactos ambientais necessita de melhorias, essas melhorias em primeiro lugar precisam se trabalhada na escola, ou seja, destacar para as novas gerações a importância do controle do lixo e seu correto descarte.

A sociedade precisa se conscientizar, após a introdução do tema na educação é necessária a participação de órgãos fiscalizadores para organização de eventos como feiras e palestras mostrando a realidade do descarte do lixo na cidade e ofertar alternativas para melhor adaptar a vida dos cidadãos às suas próprias necessidades de descarte de material.

Em longo prazo esperam-se melhorias na coleta seletiva de lixo e descarte e o aumento da participação social das pessoas no controle do descarte correto do lixo dando uma maior vida útil a aterros sanitários, redução de impacto ambiental e prospecção de doenças.

REFERÊNCIAS

ANTONIO, Janaina Natali; GOMES, Marquiana de Freitas Vilas Boas. A produção do espaço e a questão dos resíduos sólidos no ambiente urbano. **Raega**, v. 16, 2008.

BRASIL. **Guia de orientação para adequação dos municípios à política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)**. SELUR. ABPL. São Paulo, 2012.

_____. **Plano Nacional de Gestão de Resíduos Sólidos – PNGR**. Brasília, DF: 2012.

CARIJÓ, Renata de Sousa. **Análise e proposta de uma gestão integrada de resíduos sólidos: o estudo de caso da comunidade da Babilônia**. 2016. Dissertação (Mestrado em Planejamento Energético). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos escritos sobre a cidade**. São Paulo, 2007.

DIAS, Gonçalves Sylmara. O desafio da Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos. **Sociedade e Gestão**, v. 11, 2012.

EL-DEIR, Soraya Giovanetti. **Resíduos Sólidos: perspectivas e desafios para a gestão integrada**. Recife: EDUFRPE, 2014.

LUCENA, Kássio Alencar de Medeiro. **Problemas ambientais gerados por aterros de resíduos sólidos não controlados: o caso de Ipueira – RN**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016.

MENEZES, Marat Troina. **Tratamento de resíduos**. Rio de Janeiro: Instituto de Arquitetos do Brasil, 2014.

MORAIS, Carolina de Oliveira. **O lixo nas cidades: desdobramentos da Política Nacional de Resíduos**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

PORTELLA, Marcio O.; RIBEIRO, José Cláudio J. Aterros sanitários: aspectos gerais e destino final dos resíduos. **Revista Direito Ambiental e Sociedade**, v.41, 2014.

SISSINO, Cristina. **Disposição em aterros controlados de resíduos sólidos industriais não-inertes: avaliação dos componentes tóxicos e implicações para o ambiente e para saúde humana**. Rio de Janeiro, RJ: CTA, 2003.



IV SEMINÁRIO REGIONAL DE COMÉRCIO, CONSUMO E CULTURA NAS CIDADES

Teresina – PI, 12 a 14 de junho de 2019

MEIO AMBIENTE E ATIVIDADE MINERAL EM TERESINA – PI: exploração e comercialização de massará e seixos

Bartira Araújo da Silva Viana¹

Sergio Carlos dos Santos Viana²

Anna Kelly Moreira da Silva³

Resumo: Os minerais voltados para a construção civil em Teresina tem importância econômica e social, porém, causam degradação ambiental e desconfiguração da paisagem. Dessa forma, este trabalho objetiva mostrar o processo de exploração e comercialização de agregados (massará e seixos) usados na construção civil em Teresina e adjacências, destacando os danos ambientais decorrentes desta atividade. Foram utilizadas fontes bibliográficas, documentais e cartográficas sobre a temática. Além disso, foram realizados trabalhos de campo, visando aplicar questionários, fotografar e observar os danos ambientais. Constatou-se que a atividade mineradora permite o atendimento da população com agregados a preço razoável devido a abundância e a proximidade da fonte compradora, porém, gera danos ambientais em Teresina. Conclui-se que a ampliação da exploração mineral está relacionada ao alto grau de ocupação urbana, e os danos ambientais são decorrentes da ineficiência do poder público, enquanto normatizador, fiscalizador e gestor das questões ambientais e legais relacionadas ao uso e ocupação do solo urbano.

Palavras-chave: Mineração. Danos ambientais. Teresina.

INTRODUÇÃO

A expansão urbana de Teresina ocorrida entre a década 1950 aos anos 2010 é explicada pela atração populacional que ocorreu em virtude da intensificação dos investimentos públicos e privados em saúde, educação, energia elétrica, habitação popular e do desenvolvimento da malha viária, interligando Teresina a centros regionais e nacionais. Estes fatores atraíram um enorme contingente de imigrantes que queriam usufruir do crescimento econômico e da adoção de inovações tecnológicas, dos serviços de infraestrutura e comunicação, dos serviços de saúde de alta, média e baixa complexidade, assim como do ensino e da pesquisa (BRASIL, 2002).

Segundo a Fundação CEPRO (2010), a atividade econômica piauiense é fortemente concentrada em Teresina. O município tem como base principal geradora de empregos, o setor terciário da economia, que compreende as atividades de governo, comércio e de prestação de serviços (IBGE, 2010). Esses fatos, dentre outros, contribuíram para transformar

¹ Profa. Dra. da Coordenação do Curso de Geografia da Universidade Federal do Piauí - UFPI, E-mail: bartira.araujo@ufpi.edu.br

² Graduado em Gestão Ambiental e Especialista em Licenciamento e Auditoria Ambiental pela Universidade Norte do Paraná - UNOPAR, E-mail: sergiocarlos.tx@gmail.com

³ Profa. Dra. do Instituto Federal do Piauí - IFPI, E-mail: annakelly@ifpi.edu.br

Teresina em um polo de atração populacional, além de intensificar o processo de urbanização e a aceleração da expansão horizontal e vertical da cidade, contribuindo para uma maior demanda por materiais usados na construção civil, a exemplo do seixo e do massará¹.

Dessa forma, o crescimento populacional do município demanda uma maior dinâmica do setor da construção civil, contribuindo para a intensificação da extração e comercialização de minerais, provocando uma modificação no processo de uso do solo nas diversas regiões da cidade. A grande consumidora desses insumos de materiais voltados para a construção civil é representada por organismos governamentais, construtoras e particulares, sendo que a demanda varia de acordo com o mercado que está ligado à política governamental.

Porém, a construção de grandes conjuntos habitacionais pelo poder público ou empreendimentos particulares, as ocupações irregulares de vilas ou favelas e demais formas de uso e ocupação do solo contribuíram não somente para a ampliação da comercialização de massará e seixos, e para a ocupação e geração de renda para um expressivo número de trabalhadores, em geral não qualificados, mas também para a ocorrência de danos ambientais, visto que a exploração e comercialização desses minerais estão presentes em todas as regiões da cidade e nos seus arredores.

Dessa forma, o objetivo deste artigo é mostrar o processo de exploração e comercialização de agregados (massará e seixos) usados na construção civil em Teresina e adjacências, destacando os danos ambientais decorrentes desta atividade extrativa mineral. Assim, esta pesquisa tornou-se importante pela contribuição que pode dar à pequena produção, ao desenvolvimento local sustentável no setor de mineração na capital, assim como à gestão e ao planejamento do uso e ocupação do espaço em Teresina, Piauí.

METODOLOGIA

Quanto aos instrumentos de investigação foram utilizadas diferentes fontes bibliográficas que tratavam de temáticas como meio ambiente e dano ambiental, mineração entre outros, realizada através de consulta em livros, dissertações, teses, artigos científicos e fontes pesquisadas em *websites*. A pesquisa documental e cartográfica ocorreu junto aos órgãos competentes e em seus sítios na internet, como a Prefeitura Municipal de Teresina (PMT), o Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), o Ministério da Ciência e Tecnologia

⁴ O massará é um termo regional, conhecido, apenas na região de Teresina, sendo que esta expressão serve para definir um sedimento conglomerático de cores e coloração variadas, creme, vinho, rosa, esbranquiçada, amarelada, arroxada e avermelhada, com matriz areno-argilosa, média a grosseira e, até conglomerático, ligante, de pouca consistência, facilmente desagregável (friável), contendo seixos brancos de sílica bem arredondados (CORREIA FILHO; MOITA, 1997 citado por VIANA, 2013).

(MCT), o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA), o Departamento Nacional de Produção mineral (DNPM), entre outras.

Os trabalhos de campo, nas áreas de retirada ou processo de separação da matriz massará/seixos usados na construção civil em Teresina, foram realizados para aplicar questionários, assim como observar, fotografar e analisar os diferentes danos ambientais associados a essa atividade antrópica. As fotografias permitiram compreender os danos ambientais gerados pela atividade extrativa, a partir de um processo evolutivo de degradação local. A produção cartográfica contribuiu para compreensão da espacialização da problemática envolvendo a atividade extrativa em questão e uma percepção mais concreta dos danos ambientais gerados pela referida atividade.

Outro elemento fundamental para a viabilidade do projeto de estudo e para a concretização da pesquisa, correspondeu ao diário de campo, pois permitiu o registro dos fatos ambientais, econômicos e sociais de modo imediato, objetivando a disponibilização dos dados e fatos em períodos posteriores à pesquisa, durante e após a produção do texto final.

A ATIVIDADE MINERAL DESENVOLVIDA EM TERESINA - PIAUÍ E DANOS AMBIENTAIS

Entre os principais tipos de agregados usados na construção civil e comercializados na região de Teresina, destacam-se a areia e os seixos, encontrados nas planícies e terraços fluviais da capital, assim como o “massará”, encontrado como coberturas superficiais de morros residuais, onde também ocorrem seixos misturados a essa matriz areno-argilosa. É entre as latitudes 05°15’S e 5°30’S e as longitudes 42°40’W e 42°55’W que são encontradas as maiores reservas desses minerais, dispostas ao longo dos vales dos rios Parnaíba e Poti e em seu interflúvio, constituindo as maiores fontes de materiais para a construção civil regional (CORREIA FILHO; MOITA, 1997).

Esses agregados são fragmentos de rocha originados de ação mecânica promovida pelo homem (pedra britada e areia de britagem) ou por ação da natureza (cascalhos, seixos e areias) (CAMPOS; FERNANDES, 2006). Para Cavalcanti (1990, p. 19), os agregados são:

[...] materiais duros, inertes, adequados por formar uma massa estável, pela adição de cimento ou materiais aglomerantes (de liga) que produzem concreto, ou pela compactação ou peso natural para produzir uma base de estrada ou fundação. Eles provêm de 80 a 100% do volume de material nas argamassas nas quais são usados.

O “massará” extraído nos “barreiros” entra na composição de argamassa comercializada tanto para uso em assentamento como para revestimento de paredes. Segundo

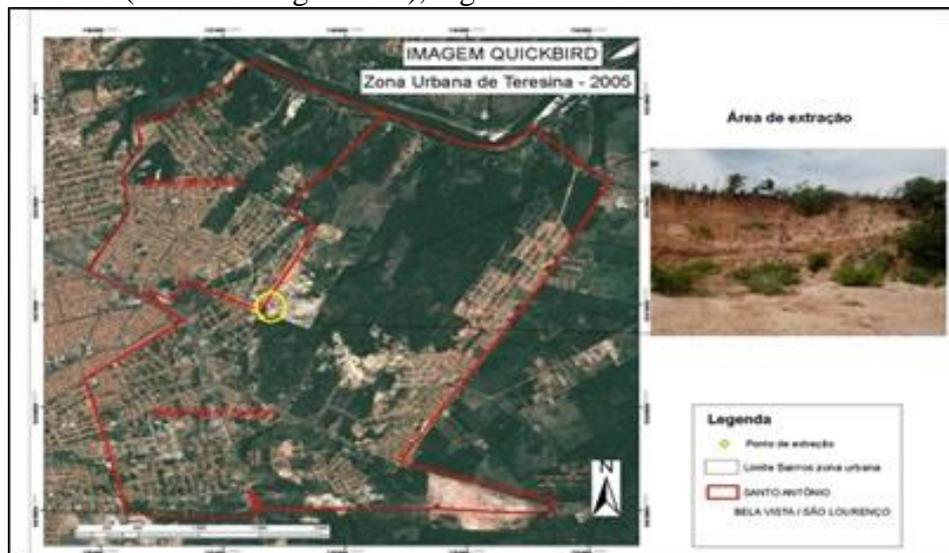
Fernandes (2010), na condição de agregado, o “massará” possui dosagem ideal para a preparação de argamassa, passando a ser um material de grande importância no mercado da construção civil teresinense (FERNANDES, 2010). O referido autor destaca ainda que:

Apesar de exigir para o seu uso um tratamento prévio de simples peneiramento, onde se descarta a fração mais grossa que é o seixo, cujo aproveitamento é feito na composição do concreto, o massará entra na composição da argamassa substituindo o barro e a areia. A justificativa desta substituição encontra-se na descoberta de que o massará contém naturalmente a dosagem certa entre barro e areia, [...] (FERNANDES, 2010, p. 12).

O massará é utilizado na construção civil como seixo rolado resultante da lavagem do material sendo usado para agregado graúdo no concreto, já o material seco é utilizado para reforço do subleito, sub-base e/ou base para pavimentação, assim como a uso na execução de aterros, enquanto os agregados miúdos lavados para serem utilizados na composição de argamassas (ARAÚJO *et al.*, 2018). De acordo com Fernandes (2010, p.12), “Do final dos anos 80 até meados da década de 90, o massará comportou-se como o material para construção civil mais demandado, principalmente para a construção de moradias de parcela da população de menor poder aquisitivo”.

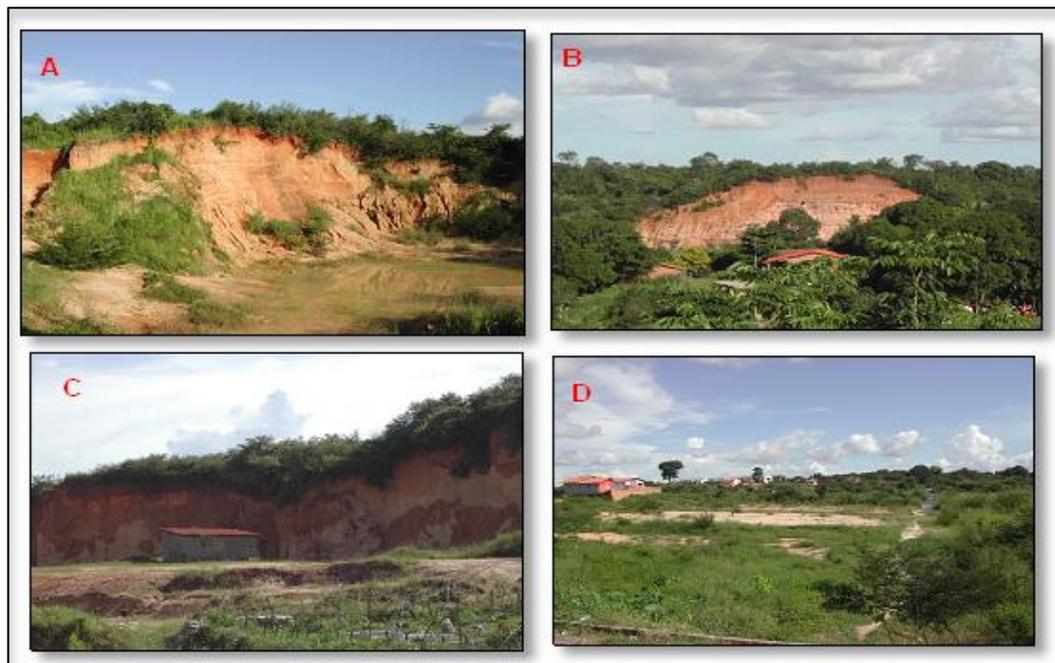
A atividade extrativa de massará/seixos em Teresina permanece ativa na atualidade em diversas regiões da cidade. Na região Sul, essa atividade está presente nas proximidades da Vila Irmã Dulce, no Povoado Remanso, na franja urbana sul, assim como na franja urbana norte, no Povoado Gurupá. Na região Norte, a mineração de massará ocorre nos bairros Santa Maria, Cidade Industrial e Aroeiras. Porém, em determinadas áreas da cidade, a extração mineral encontra-se paralisada há mais de duas décadas, como nos bairros Piçarreira (região Leste) e nos bairros Bela Vista e Santo Antônio, na região Sul (Figura 1), por ter sido realizada de modo desordenado e degradante nessas regiões da cidade (Figura 2).

Figura 1 – Imagem de satélite adaptada com localização de área extrativa extinta de massára/seixos nos bairros Bela Vista / Santo Antônio (Perfil estratigráfico 1), região Sul de Teresina-Piauí



Fonte: IBGE (2007) e Quickbird (2005). Viana (2010). Organização: Viana (2010). Adaptação: Carla Iamara de Passos Vieira (2011). In: Viana (2013).

Figura 2 – Fotografias em mosaico de áreas onde não ocorrem mais a atividade extrativa mineral de massará/seixos em Teresina-PI



A: Bairros Bela Vista (região Sul); B: Km 6 (região Sul); C: São Lourenço/Bela Vista (região Sul); D: Piçarreira (região Leste).

Fonte: Araújo (2006). In: Viana (2013).

Conforme os produtores e comerciantes de bens minerais para a construção civil, nas últimas três décadas ocorreu uma nova configuração do uso de materiais na construção civil da capital, com o crescimento da demanda por massará. Tal fato decorreu das inadequações tecnológicas que o “barro” revelou, ao exibir “bolhas” que estouravam quando a argamassa

encontrava-se seca. Por isso, o barro foi paulatinamente sendo substituído pelo "massará" na argamassa, principalmente na aplicação de reboco de paredes (VIANA, 2013). De acordo com Fernandes (2010, p.14):

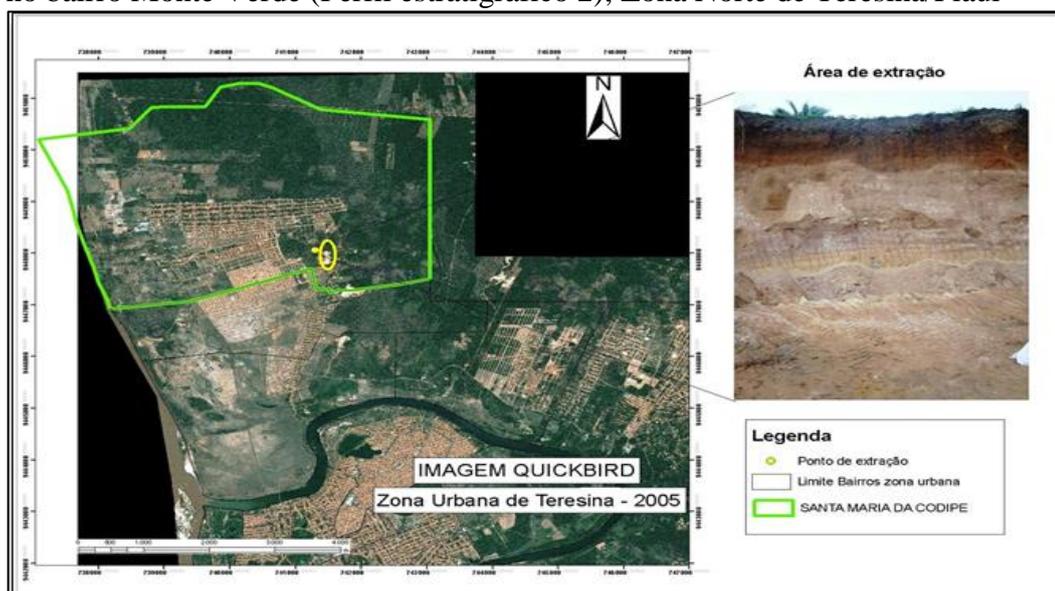
Com a entrada do massará em cena, o quadro da construção civil em Teresina começa a sofrer mudanças, pois este dispensa a cal e a areia, compondo-se com o cimento portland num traço básico em volume tipo 1:8 (cimento:massará). Assim, o traço feito com cal, barro e areia começa a sair de cena, dando lugar para o traço de cimento e massará numa razão que varia de 1: 4 a 1:12.

Há mais de três décadas, a maioria dos pontos de extração de massará e seixos ao redor de Teresina utilizava métodos rudimentares de extração, caracterizando uma típica atividade garimpeira, sendo que o desmonte era feito com picaretas e alavancas. Porém, nos últimos anos, os investimentos em recursos tecnológicos nos equipamentos usados para a extração de minerais foram evoluindo, sendo utilizados, atualmente, equipamentos mecânicos, que visam à extração a seco, a exemplo das pás carregadeiras com comando hidráulico (VIANA, 2013). O descarregamento era realizado por "peões", com uso de pás, quando o transporte era realizado por caminhões com carroceria de madeira, ou depositados diretamente no local quando são usados caminhões tipo caçamba (VIANA, 2007).

Dependendo da composição do "massará", com maior ou menor presença de seixos, são realizados processos de extração diversificados. Nos locais em que material areno-argiloso é predominante, a atividade é simplificada, pois a procura é pela comercialização de massará, que será usado diretamente em aterros ou na construção de casas populares, onde esse agregado é utilizado na composição da argamassa, a exemplo do que ocorre no bairro Monte Verde, na região Norte de Teresina (Figura 3). Neste bairro, o "massará" contém pouco seixo, sendo utilizada uma pá carregadeira para a remoção do capeamento (laterita) e carregamento dos caminhões para comercialização, já que não é necessário o peneiramento para a separação dos seixos.

Nas proximidades dos bairros Angelim, no entorno da Vila Irmã Dulce, na franja urbana Sul de Teresina, no bairro Aroeiras, assim como na franja urbana norte, nos arredores desses bairros, o seixo aparece em maiores proporções em associação com o "massará". A etapa inicial de extração é o desmonte do material para peneiramento, com uso de peneira com abertura que vai de 7 a 12 mm, separando os seixos da matriz areno-argilosa.

Figura 3 – Imagem de satélite da localização de área extrativa de massará/seixo no bairro Monte Verde (Perfil estratigráfico 2), Zona Norte de Teresina/Piauí



Fonte: IBGE (2007) e Quickbird (2005). Viana (2010). Organização: Viana (2011). Adaptação: Carla P. Vieira (2011). In: Viana (2013).

Após esse processo, os caminhões são carregados mecanicamente, sendo o “massará” comercializado para uso em argamassa, e os seixos para concreto (viga, coluna, radier, piso e outros) e recapeamento, inclusive asfáltico. Depois que o seixo é separado do “massará”, este é direcionado para uma lagoa de decantação onde será lavado. Com o auxílio de um motorbomba, movido a óleo diesel, a água é sugada e, por um sistema de canalizações, o excesso da água será jogado para fora da lagoa, ocorrendo, dessa forma, a secagem dele para que possa ser comercializado (VIANA, 2007).

Nos bairros Cidade Industrial (Figura 4A), Santa Maria (Figura 4B) e Aroeiras (Figura 4C) na região Norte, assim como no bairro Bela Vista (Figura 4D), na região Sul de Teresina-PI, não havia o peneiramento para a separação dos seixos da matriz massará. Depois de preenchidos com uso de pás carregadeiras, os caminhões conduziam os sedimentos extraídos para comercialização em depósitos de materiais de construção civil, diretamente para consumidores ou para o local da obra onde seria utilizado, assim como para locais que realizariam a separação do seixo e do massará. Porém, foi constatado que o processo de separação dos seixos/massará já ocorreu em momentos esporádicos no atual bairro Monte Verde (antigo Bairro Santa Maria da Codipi) em meados dos anos 2000.

Figura 4 – Fotografias mostrando método de extração e transporte de massará/seixos nas regiões Norte e Sul de Teresina/Piauí



A: Bairro Cidade Industrial (Zona Norte); B: Bairro Monte Verde (região Norte); C: Bairro Aroeiras (região Norte); D: Bairro Bela Vista (região Sul).
Fonte: Viana (2010; 2011; 2012). In: Viana (2013).

O processo de separação do seixo da matriz massará através de peneiramento era realizado em Teresina também em diversas regiões da cidade. No Parque Rodoviário (no bairro Catarina), a lavagem de seixos era realizada por pequenos empreendedores nas proximidades das margens do rio Poti, utilizando um equipamento simples, chamado “jacaré” (Figura 5A). Este é usado para separar os grãos de quartzo do massará e selecioná-los de acordo com sua granulometria, usando a água extraída desse rio. No bairro Pedra Mole, a atividade também se resume à lavagem dos seixos e à armazenagem (Figura 5C) desse recurso, juntamente como o “massará. Nessas áreas, também eram utilizadas pás carregadeiras (Figura 5B/D), com comando hidráulico, para estocagem do material que será comercializado e para o carregamento dos caminhões (VIANA, 2013).

Na franja urbana de Teresina (Povoado Gurupá), as retroscavadeiras ou pás-carregadeiras são utilizadas para extração do massará/seixos e para carregamento dos caminhões para posterior comercialização. Neste local, há o peneiramento para a separação dos seixos/massarâ com a utilização também de um equipamento chamado pelos mineradores de “jacaré”. Este equipamento separa os seixos de dimensões pequena, média e grande. Os seixos pequenos são usados em radie e os maiores na produção de piso bruto, para concretar pilares de prédios, entre outros usos (VIANA, 2013).

Figura 5 – Fotografias mostrando local de separação dos seixos da matriz massará nos bairros Catarina (região Sul) e Pedra Mole (região Leste) de Teresina/Piauí

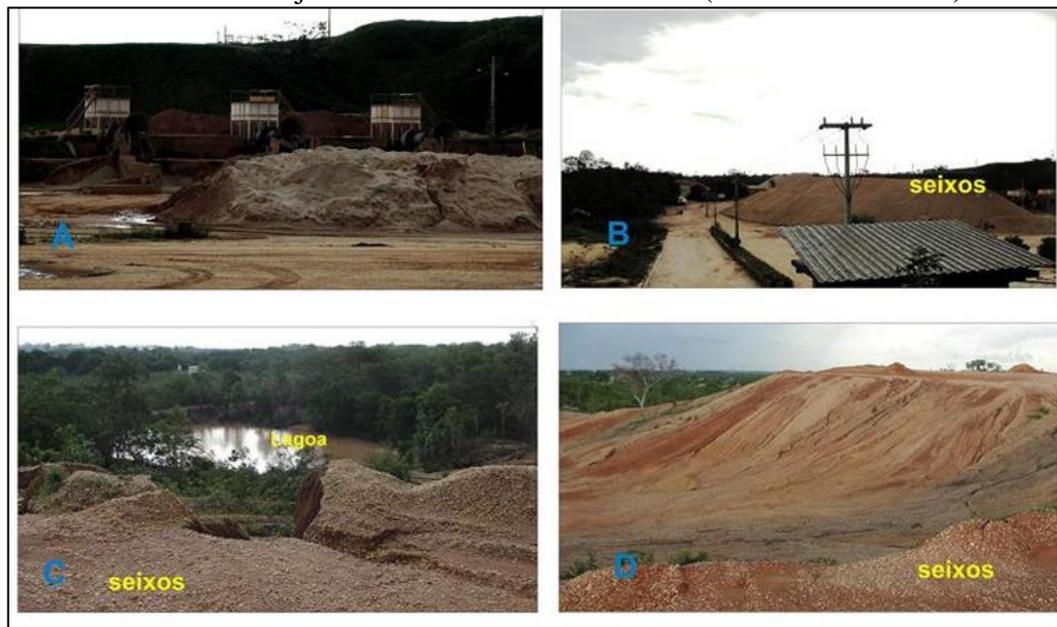


A/B - Bairro Catarina; C/D – Bairro Pedra Mole.
Fonte: Viana (2010; 2011). In: Viana (2013).

A mineradora que atua na área dispõe de grande estrutura extrativa fornecendo o massará e, principalmente os seixos, devido à sua abundância no local, com o maior valor pago por esse recurso mineral pelas construtoras e depósitos da cidade e redondezas. Cumpre mencionar que o pacote de massará com seixos são encontrados em camadas de cerca de 10 m de espessura nessa área.

Na região Sul de Teresina, na franja urbana, destacam-se a exploração e a separação de massará/seixos para a comercialização realizada por um importante grupo empresarial atuante no setor da construção civil da capital. Essa empresa se destaca como agente modificador do espaço urbano teresinense pela sua atuação também na mineração de massará e seixos. Extensa área da região Sul já foi modificada/degradada pela atividade que visa atender a crescente demanda desse recurso mineral, decorrente do crescimento populacional da capital e da necessidade de redução do déficit de habitação (Figura 6).

Figura 6 – Fotografias da estrutura de extração e separação da matriz massará/seixos na franja urbana sul de Teresina/Piauí (Povoado Remanso)



A: Equipamento moderno de lavagem do massará/seixos. B: Depósito de seixos e estrutura de apoio; C: Lagoa de decantação; D: Vista panorâmica de área extrativa de massará/seixos na franja urbana sul de Teresina abandonada e degradada.

Fonte: Viana (2012). In: Viana (2013).

Na atualidade, o setor da construção civil em Teresina está passando por um incremento significativo, principalmente na área da habitação popular. Dessa forma, há necessidade de buscar alternativas que objetivem contribuir para o barateamento dos custos de execução de obras, sendo o massará uma alternativa viável para essa nova conjuntura.

A partir do exposto deve-se destacar que apesar de ser importante para o setor terciário de economia de Teresina, a atividade de materiais voltados para a extração e comercialização de materiais para a construção civil, esta tem sido realizada de modo desordenado e degradante em várias regiões da cidade, gerando danos ambientais ao meio urbano e a qualidade de vida, devido ao desencadeamento de processos erosivos, escorregamento e queda de blocos, produção de poeira e ruídos entre outros danos.

Destaca-se que o dano ambiental é “[...] qualquer lesão ao meio ambiente causada por ação de pessoa, seja ela física ou jurídica, de direito público ou privado” (BRITTO, 2003, p.1). Dessa forma, as lesões causadas ao ambiente natural, como também ao meio artificial ou urbano, ao cultural e ao meio ambiente do trabalho, com conseqüente alteração adversa do equilíbrio ecológico e da qualidade de vida, pode gerar modificações nos elementos naturais de tal ordem que estes percam parcial ou totalmente, sua propriedade de uso.

Assim, o dano ambiental será concretizado caso haja alteração das propriedades físicas e químicas dos recursos naturais, a ação poluente configure-se como significativa e relevante, sendo bastante difícil a reestruturação do ambiente ao seu *status quo ante* (BRITTO, 2003).

A atividade mineradora de materiais para a construção civil contribui para o abastecimento da cidade com materiais essenciais a um preço razoável, porém também contribui para a ocorrência de danos ambientais do tipo moral, pois atingem valores imateriais da sociedade, como a degradação do meio ambiente ecologicamente equilibrado ou da qualidade de vida.

A ocorrência de áreas degradadas e de danos ambientais, em decorrência da atividade mineral, está presente em todas as regiões da cidade e nos seus arredores, na cidade maranhense vizinha, Timon. Tudo isso é consequência da crescente demanda por materiais voltados para a construção civil nas últimas quatro décadas e da ação do poder público e privado.

Dessa forma, faz-se necessário o uso do conhecimento e de tecnologias disponíveis para reduzir os danos ao meio ambiente. Também urge o estabelecimento de uma sociedade civil global que crie novas oportunidades para construir um mundo democrático e humano. Os desafios ambientais, econômicos, políticos e sociais estão interligados, podendo-se, dessa forma, estabelecer soluções includentes que contribuam para a minimização dos conflitos socioambientais, necessárias para a construção de sociedades sustentáveis.

CONCLUSÃO

O enfoque dado à mineração de materiais para a construção civil, relacionada à exploração e comercialização de seixos e massará e de outros agregados para a construção civil, tem estabelecido dimensões ambientais, além das socioeconômicas muito relevantes e disseminadas em todo o país, pois contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população que dela depende direta ou indiretamente. Porém, a solução dos conflitos ambientais decorrentes da atividade mineral passa por estudos que contemplem os benefícios e malefícios gerados pela mineração local, a exemplo do que ocorre em Teresina, no Piauí.

Deve-se enfatizar que a exploração, o transporte e a comercialização dos minerais podem causar uma série de danos ambientais, sendo que estes representam, prejuízo para todos, pois o meio ambiente não é um bem divisível, sendo que a proteção e manutenção de qualidade é dever e direitos de todos, das gerações presentes e futuras.

Existe a necessidade de inserção da mineração no âmbito da sustentabilidade do desenvolvimento. Esta só pode ser estabelecida a partir da aceitação de que o

desenvolvimento dessa atividade impacta o meio ambiente, necessitando, assim, de medidas voltadas para a proteção e recuperação de áreas degradadas que afetam diretamente a sociedade local.

Em Teresina, a possibilidade de exploração mineral está sendo cada vez mais limitada, em consequência do aumento da exploração e comercialização, assim como do desenvolvimento da atividade de forma desordenada e ilegal, sem a devida recuperação das áreas, o que provoca altos índices de degradação do ambiente. Dessa forma, a atividade mineradora permite o atendimento de necessidades básicas da população com agregados usados na construção civil a preço razoável, porém, gera danos ambientais na capital.

A partir desse fato, conclui-se que a mineração, importante setor da economia local, propicia muitos benefícios na área de habitação, infraestrutura e emprego. Mas é preciso, também, que se dê especial atenção aos danos ambientais, gerados pela retirada e comercialização de minerais para a construção civil.

Dessa forma, faz-se necessário a compreensão de que existem relações entre os danos ambientais gerados pela atividade, com benefícios socioeconômicos estabelecidos nos âmbitos local, nacional e até mundial, visto que a exploração desordenada e predatória de materiais voltados para a construção civil em Teresina, assim como a falta de uma gestão ambiental pelo poder público, tornaram aleatórias as perspectivas de garantia de suprimento futuro, inviabilizando a manutenção de uma atividade mineral sustentável.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, W. M. Prudêncio de; VIANA, Saymo Wendel de Jesus Peixoto; GALVÃO JUNIOR, Ataídes Oliveira; SILVA, Mark Anderson Moreira e; GOMES, Renan Maycon Mendes. Estudo da viabilidade do aproveitamento do massará em concretos. CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA E CIÊNCIA DOS MATERIAIS, 23., 2018, Foz do Iguaçu, PR. **Anais eletrônicos** [...]. Foz do Iguaçu, PR, 2018.

ARAÚJO, J. L. L. **4 fotografias color. digital**, Teresina, 2006.

BRASIL. **Ações federais 1995 – 2002**: Piauí. 2002. Disponível em:

<http://www.abrasil.gov.br/estados/pdf/pi.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2013.

BRITTO, M. B. e. Noções sobre Dano Ambiental. **Revista Eletrônica de Direito UNIFACS**. Salvador, dez. 2003.

CAMPOS, E. E.; FERNANDES, L. E. V. A. Controle ambiental aplicado à produção de agregados: material didático de curso. In: **Programa de capacitação de gestores de empresas mineradoras de agregados para a construção civil**. CETEC, 2006. 136 diapositivos, color.

CAVALCANTI, R. N. **Caracterização da oferta e demanda de agregados minerais em Campinas**. 1990. Dissertação (Mestrado). Programa de Mestrado em Geociências, Universidade estadual de Campinas, Campinas, SP, 1990.

CEPRO, Fundação. **Piauí em Números**. 8. ed. Teresina, 2010.

CORREIA FILHO, F. L.; MOITA, J. H. A. **Projeto Avaliação de Depósitos Minerais para Construção Civil PI/MA**. Teresina: CPRM, 1997. 2 v.

FERNANDES, P. H. C. **Estudo sobre a influência do massará no processo de formação de salitre em rebocos na região de Teresina – PI**. 2010. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência e Engenharia de Materiais. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2008**. Rio de Janeiro, 2010.

_____. **IBGE Cidades**, 2007. Disponível em: www.ibge.gov.br/cidadesat/. Acesso em: 04 maio 2011.

QUICKBIRD. **2 Imagens de satélite**, 2005.

VIANA, B. A. da S. **Caracterização estratigráfica, química e mineralógica do massará e conflitos socioambientais associados a sua exploração em Teresina, PI, Brasil**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geociências. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

_____. **5 fotografias color. digitais**, Teresina, 2012.

_____. **3 fotografias color. digitais**, Teresina, 2011.

_____. **6 fotografias color. digitais**, Teresina, 2010.

_____. **Mineração de materiais para construção civil em áreas urbanas: impactos socioambientais dessa atividade em Teresina, PI/Brasil**. 2007. Dissertação (Mestrado). Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.



IV SEMINÁRIO REGIONAL DE COMÉRCIO, CONSUMO E CULTURA NAS CIDADES

Teresina – PI, 12 a 14 de junho de 2019

OS CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS FECHADOS EM TERESINA-PI: consumo, natureza e espaço urbano

Edileia Barbosa Reis¹

Bartira Araújo da Silva Viana²

Resumo: Este artigo tem por objetivo compreender o consumo da natureza e espaço urbano através do uso de condomínios horizontais fechados em Teresina-PI. Tendo vista, que a instalação dos condomínios horizontais fechados influencia na dinâmica organizacional da cidade bem como traz impactos de ordem econômica, social e ambiental. A análise contou com a utilização do método dedutivo- descritivo e uso imagens do *Google Earth* ao construir a hipótese que os condomínios horizontais fechados proporcionam transformações na cidade ao impor novos parâmetros de consumo do espaço e geram alterações adversas ao ecossistema urbano. Desse modo, a implantação dos condomínios horizontais fechados trouxe uma reconfiguração espacial em distintas regiões da cidade com a valorização de áreas e promoção da segregação urbana, além de mudanças expressivas na paisagem. Constatou-se que o consumo do espaço e natureza são resultados de uma logística mercadológica que a falta do planejamento do poder público urbano-ambiental agrava tal situação.

Palavras-chave: Consumo. Espaço urbano. Condomínios Horizontais. Impactos Socioambientais.

INTRODUÇÃO

A geografia como ciência busca interpretar o espaço através da relação sociedade e natureza. Nesta condição, observa-se nos mais diferentes cenários geográficos chama-se atenção neste estudo sobre o consumo do espaço e natureza na cidade e sua insustentabilidade.

As cidades têm seguido um caminho inverso à sustentabilidade ambiental com um aumento progressivo da degradação do ecossistema urbano (MENDONÇA, 2004). Pois, é notório que problemas na logística organizacional da cidade somados as deficiências no planejamento urbano-ambiental, são resultados do descontrole da urbanização, do uso indiscriminado do solo urbano, além do poder intervencionista de privatização do solo urbano, há ainda situações ocupações irregulares que alteram o meio e causam degradação ambiental (GUERRA; CUNHA, 2006).

Este artigo tem por intuito compreender o consumo da natureza e espaço urbano através da construção de condomínios horizontais fechados em Teresina-PI. Ao apontar que o consumo da natureza acontece pela venda do espaço urbano associado à natureza ao marketing verde que explora a proximidades com áreas verdes urbanas. Por outro lado, a

¹ Mestra em Geografia pelo Programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Piauí. E-mail: edileia-reis@hotmail.com

² Professora no curso de Geografia pela Universidade Federal, E-mail: bartira.araujo@ufpi.edu.br

sensação de bem-estar é resultado do consumo de uma segunda natureza, aquela produzida em áreas verdes dentro das dependências dos condomínios horizontais fechados.

Nesse contexto, questionam-se quais as implicações decorrentes do consumo de áreas verdes pelos condomínios horizontais fechados? Haja vista, que a instalação destes cria verdadeiras barreiras físicas com aglomeração de casas e ocupam grandes espaços propositalmente criam rearranjos espaciais que se contrapõem a tendência do uso dos condomínios verticais teve seu auge na década de 1990 em Teresina (COSTA; VIERIA; VIANA, 2016).

As áreas verdes urbanas são consideradas como um indicativo de qualidade ambiental e vida, uma vez, que a cidade é um ecossistema que sofre gradativamente com intervenções antrópicas e mais diversas formas de degradação ambiental entre elas: poluição atmosférica, água, ar, visual, sonora, ilhas de calor oriundas do processo de verticalização quando sobrecarga ao meio físico, as enchentes, o desmatamento desenfreado (PINA, 2011).

A cidade de Teresina fundada em 1852, resultado da transferência da capital Oeiras, foi escolhida por sua condição geográfica que apresentava, entre muitas potencialidades naturais, a presença de rios que possibilitava no passado a navegabilidade e a comercialização de produtos com outros Estados (LIMA, 2016). Esta capital, por muito tempo, foi reconhecida pelo *slogan* de cidade verde, um título que lhe agregava um valor de consumo associado ao verde e a qualidade de vida (MOREIRA, 2016). No entanto, essa realidade vem mudando e a cidade sofrendo constantemente com os problemas ambientais gerados pela ocupação urbana (LIMA, 2002).

É necessário salientar a que a metodologia utilizada no artigo contou com uma revisão literária bem como análise de imagens de satélite. Este artigo está estruturado como pesquisa qualitativa que visa discutir consequências da implantação dos condomínios horizontais fechados. Como também fará uma análise sobre a realidade das áreas verdes e os condomínios horizontais fechados em Teresina-PI.

ÁREA DA PESQUISA

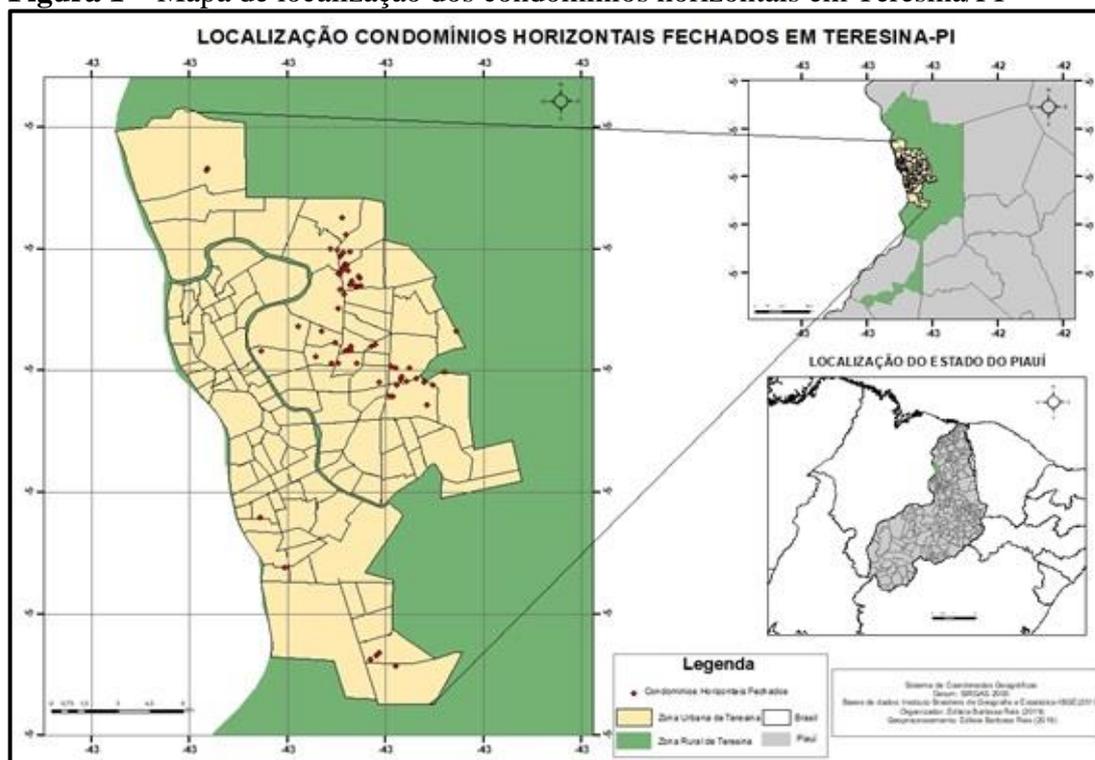
Aspectos Geoambientais de Teresina

A cidade de Teresina está localizada na região Nordeste do Brasil e possui como coordenadas geográficas: 5°05'12" S e 42°48'42" W (LIMA, 2016). Esta é banhada por dois grandes rios regionais: o Parnaíba e o Poti, sendo que estes que influenciaram a urbanização local (LIMA, 2016). A referida cidade teve como população estimada para 2018 um total de

861.442 habitantes tendo uma densidade demográfica que corresponde a 584,94 hab/km² (IBGE, 2010).

Enquanto a área territorial da cidade corresponde a 1.391,046 km² e a renda média da população é 2,8 salários mínimos (IBGE, 2010). Na Figura 1 mostra o mapa com o limite territorial das zonas rural e urbana de Teresina divisas do Estado no Nordeste.

Figura 1 – Mapa de localização dos condomínios horizontais em Teresina/PI



Fonte: Silva (2015), Adaptado, organizado e geoprocessamento por Reis (2019).

Procedimentos metodológicos

Para análise deste estudo optou-se pelo uso do método dedutivo através da técnica de monitoramento ambiental (GIL, 2008). Entre as técnicas escolhidas estão: a elaboração de mapa de localização dos condomínios horizontais em Teresina no *Argis* na ferramenta *Arcmap* 10.2. O uso das imagens georreferenciadas do *software Google Earth* recortes espaciais e temporais de um condomínio horizontal fechado escolhido de forma aleatória perante as distintas de regiões da cidade. Além de imagens publicitárias, enquanto a base de dados foi disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2017). A pesquisa contou ainda com a revisão literária baseada em artigos biográficos livros, dissertações, e teses.

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E INSUSTENTABILIDADE URBANA

O consumo do espaço urbano parte de uma logística mercadológica, no qual o espaço torna-se um produto de negócio, e a privatização do solo urbano determina as regras de consumo (CARLOS, 2015). Em Teresina o consumo do espaço ocorre de diversas formas entre elas, os condomínios horizontais fechados tem despertado um olhar crítico tanto pela forma de acesso a moradia quanto pelos pontos negativos associados à venda da natureza e a promoção da insustentabilidade causada pela transformação de espaços pela construção em áreas onde há uma prevalência de aspectos ambientais como estradas, vazios urbanos, proximidade com sítios com a zona rural.

A cidade como produto de consumo

A cidade é palco das ações humanas que nela se manifestam por meio de intervenções que determinam seu modo de vida (CARLOS, 2007). Em especial a vida na cidade passa a ser conduzida pelo domínio do capital privado que vem atuando na cidade em prol de um modelo de consumo imposto pelo efeito global do mercantilismo. O entendimento da “[...] análise do consumo permite uma melhor compreensão do espaço urbano e social, na medida em que comércio, cidade, sociedade e meio ambiente são elementos indissociáveis” (MARCHESINI JUNIOR, 2010).

Neste sentido, é preciso reiterar que o modelo de consumo da cidade partir da logística de atuação dos agentes produtores do espaço, no qual o mercado da especulação imobiliária em seu poder de influenciar tem sido determinista na forma de uso e ocupação urbana (CORREA, 1989). Esse pensamento que reafirma que a cidade é fruto da produção do espaço do acúmulo do capital ao longo do tempo a cidade então é regida pelas leis de mercado adotado um valor ao espaço ao modo de vida urbano (LEFEBVRE, 2001).

O modo de vida urbano é atrelado ao valor subjetivo de consumo do espaço que é medido através de processos transitórios com a adoção de estratégias do capital privado este que cria divisórias entre classes sociais ao impor um comportamento da segregação socioespacial. Esta acontece através da delimitação de territórios autônomos, porém mantem os padrões sociais estabelecidos pela relação global e local (HAESBAERT, 1996).

Pois, a sociedade se volta em perspectiva global no ato de usufruir da cidade como um produto de valor, sendo vista sob um olhar da sociedade do consumo (BAUMAN, 2008). As desigualdades de acesso à estrutura urbana e serviços básicos só agravam a venda da cidade como um bem de consumo. Mas, de fato o espaço torna-se um produto de consumo que os

comportamentos sociais se fortalecem como clientelismo da cultura urbana e global (CASTELLS, 1983).

O consumo do Espaço e Natureza

O consumo da natureza

A insustentabilidade urbana tem sido um dos principais véis abordados em relação ao estudo sobre a cidade. Essa condição é justificável perante os avanços dos impactos socioambientais que incidem sobre o ecossistema urbano. A cidade também é sistema ecológico resultado da relação entre meio físico e espaço construído com finalidade de habitação pelo homem (MUCELIN; BELLINI, 2010). No ecossistema urbano acontecem maiores impactos, visto que:

O meio urbano é um grande propulsor de impactos, pois reúne diversas atividades produtivas e de comercialização, sistema de transportes com tráfego de veículos, maior concentração de população, maior consumo e produção de resíduos etc., que exercem pressão sobre os recursos naturais (MARTINS; CÂNDIDO, 2015, p. 398).

Em questão o meio urbano torna-se alvo do consumo do espaço na cidade. Contudo, a problemática consiste na forma de exploração do espaço urbano que acontece desconexa ao planejamento urbano e ambiental (FRACO, 2001). O planejamento urbano e ambiental não acompanha o ritmo de crescimento da cidade tampouco consegue barrar a substituição maciça de áreas verdes que se transformam em empreendimentos privados.

As áreas verdes urbanas são classificadas por meio de sua funcionalidade urbana, sendo os mais comuns: áreas verdes, espaços verdes urbanos privados e semi-públicos, parques urbanos, Unidades de Conservação. Há existências de áreas verdes que pertencem a áreas de expansão urbana e se localizam próxima ao limite do perímetro urbano. Esses são denominados de espaços verdes sub-urbanos também chamados de Cinturões verdes (LOBODA; ANGELIS, 2005). Deve-se destacar que os cinturões verdes vêm sendo suprimidos progressivamente com avanço da cidade e o processo de urbanização também ocasionada pelos empreendimentos privados.

O consumo da natureza e espaços privados

Os espaços privados sempre fizeram parte da história da humanidade, mas de fato, foi na Revolução Francesa que se instituiu a propriedade privada como bem de consumo do espaço pela capital privado (ANDRADE, 2018). A Revolução Industrial no século XVIII ficou marcada pela criação de aglomerados privados que vendiam um ideal de sustentabilidade,

eram as cidades jardins (HOWARD, 1996). Este modelo foi adaptado ao contexto das cidades contemporâneas como condomínios horizontais fechados.

Neste contexto, atribui-se que urbanização também é promovida pelos empreendimentos, sendo que estes tem estimulado a substituição de áreas verdes que deram lugar a altos prédios, largas avenidas, no entanto, o fenômeno dos condomínios horizontais fechados continua a perpetuar as ações de modificações expressivas no meio ambiente em contraposição lança antemão a concepção de uma criação de espaços artificiais que executam a função de segunda natureza (SANTOS, 2006).

Os espaços privados vendem o *marketing* verde como um produto de valor da natureza (MOTA, 2009). O marketing verde “No âmbito da cidade os atributos do ambiente natural, ou pouco alterados, que ainda ali restam são, muitas vezes, utilizados como estratégia para o desenvolvimento do *city marketing*, ou da promoção urbana” (MENDONÇA, 2002, p. 180).

O consumo dos espaços pelos empreendimentos privados como os condomínios horizontais fechados se manifesta como uma apropriação de antes vazios urbanos que sofreram drasticamente com a mercantilização imobiliária ao se tornarem locais atrativos pela sua localização privilegiada na malha urbana contemplada pela presença de infraestrutura urbana já consolidada, porém vazios urbanos trouxeram alterações na paisagem urbana através de ações como a supressão de áreas verdes, compactação do solo entre outras estas são provas contundentes quanto as mudanças ambientais afetam a cidade como um todo. As mudanças bruscas no cotidiano da cidade tornam evidentes ao demonstrar os resquícios de áreas verdes que compõem a paisagem urbana de Teresina têm sido aniquilados e restritos a parques ambientais, quintais privativos (MELO FILHO, 2018).

Teresina urbanização e condomínios horizontais fechados

A urbanização em Teresina se concebeu influenciada pela industrialização por Planos Estruturantes que serviram de base para expansão da cidade. Foi na década de 1970 que as construções dos conjuntos habitacionais impulsionaram a ida da população para áreas mais distantes na periferia esses empreendimentos de grande porte deixariam marcas na paisagem urbana e representaria de fato o processo de parcelamento do solo urbano visto que este que atendiam preferencialmente a classe média. Enquanto, o consumo do solo urbano era disciplinado pelo então Plano Diretor Local Integrado (PDLI) em 1969 (FAÇANHA, 1998).

Porém, só partir da década de 1990 a iniciativa privada e domínio do capitalismo se fortalecem iniciando o processo de segregação socioespacial na região Leste de Teresina. Época que se instalam os condomínios verticais e horizontais fechados, concretizados à

privatização do solo urbano através de valorização da moradia e do consumo do espaço como um produto de valor (ABREU, 1983).

Os condomínios horizontais fechados são considerados como enclaves fortificados (CALDEIRA, 2000). Estes chegam a Teresina ao trazerem uma nova perspectiva do consumo do espaço em ambientes privados. Desse modo, o capital privado propôs o parcelamento do solo através do sistema de loteamentos urbanos estes que subdividem em frações destinadas a construção de condomínios horizontais fechados vistos como moradias que segue um modelo urbanístico padronizado pela globalização.

Estes ditam as regras de comportamento social em ambientes coletivos, assim o consumo do espaço privado alcança o *status* do poder de compra do consumidor que recebe serviços semelhantes aos demais lugares em várias partes do mundo, estreitando as relações comerciais fortalecendo os padrões de consumo (PINHEIRO, 2011).

Os condomínios horizontais fechados que se espalharam por pontos distintos de Teresina desencadearam o processo de divisão de classes sociais (SILVA, 2015). Esta que acontecia por meio da criação de aglomerados urbanos privativos ao influenciar um processo de homogeneização de espaços e por consequência gerando a segregação espacial este fenômeno que fragmenta o espaço como também demanda uma reestruturação urbana remodelando o espaço dando um novo sentido ao modo de vida urbano (CARLOS, 2015).

ANÁLISE DOS CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS E CONSUMO

O condomínio horizontal está situado no bairro Tabajaras na região Leste de Teresina tem coordenadas 42°46'3.79" 5° ao Sul 0'11.96"S, possuindo uma área de 125 hectares que corresponde a 5,56 km sua área verde e tem 4,5 hectares. Na Figura 2 o mapa traz localização do um dos maiores da cidade. A Figura 2 mostra a localização do condomínio horizontal forma de uso dos espaços verdes.

Figura 2 – Mapa de localização condomínio horizontal fechado

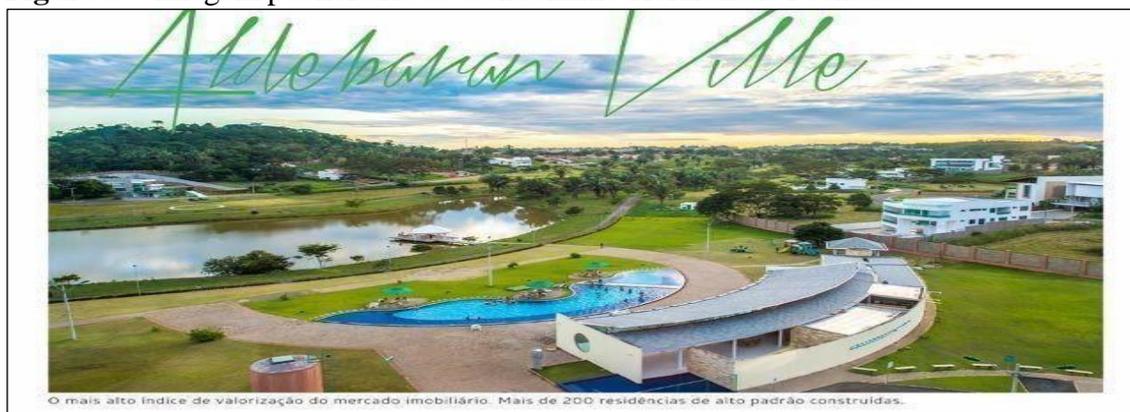


Fonte: *Google Earth* 18/06/2018 (2019). Organização: Reis, E. (2019).

Consumo espaço e natureza

Para o mercado imobiliário as áreas verdes dentro e fora dos condomínios fechados tornam-se um item que agrega o valor a compra e consumo do espaço (MOTA, 2009). O poder de compra de imóvel dá *status* aos seus moradores, assim como o poder intervencionista no meio urbano da cidade. Morar em condomínio horizontal e viver em espaços fechados dotados de inúmeros serviços virou um sonho de consumo urbano. Entre eles: o marketing verde associado à qualidade de vida.

Figura 3 – Imagem publicitária de Condomínio Horizontais Fechados



Fonte: Site OXL (2019).

Na Figura 3 é possível observar o material publicitário mostrando uma das vantagens usufruir de áreas verdes e qualidade ambiental. Contudo, leva-se em consideração que a instalação dos condomínios horizontais resultantes do sistema de loteamentos contribui para impactos ambientais decorrentes do desmatamento de áreas verdes e da impermeabilização do solo, como mostra a Figura 4 antes da implantação do condomínio horizontal fechado.

Figura 4 – Mapa supressão de áreas verdes



Fonte: *Google Earth imagem 1/ 04/2005* (2005). Organização: Reis (2019).

É notório que mercado imobiliário vende um ideal de cidade privada em que as áreas verdes são tidas como prioridades para a garantia de qualidade ambiental, em especial àqueles que detêm o poder de compra/uso do espaço privado. No entanto, os empreendimentos de grande porte foram inseridos no contexto da expansão da cidade trazendo inúmeros malefícios ao ecossistema urbano, pois seu poder de transformação é imenso na paisagem urbana.

O consumo que passa a ser algo subjetivo não se resume apenas a morar em condomínios fechados, mas impõe mudanças de comportamento aos moradores. Estes são passíveis de regras de uso do espaço determinados pelo capital privado está relacionados ao ir e vir em espaços coletivos como também nos modo de viver na cidade (PINHEIRO, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Teresina por muito tempo foi considerada como uma das cidades mais verdes do país. No decorrer do tempo o avanço da urbanização mudou essa realidade. As áreas verdes adquiriram um *status* de consumo diante de espaços verdes que se resume a ocupar pequenos jardins, parques e praças. Neste contexto, o artigo buscou mostrar que a inserção dos condomínios trouxe uma nova conjuntura quanto à venda da natureza como um bem privado.

O consumo do espaço passa ser representado por ideal de sustentabilidade vislumbrada pelo marketing de qualidade de vida. Contudo, o processo de apropriação, uso e construção dos condomínios fechados é considerado como algo destrutivo do ecossistema urbano uma vez que nem sempre o planejamento urbano e ambiental acompanha o ritmo dessas construções desse modo se propaga uma falsa ideia que criação de espaços artificializados de um consumo de uma segunda natureza.

REFERÊNCIAS

- ABREU, I. G. **O crescimento da Zona Leste de Teresina: um caso de segregação?** 1983. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1983.
- ANDRADE, Diogo C. M. Historicidade da propriedade privada capitalista e os cercamentos. **História: Debates e Tendências**, v. 18, n. 3 p. 408-419, set./dez. 2018.
- BAUMAN, Z. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CARLOS, A.F.A. **O espaço urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CARLOS, A.F.A.; VOLOCHKO, D. ; ALVAREZ, I. A. P. (Org.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.
- CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: EDUSP, 2000.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. Rio de Janeiro: Ática, 1989.
- COSTA, W. O. ; VIEIRA, N. R. C. ; VIANA, B. A. S. Diagnóstico da ação dos agentes produtores do processo de verticalização em Teresina – PI nos últimos quarenta anos a partir da análise de documentos eletrônicos e materiais publicidade. **Revista Equador**, v. 5, p. 220-238, 2016.
- FAÇANHA, A. C. **A evolução urbana de Teresina: agentes, processos e formas espaciais da cidade**. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1998.
- FRACO, M. A. R. **Planejamento ambiental para a cidade sustentável**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GUERRA, A. J. T; CUNHA, S. B. (Org.) **Impactos Ambientais urbanos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **etc, espaço, tempo e crítica: Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas**, v. 1, n. 2, p. 39-52, 2007.
- HOWARD, E. **Cidades Jardins do Amanhã**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **IBGE Cidades: Teresina**, 2010.
- LEFEBVRE, H. **O direito a cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LIMA, I. M. M. F. TERESINA: o relevo, os rios e a cidade. **Revista Equador**, v. 5, p. 375-397, 2016.
- _____. Teresina: Urbanização e Meio Ambiente. **Scientia et SPES**, Teresina, v. 1, n.2, p. 181-206, 2002.
- LOBODA, Carlos R; ANGELIS, Bruno L. D. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Ambiência**, v.1 n.1, p. 125-139, jan./jun. 2005.

MARTINS, Maria. F; CÂNDIDO, Gesinaldo A. Modelo de avaliação do nível de sustentabilidade urbana: proposta para as cidades brasileiras. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal)**, v.7. p. 397-410, set./dez. 2015.

MARCHESINI, J. R. A. A produção e o consumo do espaço na atual ? sociedade do consumo? **Para onde!?**, v. 6, p. 28-40, 2010.

MENDONÇA, Francisco (Org.) **Impactos socioambientais urbanos**. Curitiba: Editora UFPR, 2004.

_____. Francisco. Aspectos da problemática ambiental urbana da cidade de Curitiba/PR mito da “capital ecológica”. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, v.1, n. 12, p. 179-188, 2002.

MELO FILHO, J. M. M. Expansão urbana e impactos ambientais: uma análise dos projetos de intervenção urbana para a cidade de Teresina, Piauí. **Geosaberes**, v. 9, n. 19, p. 1-11, 2018.

MOREIRA, A. C. **Teresina, moradias da região central da cidade (1852-1952)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo. 2016.

MOTA, J. A. **O valor da natureza: economia e política dos recursos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

MUCELIN, C. A; BELLINI, M. O ecossistema urbano, percepção e determinados impactos ambientais negativos. **Inovação e Tecnologia**, v. 1, n. 1, 2010.

PINA, J. H. A. **A influência das áreas verdes urbanas na qualidade de vida: o caso dos Parques do Sabiá e Victório Siquierolli em Uberlândia- MG**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2011.

PINHEIRO, W. F. **Ambientes coletivos e os condomínios horizontais situados na cidade de João Pessoa - Paraíba: uma análise da adequação ao uso**. Paraíba. 2011. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2011.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SILVA, G. C. **Expansão dos condomínios e loteamentos fechados em Teresina Piauí: segregação, estratégias, de marketing, valorização e especulação imobiliária, PI-Brasil**. 2015. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.